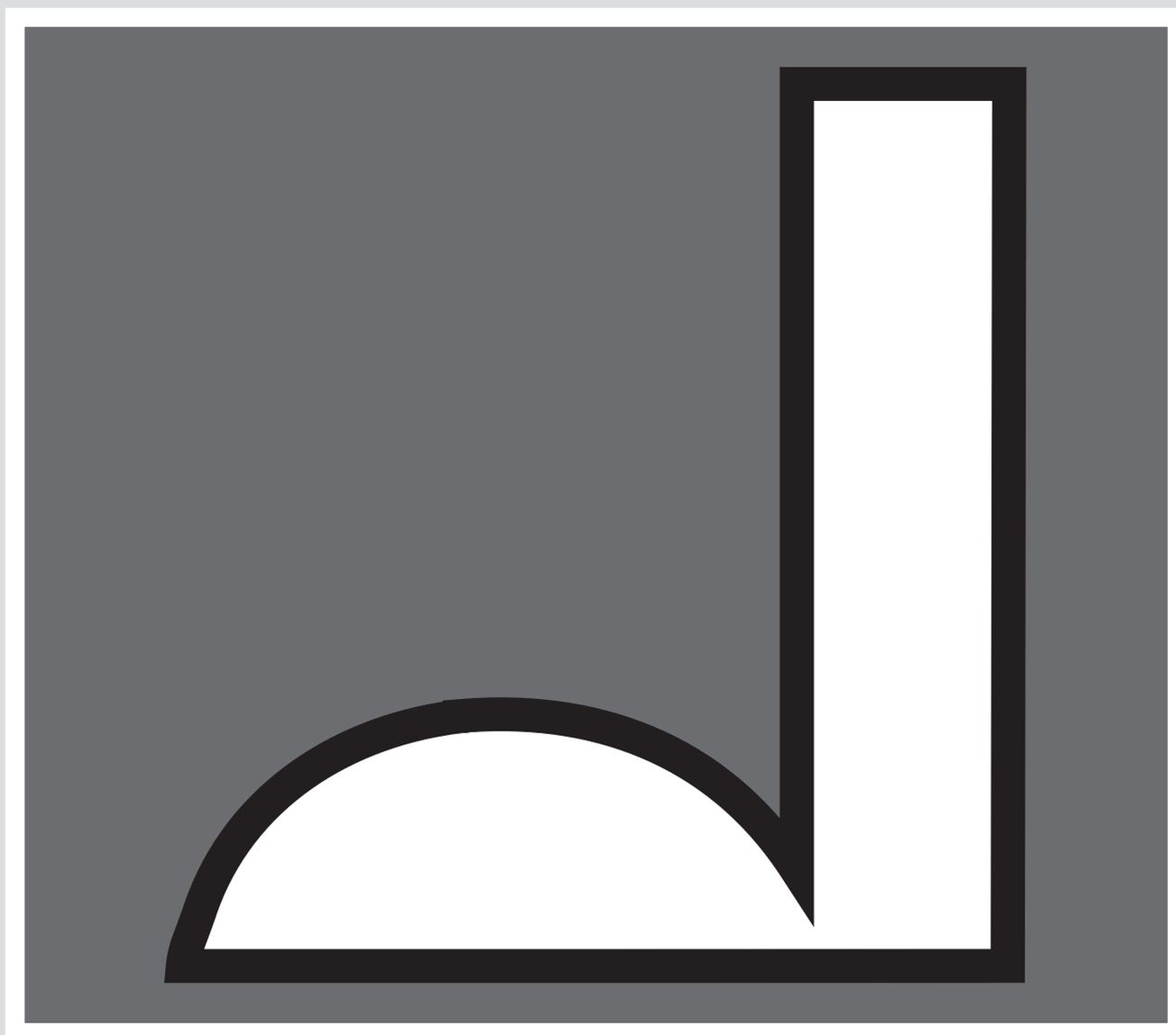




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 038 - QUINTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Tião Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

**1º SECRETÁRIO**

Efraim Morais - (DEM-PB)

**2º SECRETÁRIO**

Gerson Camata - (PMDB-ES)

**3º SECRETÁRIO**

César Borges - (PR-BA) (1)

**4º SECRETÁRIO**

Magno Malta - (PR-ES)

**Suplentes de Secretário**

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

**LIDERANÇAS**

|  |   |   |
|--|---|---|
| <p align="center"><b>Maioria<br/>(PMDB) - 19</b><br/><b>Líder</b><br/><b>Valdir Raupp - PMDB</b><br/>Vice-Líder<br/>.....<br/><b>Líder do PMDB - 19</b><br/><b>Valdir Raupp</b><br/>Vice-Líderes do PMDB<br/>Almeida Lima<br/>Valter Pereira<br/>Gilvam Borges<br/>Leomar Quintanilha<br/>Neuto De Conto</p> | <p align="center"><b>Bloco de Apoio ao Governo<br/>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b><br/><b>Líder</b><br/><b>Ideli Salvatti - PT</b><br/>Vice-Líderes<br/>João Ribeiro<br/>Renato Casagrande<br/>Inácio Arruda<br/>Marcelo Crivella<br/>Francisco Dornelles<br/>.....<br/><b>Líder do PT - 12</b><br/><b>Ideli Salvatti</b><br/>Vice-Líderes do PT<br/>Eduardo Suplicy<br/>Fátima Cleide<br/>Flávio Arns<br/><b>Líder do PR - 4</b><br/><b>João Ribeiro</b><br/>Vice-Líder do PR<br/>Expedito Júnior<br/><b>Líder do PSB - 2</b><br/><b>Renato Casagrande</b><br/>Vice-Líder do PSB<br/>Antonio Carlos Valadares<br/><b>Líder do PC DO B - 1</b><br/><b>Inácio Arruda</b><br/><b>Líder do PP - 1</b><br/><b>Francisco Dornelles</b><br/><b>Líder do PRB - 1</b><br/><b>Marcelo Crivella</b></p> | <p align="center"><b>Bloco Parlamentar da Minoria<br/>(DEM/PSDB) - 27</b><br/><b>Líder</b><br/><b>Demóstenes Torres - DEM</b><br/>Vice-Líderes<br/>Flexa Ribeiro<br/>Adelmir Santana<br/>Eduardo Azeredo<br/>Kátia Abreu<br/>Mário Couto<br/>Heráclito Fortes<br/>João Tenório<br/>Raimundo Colombo<br/>Papaléo Paes<br/>.....<br/><b>Líder do DEM - 14</b><br/><b>José Agripino</b><br/>Vice-Líderes do DEM<br/>Kátia Abreu<br/>Jayme Campos<br/>Raimundo Colombo<br/>Romeu Tuma<br/>Maria do Carmo Alves<br/><b>Líder do PSDB - 13</b><br/><b>Arthur Virgílio</b><br/>Vice-Líderes do PSDB<br/>Sérgio Guerra<br/>Alvaro Dias<br/>Marisa Serrano<br/>Cícero Lucena</p> |
| <p align="center"><b>PTB - 7</b><br/><b>Líder</b><br/><b>Epitácio Cafeteira - PTB</b><br/>Vice-Líder<br/>Sérgio Zambiasi<br/>.....<br/><b>PDT - 5</b><br/><b>Líder</b><br/><b>Jefferson Peres - PDT</b><br/>Vice-Líder<br/>Osmar Dias</p>  | <p align="center"><b>PSOL - 1</b><br/><b>Líder</b><br/><b>José Nery - PSOL</b><br/>Vice-Líder</p>   | <p align="center"><b>Governo</b><br/><b>Líder</b><br/><b>Romero Jucá - PMDB</b><br/>Vice-Líderes<br/>Delcídio Amaral<br/>Antonio Carlos Valadares<br/>Sibá Machado<br/>João Vicente Claudino<br/>João Pedro<br/>Gim Argello</p>   |

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

**EXPEDIENTE**

|   |   |
|---|---|
| <p align="center"><b>Agaciel da Silva Maia</b><br/>Diretor-Geral do Senado Federal<br/><b>Júlio Werner Pedrosa</b><br/>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações<br/><b>José Farias Maranhão</b><br/>Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p align="center"><b>Cláudia Lyra Nascimento</b><br/>Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal<br/><b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b><br/>Diretora da Secretaria de Ata<br/><b>Denise Ortega de Baere</b><br/>Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p> |
|---|---|

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 42ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE ABRIL DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 103, de 2008, da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires – RS, encaminhando manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003. .... 7698

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007. .... 7698

Recebimento do Aviso nº 16, de 2008 (nº 264/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 489/2008, proferido nos autos do processo nº TC-017.237/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. .... 7698

Recebimento do Aviso nº 17, de 2008 (nº 271/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 494/2008, proferido nos autos do processo nº TC-001.903/2006-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada no Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE. .... 7698

##### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 359, de 2008, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, de sua autoria. **Deferido.** .... 7698

Nº 360, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 351, de 2008, de sua autoria. **Deferido.** .... 7698

Nº 361, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de solidariedade à Sra. Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt..... 7698

Nº 362, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Luiz Rosalvo Fin..... 7699

Nº 363, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização da Festa do Tucumã. .... 7699

Nº 364, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas. .... 7700

Nº 365, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. .... 7700

Nº 366, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 17 de abril de 2008, seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento. .... 7700

Nº 367, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de louvor aos municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D'Oeste. .... 7701

##### 1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas.* .... 7702

##### 1.2.4 – Pareceres

Nº 285, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1.213/2007, na Casa de origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça..... 7709

Nº 286, de 2008, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006 (nº 7.648/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257,

|   |      |   |      |
|---|------|---|------|
| de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.....  | 7713 | entabulado um acordo. Apelo em favor do fortalecimento do ensino técnico profissionalizante no País.....  | 7727 |
| <b>1.2.5 – Comunicação da Presidência</b>   |      | SENADOR <i>JOÃO PEDRO</i> – Cobranças de estratégia de desenvolvimento para a Amazônia.....   | 7732 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007, cujo parecer foi lido anteriormente.....  | 7716 | SENADOR <i>OSMAR DIAS</i> – Registro da inclusão de 5 municípios do Estado do Paraná entre 37 cidades brasileiras, na pesquisa realizada pela Unicef, Ministério da Educação e pela Undime, que se destacaram na adoção de iniciativas educacionais de grande repercussão nos níveis fundamental e médio..... | 7733 |
| <b>1.2.6 – Ofícios</b>  |      | SENADOR <i>CRISTOVAM BUARQUE</i> – Comemoração pela aprovação, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de autoria de S. Exa. que prevê a construção de salas de aula nos presídios. Associação ao pronunciamento do Senador Osmar Dias.....  | 7735 |
| Nº 40/2008, de 2 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Presidência designa o Senador Mário Couto para integrar, como titular, a referida Comissão.....  | 7716 | SENADOR <i>CÉSAR BORGES</i> , como Líder – Considerações sobre a questão energética nacional.....   | 7736 |
| Nº 50/2008, de 2 do corrente, da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar, como titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A Presidência designa o Senador Carlos Dunga para integrar, como titular, a referida Comissão.....  | 7716 | <b>1.2.10 – Posse e prestação de compromisso regimental do Senador Carlos Marques Dunga, Primeiro Suplente do Senador Cícero Lucena, da representação do Estado da Paraíba</b>  |      |
| <b>1.2.7 – Discursos do Expediente</b>  |      | <b>1.2.11 – Comunicação</b>   |      |
| SENADOR <i>FRANCISCO DORNELLES</i> – Referência aos acordos salariais do Governo Federal com algumas categorias funcionais. Homenagem ao Ministro Gilmar Mendes, que assumirá a Presidência do STF. Elogios à Santa Casa do Rio de Janeiro pelo apoio no combate à dengue.....  | 7717 | Do Senador Carlos Dunga, referente à sua filiação partidária e adoção do nome parlamentar.....  | 7740 |
| SENADOR <i>RAIMUNDO COLOMBO</i> , como Líder – Reflexão sobre a excessiva carga tributária no País.....   | 7719 | <b>1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)</b>   |      |
| SENADOR <i>GERSON CAMATA</i> – Registro da visita ao Brasil, hoje, do Presidente da Eslovênia, Danilo Türk. Posicionamento favorável à castração química de pedófilos.....  | 7720 | SENADOR <i>EPITÁCIO CAFETEIRA</i> , como Líder – Saudação à posse do Senador Carlos Dunga.....  | 7741 |
| <b>1.2.8 – Comunicação da Presidência</b>   |      | SENADOR <i>CARLOS DUNGA</i> – Discurso de posse, enfatizando que lutará por mais recursos para o estado da Paraíba.....   | 7741 |
| Adoção do critério de remeter à Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, de todas as matérias em tramitação na Casa que alteram o Regimento Interno do Senado Federal.....  | 7722 | <b>1.2.13 – Suspensão da sessão às 16 horas e 25 minutos, e reaberta às 16 horas e 28 minutos</b>   |      |
| <b>1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)</b>  |      | <b>1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)</b>   |      |
| SENADOR <i>MÁRIO COUTO</i> – Apelo em favor da votação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Registro de reunião a ser realizada na próxima terça-feira, de prefeitos das regiões madeireiras do Pará com o Presidente da Casa.....  | 7722 | SENADORA <i>ROSALBA CIARLINI</i> – Comemoração pelo transcurso do cinquentenário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.....  | 7745 |
| SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Registro de documento encaminhado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), em favor da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 58 de 2007 e 296, de 2003. Anúncio da participação de S.Exa. em reunião de negociação para a resolução do impasse da greve dos carteiros, onde foi |      | SENADOR <i>ROMEU TUMA</i> – Registro do lançamento do Novo Telecurso, de iniciativa da Fiesp em parceria com a Fundação Roberto Marinho....   | 7746 |
|   |      | SENADOR <i>ANTONIO CARLOS VALADARES</i> , como Líder – Contrariedade pela explosão da dengue no Rio de Janeiro.....   | 7752 |
|   |      | SENADOR <i>PAULO DUQUE</i> – Considerações sobre a epidemia da dengue no Rio de Janeiro....   | 7755 |
|   |      | SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Comentários sobre a notícia, veiculada no blog do jornalista Ricardo Noblat, de que S.Exa. teria repassado o dossiê  |      |

|  |      |  |      |
|--|------|--|------|
| sobre gastos sigilosos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para a imprensa.....  | 7757 | <i>da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. ....</i>   | 7763 |
| SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Louvor à matéria do jornalista Ricardo Noblat sobre o vazamento do dossiê. Considerações sobre o referido dossiê e as medidas adotadas pela Oposição para apurar os fatos e responsabilizar os culpados. ....  | 7760 | <b>Item 7</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que <i>inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. ....</i>  | 7763 |
| 1.3 – ORDEM DO DIA<br>São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 3 de abril, em virtude de não haver acordo das Lideranças para a apreciação do item 1 da Ordem do Dia:  |      | <b>Item 8</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que <i>altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores).....</i>   | 7763 |
| <b>Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b><br>Medida Provisória nº 402, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica..... | 7762 | <b>Item 9</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....   | 7763 |
| <b>Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b><br>Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)...                                     | 7762 | <b>Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....</i>            | 7764 |
| <b>Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b><br>Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007). ....   | 7762 | <b>Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que <i>altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.....</i>  | 7764 |
| <b>Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)</b><br>Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator <b>ad hoc</b> : Senador Antonio Carlos Júnior), que <i>aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.....</i>            | 7762 | <b>Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....</i>                  | 7764 |
| <b>Item 5</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que <i>dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....</i>  | 7763 | <b>Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. ...</i> | 7764 |
| <b>Item 6</b><br>Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que <i>altera os arts. 52, 55 e 66,</i>   |      |  |      |

**Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.....

7764

**Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.....

7765

**Item 16**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família*.....

7765

**Item 17**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)*..

7765

**Item 18**

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral*.....

7765

**Item 19**

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.....

7765

**Item 20**

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.....

7765

**Item 21**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição*

em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....

7766

**Item 22**

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.....

7766

**Item 23**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.....

7766

**Item 24**

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*....

7766

**Item 25**

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.....

7766

**Item 26**

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.....

7766

**Item 27**

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.....

7766

**Item 28**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.....

7767

**Item 29**

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade*

|  |      |  |      |
|--|------|--|------|
| <i>de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).....</i>   | 7767 |  |      |
| <b>Item 30</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.</i> ....  | 7767 |  |      |
| <b>Item 31</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.</i> .....  | 7767 |  |      |
| <b>Item 32</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários</i> .....   | 7767 |  |      |
| <b>Item 33</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)</i> .....                    | 7767 |  |      |
| <b>Item 34</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional dos Surdos.</i> ....  | 7767 |  |      |
| <b>Item 35</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Vaqueiro.</i> .....  | 7768 |  |      |
| <b>Item 36</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023</i> .....   | 7768 |  |      |
| <b>Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)</b>   |      |  |      |
| Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que <i>acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços</i> ..... | 7768 |  |      |
|  |      | <b>Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)</b>  |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que <i>acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.</i> ....  | 7768 |
|  |      | <b>Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)</b>  |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.</i> .....   | 7768 |
|  |      | <b>Item 40</b>   |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que <i>altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.</i> .....   | 7768 |
|  |      | <b>Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)</b>  |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.</i> .....  | 7769 |
|  |      | <b>Item 42</b>   |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que <i>altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.</i> .....  | 7769 |
|  |      | <b>Item 43</b>   |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que <i>altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.</i> .....  | 7769 |
|  |      | <b>Item 44</b>   |      |
|  |      | Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que <i>altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a</i> |      |

navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços. ....

#### Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. ....

#### Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ....

#### Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. ....

#### Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. ....

#### Item 49

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa. ....

#### Item 50

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia,

a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País. ....

#### Item 51

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. ....

#### Item 52

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. ....

#### Item 53

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. ....

#### Item 54

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. ....

#### Item 55

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. ....

#### Item 56

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco. ....

#### Item 57

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

7769

7769

7769

7769

7770

7770

7770

7770

7770

7770

7770

7770

7771

|   |      |   |      |
|---|------|---|------|
| da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.....   | 7771 | dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.....   | 7772 |
| <b>Item 58</b>  |      | <b>Item 66</b>  |      |
| Requerimento nº 175, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regulamentarem a mesma matéria.....  | 7771 | Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.....  | 7772 |
| <b>Item 59</b>  |      | <b>1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia</b>  |      |
| Requerimento nº 176, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regulamentarem a mesma matéria.....                              | 7771 | SENADORA IDELI SALVATTI – Considerações sobre o vazamento do dossiê dos cartões corporativos.....   | 7772 |
| <b>Item 60</b>  |      | SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Debate sobre a questão do vazamento do dossiê dos cartões corporativos e a apuração dos fatos.....  | 7775 |
| Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....  | 7771 | SENADOR MÃO SANTA – A importância da vinda da Ministra Dilma Rousseff ao Senado para esclarecer as denúncias que envolve seu nome com o dossiê dos cartões corporativos.....  | 7784 |
| <b>Item 61</b>  |      | <b>1.3.2 – Ofícios</b>  |      |
| Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regulamentarem a mesma matéria.....   | 7771 | Nº 37/2008, de 2 do corrente, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de indicação de membro para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.....  | 7787 |
| <b>Item 62</b>  |      | Nº 91/2008, de 2 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, solicitando tornar sem efeito os Ofícios nºs 37 e 50/2008, esclarecendo que encaminhará oportunamente, novas indicações para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....  | 7787 |
| Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos..... | 7771 | <b>1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação</b>  |      |
| <b>Item 63</b>  |      | SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do recebimento de <i>folder</i> da Abrapi, onde são destacadas as principais bandeiras e metas daquela Associação. Registro das comemorações em Manaus, do Dia Mundial da Água. Registro da realização, em Manaus, do II Fórum-Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária. Inserção nos Anais do Senado da matéria intitulada “No governo não tem caos aéreo”, publicada na revista <b>ISTOÉ</b> , edição de 9 de março último..... | 7788 |
| Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.....   | 7771 | SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Lula `estorrece´, afirma presidente do TSE”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 3 de março último. Registro da matéria intitulada “Denúncia diz ser `indubitável´ ação de Palocci”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 29 de fevereiro último.....  | 7796 |
| <b>Item 64</b>  |      |   |      |
| Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.....   | 7771 |   |      |
| <b>Item 65</b>  |      |   |      |
| Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta   |      |   |      |

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro da matéria intitulada “Finatec usou empresa que doou para o PT”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 28 de fevereiro último. .... 7799

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “Mistério sem fim”, publicada na revista **ISTOÉ**, edição de 23 de janeiro último. .... 7800

SENADORA *MARISA SERRANO* – Registro do artigo intitulado “Tardia conversão”, de autoria do Líder do PSDB no Senado, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de março último. .... 7801

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “A farra do cartão de crédito”, publicada na revista **Veja**, edição de 6 de fevereiro último. .... 7802

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada “Há o direito de espernear”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 1º de março último. .... 7806

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da “Carta aberta à população”, publicada no jornal **O Liberal**, edição de 12 de fevereiro último. .... 7807

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comemoração pelo desempenho da economia brasileira, através de um crescimento expressivo e continuado. .... 7810

SENADORA *PATRÍCIA SABOYA* – Homenagem à Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza, pelo trabalho destacado na responsabilidade social. .... 7811

SENADOR *FLÁVIO ARNS* – Considerações sobre a pesquisa “Redes de Aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”, sobre os municípios paranaenses que se destacam por buscarem soluções para melhora do ensino. .... 7813

#### 1.3.4 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 3, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 7814

1.4 – ENCERRAMENTO

#### 2 – EMENDAS

Nºs 1 a 9, apresentadas à Medida Provisória nº 422, de 2008. .... 7824

#### 3 – TERMOS DE REUNIÃO

Referentes a Medida Provisória nº 422, de 2007, e aos Vetos Parcial nº 22, de 2007, e Total nº 16, de 2007. .... 7845

#### 4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 2-04-2008

#### SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

#### CONGRESSO NACIONAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

# Ata da 42ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Gerson Camata,  
Papaléo Paes, Epitácio Cafeteira, Mão Santa e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 2/4/2008 07:42:30 até 2/4/2008 20:32:14

| Partido     | UF | Nome                     | Pres | Voto | Partido   | UF | Nome                            | Pres | Voto |
|-------------|----|--------------------------|------|------|-----------|----|---------------------------------|------|------|
| DEM         | DF | ADELMIR SANTANA          | X    |      | DEM       | SC | RAIMUNDO COLOMBO                | X    |      |
| PMDB        | SE | ALMEIDA LIMA             | X    |      | PMDB      | AL | RENAN CALHEIROS                 | X    |      |
| Bloco-PT    | SP | ALOIZIO MERCADANTE       | X    |      | Bloco-PSB | ES | RENATO CASAGRANDE               | X    |      |
| PSDB        | PR | ALVARO DIAS              | X    |      | PMDB      | RR | ROMERO JUCA                     | X    |      |
| DEM         | BA | ANTÔNIO CARLOS JUNIOR    | X    |      | PTB       | SP | ROMEU TUMA                      | X    |      |
| Bloco-PSB   | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X    |      | DEM       | RN | ROSALBA CIARLINI                | X    |      |
| PSDB        | AM | ARTHUR VIRGÍLIO          | X    |      | PMDB      | MA | ROSEANA SARNEY                  | X    |      |
| Bloco-PT    | RR | AUGUSTO BOTELHO          | X    |      | PSDB      | PE | SERGIO GUERRA                   | X    |      |
| PTB         | PB | CARLOS DUNGA             | X    |      | PTB       | RS | SERGIO ZAMBIASI                 | X    |      |
| Bloco-PR    | BA | CÉSAR BORGES             | X    |      | Bloco-PT  | MT | SERYS SLHESSARENKO              | X    |      |
| PDT         | DF | CRISTOVAM BUARQUE        | X    |      | Bloco-PT  | AC | SIBA MACHADO                    | X    |      |
| Bloco-PT    | MS | DELCLÍDIO AMARAL         | X    |      | Bloco-PT  | AC | TIAO VIANA                      | X    |      |
| DEM         | GO | DEMÓSTENES TORRES        | X    |      | PMDB      | RO | VALDIR RAUPP                    | X    |      |
| Bloco-PT    | SP | EDUARDO SUPLIÇY          | X    |      | PMDB      | MS | VALTER PEREIRA                  | X    |      |
| DEM         | PB | EFRAIM MORAIS            | X    |      | PSC       | SE | VIRGÍNIO DE CARVALHO            | X    |      |
| DEM         | MG | ELISEU RESENDE           | X    |      | PMDB      | MG | WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX | X    |      |
| PTB         | MA | EPITÁCIO CAFETEIRA       | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PR    | RO | EXPEDITO JÚNIOR          | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PT    | RO | FÁTIMA CLEIDE            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PTB         | AL | FERNANDO COLLOR          | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PT    | PR | FLAVIO ARNS              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PSDB        | PA | FLEXA RIBEIRO            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PP    | RJ | FRANCISCO DORNELLES      | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | RN | GARIBALDI ALVES FILHO    | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR  | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | ES | GERSON CAMATA            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DEM         | MT | GILBERTO GOELLNER        | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | AP | GILVAM BORGES            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PTB         | DF | GIM ARGELLO              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DEM         | PI | HERÁCLITO FORTES         | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PT    | SC | IDELI SALVATTI           | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PCdoB | CE | INÁCIO ARRUDA            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | PE | JARBAS VASCONCELOS       | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PDT         | AM | JEFFERSON PÉRES          | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PT    | AM | JOÃO PEDRO               | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PR    | TO | JOÃO RIBEIRO             | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PSDB        | AL | JOÃO TENÓRIO             | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PTB         | PI | JOÃO VICENTE CLAUDINO    | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DEM         | RN | JOSÉ AGRIPINO            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | PB | JOSÉ MARANHÃO            | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| P-SOL       | PA | JOSÉ NERY                | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | AP | JOSÉ SARNEY              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DEM         | TO | KÁTIA ABREU              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | TO | LEOMAR QUINTANILHA       | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| -           | MA | LOBÃO FILHO              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PSDB        | GO | LÚCIA VÂNIA              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PR    | ES | MAGNO MALTA              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PMDB        | PI | MÃO SANTA                | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PRB   | RJ | MARCELO CRIVELLA         | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DEM         | PE | MARCO MACIEL             | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PSDB        | GO | MARCONI PERILLO          | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PSDB        | PA | MÁRIO COUTO              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| PSDB        | MS | MARISA SERRANO           | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| MDB         | SC | NEUTO DE CONTO           | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DT          | PR | OSMAR DIAS               | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| SDB         | AP | PAPALÉO PAES             | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| DT          | CE | PATRICIA SABOYA          | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| VDB         | RJ | PAULO DUQUE              | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| Bloco-PT    | RS | PAULO PAIM               | X    |      |           |    |                                 |      |      |
| VDB         | RS | PEDRO SIMON              | X    |      |           |    |                                 |      |      |

Compareceram: 76 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 103, de 2008**, da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires – RS, encaminhando manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no livro dos Heróis da Pátria*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 16, de 2008** (nº 264/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 489/2008, proferido nos autos do processo nº TC-017.237/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura.

A matéria vai, em 1ª autuação, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, em 2ª autuação, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 17, de 2008** (nº 271/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 494/2008, proferido nos autos do processo nº TC – 001.903/2006 – 5, bem como o Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada no Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 52, de 2002, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 359, DE 2008

### Retirada do PLS nº 608, de 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, de minha autoria, tendo em vista a perda de objeto da matéria, uma vez que o Senado Federal rejeitou a renovação da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF)

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Defiro o requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, vai ao arquivo e os Projetos de Lei do Senado nºs 207, de 2003, e 553, de 2007, que tramitam em conjunto, retornam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 360, 2008

Requeiro nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 351/2008, tendo em vista estar apresentado outro de igual teor com um maior número de signatários.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 361, DE 2008

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro Voto de Solidariedade à Srª Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelo para que as FARC a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e da Comunidade das Nações.

### Justificação

A angústia da família de Ingrid aumentou no último sábado depois da divulgação de notícias alarmantes sobre o estado de saúde da refém e dos esforços para que ela seja liberada.

Conforme relatos de reféns recentemente libertos pelas Farc, a franco-colombiana, Ingrid Betancourt, que está seqüestrada desde 23 de fevereiro de 2002, sofre de leishmaniose e hepatite B, além de estar em profunda depressão.

Na quinta-feira, dia 27, o governo colombiano anunciou, por intermédio do alto comissário para a Paz, Luis Carlos Restrepo, a intenção de trocar rebeldes das Farc por reféns. O ministro do Interior e da Justiça da Colômbia, Holguín Sardi, já assinou decreto neste sentido.

O governo francês se disse disposto, nesta segunda-feira, a examinar qualquer proposta que possa facilitar uma solução para a crise dos reféns na Colômbia, inclusive receber membros das Farc. As informações sobre o estado de saúde de Ingrid Betancourt e as declarações sobre possíveis negociações para sua libertação levaram o Presidente Nicolas Sarkozy a enviar um avião equipado com recursos médicos para a Guiana, pronto para dar atenção médica apropriada a franco-colombiana Ingrid Betancourt.

A Federação Internacional dos Comitês Ingrid Betancourt (FICIB) declarou-se satisfeita no domingo com a iniciativa de Sarkozy e pediu ao presidente colombiano Alvaro Uribe que interrompa “todas as ações militares”. A senadora Piedad Córdoba, da Colômbia, vem se empenhando sobremaneira nos últimos anos para que esta libertação seja concretizada.

O publicitário Juan Carlos Lecompte, marido de Ingrid Betancourt, se encontra em São Paulo a convite do presidente do Partido Verde, José Luiz Penna, onde procura apoios para a libertação de sua esposa. Nesta tarde ele está participando do Programa do Jô Soares. Ele expressou a mim o seu desejo de conversar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que também ele possa se empenhar para a realização dos passos que permitam a libertação de Ingrid Betancourt, de todos que estão prisioneiros e a instituição de instrumentos que permitam a pacificação da Colômbia com base na consecução dos princípios de justiça.

O Senado Federal assim como o Estado brasileiro tem a tradição de apoiar e trabalhar pela união entre as nações e pela solução pacífica dos conflitos. É importante que possamos nos somar e nos solidarizarmos com todas as ações que vissem a conseguir a

libertação das pessoas seqüestradas pelas Farc, bem como com a reintegração de seus membros à sociedade colombiana.

Sala das Sessões, 31 de março de 2008. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2008.

Senador EDUARDO MATARAZZO SÚPLICY

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 362, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Luiz Rosalvo Fin. Requeiro, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – **Augusto Botelho**, Senador da República.

#### REQUERIMENTO Nº 363, DE 2008

**Requer Voto de Aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização, no dia 2 de abril de 2008, da Festa do Tucumã.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização da Festa do Tucumã.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito de Uruará, Antônio Taumaturgo Caldas Coelho e, por seu intermédio, ao Presidente e demais membros da Câmara Municipal, bem, como e principalmente, à população da cidade.

### Justificação

O Município de Uruará, no médio Amazonas, é um dos mais importantes e progressistas do meu Estado. Ali anualmente se realiza a Festa do Tucumã, fruto de palmeira muito comum e apreciada na região. Da polpa do tucumã é produzida uma espécie de **cheeseburger**, popularmente apelidado de Xcaboclinho.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO Nº 364, DE 2008

#### Requer Voto de Aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas, pelo transcurso do XXVI aniversário de criação do município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas, pelo transcurso do seu XXVI aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito de Rio Preto da Eva, Sr. Anderson José de Souza e, por seu intermédio, ao Presidente e demais membros da Câmara Municipal, bem, como e principalmente, à população da cidade.

### Justificação

O Município de Rio Preto da Eva, no Amazonas, completou em março de 2008 seu XXVI aniversário. A cidade é uma das mais importantes e progressistas do meu Estado. A data sugere o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República. O povo de Rio Preto da Eva é merecedor da homenagem.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 365, DE 2008

#### Requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50,

§ 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal acerca do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos da região de fronteira.

### Justificação

O jornal **Diário do Amazonas** publica matéria baseada em informações do chefe da divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal em Brasília, dando conta da existência de tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos da região de fronteira.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo chefe do setor de direitos humanos, da Polícia Federal, para que esta Casa fique inteirada dos mecanismos de controle e repressão a essa prática criminosa.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 366, DE 2008

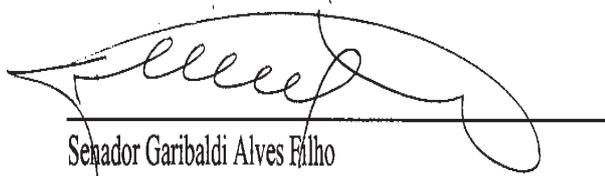
Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 17 de abril de 2008, seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

### Justificação

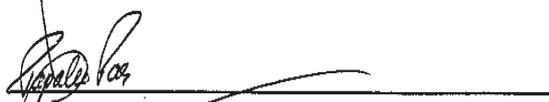
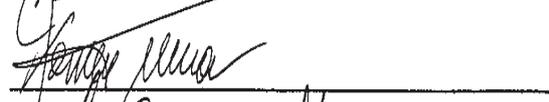
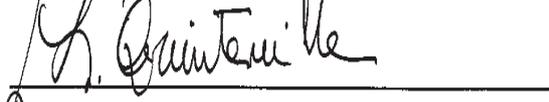
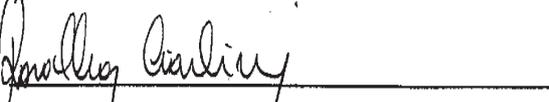
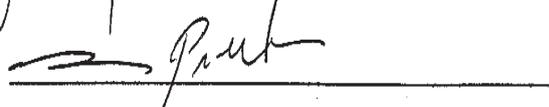
Assis Chateaubriand, jornalista que escreveu num dos principais momentos da vida nacional, especialmente o período de 1925 a 1960. Legou às gerações vindouras os melhores exemplos de civismo e dedicação à Pátria e ao seu povo. Atuou em múltiplas atividades, além do jornalismo – advocacia, política, diplomacia, agropecuária etc. Foi o idealista de um programa de elevação do nível cívico e cultural do povo brasileiro,

através da motivação ao debate das grandes questões nacionais e do incentivo ao desenvolvimento das ciências, das artes e das letras. Morto em 4 de abril de 1968, deixou registrado em uma de suas frases o seu entusiasmo pela vida e a sua tenacidade pelo trabalho: “*Quero morrer em pleno ato de viver*”. Resta-nos, pois, nada mais justo do que reverenciarmos o nobre jornalista com uma comemoração especial em homenagem aos 40 anos de sua passagem.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 367, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Louvor aos Municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D'Oeste, os quais foram selecionados pela Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com apoio do Ministério de Educação (MEC), como integrantes de uma seleta relação de 37 municípios brasileiros que oferecem ensino público de qualidade.

#### Justificação

O estudo “Redes de aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender” mapeou cidades nas quais, o que faz a diferença é a escola pública e não a escolaridade dos pais, a renda familiar ou o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, é mister destacar que os pesquisadores identificaram dez ações adotadas por esses municípios que, segundo o estudo, garantiram melhor desempenho dos alunos:

- 1 – ensino de resultados: escolas traçam metas para que os alunos aprendam;
- 2 – método de ensino integrado para todas as escolas do município;
- 3 – planejamento do ensino com a participação dos pais;
- 4 – avaliações regulares;
- 5 – valorização dos professores;
- 6 – formação contínua dos professores;
- 7 – estímulo à leitura;
- 8 – atenção individual aos alunos;
- 9 – atividades extraclasse e
- 10 – parcerias em esportes, cultura, assistência social e saúde.

A propósito, gostaria de reproduzir frase emblemática de um professor de Marilena, no contexto da seleção dos municípios que apresentam desempenho superior ao resto do País em indicadores do ensino básico (níveis fundamental e médio): “*A gente não deixa nenhum aluno para trás*”.

Os cinco municípios do Paraná que se destacam por oferecerem ensino público diferenciado merecem o nosso aplauso. As estratégias adotadas nas escolas dos municípios em epígrafe devem ser valorizadas e disseminadas por todo o Estado do Paraná.

Pelo incontestável papel em prol da formação cidadã e do desenvolvimento social, educacional, político do Paraná, os municípios listados, bem como o magistério local e a população em geral são merecedores do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira, razão pela qual, com base no artigo 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro este voto de louvor e congratulações.

Sala das sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2008****Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 24-A. É garantida ao índio a exploração da terra indígena por meio de parceria nas modalidades agrícola, pecuária e turística, preservada a exclusividade da posse indígena.

§ 1º Para efeitos do disposto no **caput** deste artigo, define-se parceria como o contrato celebrado entre uma entidade jurídica constituída exclusivamente por índios e outra, constituída por não-índios, em que ambas as partes se propõem a desenvolver atividades de exploração agrícola, pecuária ou turística em terras indígenas.

§ 2º É vedado, para fins desta Lei, a celebração de contrato entre pessoas físicas.

§ 3º Nos contratos de parceria indígena constarão cláusulas que assegurem:

I – a participação indígena nos resultados do empreendimento de, no mínimo, cinco por cento sobre o lucro líquido obtido no decorrer do período de tempo acordado no contrato;

II – prazo mínimo de três anos de vigência do contrato.

§ 4º É lícito o rateio entre as partes dos custos de edificações e benfeitorias necessárias para o empreendimento;

§ 5º Ao término do contrato de parceria indígena a entidade jurídica constituída por não-indígenas não terá direito a indenização pelas benfeitorias e edificações por ela realizadas sobre a Terra Indígena onde se realizar o empreendimento.

Art. 24-B. Os contratos de parceria de que trata esta lei deverão ser previamente aprovados pelos órgãos do Poder Executivo responsáveis pela política indigenista.

Art. 24-C”. Na exploração da terra indígena mediante parceria, serão observadas, no que couberem, as disposições da legislação agrária, ambiental e indigenista.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Aprovado, em 1973, o Estatuto do Índio constitui importante instrumento de proteção às terras e às comunidades indígenas, na medida em que busca garantir diversas

formas de assistência ao índio. Após trinta e quatro anos de sua edição, o Estatuto ainda é, hoje, a principal norma legal que dispõe sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com as comunidades indígenas.

Posteriormente, com o advento, em 1988, da promulgação da nova Constituição Brasileira, deu-se início a uma nova realidade para as comunidades indígenas. Certamente, um dos principais avanços da nova Lei Maior foi o capítulo que consagrou os direitos indígenas: rompendo uma tradição secular, a Constituição Cidadã – como é conhecida – reconheceu aos índios o direito de viver de acordo com sua própria cultura.

Contudo, em que pesem os avanços ocorridos desde 1988, ainda se pode observar na política indigenista brasileira uma significativa contradição: enquanto se clama pela aceleração das demarcações de terras de índios, impõem-se naturalmente barreiras ao desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas. Sozinhas, essas comunidades encontram sérias dificuldades em explorar suas terras em benefício próprio e, muitas vezes, pressionadas pela necessidade de sobrevivência, permitem-se firmar parcerias ilegais e lesivas ao meio ambiente.

Tais parcerias resultam em conflitos e degradação ambiental, que a homologação de terras por si só não consegue evitar. Homologação de terras não garante que o desenvolvimento das comunidades aconteça de forma adequada.

Assim, entendemos ser imprescindível regular as relações entre índios e não-índios no que diz respeito à parceria, para que as atividades desenvolvidas em terras indígenas promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades, com o devido respeito à identidade e à autonomia das culturas indígenas. Afinal, a despeito de toda política protecionista, não têm sido atendidas as necessidades crescentes dos índios e de suas comunidades.

Existe, hoje, um entendimento equivocado de que toda relação de parceria do índio com o não-índio resulta em exploração das comunidades indígenas e na má utilização dos recursos circunscritos a seu território. Isso decorre da falta de diretiva expressa de que essa relação pode se dar na forma de parceria, em que seja forçosamente preservada a exclusividade da posse indígena.

Nesse caso, a parceria é o melhor caminho. Afinal, parceria, em suas várias modalidades, tem por escopo a formação de uma unidade empreendedora, em que, de um lado, situa-se quem detém a posse da terra e, de outro, um conjunto de pessoas que se propõe a auxiliar na exploração econômica dos recursos. No final, são repartidos os riscos, os lucros, os frutos ou produtos do que for produzido. E essa relação jurídica pressupõe que não haja subordinação entre os contratantes. É uma associação de interesses econômicos comuns.

Em face do exposto, apresentamos o presente projeto de lei, entendendo ser esta uma importante iniciativa para, definitivamente, afastar dúvidas quanto à legalidade da parceria entre índios e não-índios e possibilitar o desenvolvimento de atividades econômicas em terras indígenas.

Esperamos, dessa forma, contar com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

Em 2 de abril de 2008. – Senador **Augusto Boitelho**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973

#### Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

#### TÍTULO I

#### Dos Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente à comunhão nacional.

Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.

Art. 2º cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos;

I – estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II – prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integradas à comunhão nacional;

III – respeitar, ao proporcionar aos índios meio para seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;

IV – assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;

V – garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;

VI – respeitar, no processo de integração de índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;

VII – executar sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;

VIII – utilizar a cooperação de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria

de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;

IX – garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos de Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;

X – garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em fase da legislação lhes couberem.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3º Para os efeitos de lei ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:

I – Índio ou Silvícola – É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é intensificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

II – Comunidade Indígena ou Grupo Tribal – É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes sem, contudo estarem neles integrados.

Art. 4º Os índios são considerados:

I – Isolados – Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

II – Em vias de integração – Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservem menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão vez mais para o próprio sustento;

III – Integrados – Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

#### TÍTULO II

#### Dos Direitos Civis e Políticos

#### CAPÍTULO I

#### Dos Princípios

Art. 5º Aplicam-se aos índios ou silvícolas as normas dos artigos 145 e 146, da Constituição Federal, relativas à nacionalidade e à cidadania.

Parágrafo único. O exercício dos direitos civis e políticos pelo índio dependem da verificação das condições especiais estabelecidas nesta Lei e na legislação pertinente.

Art. 6º Serão respeitados os usos, tradições costumes das comunidades indígenas e seus efeitos, nas

relações *de* família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas de direito comum às relações entre índios não integrados e pessoas estranhas à comunidade indígena, executados os que forem menos favoráveis a eles e ressalvado o disposto nesta Lei.

## CAPÍTULO II Da Assistência ou Tutela

Art. 7º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.

§ 1º Ao regime tutelar estabelecido nesta lei aplicam-se no que couber, os princípios e as normas da tutela do direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória.

§ 2º Incumbe a tutela à União, que a exercerá através do competente órgão federal de assistência aos silvícolas.

§ 3º São nulos os atos praticados entre índios não integrados e qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente.

Parágrafo único. Não se aplica a regra deste artigo no caso em que o índio revele consciência e conhecimento do ato praticado, desde que não lhe seja prejudicial, e da extensão dos seus efetivos.

Art. 9º Qualquer índio poderá requerer ao Juízo competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:

I – idade mínima de 21 anos;

II – conhecimento da língua portuguesa;

III – habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;

IV – razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

Parágrafo único. O juiz decidirá após instrução sumária, ouvidos o órgão de assistência ao índio e o Ministério Público transcrita, a sentença concessiva no registro civil.

Art. 10. Satisfeitos os requisitos do artigo anterior, e a pedido escrito do interessado, o órgão de assistência poderá reconhecer ao índio, mediante declaração formal, a condição de integrado, cessando toda restrição à capacidade, desde que, homologado juridicamente o ato, seja inscrito no registro civil.

Art. 11. Mediante decreto do Presidente da República poderá ser declarada a emancipação da comunidade indígena e de seus membros, quando ao regime

tutelar estabelecido em lei; desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, exigir-se-á o preenchimento, pelos requerentes, dos requisitos estabelecidos no artigo 9º.

## CAPÍTULO III Do Registro Civil

Art. 12. Os nascimentos e óbitos, e os casamentos civis dos índios não integrados, serão registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação.

Parágrafo único. O registro civil será feito a pedido do interessado ou da autoridade administrativa competente.

Art. 13. Haverá livros próprios, no órgão competente de assistência, para o registro administrativo de nascimentos e óbitos dos índios, da cessação de sua incapacidade e dos casamentos contraídos segundo os costumes tribais.

Parágrafo único. O registro administrativo constituirá, quanto couber, documento hábil para proceder ao registro civil do alto correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova.

## CAPÍTULO IV Das condições de trabalho

Art. 14. Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.

Art. 15. Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizados com os índios de que trata o art. 4º, I.

Art. 16. Os contratados de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

§ 1º será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da vida comunitária.

§ 2º Em qualquer caso de prestação *de* serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanentes fiscalização das condições de trabalho, denunciados os abusos e providenciando as providências a aplicação das sanções cabíveis.

§ 3º O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especificação indigenista.

### TÍTULO III Das Terras dos Índios

#### CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

I – as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição;

II – as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;

III – as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§ 1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuárias ou extrativa.

§ 2º vetado.

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§ 2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão do interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petítória ou à demarcatória.

Art. 20. Em caráter experimental e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em áreas indígenas, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

§ 1º A intervenção poderá ser decretada:

a) para por termo à luta entre grupos tribais;

b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal;

c) por imposição da segurança nacional;

d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;

e) para reprimir a turbacão ou esbulho em larga escala;

f) para exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional;

§ 2º A intervenção executar-se-á nas condições estipuladas no decreto e sempre por meios suasórios, dela podendo resultar, segundo a gravidade do fato, uma ou algumas das medidas seguintes:

a) contenção de hostilidades, evitando-se o emprego de força contra os índios;

b) deslocamento de grupos tribais de uma para outra área;

c) remoção de grupos tribais de uma outra área;

§ 3º Somente caberá a remoção de grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

§ 4º A comunidade indígena removida será integralmente ressarcida dos prejuízos decorrentes da remoção.

§ 5º O ato de intervenção terá a assistência direta do órgão federal que exercita tutela do índio.

Art. 21. As terras espontânea e definitivamente abandonadas por comunidade indígena ou grupo tribal reverterão, por proposta do órgão federal de assistência ao índio e mediante ato declamatório do Poder Executivo, à posse e ao domínio pleno da União.

#### CAPÍTULO I Das Terras Ocupadas

Art. 22. Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União (artigos 4º, IV, e 198 da Constituição Federal).

Art. 23. Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva de terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais detêm e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.

Art. 24. O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

§ 1º Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§ 2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem que ser aplicadas.

Art. 25. O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal, independe de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

### CAPÍTULO III Das Áreas Reservadas

Art. 26. A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades:

- a) reserva indígena;
- b) parque indígena;
- c) colônia agrícola indígena;
- d) território federal indígena;

Art. 27. Reserva Indígena é uma área destinada a servir de habitat a grupos indígenas, com os meios suficientes à sua subsistência.

Art. 28. Parque Indígena é a área contida em terra para posse dos índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

§ 1º Na administração dos parques serão respeitadas a liberdade, usos, costumes e tradições dos índios.

§ 2º As medidas de polícia, necessárias à ordem interna e à preservação das riquezas existentes na área do parque, deverão ser tomadas por meios suasórios e de acordo com interesse dos índios que nela habitam.

§ 3º O loteamento das terras do parque indígena obedecerá ao regime de propriedade, usos e costumes tribais, bem como as normas administrativas nacionais, que deverão ajustar-se aos interesses das comunidades indígenas.

Art. 29. Colônia agrícola é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos acumuladas e membros da comunidade nacional.

Art. 30. Território federal indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em re-

gião na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios.

Art. 31. As disposições deste Capítulo serão aplicadas, no que couber, às áreas em que a posse decorra da aplicação do artigo 198, da Constituição Federal.

### CAPÍTULO IV Das Terras de Domínio Indígena

Art. 32. São de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena, conforme o caso, as terras havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Art. 33. O índio integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trechos de terras inferior a cinquenta hectares, adquirir-lhe-á propriedade plena.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às terras do domínio da União, ocupadas por grupos tribais, às áreas reservadas de que trata esta Lei, nem às terras de propriedade coletiva de grupo tribal.

### CAPÍTULO V Da Defesa das Terras Indígenas

Art. 34. O órgão federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares da Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas.

Art. 35. Cabe ao órgão federal de assistência ao índio a defesa jurídica ou extrajudicial dos direitos dos silvícolas e das comunidades indígenas.

Art. 36. Sem prejuízos do disposto no artigo anterior compete à União adotar as medidas administrativas ou propor, por intermédio do Ministério Público Federal, as medidas judiciais adequadas à proteção da posse dos silvícolas sobre as terras que habitam.

Parágrafo único. Quando as medidas judiciais previstas neste artigo, forem propostas pelo órgão federal de assistência, ou contra ele, a União será litisconsorte ativa ou passiva.

Art. 37. Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio.

Art. 38. As terras indígenas são inusucapíveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20.

### TÍTULO IV Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena

Art. 39. Constituem bens do Patrimônio Indígena:

I – as terras pertencentes ao domínio dos grupos tribais ou comunidades indígenas;

II – O usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas por grupos tribais ou comunidades indígenas e nas áreas a eles reservadas.

III – os bens móveis ou imóveis, adquiridos a qualquer título.

Art. 40. São titulares do patrimônio indígena:

I – população indígena do País, no tocante a bens ou rendas pertencentes ou destinadas aos silvícolas, sem discriminação de pessoas ou grupos tribais;

II – o grupo tribal ou comunidades indígenas determinada, quanto à posse e usufruto das terras por ele exclusivamente ocupadas, ou eles destinadas;

III – a comunidade indígenas ou grupos tribal nomeados no título aquisitivo da propriedade, em relação aos respectivos imóveis.

Art. 41. Não integram o Patrimônio Indígena:

I – as terras de exclusiva posse ou domínio do índio ou silvícola, individualmente considerados, e o usufruto das respectivas riquezas naturais e utilidades;

II – a habitação, os móveis e utensílios doméstico, os objetos de uso pessoal, os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral dos silvícolas.

Art. 42. Cabe ao órgão de assistência a gestão do Patrimônio Indígena propiciando-se, porém a participação dos silvícolas e dos grupos tribais na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstrem capacidade efetiva para o seu exercício.

Parágrafo único. O arrolamento dos bens do Patrimônio Indígena será permanentemente atualizado, procedendo-se à fiscalização rigorosa de gestão, mediante controle interno e externo a fim de tornar efetiva a responsabilidade dos seus administradores.

Art. 43. A renda indígena é a resultante da aplicação de bens e utilidades integrantes do patrimônio Indígena, sob a responsabilidade do órgão de assistência ao índio.

§ 1º A renda indígena será preferencialmente reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio.

§ 2º A reaplicação prevista no parágrafo anterior reverterá principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos.

Art. 44. As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata das áreas referidas.

Art. 45. A exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-

se-á nos termos da legislação vigente, observando o disposto nesta lei.

§ 1º O Ministério do interior, por meio do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietário do solo, mas a participação no resultado da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno, reverterão em benefício dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§ 2º Na salvaguarda dos interesses do patrimônio Indígena e do bem estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

Art. 46. O corte de madeira nas florestas indígenas consideradas no regime de preservação permanente, de acordo com a letra g e § 2º, do artigo 3º, do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos, para o aproveitamento das terras respectivos na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento.

## TÍTULO V

### Da Educação, Cultura e Saúde

Art. 47. É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de exploração.

Art. 48. Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art. 49. A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art. 50. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art. 51. A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com seu grau de culturação.

Art. 53. O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas nomeadas.

Art. 54. Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados.

Art. 55. O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

## TÍTULO VI Das Normas Penais

### CAPÍTULO I Dos Princípios

Art. 56. No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também ao grau de integração silvícola.

Parágrafo único. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do condenado.

Art. 57. Será tolerada aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte.

### CAPÍTULO II Dos Crimes contra os Índios

Art. 58. Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena:

I – escarnecer de cerimônia, rito, uso, costumes ou tradição culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática. Pena – detenção de um a três meses;

II – utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. Pena – detenção de dois a seis meses;

III – propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados. Pena – detenção de seis meses a dois anos;

Parágrafo único. As penas estatuídas neste artigo são agravadas de um terço, quando o crime for praticado por funcionário ou empregado do órgão de assistência ao índio.

Art. 59. No caso de crime contra a pessoa, o patrimônio ou os costumes, em que o ofendido seja índio não integrado ou comunidade indígena, a pena será agravada de um terço.

## TÍTULO VII Disposições Gerais

Art. 60. Os bens e rendas do Patrimônio Indígena gozam de plena isenção tributária.

Art. 61. São extensivos os interesses do Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto

à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, ações especiais; prazos processuais, juros e custas.

Art. 62. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§ 1º Aplica-se o dispositivo neste artigo as terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade e particular.

§ 2º Ninguém terá direito a ação ou indenização contra a União, o órgão de assistência ao índio ou os silvícolas em virtude da nulidade e extinção de que trata este artigo, ou de suas conseqüências econômicas.

§ 3º Em caráter excepcional e a juízo exclusivo do dirigente do órgão de assistência ao índio, será permitida a continuação, por prazo razoável, dos efeitos dos contratos de arrendamento em vigor da data desta Lei, desde que a sua extinção acarrete graves conseqüências sociais.

Art. 63. Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente em causas que envolvam interesse de silvícolas ou do Patrimônio Indígena, sem prévia audiência da União e do órgão de proteção ao índio.

Art. 64. Vetado

Parágrafo único. Vetado.

Art. 65. O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.

Art. 66. O órgão de proteção ao silvícola fará divulgar e respeitar as normas da Convenção nº 107, promulgada pelo Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966.

Art. 67. É mantida a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Art. 68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República. – **EMÍLIO G. MÉDICI – Alfredo Buzaid – Antônio Delfim Netto – José Costa Cavalcanti.**

Publicado no **Diário Oficial** de 21 de dezembro de 1973.

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 285, DE 2008**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (PLC nº 1.213, de 2007, na origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.**

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

Relator *ad hoc*: Senador **Sibá Machado**

**I – Relatório**

Submete-se a exame o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2007 (PLC nº 1.213, de 2007, na origem), encaminhado, nos termos do art. 61 da Constituição Federal pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O PLC em exame tem por objetivo criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda existente no STJ. Com efeito, incontáveis processos são baseados em matérias idênticas, com entendimento já pacificado nessa Corte.

O projeto em apreço espelha-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418, de 2006, que criou mecanismo simplificado para o julgamento de recursos múltiplos, fundados em matéria idêntica, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim é que em caso de multiplicidade de recursos fundados na mesma matéria, a Suprema Corte poderá julgar um ou mais deles representativos da controvérsia, sobrestando a tramitação dos demais. A decisão pela inadmissibilidade dos recursos selecionados fará com que seja negado seguimento às demais ações idênticas. Sendo de mérito a decisão, os tribunais de origem poderão se retratar ou considerar prejudicados os recursos. Uma vez mantida a decisão contrária ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, o recurso retornará para que a Corte Suprema o julgue, podendo cassar a decisão atacada ou mudar o entendimento firmado, ainda que apenas para o caso específico, dentro das suas peculiaridades.

A proposta em exame busca disponibilizar mecanismo semelhante para o julgamento do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. Nos termos de seu art. 1º, § 1º, o presidente do tribunal de origem, ao verificar a multiplicidade de recursos espe-

ciais fundados na mesma matéria, poderá selecionar um ou mais processos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Superior Tribunal de Justiça, suspendendo os demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte.

Caso não seja adotada a providência acima descrita, o relator no STJ, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência firmada ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de origem, dos recursos onde a controvérsia já esteja estabelecida, conforme o § 2º, art. 1º, da proposição.

A fim de garantir que o contraditório seja amplamente exercido, o relator poderá solicitar informações aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia (art. 1º, § 3º). Ainda, considerando o relator a relevância da matéria, poderá admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia (art. 1º, § 4º). Após, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias. A seguir o processo será incluído na pauta do órgão competente e terá preferência sobre os demais, com exceção daqueles que envolvam réu preso e os **habeas corpus** (art. 1º, § 6º).

Uma vez publicado o acórdão do STJ, os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação daquele tribunal superior, ou serão novamente examinados pelo tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ (art. 1º § 7º). Nesta última hipótese, mantida a decisão divergente, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

**II – Análise**

A matéria tratada na Proposição em exame é de competência desta Comissão, quanto à regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, bem como quanto ao mérito.

O PLC nº 117, de 2007, é oportuno e conveniente, em razão de proporcionar maior celeridade à prestação jurisdicional.

Inegável o volume de processos que todos os dias se acumulam nos tribunais brasileiros, o que impossibilita o julgamento com rapidez e eficácia, trazendo morosidade ao Poder Judiciário e descontentamento a todos.

A simplificação no julgamento dos processos múltiplos, com idêntico fundamento, é medida salutar e importante para desafogar os tribunais. A inovação contida no projeto em exame, a oitiva de terceiros interessados no processo, fortalece o princípio da se-

gurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa na prolação da decisão judicial.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e encontra-se lavrada em boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, merece o nosso apoio em razão de as alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento da legislação processual vigente.

Cumprido salientar que o projeto vem atender aos anseios de racionalização procedimental em razão daqueles processos tidos por repetitivos, no âmbito do STJ, possibilitando o auxílio, através dos tribunais locais, na escolha dos chamados precedentes paradigmáticos. Neste ponto encontramos um dado muito interessante, em momento algum o projeto propõe a irrecorribilidade da decisão que determina a suspensão do trâmite dos demais recursos – que ficariam nos tribunais locais aguardando o julgamento dos paradigmas eleitos – senão antes, a própria lei processual reserva o agravo do art. 544 CPC, como instrumento eficaz para, não se conformando a parte com a decisão que sobrestou seu recurso, instar sua apreciação.

Com relação às emendas apresentadas pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, entendemos que elas não devem ser acatadas por não representarem avanços ao texto legal que ora analisamos.

A emenda nº 1 busca retirar a previsão da inclusão do processo em pauta de “Seção”, alterando o § 6º do artigo 543-C proposto pelo projeto de lei. Desta forma, fica previsto apenas a inclusão em pauta da Corte Especial. Não nos parece razoável, pois a redação original é a que mais se coaduna com a organização do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que o STJ tem seu funcionamento por áreas de especialização, fixadas em função da natureza da relação jurídica litigiosa, conforme determinam os artigos 8º e 9º do seu Regimento Interno.

Portanto, acatar a alteração proposta significa ir de encontro às regras de funcionamento do Tribunal. A manutenção da expressão “Seção” no texto da Lei é o mais indicado.

É importante que se tenha claro que diferentemente do que ocorre no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça a atuação é especializada, pois os Ministros se dedicam ao estudo e à interpretação das leis federais em determinadas matérias, conforme o órgão julgador a que pertençam, com exceção da Corte Especial, cuja competência está definida nos artigos 8º e 11 do Regimento Interno do STJ. Logo, não haveria prejuízo, pois em alguns casos o assunto será tratado nas Seções especializadas e em outros, na Corte Especial.

Além disso, a competência dos órgãos julgadores é matéria que deve ser disciplinada no âmbito do

Regimento Interno do STJ. Importa frisar que, após aprovada a alteração da Lei, o STJ deverá regulamentar a inovação processual.

A emenda nº 2 propõe a alteração do § 7º ao artigo 543-C proposto pelo projeto de lei, com vistas a estabelecer quorum mínimo de dois terços dos Ministros integrantes da Corte Especial para que a aprovação da súmula tenha efeito vinculante.

Entendemos que deve ser mantido o texto original, visto que a qualificação de quorum também é matéria tipicamente regimental, sendo desnecessária tal regulamentação em Lei.

Devemos ainda ressaltar que o assunto não tem o alcance jurisdicional da Súmula Vinculante, pois não se propõe subordinar os Tribunais às decisões do Superior Tribunal de Justiça, mas apenas criar procedimento para julgar matérias repetitivas, podendo o Tribunal de origem divergir do STJ, nos termos do § 8º do art. 543-C, em discussão. Súmula vinculante é prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal, insculpida na Constituição Federal em seu artigo 113-A.

### III – Voto

Em face de todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007, pela rejeição das Emendas nº 1 e 2 apresentadas e pela apresentação da seguinte emenda de redação:

#### EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao PLS nº 117, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º .....

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de **Habeas corpus**.

Sala da Comissão, 19 de março de 2008.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 117 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

|   |   |
|---|---|
| PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>   |   |
| RELATOR: "ad hoc" <i>Sibá Machado</i> <i>Ben Sibá Machado</i>               |   |
| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)<sup>1</sup></b> |   |
| SERYS SLHESSARENKO  | 1. JOÃO RIBEIRO                                 |
| SIBÁ MACHADO <i>(Relator) "ad hoc"</i>                                      | 2. INÁCIO ARRUDA                                |
| EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>  | 3. CÉSAR BORGES                                 |
| ALOIZIO MERCADANTE  | 4. MARCELO CRIVELLA                             |
| IDELI SALVATTI  | 5. MAGNO MALTA                                  |
| ANTONIO CARLOS VALADARES  | 6. JOSÉ NERY (PSOL) <sup>2</sup>                |
| <b>PMDB</b>   |   |
| JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>                                      | 1. ROSEANA SARNEY                               |
| PEDRO SIMON   | 2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA               |
| ROMERO JUCÁ   | 3. LEOMAR QUINTANILHA                           |
| ALMEIDA LIMA  | 4. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>             |
| VALTER PEREIRA  | 5. JOSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>            |
| GILVAM BORGES <i>[assinatura]</i>   | 6. NEUTO DE CONTO                               |
| <b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>  |   |
| ADELMIR SANTANA   | 1. ELISEU RESENDE                               |
| MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>  | 2. JAYME CAMPOS                                 |
| DEMÓSTENES TORRES   | 3. JOSÉ AGRIPINO                                |
| KÁTIA ABREU   | 4. ALVARO DIAS <sup>3</sup> <i>[assinatura]</i> |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR   | 5. MARIA DO CARMO ALVES <i>[assinatura]</i>     |
| ARTHUR VIRGÍLIO   | 6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>            |
| EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>   | 7. JOÃO TENÓRIO                                 |
| LÚCIA VÂNIA   | 8. MARCONI PÉRILLO                              |
| TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>  | 9. MÁRIO COUTO <i>[assinatura]</i>              |
| <b>PTB<sup>4</sup></b>  |   |
| EPITÁCIO CAFETEIRA  | 1. MOZARILDO CAVALCANTI                         |
| <b>PDT</b>  |   |
| JEFFERSON PÉRES   | 1. OSMAR DIAS <i>[assinatura]</i>               |

Atualizada em: 14/02/2008

<sup>1</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

<sup>2</sup> Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

<sup>3</sup> Vaga cedida pelo Democratas;

<sup>4</sup> Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....  
Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 11.417, de 2006).

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

.....  
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

**Vide texto compilado**

**Institui o Código de Processo Civil.**

.....  
Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso. (Revogado e alterado pela Lei nº 8.950 de 13-12-1994)

§ 1º O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

§ 2º A petição de agravo será dirigida à presidência do tribunal de origem, não dependendo do pagamento de custas e despesas postais. O agravado será intimado, de imediato, para no prazo de 10 (dez) dias oferecer resposta, podendo instruí-la com cópias das peças que entender conveniente. Em seguida, subirá o agravo ao tribunal superior, onde será processado na forma regimental. (Redação dada pela Lei nº 10.352 de 26-12-2001)

§ 3º Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial. (Redação dada pela Lei nº 9.756 de 17-12-1998)

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também ao agravo de instrumento contra denegação de recurso extraordinário, salvo quando, na mesma causa, houver recurso especial admitido e que deva ser julgado em primeiro lugar. (Incluído pela Lei nº 8.950 de 13-12-1994)

.....  
LEI Nº 11.418, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

**Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.**

**DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 – RISF**

**RELATÓRIO**

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

**I – Relatório**

Submete-se a exame o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2007 (PLC nº 1.213, de 2007, na origem), encaminhado, nos termos do art. 61 da Constituição Federal pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Códigos de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O PLC em exame tem por objetivo criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda existente no STJ. Com efeito, incontáveis processos são baseados em matérias idênticas, com entendimento já pacificado nessa Corte.

O projeto em apreço espelha-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418, de 2006, que criou mecanismo simplificado para o julgamento de recursos múltiplos, findados em matéria idêntica, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim é que em caso de multiplicidade de recursos fundados na mesma matéria, a Suprema Corte poderá julgar um ou mais deles representativos da controvérsia, sobrestando a tramitação dos demais. A decisão pela inadmissibilidade dos recursos selecionados fará com que seja negado seguimento às demais ações idênticas. Sendo de mérito a decisão, os tribunais de origem poderão se retratar ou considerar prejudicados os recursos. Uma vez mantida a decisão contrária ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, o recurso retornará para que a Corte Suprema o julgue, podendo cassar a decisão atacada ou mudar o entendimento firmado, ainda que apenas para o caso específico, dentro das suas peculiaridades.

A proposta em exame busca disponibilizar mecanismo semelhante para o julgamento do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. Nos termos de seu art. 1º, § 1º, o presidente do tribunal de origem, ao verificar a multiplicidade de recursos especiais fundados na mesma matéria, poderá selecionar um ou mais processos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Superior Tribunal de Justiça, suspendendo os demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte.

Caso não seja adotada a providência acima descrita, o relator no STJ, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência firmada ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de origem, dos recursos onde a controvérsia já esteja estabelecida, conforme o § 2º, art. 1º, da proposição.

A fim de garantir que o contraditório seja amplamente exercido, o relator poderá solicitar informações aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia (art. 1º, § 3º). Ainda, considerando o relator a relevância da matéria, poderá admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia (art. 1º, § 41). Após, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias. A seguir o processo será incluído na pauta do órgão competente e terá preferência sobre os demais, com exceção daqueles que envolvam réu preso e os **habeas corpus** (art. 1º, § 6º).

Uma vez publicado o acórdão do STJ, os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação daquele tribunal superior, ou serão novamente examinados pelo tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ (art. 1º, § 7º). Nesta última hipótese, mantida a decisão divergente, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

Não foram apresentadas emendas.

## II – Análise

A matéria tratada na Proposição em exame é de competência desta Comissão, quanto à regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, bem como quanto ao mérito.

O PLC nº 117, de 2007; é oportuno e conveniente, em razão de proporcionar maior celeridade à prestação jurisdicional.

Inegável o volume de processos que todos os dias se acumulam nos tribunais brasileiros, o que impossibilita o julgamento com rapidez e eficácia, trazendo morosidade ao Poder Judiciário e descontentamento a todos.

A simplificação no julgamento dos processos múltiplos, com idêntico fundamento, é medida salutar e importante para desafogar os tribunais. A inovação contida no projeto em exame, a oitiva de terceiros interessados no processo, fortalece o princípio da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa na prolação da decisão judicial.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e encontra-se lavrada em boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, merece o nosso apoio em razão de as alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento da legislação processual vigente.

## III – Voto

Em face de todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007, com a emenda de redação que a seguir apresento:

### EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao PLS nº 117, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º .....

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de **Habeas corpus**.

Sala da Comissão, – **Serys Slhessarenko**, Relatora.

### PARECER Nº 286, DE 2008

**Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo (CDR), sobre o substituto da Câmara ao projeto de lei dos Senado nº 93, de 2006, ( nº 7.648/2006, naquela Casa), de autoria**

**do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.**

Relator: Senador **Gim Argello**

### **I – Relatório**

De autoria do Senador Flexa Ribeiro, o projeto em pauta, apresentado no dia 19 de abril de 2006, foi formulado com o propósito de prorrogar para 30 de dezembro de 2007 o prazo para a aprovação dos planos diretores municipais, estabelecido no art. 50 do Estatuto da Cidade.

Ao justificar sua iniciativa, o autor destacou a importância do plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano executada pelo poder municipal, norma de elaboração obrigatória para as cidades com mais de 20 mil habitantes, como determina o art. 182 da Constituição Federal. Para ele, não menos importante como papel institucional do plano diretor é sua condição, também atribuída pela Constituição, de referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Ao regular o mencionado dispositivo constitucional, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabeleceu o prazo de cinco anos para a aprovação do plano diretor nos municípios que ainda não o tivessem elaborado. Como o vencimento desse prazo ocorreria em outubro de 2006 e seu inadimplemento, nos termos do art. 52 do Estatuto da Cidade, implicaria a caracterização de improbidade administrativa, o autor do projeto, diante da constatação de que muitos municípios não lograriam cumpri-lo, em face de variadas causas e dificuldades, tomou a iniciativa de propor o adiamento do prazo originalmente assinado para o dia 30 de dezembro de 2007.

A prorrogação do prazo em pouco mais de um ano teria, assim, o objetivo de assegurar o aporte técnico e a adoção de metodologia participativa na elaboração dos planos, conforme determinação do próprio Estatuto da Cidade.

Distribuído a esta Comissão para decisão terminativa, o projeto foi aprovado por unanimidade. Remetido à Câmara dos Deputados, foi examinado nas Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que concluíram por um substitutivo que altera o texto oriundo do Senado em três aspectos. A primeira alteração, promovida em decorrência dos próprios prazos de tramitação legislativa, pretende fixar o vencimento do prazo no dia 30 de junho de 2008. A segunda assinala o prazo intermediário de 28 de fevereiro de 2008, não previsto no projeto aprovado nesta Casa, para que o Executivo Municipal envie à respectiva Câmara o projeto de lei do plano diretor. Por fim, a Câmara dos Deputados adita, à cláusula de vigência da lei proposta, comando no sentido de fazer retroagir seus efeitos a 10 de outubro de 2006, data em que expirou o prazo fixado no Estatuto da Cidade.

### **II – Análise**

Cumpra agora ao Senado Federal manifestar-se quanto às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados.

De fato, a ausência do plano diretor traz inúmeras conseqüências substantivas para a gestão urbana, uma vez que tanto a Constituição quanto o Estatuto da Cidade condicionam a aplicação de diversos instrumentos de política urbana à sua previsão na lei municipal do plano diretor. Inserem-se nesse contexto, por exemplo, os seguintes institutos jurídicos: parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, direito de preempção, operação urbana consorciada, transferência do direito de construir e outorga onerosa do direito de construir.

De outra parte, tão importante quanto os aspectos técnicos envolvidos é o processo participativo requerido para a elaboração do plano diretor. Somente com a participação dos vários segmentos sociais presentes nas cidades é possível pactuar, ou repactuar, o processo de desenvolvimento urbano, de maneira a torná-lo sustentável em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Ocorre, contudo, que, embora a campanha promovida pelo Ministério das Cidades no sentido de estimular e apoiar a elaboração dos planos diretores tenha sido muito bem sucedida, cerca de 25% dos municípios em que a tarefa é obrigatória, por várias razões, ainda não a concluíram.

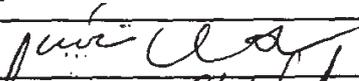
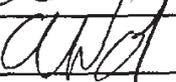
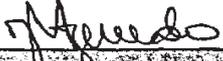
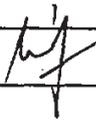
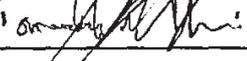
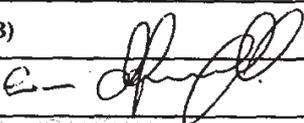
Como o plano diretor é o produto final de um processo de planejamento cuja implementação depende da existência de um conjunto de pré-requisitos, os quais, lamentavelmente, inexistem na maior parte dos municípios, trata-se, na prática, de enfrentar grandes desafios, circunstância que toma justa a dilação proposta em relação ao prazo legal.

Merecem acolhida, assim, as alterações propostas pela Câmara dos Deputados no sentido de fixar o novo prazo em 30 de junho de 2008, e de fazer prevalecer os efeitos dessa prorrogação desde o vencimento do prazo original. Já a emenda da Câmara consubstanciada no parágrafo único aditado à nova redação do art. 50, fixando o prazo intermediário de 28 de fevereiro de 2008, não pode ser acolhida. De uma parte, porque o vencimento do prazo proposto tornou a norma inaplicável. De outra, porque se evidencia ser desnecessário um prazo intermediário que em nada modificaria a incidência do prazo final.

### **III – Voto**

Ante o exposto, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, voto pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que alteram o art. 2º do PLS nº 93, de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º para o **caput** do art. 50 da Lei nº 10.257, de 2001, e pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados que adita parágrafo único ao mencionado art. 50.

Sala da Comissão, 27 de março de 2008.

| SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2006                                    |   |
|--|---|
| ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/03/2008 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)                                    |   |
| PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA  |   |
| RELATOR: SENADOR GIM ARGELLO      |   |
| TITULARES  | SUPLENTES   |
| <i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</i>  |   |
| FÁTIMA CLEIDE  | 1- SIBÁ MACHADO   |
| PATRÍCIA SABOYA (PDT)  | 2- EXPEDITO JÚNIOR  |
| JOÃO PEDRO   | 3- INÁCIO ARRUDA             |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)  | 4- ANTONIO CARLOS VALADARES  |
|  | 5. JOSÉ NERY (PSOL)          |
| <i>PMDB</i>  |   |
| JOSÉ MARANHÃO  | 1- LEOMAR QUINTANILHA   |
| GIM ARGELLO (PTB) - RELATOR      | 2- WELLINGTON SALGADO   |
| VAGO   | 3- PEDRO SIMON  |
| VALTER PEREIRA   | 4- VALDIR RAUPP   |
| <i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)</i>   |   |
| DEMÓSTENES TORRES (DEM)  | 1- GILBERTO GOELLNER (DEM)  |
| ADELMIR SANTANA (DEM)  | 2- JAYME CAMPOS (DEM)   |
| MARCO MACIEL (DEM)   | 3- KÁTIA ABREU (DEM)  |
| ROSALBA CIARLINI (DEM)   | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)   |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB)   | 5- TASSO JEREISSATI (PSDB)  |
| MARISA SERRANO (PSDB)  | 6- FLEXA RIBEIRO (PSDB)    |
| CÍCERO LUCENA (PSDB)            | 7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)  |
| <i>PTB</i>   |   |
| MOZARILDO CAVALCANTI            |   |
| <i>PDT</i>   |   |
| JEFFERSON PÉRES  | 1- OSMAR DIAS   |

## LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

**Mensagem de Veto nº 730**

**Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.**

Art. 50. Os municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei deverão aprová-lo no prazo de cinco anos.

Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 quando:

I – (VETADO)

II – deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4º do art. 8º desta lei;

III – utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto no art. 26 desta Lei;

IV – aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto no art. 31 desta lei;

V – aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto no § 1º do art. 33 desta lei;

VI – impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta lei;

VII – deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância do disposto no § 3º do art. 40 e no art. 50 desta lei;

VIII – adquirir imóvel objeto de direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 desta lei, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 285, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007** (nº 1.213/2007, na Casa de origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A matéria ficará perante a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 40/08-GLPSDB

Brasília, 2 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico ao Senador Mário Couto, para integrar como titular a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa o Senador Mário Couto para integrar, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. n.º 50/2008/GLPTB

Brasília, 2 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a Vossa Excelência a indicação do Senhor Senador Carlos Dunga para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, como membro titular, em vaga destinada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos e estima e consideração. – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa o Senador Carlos Dunga para integrar como titular a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do expediente lido.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Senador Francisco Dornelles. Pergunto ao Senador Osmar Dias se S. Ex<sup>a</sup> deseja fazer alguma intervenção, pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela ordem, Presidente, para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para uma comunicação inadiável. Antes, porém, solicito a inscrição de V. Ex<sup>a</sup>, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela lembrança.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – A do Senador Paulo Paim em segundo lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – S. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – E eu, em terceiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito também.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Papaléo Paes, tem a palavra, pela ordem.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E eu, com muita honra, sento-me no banco reserva, para ser o primeiro reserva dessa equipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vamos à lista dos oradores inscritos.

Tem a palavra S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Senador Francisco Dornelles, pelo tempo regimental de dez minutos.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é muito triste o tratamento que o Governo Federal tem dado a acordos salariais que foram assumidos com algumas carreiras de servidores federais.

Tenho aqui um exemplo claro do que está ocorrendo. As carreiras da Advocacia Pública da União, composta de Procuradores da Fazenda, do Banco Cen-

tral, dos Advogados da União, Procuradores Federais e Defensores Públicos têm um termo de compromisso assinado por dois Ministérios: o Ministério do Planejamento e a Advocacia-Geral da União.

Os valores deveriam ter sido implantados em 1º de novembro de 2007. No entanto, Sr. Presidente, até o momento, a categoria não viu o cumprimento do acordo.

Os advogados públicos federais estão em greve há quase 80 dias, exigindo o cumprimento do referido acordo. Ocorre que o acordo com a Advocacia Pública é fruto de uma longa negociação, que durou sete meses. E, após todo esse período, lavrado o acordo, a categoria ainda aguardou o cumprimento da palavra empenhada pelo Governo. Nessa ocasião, Sr. Presidente, mais uma vez, o Governo assumiu o compromisso com a categoria de que, tão logo se encerrasse tal momento político, o acordo seria integralmente cumprido. A categoria, demonstrando compreensão com o momento difícil por que passava o Governo, deu voto de confiança à palavra dos Ministros envolvidos, e esperou por dois meses e meio o integral cumprimento desse acordo. Porém, o Governo se recusou a implementá-lo, razão pela qual não restou outra alternativa senão a greve.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inacreditável que, diante de todos esses fatos, ainda insista o Governo em descumprir o acordo celebrado com a Advocacia Pública Federal.

Após quase 80 dias, nenhuma proposta de cumprimento do acordo foi apresentada. Pelo contrário. O Ministério do Planejamento recusa-se sequer a receber a categoria para chegar ao desfecho da questão, como se não importasse com os enormes prejuízos que uma greve dessa magnitude acarreta às políticas públicas do Governo.

Para finalizar esta intervenção, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao ilustre Ministro Paulo Bernardo, a quem reitero meu maior respeito e consideração, que reabra as negociações com os representantes da Advocacia Pública Federal, de forma a honrar os compromissos assumidos pelo Governo.

Em seguida, Sr. Presidente, quero fazer referência a um assunto tratado por V. Ex<sup>a</sup> na sessão de ontem do Senado, para cumprimentá-lo pela maneira feliz com que V. Ex<sup>a</sup> colocou a matéria, mostrando a importância de as autoridades federais, estaduais e municipais fazerem uma política para acabar com o surto de dengue no Rio de Janeiro.

Desejo, agora, referir-me à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que mantém cinco hospitais e dois educandários, e que está-se associando, mais uma vez, ao esforço que existe no Estado contra a

terrível epidemia de dengue. A Santa Casa de Misericórdia está oferecendo os serviços de seus técnicos e servidores que, gratuitamente, dedicarão esforços, juntando-se aos Poderes Públicos federal, estadual e municipal, na luta heróica ao combate da dengue que, num esforço conjunto, deve ser erradicada de forma a eliminar essa verdadeira catástrofe, que tantos males têm trazido à população carioca e fluminense.

Nesse sentido, desejo congratular-me com o grande trabalho e espírito público da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e com o seu Superintendente-Geral, Dr. Zarur, que tem executado um maravilhoso trabalho. A Santa Casa está apta a oferecer 1.800 leitos em seus hospitais privados para o combate à dengue.

Sr. Presidente, finalmente, quero, hoje, prestar uma homenagem ao Ex<sup>o</sup> Sr. Ministro Gilmar Mendes, recentemente eleito para ocupar, a partir do mês que vem, a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Membro do Supremo Tribunal Federal desde 2002, o Ministro Gilmar Mendes coroa, com a dupla Presidência que agora assume, uma brilhante carreira jurídica, que já o fez passar pelo Ministério Público Federal e pela Advocacia-Geral da União.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que publique, na íntegra, o meu pronunciamento de homenagem ao Ministro Gilmar Mendes.

**O Sr. Gerson Camata** (PMDB – ES) – Permita-me um aparte, Senador?

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Concedo o aparte ao Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** (PMDB – ES) – Ilustre Senador Francisco Dornelles quero, com V. Ex<sup>a</sup>, solidarizar-me com o povo do Rio de Janeiro pela crise que enfrenta e também cumprimentar a Santa Casa de Misericórdia por ter entrado nesse esquema para resolver o problema, e não para discuti-lo. Ouvi, por exemplo, no pesado fim de semana em que morreram crianças, a notícia de que “na próxima segunda-feira vai-se reunir o gabinete de crise”. Quando tem gente morrendo, tem-se de reunir agora, daqui a cinco minutos; não se pode deixar para se reunir na segunda-feira. V. Ex<sup>a</sup> informa que a Santa Casa destinou 1.800 leitos, mais até do que ofereceu o Hospital das Forças Armadas – o que também é ótimo, excelente, porque todo esforço é importante. A Santa Casa, então, parte para a ação. Merece, portanto, os cumprimentos que V. Ex<sup>a</sup> apresenta a ela. Também não poderia deixar de me solidarizar e secundar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> em relação a esse grande brasileiro que é o Ministro Gilmar Mendes. Em toda atividade que exerceu, sempre foi modesto, tranquilo, mas sempre pontecendo pelo

grande conhecimento jurídico, pela excelência dos seus pareceres e das suas sentenças. S. Ex<sup>a</sup> agora assume um dos mais altos cargos da Magistratura brasileira, presidindo esse Conselho tão importante, que foi criado aqui na reforma do Judiciário, conduzida por este Senado. Portanto, esses assuntos que V. Ex<sup>a</sup> hoje coloca na pauta do Senado são importantes e vão fazer história para o Brasil.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata, pelo aparte. Sou testemunha do grande trabalho executivo realizado por V. Ex<sup>a</sup> no Governo do Espírito Santo, e sei que, em determinados momentos, teve de tomar atitudes bastante duras para enfrentar crises.

Agora, no Rio de Janeiro, precisamos fazer quase que um esforço de guerra. Não podemos separar o que é federal, o que é público, o que é privado. A presença da Santa Casa é um dado importante, porque vem reforçar esse trabalho conjunto que agora está sendo desenvolvido.

E digo a V. Ex<sup>a</sup> que o Ministro Gilmar Mendes, como Advogado-Geral da União, fez um trabalho fantástico. O Supremo deve se orgulhar do Presidente que ganhou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, gostaria hoje de prestar uma breve homenagem ao Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes, recentemente eleito para ocupar, a partir do mês que vem, a presidência do Supremo Tribunal Federal – o que o torna chefe de um dos três Poderes que constituem a República – e do Conselho Nacional de Justiça, por aprovação, no dia 25/03, aqui nesta Casa, da indicação de seu nome.

Membro do STF desde 2002, o Ministro Gilmar Mendes coroa com a dupla presidência que agora assume uma brilhante carreira jurídica, que já o fez passar pelo Ministério Público Federal e pela Advocacia-Geral da União, entre outros órgãos importantes – passou também pelo Executivo, mais precisamente pela Casa Civil, e pelo Legislativo, quando assessorou a relatoria da Revisão Constitucional de 1993. Seu trânsito pelos três Poderes certamente lhe deu uma experiência ímpar, que saberá usar, tenho certeza, no delicado papel de chefe do Poder Judiciário, que agora assume.

Igual brilho demonstrou na área acadêmica, em que se destaca por seus numerosos estudos de direito constitucional, matéria que ocupa seu interesse desde

os tempos do mestrado, completado sob a orientação do ex-Ministro do Supremo José Carlos Moreira Alves, e do doutorado, obtido na Universidade de Münster, na Alemanha. Ambas as vertentes de sua trajetória – na carreira jurídica e na área acadêmica –, completando-se e somando-se, capacitam-no de forma excelente para a função que hoje ocupa, como Ministro e Presidente da mais alta corte do País.

Nas novas funções que começou a assumir, com sua posse como presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Gilmar Mendes enfrentará a dura tarefa de suceder à Ministra Ellen Gracie, figura que já se inscreveu na história política brasileira como a primeira mulher a ter assento na Corte Suprema e, mais do que isso, a presidi-la – e presidi-la, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, com competência exemplar e equilíbrio notável, em um momento em que o Supremo Tribunal esteve em evidência várias vezes. Presto a ela aqui também minhas homenagens.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Não há como exagerar o importantíssimo e fundamental papel desempenhado, no equilíbrio institucional, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Se o coração do Estado está no Legislativo, a razão está, em última instância, no Judiciário. É reconfortante saber que podemos contar, na Corte mais alta, com pessoas do quilate de Gilmar Mendes e Ellen Gracie – figuras que engrandecem a classe jurídica e, em especial, todo o serviço público brasileiro.

Deixo aqui, enfim, minhas congratulações ao Ministro Gilmar Mendes, desejando-lhe todo o sucesso em suas novas atribuições, e meus cumprimentos à Ministra Ellen Gracie, pelo seu notável trabalho à frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Colombo, pela Liderança da Minoria e, em seguida, fará uso da palavra o Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

**O SR. RAIMUNDO COLOMBO** (DEM – SC. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, muito obrigado.

Senador Gerson Camata, obrigado pela gentileza de me permitir também falar agora.

Hoje, o que quero dizer aqui é que a sociedade escolhe o seu governo e escolhe o grupo da oposição. É nosso dever, na oposição, fiscalizar; é nosso dever propor; é nosso dever fazer o contraponto. Vejo todas as bravatas e toda a empolgação do Presidente Lula, por quem tenho o maior respeito, mas é assim que considero a sua atuação e seus discursos. Tenho visto Sua Excelência praticamente criando um clima de euforia em relação ao crescimento econômico do País.

De fato, existe o crescimento econômico. Não há como negar isso.

Vou citar, fundamentalmente, duas razões, e depois comparar com outros países. A primeira delas é, com certeza, a estabilidade econômica. Antes, a pessoa comprava um carro, era uma dificuldade, com a inflação, no máximo em 12 meses, enfim. Hoje, compra-se um automóvel em 84 meses; uma geladeira, em 72 meses. Isso, evidentemente, em decorrência da estabilidade econômica, que permitiu esse crescimento do poder interno de compra. O segundo aspecto é a economia internacional. Desde a Segunda Guerra Mundial, este é o período mais prolongado e mais próspero da economia do mundo.

Agora, vamos comparar com outros países para termos uma noção do que está acontecendo. Por exemplo, os países que compõem o Bric – Brasil, Rússia, Índia e China –, como foi o crescimento deles nesse período? Se observarmos uma média histórica de 2003 a 2007, veremos que, em primeiro lugar, ficou a China, com 10,6% de média de crescimento; em segundo lugar, ficou a Índia com 8,5%; em terceiro, a Rússia, com 6,9%; e o Brasil, senhores, cresceu 3,8%.

Cresceu, é verdade. É um fato. Isso é muito bom para todos nós, e não há nenhum ciúme nisso, absolutamente. Agora, é bom comparar. Se nós observarmos, dos 39 países emergentes, o Brasil é o 35º. Nós crescemos mais do que o Haiti, El Salvador, México e Guatemala, na média. No último ano, nós crescemos 5,4%.

É bom anunciar aqui que o Brasil cresceu. É muito bom. Mas é importante comparar e ver que não há motivos para se sair dizendo que o Governo é o maior de todos e que “nunca antes neste País”, como se diz, tudo se modificou, tudo se transformou, e nós vivemos no melhor dos mundos. Essa não é a realidade.

O Brasil está perdendo uma oportunidade de crescer de forma igual a esses outros países, e não o faz exatamente pelo custo do Governo, pelo excesso de impostos.

Se observarmos o preço da gasolina, quanto é que se paga em outros países da América Latina? Na

Argentina, R\$1,40; no Paraguai, R\$1,30; na Bolívia, R\$1,10. E no Brasil, quanto é? Por que no Brasil é tão caro? Porque temos de sustentar este Governo e essa ganância do Governo, que não é apenas a do Governo Lula, mas é uma ganância histórica, do Estado brasileiro. Desses R\$2,50, R\$2,80 que se paga pelo litro da gasolina no Brasil, cerca de R\$0,60 é para o ICMS, e a tal da Cide, essa maldosa e inadequada Cide, leva mais R\$0,50, e mais o PIS e o Cofins. Enfim, esse custo é diferente dos outros países, e por isso crescemos menos. Por isso, a realidade social se desenvolve de forma mais lenta do que nos outros países.

Para se ter uma idéia, um minuto de telefone celular no Brasil custa, em média, R\$0,53, enquanto a média nas Américas é de R\$0,32. É quase o dobro no Brasil. Por exemplo, na Argentina, R\$0,24; nos Estados Unidos, R\$0,28, menos da metade do que pagamos aqui.

Uma mensagem de texto que enviamos por telefone, no Brasil é R\$0,14; no México, R\$0,08; na Argentina, R\$0,04; nos Estados Unidos, R\$0,07. Aqui é o dobro do custo que se pratica em outros países.

Um acesso de 20 horas por mês na Internet, no Brasil custa US\$26,00; na Argentina, US\$14,00; no Canadá, US\$9,00; nos Estados Unidos, US\$15,00; e assim por diante.

Com relação à classe média, a taxa do Imposto de Renda para quem ganha na faixa de R\$3 mil é de 27,5%; na Colômbia, é de 19%; no Peru, 15%; na Bolívia, 13%; no Chile, 5%; na Venezuela, é isento; na Argentina, 27%, mas eles possuem sete faixas, de tal forma que é bem menos.

Reduzir o custo do Governo, diminuir a carga de impostos, fazer com que o Brasil possa acompanhar o crescimento de outros países é exatamente a ação de todos nós.

Este Governo perdulário, este Estado brasileiro que foi, ao longo dos anos, crescendo, aumentando seu tamanho, ficando irresponsável com seus custos, faz com que façamos este contraponto para dizer: que bom que o Brasil está crescendo. As razões são muitas, há um mérito histórico, há um mérito presente – por que não reconhecer, não há nada de mal nisso. Mas é absolutamente necessário dizer: parem com a festa e comecem a perceber a necessidade de fazer o dever de casa, que é reduzir o custo do Estado, o desperdício, a ganância, o seu tamanho, a sua eficiência.

Eu aqui ouvi o Senador Francisco Dornelles e o Senador Gerson Camata falando do problema de saúde no Rio de Janeiro, que não é diferente do resto do Brasil. Lá, não temos a epidemia da dengue, mas temos a epidemia da falta do atendimento, do Estado estar de costas para as pessoas mais pobres. Se há

atendimento na segunda linha, não há o atendimento do especialista, não há a internação, não há condição de atender aos doentes.

Este nosso Estado brasileiro precisa sofrer um choque de mudança. O modelo está errado, está centralizado. O excesso de impostos é absurdo, inaceitável e tem que ser reduzido.

Sr. Presidente, em todos os setores da economia, é muito mais difícil prosperar em nosso País, sobreviver em nosso País. E o grande culpado disso é o setor público. Não apenas o Executivo – sobretudo ele –, mas também o Legislativo e o Judiciário, que têm excesso de custo. Dá para dizer que há dois países: o setor público, que vive uma realidade, e o setor privado, sobretudo as pessoas físicas, que vivem outra realidade bem diferente.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu de falar antes. É exatamente esse o meu pensamento. Se não acordarmos para isso, se não pararmos com a festa e não tivermos um pouco de consciência da necessidade de aproveitar este momento de prosperidade que tem-se alongado para que possamos mudar, comparando-nos com outros países, veremos que estamos crescendo muito menos e que a vida das pessoas está melhorando muito menos, exatamente por culpa do setor público brasileiro. Essa é a grande verdade.

Por isso, ao Governo, mais humildade, mais compromisso com as pessoas, mais realidade. Quando perdemos uma oportunidade, dizem os gregos, essa é a maior tragédia da sociedade. Estamos perdendo a oportunidade de crescer mais e de melhorar a vida das pessoas de forma responsável.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Raimundo Colombo!

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup> e das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores, gostaria, em primeiro lugar, de registrar a visita que faz ao Brasil o Presidente da Eslovênia, Danilo Türk.

A Eslovênia, que se separou da Iugoslávia há alguns anos, é um dos países que mais crescem na Europa, tendo sido admitida recentemente na Comunidade Européia. A Eslovênia tem uma ligação muito estreita com o meu Estado, o Espírito Santo. Quando a Eslovênia fazia parte da Iugoslávia, foi criado, no Governo João Goulart, o porto de Ponta do Tubarão no Espírito Santo, o maior porto do mundo, que, na época, recebia os maiores navios, as maiores naves

do mundo. E, correspondente a ele, foi feito, na antiga Iugoslávia, hoje Eslovênia, em Capodistria, um porto, que servia exatamente de transporte mais econômico de grandes quantidades de *iron ore*, ou seja, minério de ferro, do Brasil para a antiga Iugoslávia e para toda a União Soviética à época.

Hoje, o Presidente veio oferecer ao Brasil aquele porto, para que ele sirva de entrada para a carne, para a soja, para o granito e, como já o é, para o minério de ferro nos países do leste europeu. É bem-vindo o Presidente, que foi um grande diplomata, que já foi Embaixador da Eslovênia no Brasil, de modo que é um homem muito ligado ao nosso País.

Mas o foco do meu problema, Sr. Presidente, Senador Mário Couto, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Leomar Quintanilha, é a criação de uma CPI sobre a pedofilia.

Lembro-me de que foi criada aqui, há muito tempo, uma CPI sobre o tráfico de drogas. Ela foi excelente, fez muita manchete, mas, no final, aprovamos uma lei para favorecer os traficantes, o que é incrível: no lugar de inibi-los, nós os favorecemos. Por que fizemos uma lei que favorecia os traficantes? Consideramos que usar drogas não era crime e, então, demos o mercado para os traficantes. Uma pessoa, quando usa droga, comete um crime; para comprar a droga, ela comete um crime. Se dou um revólver para alguém matar alguém, sou co-autor do crime; se vendo uma droga que depois provoca um crime, sou co-autor do crime. Os traficantes arranjaram um mercado de graça, porque fizemos uma lei para favorecê-los. É inacreditável, mas fizemos essa lei. A Organização das Nações Unidas (ONU) está dizendo: “Se não se inibe o uso da droga, não se pode inibir o tráfico”.

Pois bem, agora vão fazer a CPI da pedofilia. Na Itália, na França, na Inglaterra, em vários países do mundo e em alguns Estados norte-americanos, o pedófilo é castrado quimicamente, porque está provado que ele não se recupera. Recentemente, em São Paulo, um pedófilo que havia abusado de doze crianças ficou durante sete anos na cadeia e, no dia em que saiu, matou um menino. Ele não tem recuperação. Então, nesses países, o que acontece? Ele é condenado a vinte anos – é condenado a vinte anos! – e cumpre os vinte anos. Não é como no Brasil, em que, quando a pessoa é condenada a sessenta anos, não cumpre toda a pena.

Outro dia, vi enganarem a opinião pública brasileira. Sobre esse crime horrível que houve aqui em Brasília, em que mataram uma moça, os jornais noticiaram: “Condenado a sessenta anos”. E o povo brasileiro, inocente, disse: “Oh, sessenta anos!”. O criminoso não fica quatro anos na cadeia, porque há o bom comportamento, mais não sei o quê, um monte de vantagens que demos aqui

aos criminosos. Nós demos essas vantagens, fizemos leis para favorecer criminoso. Se recebe a pena de setenta anos de prisão, ele ali fica por seis anos, no máximo. Então, é bom que o jornal diga ao povo: “Vocês estão sendo enganados, pois não são setenta anos, não; são seis anos, no máximo”. E isso se dá se ele ficar por esse tempo, se não fugir antes também.

Mas o que aconteceu e o que quero dizer, Sr. Presidente? Há um projeto meu que trata da castração química. O criminoso é condenado a vinte anos, e o juiz pergunta: “O senhor quer ficar vinte anos na cadeia ou quer ficar por lá só dez anos e submeter-se à castração química?”. É a única maneira de inibi-lo, para não cometer o crime da pedofilia. Nos países civilizados, como a França, a Inglaterra, a Itália, e em vários Estados norte-americanos, existe isso. No Brasil, não há essa lei, porque dizem: “Não, isso é direito humano”. Mas e o direito humano das crianças sacrificadas, abusadas, barbarizadas? Essas não podem ter direito humano. A teoria é fazer leis para favorecer os criminosos.

Meu projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já vai completar um ano e ainda nem tem Relator. Não adianta fazer CPI, se não enduermos a lei, para tratar com essa gente.

A **Folha Online** de hoje diz:

Faculdade aprova pesquisa de uso de inibidor sexual em pedófilos.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina do ABC, em Santo André (Grande São Paulo), aprovou um projeto de pesquisa sobre o uso de medicamentos em pedófilos, a chamada “castração química” [...].

O coordenador do Comitê, o pneumologista Elie Fiss, afirmou que a pesquisa foi apresentada pelo setor de psiquiatria e aprovada, mas com algumas modificações. O projeto deve voltar à mesa do Comitê no dia 9, para eventual chancela.

À **Folha Online**, Elie Fiss disse que as mudanças pedidas pelos membros do comitê são “de caráter ético e metodológico”.

[...]

O comitê é composto por 30 pessoas – médicos, juristas, enfermeiros e membros da comunidade e outros profissionais.

[...]

O projeto foi apresentado depois que o professor-assistente em psiquiatria da faculdade, e doutor pela USP, Danilo Baltieri, declarou ao jornal “**O Estado de S. Paulo**”, em outubro, que administrava hormônios a um pedófilo – com autorização por escrito do próprio doente.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente – e já vou encerrando –, que vários médicos brasileiros apareceram, dizendo que estavam praticando a castração química, por pedido do pedófilo. Ele entende que é pedófilo e que não consegue controlar-se, procura o médico e diz: “Olha, doutor, vou acabar na Polícia. Estou cometendo crimes”. E o médico faz, então, a castração química desses indivíduos, a pedido deles por escrito.

Após a declaração, o Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) abriu um procedimento sobre o caso, que ainda não está concluído. Segundo a Folha Online apurou, o órgão não deverá apontar irregularidade no tratamento [que é feito a pedido do pedófilo].

Pesquisas apontam que medicar leva à redução na reincidência de pedófilos entre 30% e 70%. Nenhuma delas é definitiva. O uso de medicamento contra o comportamento pedófilo é feito na Europa e em Estados norte-americanos.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB – TO) – Senador Gerson Camata, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Pelo Regimento, Senador Leomar Quintanilha, sou proibido de dar o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, porque estou em uma fala que não pode ser interrompida. Não posso conceder apartes. Teria enorme prazer em ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, mas, neste momento, não posso conceder apartes.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que a CPI dos pedófilos tem de concluir pelo enrijecimento da legislação. Cientistas da Faculdade de Medicina de São Paulo estão apostando nessa questão e fazendo debates de alto nível científico sobre esse problema.

Temos de começar aqui, Sr. Presidente, a fazer leis contra os criminosos, não a favor deles.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que houve aquela enorme campanha para que o povo levasse armas ao Governo: “Vamos desarmar o povo!”. O povo acreditou que levaria as armas ao Governo e que este tomaria as armas dos bandidos. Nada! Acho que deram as armas aos bandidos, porque nunca os vi tão bem armados.

E cometemos uma injustiça terrível com os trabalhadores rurais, com os proprietários rurais, com os fazendeiros lá do interior do Brasil, porque os bandidos já sabem que eles não têm arma alguma. É o mesmo que tomar biscoito das mãos de crianças! Eles estão sendo vítimas de assaltos. Em Rondônia, agora, existe até uma organização terrorista, do tipo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), assaltando fazendeiros, que estão desarmados.

Temos de corrigir as leis. Nossa função não é ficar ao lado do bandido. Nossa função aqui é ficar ao

lado da sociedade, contra os bandidos; ao lado dos que trabalham, contra os que roubam, contra os que assaltam; ao lado dos que defendem a vida e contra os que não a prezam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gerson Camata.

Sobre a Mesa, expediente que passo a ler.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que fiz uma permuta com o Senador José Nery.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra após a leitura do expediente, que farei neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a aprovação do **Requerimento nº 208, de 2008**, que criou a Comissão Temporária para a Reforma do Regimento Interno, adotará o critério de remeter à referida Comissão Temporária todas as matérias em tramitação na Casa que alteram o Regimento do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feita a comunicação, concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, sem prejuízo na ordem dos inscritos, por permuta com o Senador José Nery.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer da minha alegria de ter hoje, no plenário desta Casa, o meu suplente, o Sr. Demetrius Ribeiro, da minha querida cidade de Marabá.

Sr. Demetrius, para mim é um prazer muito grande tê-lo aqui. Sinta-se à vontade, como se estivesse na nossa querida cidade de Marabá.

Sr. Presidente, ontem conseguimos, Senador Paulo Paim, falar com o Presidente desta Casa, que se comprometeu a resolver o problema da pauta, para que possamos trazer o Projeto de Lei nº 58, de V. Ex<sup>a</sup>, que trata do reajuste dos aposentados, imediatamente para este plenário.

Com relação a este assunto, Senador, já falamos tudo o que poderíamos falar nesta Casa. Daqui para frente as nossas ações deverão ser práticas. Não temos mais o que falar. Já dissemos como vivem os aposentados e pensionistas do País. Já provamos e já mostramos a todo o País que essa classe está passando fome, está massacrada e desprezada neste País.

Senador Geraldo Mesquita, não podemos mais aqui agora ficar apenas com palavras. Nós defendemos essa questão, que está no nosso sangue. Temos como pioneiro o representante dessa classe o digno Senador Paulo Paim. Temos agora que tomar uma po-

sição prática neste plenário. V. Ex<sup>a</sup> já veio ao plenário, já veio à tribuna; eu já vim à tribuna; o Senador Paulo Paim já veio à tribuna, assim como os Senadores Mão Santa, Flexa Ribeiro e outros. E já mostramos como está a classe dos aposentados no País: desprezada, massacrada, sem condição, no final de sua vida, de ter, no mínimo, dinheiro no bolso para pagar um plano de saúde. Nós não podemos concordar.

Agora, palavras não adiantam mais. Agora é ação. Agora temos que dar tempo, prazo de cumprimento do que pedimos. Se o PL nº 58, Senador, não vier a este Plenário, nós temos que tomar uma medida mais radical. Nós temos que estabelecer o prazo até terça-feira, para que o Presidente coloque o projeto em pauta, senão este projeto não virá para a pauta neste ano, senão este projeto não virá para a pauta nunca mais; senão os aposentados vão morrer de fome neste Brasil, e ninguém liga para eles.

O Presidente Lula é craque em fazer política, é monstro, é mestre em fazer em política, é um “Super-Lula” em fazer política, dando mais de onze milhões de bolsas-famílias. Eu aqui não estou criticando essa ação; estou criticando o esquecimento do Governo Lula dos aposentados deste País, que tanto serviram à Pátria.

Portanto, Senador Paim, espero que V. Ex<sup>a</sup> cômungue com o mesmo pensamento meu de que, a partir de quarta-feira – esta quarta-feira agora –, se o projeto, Presidente, não vier à pauta, eu começo minha vigília. Vou ficar sentado na minha cadeira dia e noite até que esse projeto venha à pauta. Vou fazer uma semana de vigília.

Se o projeto não vier à pauta, eu entro em greve de fome. Entro em greve de fome, porque este País, infelizmente, este País brasileiro, que um dia foi democrata e hoje não é mais, aprendeu a viver assim. Só com pressão é que se resolve.

Senador Geraldo Mesquita, não há mais palavras que possam sensibilizar. Não tem mais. Aqui já viemos e tentamos sensibilizar de todas as formas. Conseguimos arrancar o projeto das Comissões e jogar na pauta, e a ditadura política não permite que um projeto de lei seja votado nesta Casa.

Onde estamos? Dizem que estamos num país democrático. Não é! Não é! Em país democrático não se cala a boca de senador que quer discutir projetos. Em país democrático o legislador legisla; o legislador discute os seus projetos. Aqui nós não temos essa liberdade. Aqui só votamos em medidas provisórias cujo dinheiro já foi gasto pelo Governo. E não é medida provisória. O nome tem que mudar. É medida de ditador, porque manda uma medida para que se aprove; não manda uma

medida para que se discuta e veja a validade de cada uma delas. Tem que aprovar, nem que seja na marra!

Que papel estamos fazendo aqui neste Senado?! Que papel? Pergunto aos Srs. Senadores. Tudo que adverti aqui, Senadora, aconteceu. Tudo. Adverti acerca dos cartões corporativos. Estão aí meus pronunciamentos: fiz cinco pronunciamentos sobre cartões corporativos. Preocupei-me com a devastação da Amazônia. Está aí o que está acontecendo na Amazônia: a ditadura fechando todas as empresas, as regulares e as irregulares, tudo junto, como se fosse tudo ladrão, como se fosse tudo patife. E o meu Estado amarga a queda na sua economia! E o meu Estado amarga a sua pobreza! O meu Estado amarga um monte de desempregados, que se estão tornando bandidos no meio da rua! Como se quer neste País combater a violência? Eu não entendo.

Senadores, a partir de quarta-feira o Senador Mário Couto estará de vigília. Acompanhem-me aqueles que estão com pena dos aposentados deste País. Acompanhem-me aqueles que têm sensibilidade no coração. Acompanhem-me, Senadores. Nós temos que mostrar ao Executivo que a nossa paciência esgotou em função do projeto do Senador Paulo Paim. Infelizmente – repito, infelizmente – neste Brasil se acostumou a fazer e a resolver os problemas na base da pressão.

Pois não, Senador Paulo Paim, com muita honra.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto,** nós, ainda essa semana, conversamos com o Presidente da Casa e ele assegurou que, se depender dele, desobstruída a pauta, o projeto dos aposentados entra para a votação. Eu convidaria V. Ex<sup>a</sup>, se assim V. Ex<sup>a</sup> entender que pode aceitar, junto com os outros senadores, para que, logo após os nossos pronunciamentos, a gente possa ir até o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi, acompanhado da delegação de aposentados que já está aqui nas galerias, ocasião em que eles querem entregar um documento ao Presidente exatamente na linha da fala de V. Ex<sup>a</sup>: se na semana que vem essa matéria tão importante não for colocado na pauta para discussão, eles é que querem demonstrar que vão começar a fazer uma vigília aqui no Congresso Nacional. Então eu quero cumprir V. Ex<sup>a</sup> pelo tema tão importante. Eles estão aqui aguardando a hora de irmos ao Senador Garibaldi, Presidente da Casa. Acho eu que, a partir de momentos como esse, vamos construir um entendimento com o Presidente. Votadas as duas medidas provisórias que estão faltando, o projeto entra em votação. E a vida é assim: a gente vota, a gente ganha, a gente perde, ou se busca, naquele mesmo momento, uma política de

entendimento que contemple uma política de reajuste para os aposentados. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. E vamos torcer para que, na reunião que teremos daqui a praticamente 40 minutos, seja assegurado que o projeto virá à pauta.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Quero ir à reunião só para avisar mais uma vez ao Presidente desta Casa, Senador, que, se o projeto não entrar em pauta, eu não venho mais falar nesta tribuna sobre este assunto. Já esgotei toda a minha paciência, toda. Não virei mais a essa tribuna falar deste assunto. Acho que agora é ação.

Temos que mostrar a este País que esta Casa está do lado daqueles que precisam da nossa voz, das nossas atitudes e das nossas ações. Não farei mais nenhum pronunciamento aqui nesta tribuna. A partir de terça-feira, se não entrar em pauta esse projeto, o Senador Mário Couto vai ficar aqui neste plenário durante noite e dia, e espero que haja outros companheiros do meu lado, mas eu ficarei aqui neste plenário noite e dia, durante uma semana! Não quero nem tomar banho para ficar bem fedorento, para que sintam o fedor do meu corpo. (*Palmas nas galerias.*)

E, depois de uma semana, eu entrarei em greve de fome até que seja resolvido o problema dos aposentados. É uma questão de sentimento humano, é uma questão de respeito àqueles que trabalharam por este País. Eu não admito, Senadora, que se descarte como se fosse um copo descartável: trabalhou, não serve mais, joga fora. Nós sabemos quantos estão sofrendo, Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – Senador.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Nós não podemos ficar de braços cruzados. São brasileiros e brasileiras iguaizinhos a nós, que todo dia ligam a TV Senado e esperam por uma atitude nossa. E aqui tem jeito, sim, de fazer o que querem: faz-se acordo a toda hora. Por que não se faz um acordo nesse sentido, que vai tirar do desespero uma classe tão sofrida?

Eu a escuto com todo o prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – Gostaria, Senador Mário Couto, de parabenizá-lo por trazer mais uma vez – e foram inúmeras vezes – esse assunto à tribuna desta Casa. O senhor demonstra com tanta veemência a nossa indignação, porque é algo que realmente dói, como o senhor aí colocava. São os trabalhadores de toda uma vida, que construíram esta Nação e que devem ter mais do que nunca respeito, atenção e carinho. O que eles pedem é tão pouco: é apenas o direito de ter o que eles contribuíram para ter. Então, quero aqui somar a minha voz à de V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez – já disse isso, mas quero reafirmar –, para dizer que estamos juntos nessa luta, luta que não

é somente sua. Sei que é também do Senador Paim, como é de tantos e tantos brasileiros que aqui estão, para honrar com o seu trabalho, com a sua indignação em momentos como este, a confiança que recebemos do nosso povo. E não poderia ser diferente. O povo potiguar, o povo do meu Estado, um povo forte, não aceita que a sua Senadora se acomode nem abaixe a cabeça. Estou nesta luta pelos aposentados do meu Estado e do Brasil.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito bem. Merece o aplauso de todos os brasileiros.

(Palmas.)

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT– PR) – Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT– PR) – Quero, Senador Mário Couto, também me associar à fala de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB–AP) – Permita-me, Senador Flávio Arns.

Quero cumprimentar todos os presentes. Trata-se de um movimento justo, mas o Regimento da Casa não permite que as galerias se manifestem. Manifestem-se com o coração que nós aqui sentiremos, principalmente eu que sou cardiologista.

Então, só para deixar claro que se trata de uma questão regimental. Não se trata de um impedimento...

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS. *Intervenção fora do microfone.*) – Eles são da Cobap, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero agradecer a presença de todos aqui, do pessoal da Cobap, mas que entendam isso: não estamos impedindo o direito de manifestação, mas o Regimento da Casa tem de ser cumprido por nós.

Boa tarde a todos! Sejam sempre bem-vindos.

Senador Flávio Arns, desculpe-me por tê-lo interrompido.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Quero cumprimentar o nosso colega, Senador Mário Couto, e dizer que me associo a S. Ex<sup>a</sup>. Já me manifestei várias vezes em plenário a respeito desse assunto. Concordo inteiramente com o conteúdo da proposta. Inclusive em outra ocasião nós discutimos, aqui no plenário, estratégias para que esse projeto pudesse vir ao Plenário para ser votado. Uma das estratégias, sem dúvida, foi essa que V. Ex<sup>a</sup> mencionou. O Senador Paulo Paim, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e na Comissão de Assuntos Sociais, vem permanentemente debatendo esse assunto, com o apoio de todos os Senadores e Senadoras – Rosalba

Ciarlini agora também. Eu diria que é difícil imaginar uma oposição a uma iniciativa dessa natureza, pela sua justiça, pela sua importância, pela sua urgência, pela mobilização e pela necessidade. Eu me associo a V. Ex<sup>a</sup> e só quero ler o pensamento do Cartola, que foi entregue no Dia Nacional do Aposentado aqui no plenário. É bom sempre lembrar que veio acompanhado esse pensamento de uma rosa para todos os Senadores e Senadoras. Está escrito o seguinte: “*Devias vir para ver os meus olhos tristonhos e, quem sabe, sonhavas meus sonhos, por fim*”. Cartola. Quer dizer, vamos sonhar juntos este sonho, que é um sonho de justiça, de importância, de solidariedade e de necessidade para a economia, para a sociedade e, enfim, para todos os aspectos. Parabéns!

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

Senador Osmar Dias.

**O Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – Senador Mário Couto, quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que agora, às 16 horas, a Bancada do PDT vai se reunir com o Ministro José Múcio. Ouvindo o pronunciamento veemente de V. Ex<sup>a</sup>, quero assumir o compromisso de levar essa questão ao Ministro e informar-lhe que, pelo menos eu, da Bancada do PDT, estou fechado com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Paim. E vou propor à Bancada do PDT assumir uma posição de fechar questão em torno disso, para que nós possamos votar a matéria, que é de inteira justiça para todos os aposentados que aguardam que o Congresso Nacional faça isso: coloque em pauta e vote. Levo às 16 horas este assunto para a reunião com o Ministro, tentando ajudá-lo nessa cruzada para conseguirmos justiça aos aposentados.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Agradeço-lhe profundamente.

Senador Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> sabe que o tenho apartado sempre que assume essa tribuna, assim como o nosso Senador Paim. É uma luta que traz uma angústia muito grande. Eu acho que, se não seria 100% do Senado, chega perto. Nós nos lembramos – o Paim deve lembrar – da luta quando houve a reforma da previdência, quando se tentou, por todas as formas, não permitir que os aposentados ou os que viessem a se aposentar tivessem um prejuízo grande como tiveram. Então, há necessidade dessa recuperação, para dar um equilíbrio à sociedade e haver um mesmo nível de vida para todos aqueles que trabalham. Recebi agora um telefonema de uma pessoa que estava ouvindo V. Ex<sup>a</sup> e que me disse que, há dez anos, ganhava pouco mais de seiscentos reais. Agora; foi alocado para um outro órgão e, aos 70 anos, com o recálculo que fizeram, passou

a perceber o mesmo salário de dez anos atrás. Acho um absurdo uma aposentadoria ser recalculada para ficar no mesmo valor que era recebido dez, doze anos antes. Sua luta é correta, e V. Ex<sup>a</sup> tem essa liderança. Sem dúvida, teremos de encampar com V. Ex<sup>a</sup> esta luta, que é a luta de mais alguns Senadores desta Casa. E as manifestações são claras, todas favoráveis ao seu pronunciamento.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Nosso grande comandante, Senador Paulo Paim, saiba que a minha dedicação a esta causa é espontânea e de sensibilidade.

Tive oportunidade de vir para este Senado, sempre guardando dentro do meu coração o sentimento de que as aposentadas, os aposentados e pensionistas deste País sempre foram colocados de lado, abandonados. Sempre!

Sempre que ouvia V. Ex<sup>a</sup>, antes mesmo de ser Senador – e o seu projeto é de 2003; portanto, com cinco anos –, desejava estar próximo a V. Ex<sup>a</sup> nesta luta.

Não adiantam mais palavras. Agora, ou dá, ou desce. Agora tem que fazer. Agora temos que dar um pouco do nosso sofrimento a essa classe, sofrer um pouco junto com ela, Senador. Temos que sofrer um pouco junto com ela, prestar a nossa inteira solidariedade a ela, a ela que sofre.

Já falamos tudo aqui, nós que recebemos mais de mil *e-mails* por semana mostrando o sofrimento de cada um. Mas o pior, o que mais dói foi acreditar no Presidente Lula. É lógico que esse problema não começou com o Presidente Lula, mas ele foi ao palanque, em 2002, e disse que não sabia, Senador Romeu Tuma, por que um trabalhador que ganhava dez salários mínimos, quando se aposentava, passava a ganhar só cinco salários mínimos. Ele disse que iria corrigir isso, que isso não iria acontecer no governo dele. Isso, Senadora, é que não eu aceito, com isso eu não concordo! Que cumpram com suas palavras! Este Governo está pior do que todos!

Presidente, muito obrigado pelo carinhoso bilhete enviado durante o meu pronunciamento, dizendo que V. Ex<sup>a</sup> vai fazer a vigília junto comigo – e nós não vamos nem tomar banho!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Estou com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Antes de descer desta tribuna, Presidente, quero dar um recado aos empresários madeireiros leais – os desleais, os ilegais, que sejam presos. Estou me dirigindo aos que trabalham legalmente e que estão sendo pressionados pelo Governo. Falei ontem sobre esse assunto, foi a minha matéria de ontem.

Conseguimos uma audiência para todos os prefeitos da região do Estado do Pará, onde há indústrias madeireiras que estão todas fechadas ou quase fechadas. Na terça-feira, Senador, estaremos juntos numa reunião com o Presidente desta Casa, dia 8, às 18 horas. Espero que todos estejam aqui para essa audiência, para que se comece uma grande luta em favor desse setor produtivo do Estado do Pará.

E aqui quero falar à nossa Governadora.

Sabe, Sr. Presidente, a nossa Governadora reclama que falo mal dela. Não tenho nada contra a nossa Governadora, meu querido suplente Demétrius – já vou descer, Sr. Presidente –, nada, absolutamente nada. Sabe, Senadora, o que eu quero é que a Governadora saiba que um dia ela foi muito ajudada pelo setor guseiro e pelo setor madeireiro, que são os que mais produzem e que mais exportam em nosso Estado. Ela foi ajudada, mas, agora, ela não faz absolutamente nada em favor desses setores.

Não estou preocupado em vir aqui criticar a Governadora. Estou preocupado, Governadora, com todo o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, é exatamente com o meu Estado do Pará. Estou preocupado, Governadora, com a economia do meu Estado. Estou preocupado, Governadora, com o desemprego que a senhora está gerando em nosso Estado hoje ao defender essa operação que prende aqueles que estão trabalhando legalmente e acaba com as indústrias legais do nosso Estado.

Não à devastação! Não! Fui um dos primeiros dos novos Senadores a levantar esta bandeira: “Não à devastação!” Mas não podemos deixar que o setor produtivo madeireiro legal seja discriminado da maneira como o estão discriminando: estão prendendo os produtores, arrancando as indústrias da madeira, tratando-os como se fossem verdadeiros bandidos. Isso é ditadura. Isso não se faz.

Não se abriu um processo sequer, Senadora, para ver se as madeireiras que foram fechadas e arrancadas do local estavam legais ou ilegais. Nenhuma investigação foi feita. E quando isso acontece, Senadora, sabe qual o nome que se dá a isso? Ditadura.

Vamos dar o primeiro passo nessa terça-feira. Se não funcionar, prezado Presidente, nós vamos tomar outras providências.

Deço desta tribuna, agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> quer um aparte?

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Quero fazer um alerta, Senador.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pois não, Senador. É uma honra.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – É rapidinho. Existe uma coisa bastante séria relativamente a esse problema da madeira saída do Amazonas. O Peru tem usado rio brasileiro para transportar madeira como se fosse produto de extração na Amazônia brasileira. Há um trabalho com poucos recursos da Polícia Federal naquela tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. A madeira sai das serrarias ou dos desmatamentos e segue o rio ou sai do território brasileiro, às vezes, com certificado do Peru. Em relação a essas coisas não podemos nos omitir, trata-se de ilegalidade no uso do território brasileiro.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Está tudo errado, Senador!

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> elencar os homens corretos, o Governo tem que prestigiar: os bandidos devem ir para a cadeia.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – O Governo não tem política para isso, Senador. Infelizmente, não tem política alguma para isso. Venho fazendo essa alerta há muito tempo.

Quem não pode pagar por isso é o Estado do Pará, quem não pode pagar são os trabalhadores paraenses que trabalham legalmente e que estão sendo desempregados. Essa é a minha defesa, não é crítica à Governadora Ana Júlia. Estou defendendo o meu Estado; estou aqui para isso. Estou aqui para defender o meu Estado. Não posso ver, a cada trimestre, mil trabalhadores serem desempregados na Ilha do Marajó e ficar de braços cruzados aqui, Presidente.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> já foi muito paciente comigo. Agradeço a paciência de V. Ex<sup>a</sup>.

E ratifico: peço aos Senadores e Senadoras, àqueles que têm sensibilidade no coração, àqueles que estão vendo os nossos aposentados sofrerem, que possamos nos dar as mãos. Que terça-feira cada mão se una bem ali, naquele meio, para fazermos uma oração. Vamos nos sentar nessas cadeiras e nos manter aqui enquanto não for resolvida a situação do projeto do grande Senador Paulo Paim. Vamos fazer isso. Isso tem de acontecer. Tenho certeza de que já temos, pelo menos, três mãos; mais três falaram hoje: são seis; mais uma grande mulher já disse que faz: são sete. Na vez anterior, quando falamos do mesmo tema, mais vinte Senadores disseram que faziam. Vamos ter, com certeza, mais da metade das mãos dos Senadores e Senadoras participando aqui, no meio deste plenário, se nada acontecer na terça-feira. É isso o que desejo. Conclamo os outros Senadores e Senadoras para que se unam a nós em defesa dos nobres trabalhadores aposentados que estão sofrendo neste País.

Muito obrigado pela tolerância, meu caro Presidente desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador João Pedro como orador inscrito.

Nobre Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> é o quarto orador inscrito. Após o Senador João Pedro, haverá uma comunicação inadiável, e V. Ex<sup>a</sup> será o próximo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os líderes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) que estão aqui no plenário neste momento me entregaram um documento, por ser eu o autor do PL n<sup>o</sup> 58, do PL n<sup>o</sup> 42, a Emenda dos Aposentados, e também do PL n<sup>o</sup> 296, que trata do fator previdenciário. Vou sintetizar o que eles dizem nesse documento.

A partir do dia 2 de abril, a Cobap e suas federações e associações de base realizarão vigília permanente no Congresso Nacional, pedindo o apoio dos parlamentares para a votação dos projetos de lei que aqui eles discriminam, dando ênfase ao PL n<sup>o</sup> 52, ao PL n<sup>o</sup> 42 e à emenda que vincula o reajuste dos aposentados ao salário mínimo, projeto que apresentei e que aprovamos por unanimidade, com o apoio de todos os Senadores, na Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, o documento detalha a proposta e apresenta argumentos para ressaltar a importância desse movimento. Quero dizer, Sr. Presidente, que vamos entregar um documento idêntico a este aos Líderes. Convidei as Sr<sup>as</sup> Senadoras, os Srs. Senadores e o Presidente Garibaldi, para a entrega do documento logo após meu pronunciamento.

O que eles pedem? Simplesmente pedem que a matéria seja votada. Já tentei articular – Senador Mário Couto, V. Ex<sup>a</sup> foi informado – uma série de reuniões com o Ministro Marinho. Estou na torcida para que, antes de terça-feira ou quarta-feira, construamos esse entendimento ou, pelo menos, votemos a matéria. Assim, cada um assumirá, perante o País, sua posição em relação aos benefícios dos aposentados.

O que me dizem – e sei que V. Ex<sup>as</sup> concordam – é que não dá mais para simplesmente o projeto não ser votado. Existem Parlamentares que dizem que são a favor, mas que não votam. Então, todos vamos perdendo o crédito, porque as pessoas, legitimamente, ficam questionando por que não votam se todos são a favor. Tenho explicado que o problema são as medidas provisórias, e V. Ex<sup>as</sup> sabem disso.

O que queremos assegurar junto ao Presidente da Casa é que, votando as outras duas ou três medidas provisórias que faltam, antes de fazer a leitura de outras

medidas provisórias, se vote a questão dos aposentados. Isso é possível e, como alguém disse, é fato concreto, que poderá acontecer na semana que vem.

O Senador Mário Couto e os outros Senadores podem ter a certeza de que vou torcer muito para que construamos o entendimento, mas, se isso não acontecer – não tenho dúvida – e se ficar um Senador neste plenário, serei o outro Senador para que se busque o entendimento e para que se vote a matéria. Mas tenho a certeza de que não seremos somente dois parlamentares, pois queremos construir o entendimento.

Hoje, eu dizia aos carteiros que estão em greve em todo o País que ninguém faz vigília por que gosta, pois é um sofrimento. Ninguém faz greve por que gosta. Você faz isso como um movimento extremo para buscar uma saída de entendimento, atendendo às reivindicações daqueles que estão a sofrer com a expectativa.

Então, espero mesmo que, nessa conversa com o Presidente Garibaldi, com meus Líderes e com os aposentados que estão na tribuna neste momento, a gente construa esse acordo, esse entendimento; é um acordo de procedimento. Se até lá não houver acordo, como estamos tentando, Senador João Pedro, com o Ministro Marinho, espero que a matéria seja votada com a maior tranquilidade e que se faça um debate qualificado, respeitando os que pensam de forma diferente. Democracia é isto: decide-se no voto.

Mas também quero dizer, Senador Papaléo Paes, que, ontem e hoje, participei de uma negociação para resolver o impasse da greve dos carteiros, que já engloba 90% da categoria em todo o País. Caminhamos, avançamos. Vou ler aqui o acordo que poderá ser homologado se a assembléia das categorias referendar. Pelo menos, o que construímos até o momento diz o seguinte:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, com vistas a demonstrar a sua disposição do entendimento, na presença do Ministro das Comunicações [ex-Senador, que não está no Senado neste momento, Senador Hélio Costa], propõe:

1. Prorrogar o prazo de concessão do Abono Emergencial constante do Termo de Compromisso assinado pela ECT, pela Fentect, Ministro das Comunicações Hélio Costa, e pelo Senador Paulo Paim, em 20 de novembro de 2007 (...) [esse termo garantiu 30% de reajuste para todos os carteiros].

2. Que a ECT e a Fentect retomem as negociações acerca do PCCS e da PLR/2008, a partir do dia 07 de abril de 2008, com o prazo de noventa dias para a conclusão [nesse período, ganharão os 30% de reajuste todos os carteiros];

3. Que o prazo para a incorporação, em definitivo [como estava no acordo de novembro], do abono emergencial na forma de adicional de risco, como previsto no item 3 do termo de compromisso firmado em 20/11/2007, fica prorrogado para junho de 2008;

4. Criar um grupo de trabalho composto por: representantes da ECT e da Fentect para revisar os valores da PLR/2007 paga em 2008 a partir de 07/04/2008; e

5. Que os dias paralisados não sejam descontados dos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista.

Assinam o documento o Presidente da ECT, Carlos Henrique Almeida Custódio; o Ministro das Comunicações, Hélio Costa; e eu, Senador Paulo Paim, como testemunha.

Sinceramente, Sr. Presidente, penso que é um caminho para terminarmos com o impasse da greve neste momento, mas tenho a certeza de que, se não for cumprido na íntegra o que está aqui acertado, principalmente o que já está sendo pago desde dezembro, que são os 30% de reajuste para os carteiros, eles, natural e legitimamente, voltarão à greve daqui a três meses.

Sr. Presidente, fiz a leitura, mas quero deixar registrado nos Anais da Casa que participei desse acordo em nome do Senado, que o Ministro Hélio Costa o assinou pelo Executivo e que o Presidente da ECT o assinou em nome da Empresa de Correios e Telégrafos. O acordo há de ser cumprido!

Solicito, pois, o registro nos Anais da Casa.

Peço mais um segundo de tolerância a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para fazer outro pronunciamento em que, mais uma vez, insisto no fortalecimento do ensino técnico do nosso País e em que peço a aprovação do Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep), de minha autoria e cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres. O relatório está pronto.

Para que ninguém confunda, Senador João Pedro, explico que o Ministério da Educação está encaminhando para cá outro fundo, vinculado somente ao Sistema S e construído mediante entendimento, que nada tem a ver com essa proposta que a Casa há de aprovar e que é fruto, inclusive, de uma proposta de emenda à Constituição de nossa autoria.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, amanhã, estarei em Rio Grande para tratar do Pólo Naval do Rio Grande. Estará lá também o Presidente da República. Com certeza, a demonstração de investimento de mais de R\$2 bilhões no Pólo Naval do Rio Grande será um instrumento muito importante para que lá, no Rio Grande, paremos de dizer que a metade pobre do Estado é a metade sul.

É claro, Sr. Presidente, que, nessa oportunidade, meus amigos e minhas amigas, vou dialogar, em todos os espaços que me forem permitidos, para que construamos uma saída também para os aposentados e para os pensionistas, cerca de nove milhões de homens e de mulheres neste País, que estão nessa expectativa.

Por último, Sr. Presidente – permita-me ainda dizer –, sei que, hoje, o Supremo Tribunal Federal vai decidir se, efetivamente, os professores que são diretores de escolas ou que trabalham no assessoramento pedagógico e na coordenação terão ou não o direito à aposentadoria especial, nos moldes assegurados àqueles que estão efetivamente na sala de aula, e – entendo eu – às próprias regras de transição que consagramos aqui na própria PEC Paralela. Espero que o Supremo decida de forma positiva, para que todos os professores, independentemente de estarem na coordenação ou de serem diretores de escola, tenham direito à aposentadoria. Se o cidadão é promovido a diretor de escola, como não vai ter o mesmo direito daquele outro professor que está ministrando corretamente e que tem o direito à aposentadoria especial, nos moldes da própria PEC Paralela?

Com isso, termino, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Vamos dialogar, agora, com o nosso Presidente Garibaldi. Obrigado, Senador Papaléo Paes. Sei que V. Ex<sup>a</sup> está comprometido também com essa causa, pelos seus pronunciamentos.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento muito delicado no que diz respeito à relação mão de obra / mercado de trabalho.

Dois fatores precisam ser encarados de frente: a escassez da mão de obra e a falta de qualificação são problemas sérios que o Brasil está enfrentando.

Se analisarmos o crescimento do Produto Interno Bruto nos últimos quatro anos, veremos que a taxa de desemprego no país caiu, mas ainda é alta.

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informam que em fevereiro a taxa foi de 8,7%.

A grande questão é que as empresas querem trabalhadores tecnicamente preparados.

Todos nós sabemos que a disputa por um bom emprego e salário justo é acirrada. Os que não estão preparados acabam ficando marginalizados.

As empresas estão buscando profissionais, e exigindo qualificação e não estão encontrando o que procuram.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) registrou, em 2007, um déficit de 193 mil vagas de pessoal qualificado.

Esse cálculo considerou a diferença entre a estimativa de oferta de mão de obra qualificada e com experiência profissional que buscava trabalho e a geração projetada de emprego formal no ano passado.

O problema é tão grave que já existem empresas de grande porte buscando profissionais no exterior, por não encontrarem no Brasil aquilo que precisam.

Parece mentira que estamos diante desse quadro dramático! Oferta de empregos, nossa gente desempregada e a impossibilidade de contratação por absoluta falta de preparo.

Agora vamos nos perguntar, como é que chegamos a isso?

Nem precisa dizer que vamos voltar a falar da educação no Brasil.

Durante décadas o país não investiu da forma como devia em educação fundamental, técnica e superior.

Sem este investimento, os estudantes foram saindo das escolas sem o devido conhecimento exigido para o cumprimento de uma função.

Eles não foram preparados para as exigências do mercado de trabalho!

As áreas de engenharia apontam os maiores índices de carência de profissionais qualificados.

Houve um período em que muitos alunos foram em busca de formação na área de engenharia pois o mercado estava aberto para ela.

Mais tarde ocorreram mudanças no cenário econômico e eles foram obrigados a buscar outras alternativas como empregos públicos ou em instituições financeiras.

Os números apontados são de 5 engenheiros para cada mil trabalhadores, enquanto que a média mundial é de 15 a 25 para mil.

Nós temos 128 mil engenheiros, conforme estudo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho.

Muitos deles, praticamente a metade, está dispersa em outros ramos, não vinculados à produção.

Um estudo de uma empresa paulista chamada *Análítica Consultoria*, feito a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), demonstra que, a escassez de mão de obra fez as empresas investirem em técnicos, que antes eram chamados de mestres, nas mais diversas áreas.

Os problemas não estão apenas nas áreas de engenharia, diversas outras vivem a crise da falta de mão de obra qualificada.

É lamentável que tenhamos chegado a este quadro. Temos que fazer o possível para revertê-lo. Investir na educação fundamental é urgente.

A votação da PEC 24/2005 que institui o FUNDEP, de nossa autoria, também é necessária. É uma forma de enfrentamento do problema.

Estamos sofrendo as conseqüências por termos relegado a educação a um plano inferior quando na verdade, ela é a base de tudo.

Não temos outro caminho a não ser valorizar a educação no nosso país. Para todos os problemas que olhamos, como a violência, o desemprego, as discriminações, o desrespeito à natureza, a solução passa sempre pela educação.

Vamos fazer o que deveríamos ter feito há décadas, ainda é tempo, mas não podemos deixar para depois, o tempo é AGORA!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a convite do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estarei viajando ainda hoje (2) para o Rio Grande do Sul.

O presidente visita na quinta-feira o chamado pólo naval gaúcho, na cidade do Rio Grande, em especial às obras da plataforma P-53 e do Dique Seco.

Os investimentos ultrapassam a casa dos 2 bilhões de reais.

Também nesta cidade participarei junto com o presidente Lula da inauguração do CIDECSUL (Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico da Fundação Universidade do Rio Grande – Furg) e da assinatura de convênio com a SEAP para financiamento de pós-formação de oceanógrafos e lançamento do programa Territórios da Cidadania de Rio Grande.

Lembro que esta casa aprovou projeto de nossa autoria criando um pólo educacional do setor naval nas áreas técnica, tecnológica e superior na cidade do Rio Grande.

O MEC (Ministério da Educação) já autorizou o encaminhamento do projeto.

A tarde estarei em Porto Alegre participando da cerimônia de início das obras do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), da assinatura de convênio com o Estado para a Bolsa Formação de Policiais e doação de telecentros aos municípios do Rio Grande do Sul.

Destaco que o governo federal aplicou, de 2003 a 2006, cerca de 13,2 bilhões de reais no estado.

Entre 2007 e 2010 estão previsto investimentos através do PAC de 14,8 bilhões de reais.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## PROPOSTA DE ENTENDIMENTO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com vistas a demonstrar sua disposição de entendimento, na presença do Ministério das Comunicações, propõe:

1. Prorrogar o prazo de concessão do Abono Emergencial constante do Termo de Compromisso assinado pela ECT, pela FENTECT, Ministro das Comunicações Hélio Costa e pelo Senador Paulo Paim em 20 de novembro de 2007 por 90 (noventa dias), com crédito do valor referente ao mês de março de 2008, sendo realizado dois dias úteis após a aprovação da proposta pelas Assembléias;
2. Que a ECT e a FENTECT retomem as negociações acerca do PCCS e da PLR/2008, a partir do dia 07 de abril de 2008, com o prazo de noventa dias para a conclusão;
3. Que o prazo para a incorporação, em definitivo, do abono emergencial na forma de adicional de risco, como previsto no item 3 do termo de compromisso firmado em 20/11/2007, fica prorrogado para junho de 2008;
4. Criar um grupo de trabalho composto por: representantes da ECT e FENTECT para revisar os valores da PRL/2007 paga em 2008 a partir de 07/04/2008.
5. Que os dias paralisados não sejam descontados dos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista.

Brasília, 02 de abril de 2008.

Presidente do ECT  
Carlos Henrique Almeida Custódio

Ministro das Comunicações  
Hélio Costa  
(Testemunha)

*Hélio Costa*

Ministro de Estado das Comunicações

Senador Paulo Paim  
(Testemunha)

## Sen. Paulo Renato Paim

De: Gilberto Guerzoni Filho

Enviado em: quarta-feira, 2 de abril de 2008 09:35

Para: Sen. Paulo Renato Paim

Assunto: Cida, o julgamento da Lei 11.301/06 está na pauta da reunião do Supremo de hoje

Quarta-feira, 02 de Abril de 2008

Pauta de julgamentos previstos para a sessão plenária desta quarta-feira (02)

Confira, abaixo, o resumo dos julgamentos previstos para a sessão plenária de quarta-feira (2).

Informamos que a pauta está sujeita a mudança sem aviso prévio. A TV Justiça (canal 53-UHF, em Brasília; SKY, canal 117) e a Rádio Justiça (104.7 FM, em Brasília) transmitem os julgamentos ao vivo, inclusive pela internet. Horário: a partir das 14h. O sinal da TV Justiça está liberado para as emissoras de TV interessadas.

### Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3772

Procurador Geral da República X Presidente da República e Congresso Nacional

Relator: Carlos Ayres Britto

A ação é contra a Lei nº 11.301/2006, que acrescentou ao art. 67 da Lei nº 9.393/95 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) o seguinte § 2º: ~~"Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico".~~ O requerente sustenta, em síntese, a ocorrência de inconstitucionalidade material, ao argumento de que a lei ordinária impugnada não poderia estender aos diretores de unidade escolar, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino a aposentadoria especial concedida aos professores, nos termos dos artigos 40, § 5º e 201, § 8º da Constituição Federal. O relator adotou o rito do artigo 12 da Lei nº 9.868/99. A Advocacia-Geral da União, bem como vários amici curiae admitidos no feito, manifestaram-se no sentido de que a norma impugnada, ao definir que o termo "funções de magistério" abrange não apenas o exercício de ministrar aulas, mas também outras atividades praticadas pelo professor relacionadas à tarefa de educar se encontram em conformidade com a Constituição Federal. **Em discussão:** Saber se a norma impugnada ampliou de forma indevida a previsão inscrita nos artigos 40, § 5º e 201, § 8º, da Constituição Federal e se versa sobre matéria reservada à lei complementar.

**PGR:** Após ponderar pela necessária observação dos critérios e procedimentos legislativos indicados nos artigos 40, § 4º e 201, § 1º da Constituição Federal, opina pela procedência da ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Podem contar comigo, Senador Mário Couto, Senador Paulo Paim e demais Senadores, porque farei parte do processo de vigília a favor dos aposentados e pensionistas deste País.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro, que, como orador inscrito, terá dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nestes dez minutos, nesta tarde no Senado da República, trago mais uma vez a minha reflexão em defesa da nossa Amazônia. Venho batendo nessa tecla porque sinto a necessidade, Senador Cristovam Buarque – já falei e vou repetir aqui –, de que nós, brasileiros, cobicemos mais a Amazônia. Ela é cobiçada em nível internacional, mas nós, brasileiros, precisamos cobiçar mais a Amazônia.

Quero refletir acerca de duas questões. E, quando falo da Amazônia, não falo da Amazônia brasileira, que corresponde à maior parte, mas da Amazônia pan-americana, sul-americana. O território brasileiro é o maior território da Amazônia.

Quero dar um exemplo importante com respeito a essa preocupação. Precisamos compreender o todo da Amazônia, principalmente quando o Brasil pensa a sua infra-estrutura numa questão crucial, fundamental para a geração de renda e de emprego, para a vida digna da sociedade brasileira, que é a questão energética. Pois bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos providenciando duas grandes hidrelétricas na Amazônia brasileira, precisamente no Estado de Rondônia, uma das quais já foi licitada. Mas as duas hidrelétricas no território brasileiro formam um grande corredor em um grande rio, o conhecido Madeira, que nasce na Bolívia. Ou seja, é um corredor estratégico para o Brasil, mas também para a Bolívia. O rio Negro, que passa pela capital do meu Estado, Manaus, nasce no norte da Venezuela com a Colômbia, fora do Brasil. O rio Amazonas, famoso, tradicional, identidade da Amazônia, nasce nos Andes do Equador e do Peru.

Sobre o que estou refletindo aqui, Sr. Presidente Papaléo Paes, que é Senador da Amazônia, Senador do Amapá, Estado que faz fronteira emblemática com a Guiana Francesa? Precisamos de uma estratégia de desenvolvimento da nossa Amazônia, com um projeto de desenvolvimento sustentável de acordo com a complexidade da Amazônia, com sua floresta, sua pluralidade de etnias, sua riqueza mineral, seus rios e lagos, sua população de 23 milhões de brasileiros.

Então, precisarmos elaborar uma estratégia para a nossa Amazônia. Hoje, com o Estado de direito, o

Estado democrático, com a sociedade e a comunicação que temos, precisamos superar esses conflitos. E aí o exemplo da economia na Amazônia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não dá mais para continuarmos imprimindo uma política, por exemplo, de derrubada indiscriminada da Floresta Amazônica. Mas ela não pode gerar renda, ser cortada? Pode, mas dentro da legalidade, dentro de critérios técnicos. Por isso, temos o manejo florestal. E, na nossa Amazônia, temos projetos que tiveram êxito, projetos referência de que é possível, sim, convivermos com a Amazônia sem agredi-la.

Senador Papaléo, conheço vários projetos de manejo florestal com baixo impacto e com geração de renda, alguns projetos realizados nos Municípios de Tefé, Alvarães e Uarini, que, no mesmo território, no mesmo projeto, com as populações tradicionais, há manejo de floresta, manejo de jacaré, manejo do pirarucu, hotel, artesanato, ou seja, há uma cadeia que agrega valor. E está lá sem destruição da floresta.

É evidente que o Estado tem de punir e ser rigoroso com quem pratica a ilegalidade na Amazônia, não pode ser conivente, porque essa política vai nos levar – ou melhor, já está nos levando – à bancarrota ambiental.

Então, quero chamar a atenção da nossa sociedade, de empresários, da sociedade civil, das organizações sociais: precisamos fazer um pacto para trabalharmos com dignidade dentro dos marcos da legalidade.

Pois bem, é pensando na Amazônia brasileira, mas pensando na Amazônia pan-americana – nove países compõem a nossa Amazônia: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Guiana Francesa, Bolívia, Brasil e República da Guiana –, precisamos de dois instrumentos, que existem, mas estão desarticulados.

Quero chamar a atenção para a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), que há quase um ano não define o seu secretário. Isso é muito ruim para a Amazônia, porque é um fórum legítimo onde se pode discutir a Amazônia, pensar a Amazônia, refletir a Amazônia. Nós precisamos definir o secretário ou a secretária para a OTCA. A sede da OTCA é aqui em Brasília, é no Brasil. Quero chamar a atenção do Itamaraty, quero chamar a atenção do nosso Itamaraty para a definição do secretariado da OTCA. É um instrumento legal, legítimo, talvez o mais legítimo da Amazônia para atender a essa demanda de discussão.

Um outro instrumento – e aqui vou finalizando o meu pronunciamento desta tarde – é o Parlamento Amazônico. O Mercosul, Sr. Presidente Papaléo, vem reunindo e discutindo, de forma sistemática, dentro da sua agenda, o Parlamento do Mercosul. Precisamos retomar o Parlamaz, o Parlamento Amazônico, preci-

samos rearticular o Parlamaz para agregar os Senadores e os Deputados da Amazônia, dos países que compõem a OTCA.

Nos dias 7 e 8 de abril, haverá uma reunião de rearticulação, Sr. Presidente, da qual farei parte, em Lima, no Peru. É rearticulação, porque o Parlamaz não está articulado. Espero contribuir, levando os anseios, os sonhos, as proposituras do Brasil. Os países que compõem a nossa Amazônia precisam do Parlamento Amazônico, com atividade, com discussão, com reuniões. O Parlamento Amazônico, Sr. Presidente, é estratégico para pensarmos a Amazônia.

Quando penso a Amazônia, é a nossa Amazônia, a nossa mesmo. Não é a Amazônia da humanidade, não. A Amazônia pode servir à humanidade, com a sua riqueza, com as suas potencialidades, mas ela é nossa. A brasileira é brasileira, é nossa, não é da humanidade. Mas ela pode servir à sociedade mundial, sim, porque ela tem uma floresta tão diversa que ali pode ter saída para muita coisa. Ela tem um banco genético significativo, histórico, único, como floresta tropical.

Precisamos rearticular o Parlamento Amazônico no sentido de valorizar as populações que vivem na Amazônia, no sentido de construirmos políticas públicas para a Amazônia, no sentido de reafirmarmos um compromisso amazônida, porque precisamos reconstruir isso nos marcos da solidariedade e da integração.

Nós mesmos, do Brasil – e quero confessar isto aqui, neste Senado –, somos muito sensíveis à Europa, à Argentina, mas cuidamos pouco da nossa Amazônia. A integração é muito pequena na Amazônia, e a Amazônia é a saída para a humanidade, sim; para o mundo, em função das suas potencialidades.

Ali, na Amazônia, temos minerais, temos energia, temos essa imensa floresta, temos água. A Amazônia é a responsável pelas chuvas que alimentam o solo da nossa agricultura. Não podemos viver sem chuva, e as chuvas da Amazônia, provocadas pela floresta de toda a Amazônia, é responsável pelo Brasil, por alimentar inclusive as hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu, hoje. As chuvas são provocadas a partir dessa imensa floresta, e é por isso que temos de construir políticas no sentido de manter a floresta. Não sua intocabilidade, não defendo isso, não; mas precisamos tocar a Amazônia com critério, com pesquisa, com a consciência de que ela tem de servir ao Brasil, mas ela tem um rebatimento importante no dia-a-dia da sociedade brasileira e do mundo.

Senador Papaléo – sei que V. Ex<sup>a</sup> conhece, mas quero registrar isto, porque são resultados de estudos –, uma parte das chuvas, hoje, que caem no Oriente Médio e na Inglaterra são chuvas armazenadas a partir desse grande território que é a floresta da Amazônia – não só a brasileira, mas de toda a Amazônia.

Então, essa floresta é importante para o mundo.

Devemos refletir sobre sua importância a partir de um debate interno no Brasil e de debates internos em cada país que compõe a Amazônia, bem como por meio de debates com a OTCA, que é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e com o Parlamaz, Parlamento Amazônico, que precisa ser rearticulado. São fóruns importantes para refletirmos sobre a importância da Amazônia para o presente da humanidade e, acima de tudo, para o futuro do mundo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador João Pedro, e parabéns pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre orador Osmar Dias para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil tem 5.564 Municípios – e, olhando para ali, vejo o Senador Cristovam Buarque, do meu Partido, que defende a Educação como ninguém neste plenário.

Escolhi o tema de hoje, exatamente sobre esse assunto, para enaltecer os 37 Municípios do País – dos 5.564 Municípios – onde o ensino público funciona. Estou falando do ensino municipal.

Vejam bem, essa pesquisa foi feita pelo Unicef, pelo Ministério da Educação e pela Undime, que é a união das entidades que representa o ensino médio no Brasil.

Dos 37 Municípios, Sr. Presidente, para nossa alegria, cinco Municípios são do Paraná – dos 37 Municípios. Vou ler aqui o nome dos Municípios do Paraná: Jesuítas, do oeste do Paraná; Marilena, do oeste do Paraná; São Jorge d'Oeste, do sudoeste do Paraná; Realeza, também do sudoeste do Paraná, e Pinhais, da região metropolitana.

Só para entendermos o significado da homenagem a esses Municípios, porque se dedicaram à educação, eis as dez práticas com as quais conseguiram essa colocação, entre mais de cinco mil Municípios:

- 1) gestão para a aprendizagem, isto é, organizar a escola com objetivo de chegar a um “ensino de resultados”, que é fazer com que o aluno aprenda;
- 2) prática de rede, que vem a ser a integração de todas as escolas do município a um mesmo método de trabalho;
- 3) planejamento, que envolve, obrigatoriamente, os pais dos alunos;
- 4) avaliações permanentes;
- 5) valorização dos professores;

Vou repetir: valorização dos professores. Quando a gente fala em valorização dos professores, trata-se de um vasto número de recursos aos quais o Poder Público pode recorrer para, efetivamente, valorizar os professores. Não estamos falando só de salário dos professores; estamos falando em valorizá-los – mas falamos também de salário;

6) investir na formação contínua dos docentes [esse investimento na formação, no aperfeiçoamento dos docentes é importantíssimo];

7) valorização da leitura [bom, aqui já se disse que muita gente termina o Primeiro Grau, Senador Flávio Arns, sem aprender efetivamente a ler; e essas escolas deram valor à leitura];

8) atenção individual aos alunos [e V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flávio Arns, quando debatia a educação, quando fomos candidatos ao Governo do Paraná, sempre dizia: “Nós temos de dar atenção individual aos alunos.” Guardei isso. Essas escolas ganharam prêmio, porque souberam dar atenção individual aos alunos];

9) agenda de atividades complementares [e aí vem a educação integral, que sempre coloquei como prioridade absoluta. A educação em tempo integral, no contraturno, oferece oportunidade de o estudante ter acesso a práticas de lazer, cultura, arte e esporte; aprender o que é responsabilidade, o que é direito de cidadão; formar-se efetivamente; informar-se; ter aulas de informática e preparar-se para a vida];

10) parcerias envolvendo áreas da saúde, esporte, cultura e assistência social [como destaca o relatório].

Então, Sr. Presidente, para mim, é uma alegria estar aqui hoje para comemorar o fato de cinco Municípios do Paraná – numa lista de 37 Municípios do País inteiro – terem alcançado essa meta.

Quero destacar que estive hoje, no meu gabinete, o Prefeito Adair Ceccatto, nosso conhecido Pardal, Senador Flávio Arns, que é do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, do Partido dos Trabalhadores – que, aliás, está ali, na tribuna, ouvindo-nos. E ele me visitou exatamente para comunicar que seu Município tinha conquistado esse feito. Eu estava com este jornal, do dia 23, para fazer este pronunciamento e homenagear os prefeitos, mas homenagear os prefeitos juntamente com as professoras, os professores, os profissionais de educação desses Municípios, porque, se o prefeito oferece as condições – e essas condições, com certeza, foram oferecidas nesses Municípios –, os professores e professoras têm de corresponder a esses benefícios recebidos. E, aqui, eles corresponderam.

Então, minhas homenagens aos prefeitos, em especial ao nosso Prefeito Adair Ceccatto, o Pardal, e a todos os prefeitos que conseguiram essa realização, mas, em especial, aos profissionais da educação desses Municípios e aos estudantes, que entenderam bem, mas também aos pais, que se integraram a esse esforço, porque essa é a educação moderna: a integração da família, dos pais, que participam efetivamente das atividades curriculares, não só no meio da semana, mas agora também nos fins de semana. Essa integração da família com a escola só pode dar bom resultado, que é a boa educação daqueles que têm oportunidade de frequentar essas escolas.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Senador!

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, estou falando para uma comunicação inadiável, mas, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, concedo-lhe o aparte, porque o Senador Flávio Arns merece essa consideração.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Agradeço à Presidência e a V. Ex<sup>a</sup>. Senador Osmar Dias, quero fazer de suas palavras as minhas palavras também, sem quaisquer reparos, quanto à valorização de todos os aspectos mencionados. V. Ex<sup>a</sup>, na campanha para Governador, destacou bastante a questão da educação, tais como a valorização do professor, a escola em período integral, o atendimento num conjunto de áreas, à participação da família e da comunidade, uma gestão diferente. E, se observarmos todos os itens lidos por V. Ex<sup>a</sup> e elencados na reportagem, veremos que não existe surpresa. Na verdade, temos de fazer, em educação, o dever de casa muito bem feito. Não é verdade? Que todos esses itens passem a constituir rotina em todos os Municípios do Paraná e do Brasil também. Esses Municípios conseguiram sucesso, com medidas estruturantes, organizadas, boas... Esses Municípios estão de parabéns! Aliás, quero me associar a V. Ex<sup>a</sup> para que pudéssemos, juntos, assinar um requerimento oficial de voto de louvor a esses Municípios do Paraná, emitido pelo Senado Federal, reconhecendo o sucesso encontrado por esses cinco Municípios nos resultados com a educação. Que isso inspire outros Municípios a fazerem a mesma coisa, porque, pela educação, podemos ter um País diferente, bom, melhor e mais democrático. Então, com muito orgulho, quero convidar V. Ex<sup>a</sup> para que, juntos, pudéssemos assinar esse requerimento, emitindo voto de louvor, em função do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Senador Flávio Arns, atendo o apelo de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de o assinarmos. No entanto, faço-lhe uma sugestão, qual seja, a de homenagearmos os 37 Municípios brasileiros. Acredito que o voto de louvor deveria ser feito, em especial, por nós dois, que somos do Paraná, aos cinco Municípios paranaenses, mas entendo também que devemos enaltecer o trabalho dos 37 Municípios

brasileiros, já que 37 Municípios brasileiros, entre os 5.564, obtiveram uma conquista que não podemos deixar passar despercebida no Plenário do Senado Federal. Nós, que temos como bandeira – o Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> e eu – esse tema, ao qual nos dedicamos em nossas campanhas, assumimos compromissos com a população, não deixaremos morrer o sonho de, um dia, termos como prioridade absoluta em nosso Estado a educação.

Quero, aqui, cumprimentar todos os Prefeitos, citando, mais uma vez, o nosso Pardal, lá de São Jorge d'Oeste, dando-lhe os parabéns pelo seu trabalho; parabéns pela integração que V. Ex<sup>a</sup> tem com a sua equipe da educação, porque sem ela V. Ex<sup>a</sup> não chegaria a esse resultado; parabéns aos pais, que entenderam que é preciso fazer uma escola de qualidade, sobretudo, uma escola voltada para os interesses maiores da sociedade, que é a formação da cidadania e a formação do cidadão, para enfrentar os desafios que vêm pela frente na sua vida. Parabéns!

Senador Flávio Arns, eu assinarei, com muito gosto, o requerimento proposto por V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque, mas peço-lhe que seja rápido, porque o meu tempo se esvai.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Será bem rápido.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Senador Osmar Dias, só quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> – com a permissão de V. Ex<sup>a</sup> ....

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pois não. Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – ...que o Requerimento está sendo alterado para homenagearmos os 37 Municípios, como V. Ex<sup>a</sup> propôs, de maneira muito adequada.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador.

Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador, simplesmente para felicitá-lo por vir à tribuna enaltecer esses 37 Municípios que honram o Estado e honram o Brasil. Quero lembrar que se deixarmos nas mãos de cada Prefeito para quando eles quiserem, esses 37 darão resposta, os outros não a darão. Temos de levar isso ao Brasil inteiro. E o único caminho é a federalização da educação de base, mantendo a descentralização gerencial. O Prefeito gerencia, mas o padrão, o salário, o dinheiro para pagar o salário, a carreira do professor tem de ser federalizada, como já foi o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Polícia... Tudo o que este País quer, põe a União para ser responsável. Parabenizo

a cada um dos 37 Prefeitos. Eles servem de exemplo. Mas, ou a gente federaliza, ou não vai chegar nunca aos 5.564 Municípios.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam, nosso professor em Educação.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer-lhe a tolerância, tendo em vista a importância do tema, e também dizer que temos a convicção de que quando o Poder Público quer ele oferece um serviço de qualidade a sua população, que quando há integração com a comunidade as coisas funcionam. Esses Prefeitos, com certeza, terão o respaldo de suas comunidades para darem continuidade a esse trabalho. Tenho confiança de que muitos Municípios perceberão que o caminho para melhorar a vida das pessoas que ali vivem é, efetivamente, investirem pesado em uma educação de qualidade, como esses Municípios estão fazendo.

Parabéns a todos!

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por cessão do Senador Papaléo Paes.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ultimamente, a gente tem tido uma série de frustrações na maneira como a gente vê o encaminhamento dos trabalhos nesta Casa. Hoje de manhã, porém, tive o prazer de ver, relatado pelo Senador Jefferson Péres, um projeto de lei, que, a meu ver, pode ajudar muito na luta do Brasil para pôr ordem no sistema presidiário brasileiro e recuperar, Senadora Rosalba, uma parte, pelo menos, da nossa população carcerária. É um projeto de lei, relatado – repito – pelo Senador Jefferson Péres, que, já em caráter terminativo, sai do Senado para a Câmara, e que visa a algo óbvio: obrigar que cada cadeia tenha uma sala de aula para os presos. No Brasil, tem, sim, prevista uma sala de aula para os estagiários que trabalham com educação, mas não tem prevista a idéia de a gente ter na cadeia sala de aula para os presos.

Todos sabemos que uma das causas mais fortes da violência é a dificuldade do sistema presidiário de recuperar, durante o período em que ali está o preso, o que cometeu crime, para uma vida normal, tranqüila, estável e produtiva na sociedade. Esse é um dos grandes problemas. As prisões têm funcionado como verdadeiras universidades do crime. Um criminoso entra ali com um pequeno crime, com uma pequena condenação, e

sai dali para cometer crimes maiores, e, muitas vezes, voltar para a prisão para cumprir longas penas.

Ao colocar a obrigatoriedade de haver salas de aula nas prisões, a gente começa a dar condições para que os presos estudem e, com isso, muitos deles – espero – se recuperem. Mas essa lei tem de vir acompanhada de outra, que continua caminhando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que visa a redução da pena em um certo número de dias conforme o número de meses que o preso faz de estudos, Senadora Rosalba.

Se juntarmos essas duas coisas: a transformação das cadeias em também escolas, e, ao mesmo tempo, o incentivo para que o preso possa dedicar o seu tempo ao estudo, já que estão ali em condições de muito tempo disponível, creio que a gente começa a fazer uma mudança na situação da nossa população carcerária, começa a fazer uma mudança no aproveitamento dessa população depois que sai das prisões, tendo cumprido suas penas. E aí a gente pode começar a dar um pequeno alívio que seja neste clima de criminalidade que tomou conta do País.

Fico muito feliz de ter visto que hoje, de manhã, por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou este projeto, que é de minha autoria, e que prevê a reserva de sala para aulas nas prisões. Espero que, muito em breve, a gente possa aprovar também o projeto que prevê a troca de alguns dias de pena por alguns meses de estudo.

Senadora Rosalba, que me honra com o seu aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – Senador Cristovam, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> por ter conseguido já vencer essa etapa de um projeto tão importante. Importante, sim. Sabemos que nosso sistema carcerário é muito deficiente. Mas, por ser tão deficiente, se precisamos melhorar, vamos começar melhorando pelo que é mais importante, que é exatamente a educação: salas de aula estruturadas, com professores capacitados, que estimulem essas inteligências que, até então, estavam no crime a serem inteligências do bem, para construir, para ter oportunidade de uma reintegração à sociedade. Parabéns, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senadora Rosalba.

Retomo, Sr. Presidente, a fala feita aqui, há pouco, pelo Senador Osmar Dias, que fez o louvor a 37 municípios. Quero também me somar aos prefeitos e aos secretários e secretárias de educação dessas cidades, que mostraram que é possível, quando se quer, ter uma boa educação.

Mas insisto: não podemos esperar que um a um dos municípios, por decisão deles próprios, façam a mudança educacional no Brasil inteiro. Primeiro, porque ninguém garante que os próximos prefeitos vão

dar continuidade ao que esses 37 fizeram até aqui; segundo, porque, se a gente deixa a critério dos municípios, vamos levar muitas, muitas, muitas décadas para chegar ao Brasil inteiro; e terceiro, porque há municípios em que, mesmo que o prefeito deseje, ele não vai conseguir fazer a mudança que esses 37 municípios fizeram.

Por isso, só há um caminho para, de fato, sair do horror, porque é um horror a realidade educacional brasileira. É um filme de horror, se a gente prestar atenção no que acontece. Só há uma maneira: a educação, no Brasil, ser assumida pela União, do ponto de vista dos critérios que devem ser definidos para termos escola. E também dos recursos necessários para mantermos essa escola.

Só com essa federalização, com a descentralização gerencial, obviamente, é que a gente pode conseguir fazer com que o Brasil saia desse horror e entre em duas situações que precisamos: a situação de sintonia com os países modernos, porque estamos ficando para trás por falta de educação; e a quebra da desigualdade interna, que está se agravando exatamente por falta de oportunidades iguais para todas as nossas crianças.

Parabenizo os 37 prefeitos, continuando o discurso do Senador Osmar, mas insisto: vamos fazer com que não sejam apenas alguns prefeitos. Vamos fazer com que haja um Governo Federal, neste País, que um dia diga: “A saída está na educação”. E para isso é preciso que o Governo Federal defina o piso salarial, que o Governo Federal financie o piso salarial nos municípios pobres, que o Governo Federal defina o que é uma escola, que equipamentos a escola deve ter, que o Governo Federal defina uma carreira nacional do magistério, como existe a carreira dos funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Polícia Federal, do Ministério Público, porque não temos uma carreira federal nacional do magistério. Temos uma carreira nacional do professor universitário das federais, mas não temos uma carreira nacional daquilo que é o mais importante do processo educacional, que é a educação das nossas crianças.

Parabéns aos Prefeitos do Paraná, mas nós precisamos fazer muito mais. E essa, talvez, seja tarefa nossa, de Senadores do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Creio que terminei perfeitamente dentro do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, que falará pela Liderança do PR. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje é a questão energética nacional.

Claro que o País não crescerá ao ritmo desejado e necessário de 5% ao ano se não tivermos um correspondente incremento na disponibilidade energética no País. Conforme matéria da última revista *Exame*, a oferta de energia deve crescer no mínimo 5% ao ano até 2012 para fazer face à expansão do consumo. Somente no ano passado, ocorreu um incremento de 6,5% no consumo de energia elétrica. Se o País almeja crescer e manter essa taxa de 5%, o ideal seria acrescentar de 4.000 a 5.000 megawatts anualmente à oferta de energia até 2012.

Nesse cenário, destaca-se o papel do gás natural, que é estratégico. Isoladamente, as termelétricas movidas a gás natural deverão contribuir com 19% do aumento da oferta de energia. Além disso, o gás pode ser aplicado como combustível industrial, comercial, domiciliar e residencial. O gás também é utilizado como matéria-prima em diversas indústrias, principalmente nas petroquímicas e de fertilizantes e para redução do minério de ferro na indústria siderúrgica. O gás natural é a terceira maior fonte de energia primária no mundo, somente superado pelo petróleo e pelo carvão.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS, em 1998, o volume comercializado de gás natural era de aproximadamente 11 milhões de metros cúbicos diários. Atualmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a média ultrapassa os 47 milhões de metros cúbicos. Houve um crescimento acumulado de 300% em menos de 10 anos. O Brasil já conta com mais de 15 mil quilômetros de rede de distribuição em todo o País, quando, em 2003, eram apenas 9 mil quilômetros. Houve um crescimento de 66%. Hoje, avançamos nessa rede de distribuição, e já estamos em torno de 17 mil quilômetros. Esses são dados que mostram o potencial da indústria de gás natural no Brasil. Em decorrência disso, as empresas distribuidoras investirão, nos próximos anos, cerca de R\$6 bilhões.

O aumento da utilização do gás natural vem permitindo a diversificação da matriz energética, o que é muito salutar e reduz a dependência das hidrelétricas e do regime de chuvas. Segundo o Balanço Energético Nacional do Ministério das Minas e Energia, o gás natural é o energético que vem apresentando as maiores taxas de crescimento na matriz energética brasileira, tendo mais que dobrado a sua participação na oferta interna.

Segundo a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, projeta-se que essa participação alcance 18% em 2030. Além disso, o gás natural apresenta a vantagem de emitir uma quantidade substancialmente menor de poluentes quando comparado a outros combustíveis fósseis.

Sr. Presidente, a Bahia, que muito me interessa, é um dos maiores consumidores de gás natural

do País. O elevado consumo é explicado pelo grande número de indústrias instaladas no Estado. O pólo petroquímico e a Ford são os grandes usuários dessa fonte de energia. Segundo a Bahiagás, o Estado é o terceiro maior consumidor do País, e espero que seja em breve um dos maiores produtores. Atualmente, foi aberto o campo de Manati. Adicionalmente, o campo de Manati poderá garantir *royalties* também importantes para a Bahia.

No entanto, é preciso advertir sobre as ameaças e os principais entraves à expansão da indústria do gás no Brasil. Primeiro, não se pode esquecer a instabilidade no fornecimento das importações oriundas da Bolívia, que em 2006 nacionalizou as reservas de gás. Mais recentemente, o Presidente Evo Morales anunciou que não haverá condições de garantir a oferta de 31 milhões de metros cúbicos de gás para a Petrobras. Ressalto que a redução da dependência do gás boliviano somente poderá ocorrer – ou deixar de existir a dependência – com a construção de gasodutos que deverão interligar o País, aproveitando o potencial energético, e a exploração de novos campos.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é preciso destacar a atual construção do Gasene, que é o gasoduto que liga o sistema do Sul e do Sudeste...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Nesse sentido, Sr. Presidente, destaco a construção do Gasene, que está em execução atualmente e que foi muito cobrado desta tribuna por mim. É um projeto de integração nacional, que interliga as malhas do Sudeste e do Nordeste e que vai solucionar, definitivamente, o suprimento de gás na Bahia e de todo o Nordeste brasileiro. O Rio Grande do Norte, sem gás, não teria a indústria que tem, que é pujante, cada dia mais, naquele Estado.

Volto a lembrar que a continuidade do crescimento econômico depende dos projetos de infra-estrutura.

Sr. Presidente, peço um pouco da sua tolerância para concluir o meu pronunciamento. Mais dois minutos, e concludo; um minutos talvez seja suficiente.

O segundo problema reside exatamente na ausência de um marco regulatório. É o que cobro neste momento: um marco regulatório capaz de reduzir a insegurança jurídica para todos que estão investindo no setor e atrair novos investimentos, sobretudo do setor privado. Está em tramitação, hoje, no Senado o PLC nº 90/2007, a chamada Lei do Gás, que objetiva preencher essa lacuna regulatória. Eu mesmo trabalhei, no passado, na relatoria de matéria semelhante, de autoria do nosso saudoso – saudoso, porque não está aqui entre nós, mas que continua bastante vivo – Senador Rodolpho Tourinho, que fez um excelente trabalho nesta Casa, principalmente o trabalho técnico.

Existe a necessidade de que essa proposição legislativa convirja no sentido da desverticalização e liberalização do setor de gás, o que já vem ocorrendo desde meados da década de 90. Essa proposição não pode ser descolada da realidade vivenciada no setor.

É preciso respeitar os investimentos e os marcos constitucionais existentes. O respeito à repartição de competências e a liberalização do setor ficaram estabelecidas constitucionalmente na Emenda nº 5, de 15 de agosto de 1995, que permite aos Estados a exploração dos serviços de distribuição, inclusive por meio de concessão a empresas privadas. Os Estados foram estimulados a criar suas companhias distribuidoras. Criaram, investiram e participam desse esforço, como é o caso do Estado da Bahia, com a Bahiagás. Por outro lado, o legislador incentivou a concorrência com a quebra do monopólio da Petrobras sobre as atividades de pesquisa, lavra e transporte de gás natural. (Emenda à Constituição nº 9, de novembro de 1995)

Encerro, Sr. Presidente, propugnando e lutando mesmo pela superação de dois desafios: primeiro, a aceleração dos investimentos na prospecção e produção de mais gás para o País e a construção de mais gasodutos para fazer a integração nacional, com o Sistema Nacional de Gasodutos; segundo, a garantia de um dispositivo legal que harmonize a convivência entre a União e os Estados na realização e regulação das diferentes etapas de movimentação do gás canalizado, que evite a sobreposição ou invasão das competências que foram repartidas pela Constituição Federal, afiançando, assim...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Encerro dentro de um minuto.

Afiançando, assim, a almejada segurança jurídico-regulatória do setor. Ou seja, quem já investiu tem de ter seu recurso garantido, até para que novos investidores cheguem ao mercado.

Senadora Rosalba Ciarlini, meu tempo é para V. Ex<sup>a</sup> encerrar meu pronunciamento.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – Com a permissão do nosso Presidente – sei que seu tempo já está muito curto –, não poderia deixar, Sr. Senador César Borges, de parabenizá-lo pelo pronunciamento, até porque V. Ex<sup>a</sup> fala de algo que acho fundamental, vital para o nosso País. V. Ex<sup>a</sup> falava da questão da irregularidade, uma interrogação que não é somente nossa, mas dos empresários das indústrias, dos que usam o gás da Bolívia, algo que realmente nos preocupa bastante. Sabemos que no Brasil existe um potencial ainda muito grande para a exploração de gás. Eu sou de um Estado que também explora o gás, como a Bahia, o Estado de V. Ex<sup>a</sup>. A Bahia também é um dos grandes consumidores. O meu Estado é menor, mas

nele o gás tem sido importantíssimo para impulsionar o desenvolvimento, a atração de indústrias. Tive a experiência, na minha cidade, quando Prefeita, de fazer um gasoduto para oferecer gás às indústrias. Foi possível instalar indústrias de grande porte, exatamente pelo fornecimento dessa energia de custo mais baixo. Há necessidade de fazermos mais gasodutos em nosso Estado. Defendi isso e fiz um apelo para que constasse no PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, o gasoduto necessário ao Seridó e à região do Vale do Açu. Acho importantíssimo. E quero também aqui deixar registrado que entendo que a Petrobras precisa priorizar e valorizar ainda mais a pesquisa, descobrir realmente mais campos para a exploração do gás, que sabemos que existem. Mas, infelizmente, tenho informações de pessoas graduadas dentro da Agência Nacional de Petróleo de que não existe ainda no Brasil um estudo de todo o nosso subsolo, um estudo geológico, para que possamos fazer um planejamento maior. É necessário haver esse investimento para que se faça um estudo mais apurado. Às vezes, descobrimos um poço, como aquele de nossa região, em que o petróleo jorrou quando se perfurava um poço para a construção do Hotel Thermas. É muito importante que a Petrobras atue nisso para que haja mais fontes, mais poços de gás para impulsionarmos o desenvolvimento do nosso Brasil. Parabéns, Senador, por suas colocações!

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado por seu aparte.

Espero que a Petrobras, o Governo Federal, em seu planejamento estratégico, tenham condições de dar suprimento, e que nós, aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, tenhamos condições de estabelecer um marco regulatório que dará garantia aos investimentos já realizados e a novos investimentos para o setor.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, e por sua compreensão, dada a importância do tema.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabéns pelo brilhante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador César Borges!

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Sr. Carlos Marques Dunga, Primeiro Suplente do Senador Cícero Lucena, da representação do Estado da Paraíba, convocado em virtude de licença do titular. S. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

Poder Judiciário  
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

# Diploma

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do artigo 215, do Código Eleitoral, confere o presente diploma de **1º Suplente de Senador a CARLOS MARQUES DUNGA** eleito em 01 de outubro de 2006, tendo obtido votos, pelo (a) Partido/Coligação **POR AMOR À PARAÍBA (PP / PTB / PTN / PL / PFL / PTC / PSDB / PT do B)**.

João Pessoa, 18 de Dezembro de 2006.



Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)  
– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Augusto Botelho e Gim Argello, para que conduzam ao plenário S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Carlos Dunga, a fim de prestar compromisso regimental.

A Presidência solicita às Sr<sup>as</sup> Senadoras, aos Srs. Senadores e a todos que permaneçam de pé.

Ao Sr. Carlos Dunga a palavra, para a leitura do compromisso.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Sr. Presidente, prometo guardar a Constituição Federal e as leis

do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador, que o povo me conferiu, e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)  
– Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Senhor Carlos Marques Dunga, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Peço que todos fiquem sentados.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

## COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do ESTADO DA PARAIBA, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PTB.

Nome Parlamentar: CARLOS DUNGA

Sala das Sessões, em 01 de Abril de 2008.



**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Cafeteira, Líder do PTB, para saudar o nosso Senador pela Paraíba Carlos Dunga.

V. Ex<sup>a</sup>, Líder Cafeteira, tem a palavra.

**O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA** (PTB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, é com grande alegria que aumentamos a nossa bancada, hoje, para oito Senadores, com a posse do Senador Carlos Dunga.

Senador Carlos Dunga, V. Ex<sup>a</sup> entra para uma bancada de homens simples. Nenhum quer ser vedete.

Imagine V. Ex<sup>a</sup> que, quando cheguei nesta Casa, nesta Legislatura, sem pleitear, fui escolhido Líder por unanimidade – éramos quatro; hoje, somos oito –, exatamente porque há nessa Bancada uma irmandade: todos estão com o mesmo propósito, ninguém quer ser mais do que ninguém; queremos apenas fazer o nosso trabalho.

Então, recebendo V. Ex<sup>a</sup> como o nosso oitavo Senador, representamos a partir de agora 10% do Senado. É muito honroso para nós.

Este partido tem uma vocação: *Festina lente* – apressa-te devagar. Nós estamos nos apressando devagar para conseguirmos cada vez mais junção dos nossos companheiros, para mostrarmos que este partido, fundado por Getúlio Vargas, tem sua história, a história de Getúlio Vargas e dos seus companheiros, que estão todos presentes, estão todos aqui, vieram saudá-lo. V. Ex<sup>a</sup> tem esta irmandade. Todos nós estamos caminhando. *Festina lente* – apressa-te devagar.

Bem-vindo, Senador! Bem-vindo ao seio dos seus irmãos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cafeteira, e concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Carlos Dunga.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Carlos Dunga.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Efraim Morais, inicialmente, quero agradecer as palavras aqui proferidas pelo meu Líder e dizer para a Bancada do PTB que o nosso comportamento partidário é de vários mandatos dentro de um contexto no meu Estado, na base, na formação de diretórios, na formação de um eleitorado dentro do que o PTB espera: o aumento do seu povo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou aqui motivado pelo art. 56, § 1º, da nossa Carta Magna.

Tenho muito a agradecer, Sr. Presidente.

Agradeço a acolhida a mim dispensada neste momento de retorno ao Parlamento, desta feita para exercer, pela primeira vez, um cargo senatorial, ocupando, por um período temporário, a vaga do nobre Senador Cícero Lucena que ora se afasta; a Deus, por ter permitido que um homem de origem simples, ex-caminhoneiro, ex-professor, ex-vice-prefeito, ex-prefeito, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-governador do meu Estado, pela oportunidade de viver este instante, um misto de reconhecimento e orgulho que agora ocupo o mandato de Senador, representando o Estado da Paraíba, ao lado de V. Ex<sup>as</sup>, ex-Presidentes da República, Governadores, Senadoras e Senadores de tão grandes experiências; ao povo da Paraíba, pelos 803.600 votos obtidos na eleição de 2006. Agradeço a todos na pessoa do Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador Cássio Cunha Lima; à minha família, em memória ao meu pai Pedro Marques Filho, minha mãe, minha esposa, meus irmãos, meus filhos e meus netos, abraçando a todos nas pessoas de Carlos José Castro Marques, Prefeito de Boqueirão; Frederico Marinheiro, Prefeito de Juazeirinho; Carlos Dunga Júnior, Deputado Estadual do meu Estado.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Carlos Dunga?

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Pois não.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Carlos Dunga, faço questão de saudá-lo em meu nome pessoal, colega seu de Câmara de Deputados que fui, e como Líder do PSDB, portanto, em nome do meu Partido, desejando-lhe uma feliz passagem por esta Casa. Sei que não haverá de ser diferente. E dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que a presença da nossa Bancada tucana, no Senado da República, nas Comissões, na política de bastidores e na tribuna, do Senador Cícero Lucena é algo louvável. O Senador é atento às questões da Paraíba, o Senador é leal ao seu Partido, é leal ao Governador Cássio Cunha Lima; é uma figura, por outro lado, independente nas suas posições. O Senado tem tido uma grata revelação na figura do Ministro Cícero Lucena. Gostaria ainda de transmitir aqui, no momento em que a sessão é de maneira muito feliz presidida pelo nosso companheiro e paraibano ilustre Efraim Morais, o apreço que temos pelo Governador Cássio Cunha Lima, pelo meu querido amigo Ronaldo Cunha Lima, e, já que falei de Cícero, Efraim, Ronaldo e Cássio, dizer que recebemos V. Ex<sup>a</sup> de braços abertos, para que desempenhe o seu mandato com a nossa ajuda, com a sua experiência e com seus compromissos paraibanos do melhor jeito. A Paraíba terá em cada um de nós um Senador desse Estado pelo seu passado de bravura, pelas suas lutas tão cheias

de epopéias, pelo sentimento do seu povo, pela beleza da sua natureza, pela sua cultura popular e pelo contraste entre a belíssima João Pessoa e aquele mi-lagre fora do litoral, que é Campina Grande. Em outras palavras, seja muito bem-vindo e seja muito feliz neste mandato, um mandato que herda temporariamente de um notável Senador, nosso querido amigo e compa- nheiro Cícero Lucena.

Muito obrigado. Seja bem-vindo, repito.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> que é um vigi- lante, V. Ex<sup>a</sup> que é um Senador que traz diariamente a sua palavra a esta Casa. Sem dúvida, a palavra de V. Ex<sup>a</sup> vem encorajar um homem do interior que, aqui chegando, vem com a vontade de querer ajudar esta Casa, o meu País e o meu Estado.

Agradeço também, Sr. Presidente, em nome de meus eternos amigos, Ernesto do Rêgo, Sebastião de Paula Rêgo, Antônio Marinheiro e José Braz do Rêgo, pessoas com quem V. Ex<sup>a</sup> tanto conviveu e que foram, sem dúvida, os âncoras da minha vida pública.

Chego a esta Casa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Sena- doras e Srs. Senadores, depois de ouvir muitos parai- banos. Trouxe quatro questões para debate, Senador Collor:

1. A interligação de bacias. Represento o semi- árido, o Cariri paraibano, com uma média anual de 300 milímetros pluviométricos e, em alguns anos, com apenas 100 milímetros. Hoje, temos açudes sangran- do, rios cheios, riachos e regatos, porém não podemos esquecer que há 30 dias 80% do meu Estado estavam sendo abastecidos com carros-pipas, região que tem uma população de 1.500.000 habitantes. Já chegou a 32% da capacidade de abastecimento pela Bacia do Açude Epitácio Pessoa, situado no eixo leste do pro- jeto de interligação de bacias.

2. O Nordeste, Sr. Presidente, está vivendo um dos maiores invernos dos últimos 50 anos. Porém, é necessário estimular o produtor rural com crédito, com custeio agrícola. Caso contrário, poderemos não registrar nenhuma produção ou geração de emprego e renda com o cultivo de subsistência.

3. A interiorização da universidade. Segundo os dados do último censo nacional de ensino superior, em 2003, foram registrados 3.887.771 matrículas em cursos de graduação presencial no Brasil, sendo que 70% delas em instituições privadas e apenas 29% em instituições públicas. O Estado da Paraíba vem fazendo a sua parte com a autonomia e a ampliação da Universidade Estadual da Paraíba nas cidades de Catolé do Rocha, João Pessoa, Guarabira e Monte- ro. Com efeito, a criação do *Campus* universitário da Universidade Federal de Campina Grande. O Governo

Federal precisa, cada vez mais, acelerar a criação de novas escolas no Estado da Paraíba.

**O Sr. Fernando Collor** (PTB – AL) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Ouço, com muita atenção, o Senador Collor.

**O Sr. Fernando Collor** (PTB – AL) – Senador Carlos Dunga, como integrante da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, desejo trazer também a minha palavra de boas-vindas a V. Ex<sup>a</sup>. Como Sena- dor da República, como alagoano, como nordestino e como cidadão paraibano, desejo-lhe uma profícua passagem pelo Plenário desta Casa e pelas comissões temáticas. V. Ex<sup>a</sup> chega ao Senado da República com boas notícias, de um bom inverno, que faz com que as nossas barragens e os nossos açudes hoje possam dar e gerar alguma esperança aos nossos sertanejos e compatriotas. V. Ex<sup>a</sup>, que tem uma vida tão rica, de dedicação ao seu Estado e ao seu povo, chega hoje ao Senado da República substituindo o nobre Sena- dor Cícero Lucena, que também honra uma das três cadeiras de que a Paraíba dispõe neste Plenário. Não tenho a menor dúvida de que V. Ex<sup>a</sup> saberá, dentro da Bancada do PTB, trazer, fruto de toda essa sua ex- periência, a sua palavra, o seu encorajamento, para que nós, que fazemos a Bancada do PTB nesta Casa, continuemos unidos e firmes dentro de um mesmo ob- jetivo. A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado da República é aquela que apresenta o maior índice de coesão nas decisão aqui tomadas. E V. Ex<sup>a</sup>, não tenho a menor dúvida, saberá cumprir com aquilo que o trabalho brasileiro, desde a época de Dr. Getúlio, vem pregando e trazendo por gerações atrás de gerações. Portanto, Senador Carlos Dunga, seja muito bem-vindo. Nós o acolhemos de braços abertos e de coração cheio de esperança para a grande con- tribuição que o senhor dará aos trabalhos realizados no Senado da República.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Agrade- ço a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Collor, e digo que a Paraíba já o recebeu várias vezes de braços abertos, a Paraíba, com seu coirmão, Deputado Pedro Medei- ros, que lhe outorgou esse título por intermédio da nossa Casa de Epitácio Pessoa. Fique certo de que os paraibanos se irmanam a V. Ex<sup>a</sup> nessa cidadania que recebeu do meu Estado.

Ouço, com muita atenção, V. Ex<sup>a</sup>; e em seguida o Senador Romeu Tuma.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, sou sua vizinha – podemos dizer assim –, ali do Rio Grande do Norte. Tenho uma identidade muito grande com a Paraíba, porque foi lá que comecei os meus estudos de Medicina. O senhor tem uma vida

dedicada a servir no Estado da Paraíba, e esta Casa o recebe de braços abertos. Nós, democratas, queremos lhe dar as boas-vindas. As suas lutas pela transposição do rio São Francisco também são a luta do nosso ilustre colega Cícero, com quem aqui nos irmanamos na defesa das ações para combater os efeitos da seca. A questão da universidade. Aqui o senhor traz assuntos que são também nossas bandeiras. Então, eu quero dar as boas-vindas, desejar todo o sucesso no período que o senhor traz aqui a sua experiência de homem do interior, como o senhor bem aqui colocou: a experiência de um homem do interior, que conhece a realidade do nosso semi-árido, que conhece as dificuldades do nosso Nordeste. Tenho certeza de que o senhor irá contribuir muito para fazer com que o Senado possa cumprir essa grande missão, que é ajudar o Brasil a se desenvolver com mais cidadania, com justiça social. Parabéns e seja bem-vindo, Senador Carlos Dunga.

**O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Senadora, e reafirmo a nossa irmandade: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará somos Estados coirmãos. Não há diferença entre um paraibano e um rio-grandense-do-norte, um pernambucano e um alagoano, porque temos os mesmos problemas. Lutamos pelos mesmos ideais e pelos mesmos objetivos. Nós somos do semi-árido e, por isso, estamos aqui todos lutando numa mesma bandeira, que é defender o semi-árido da nossa Região. A interiorização de uma universidade, a Universidade Federal de Campina Grande, já beneficia uma parte do Rio Grande do Norte em Cuité, também Catolé do Rocha, que são Municípios limítrofes lá com o nosso coirmão, Estado do Rio Grande do Norte.

**O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB)** – Ouço com atenção o ilustre Senador Romeu Tuma, que foi meu professor. Como Deputado Federal, estive percorrendo este País todo com ele na CPI de Roubo de Cargas. Ganhei muitas experiências de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador, e hoje, mais uma vez, venho receber de V. Ex<sup>a</sup> orientações para possamos lutar, no PTB e nesta Casa, pelo mesmo objetivo.

**O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP)** – Senador Carlos Dunga, desculpe-me pela confusão de Deputado, porque, por longo tempo, assim o chamava. O Senador Fernando Collor foi claro nas colocações que fez sobre o Partido que é engrandecido com a presença de V. Ex<sup>a</sup>. Ele não é um partido árido, mas frutífero pela sua atividade. V. Ex<sup>a</sup> fala da região semi-árida e do sofrimento do povo dos Estados citados por V. Ex<sup>a</sup>. Mas tenha certeza de que até um paulista será solidário com V. Ex<sup>a</sup> nas discussões sobre a importância

que o Nordeste representa para a Nação brasileira, principalmente na sua parte econômica e social. E há grandes exemplos: o trabalho desenvolvido pelo então Presidente da República, Fernando Collor, e aqui, no Congresso Nacional, sempre vigilante sobre a unidade do PTB. S. Ex<sup>a</sup> é um espírito bom e faz com que essa unidade prevaleça sempre em qualquer tempo de dificuldade, porque cada um de nós tem um pensamento. E a grande força é a capacidade de uni-la para poder, objetivamente, buscar o que é do interesse da sociedade. Tenho dito aqui, com fórum íntimo, e sinto a mesma coisa em relação aos membros do PT, que, acima de qualquer interesse político, partidário ou pessoal, deve prevalecer o interesse público. E essa é a figura que, sem dúvida, o PTB vem defendendo. Desejo a V. Ex<sup>a</sup> toda a sorte. Tenho certeza que poderemos percorrer o Brasil objetivando outros tipos de trabalho no interesse da sociedade. Boa sorte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, ilustre Senador Romeu Tuma, e incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

4. Sr. Presidente, venho cobrar das autoridades federais os recursos para o meu Estado. Este faz o seu dever de casa: vem cumprindo, desde 2005, o plano de ajuste fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, que leva ao Estado o equilíbrio financeiro. Destaco hoje o programa de desenvolvimento sustentável “Paraíba em suas Mãos”, coordenado pela primeira-dama, Sílvia Cunha Lima, que viabiliza as vocações locais e naturais, transformando anônimos em empreendedores, com o reconhecimento nacional. Dentre as parcerias com o Governo Federal, destaco o “Programa Leite da Paraíba”, com a distribuição de 120 mil litros/dia; as duplicações da BR-230 e da BR-101, que liga João Pessoa, Recife e Natal. Precisamos agora, de mãos dadas, toda a Bancada da Paraíba, lutarmos pelos recursos do PAC para atendermos às demandas de infra-estrutura, saúde social e turismo para o Estado da Paraíba.

**O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB)** – Pois não, ilustre Senador Cafeteira, paraibano.

**O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA)** – Pois é.

Eu queria dar a V. Ex<sup>a</sup> a melhor notícia de hoje: V. Ex<sup>a</sup> já está indicado para a Comissão de Agricultura do Senado, o que era seu desejo.

**O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, pela Liderança, a indicação para a Comissão de Agricultura.

Acompanhei a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, ao lado de valiosos companheiros, durante oito anos, e, nesse trabalho, pude ajudar o meu Estado.

5. Quero agradecer a todos os amigos que aqui estão, à Bancada do meu Estado, Secretários de Estado, Vereadores, Prefeitos, na pessoa do ilustre Deputado Armando Abílio, Presidente do PTB do Estado do Paraíba.

Aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, espero poder continuar essa minha luta. Sei que a minha passagem nesta Casa será breve, porém estou disposto a tornar este tempo extenso em profundidade e profícuo e fecundo em qualidade. Irei direcionar o meu trabalho nessas vertentes que considero primordiais para o engrandecimento do Estado da Paraíba e do Brasil.

Muito obrigado, ilustre companheiro, Presidente Senador Efraim Morais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Carlos Marques Dunga, V. Ex<sup>a</sup> foi Deputado Estadual e Deputado Federal e, agora, é Senador. Tive a honra de, junto com V. Ex<sup>a</sup>, ser Deputado Estadual, Deputado Federal e, agora, Senador. Conheço muito bem a história política de V. Ex<sup>a</sup>, que é sertanejo, habilidoso, sério e dedicado e que tem muito trabalho e serviço prestado à Paraíba e aos paraibanos. Foi Vice-Prefeito e Prefeito de Boqueirão, Deputado Estadual por quatro legislaturas, tendo presidido aquela Casa, oportunidade em que assumiu o Governo do Estado; depois, veio à Câmara dos Deputados por duas legislaturas, prestando grande serviço aos nossos conterrâneos paraibanos; e, agora, é Senador da República. Antes, foi Secretário da Agricultura do nosso Estado, Chefe da Casa Civil. Enfim, V. Ex<sup>a</sup> tem uma folha extensa de serviços prestados à Paraíba e ao Brasil.

Nós, na condição de paraibanos, queremos desejar as boas-vindas a V. Ex<sup>a</sup>, sabendo que o trabalho que haverá de desenvolver neste período inicial de seu mandato, nestes 120 dias, será realmente em defesa da Paraíba e dos paraibanos.

Seja bem-vindo! O Congresso Nacional e, em especial, o Senado recebem V. Ex<sup>a</sup> de braços abertos.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora, o Senador Carlos Dunga ainda está com a palavra. Depois, eu a concederei a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Perdão, pensei que S. Ex<sup>a</sup> já tivesse encerrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CARLOS DUNGA** (PTB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – S. Ex<sup>a</sup> já encerrou. Agora, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço-lhe mil perdões, Sr. Presidente.

Quero, inclusive, em nome do Bloco de apoio ao Governo, Senador Carlos Dunga, saudá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora Ideli Salvatti, vou suspender a sessão por cinco minutos, depois que V. Ex<sup>a</sup> saudar o Senador Carlos Dunga, para que possamos cumprimentá-lo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já concluí, Sr. Presidente. Depois, retornarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela rapidez e pela síntese do seu pronunciamento.

Está suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa às 16 horas e 25 minutos e é reaberta às 16 horas e 28 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Está reaberta a sessão.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço muito.

Eu queria fazer o registro de que, no último sábado, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, por ocasião do Fórum Mundial da Educação, realizado na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, anunciou as medidas da regulamentação da alteração nas regras da Lei do Fies (Financiamento do Ensino Superior), que tramitou aqui no Senado da República e da qual tive oportunidade de ser Relatora na CAE e no plenário.

Queria realçar algumas das modificações, porque elas são de fundamental importância para milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que aguardam a implementação dessas mudanças para poderem ter acesso ao financiamento do seu ensino superior.

Entre as mudanças, citamos que o prazo para quitação do financiamento foi ampliado para duas vezes o período de duração do curso; foi feita a extensão do financiamento do ensino superior a estudantes de mestrado e doutorado; nós tivemos uma redução da taxa de juros do financiamento, no caso, por exemplo, dos cursos de Licenciatura, Pedagogia, Normal Superior e Tecnologia – de 9% para 3,5% – e, nos demais

cursos de graduação, bem como dos cursos de mestrado e doutorado, para 6,5%. Os estudantes do ProUni, que têm 50% ou 25% de bolsa, poderão financiar pelo Fies o restante não financiado pelo ProUni. Foi autorizada a criação do fiador solidário, em grupos de até cinco estudantes; o período de carência, que não existia, passa a existir, sendo de seis meses para o início da amortização do financiamento. Ainda mais: possibilidade de autorização de desconto em folha de pagamento para as amortizações.

Portanto, Senador Efraim Morais, essas mudanças anunciadas pelo Ministro Fernando Haddad, fruto da aprovação da Lei nº 11.552, de novembro de 2007, vêm em muito boa hora e serão, obviamente, acolhidas por milhões de estudantes em todo o Brasil, que poderão, dessa forma, ter acesso ao ensino superior com maior facilidade e com menor custo do financiamento.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, agradecendo-lhe pela gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Rosalvo Fin, grande advogado de Roraima, um gaúcho que exercia a advocacia no meu Estado há quarenta anos. Requeiro à Mesa que apresente as condolências à família.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento, emitiendo Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com a costumeira tolerância desta Presidência.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, por que não dizer, toda a comunidade acadêmica potiguar encontram-se em festa desde o dia 18 de março. Nesse dia, com aula inaugural e a recepção aos mais de quatro mil calouros que preencheram as vagas dos 62 cursos de graduação, a Universidade Federal do Rio

Grande do Norte deu início às comemorações pelo seu cinqüentenário, que vai ocorrer no dia 25 de junho.

Tenho, Sr. Presidente, um especial carinho por essa cinqüentenária instituição, não apenas por ter ali me forma em Medicina, período do qual guardo as mais gratas recordações, mas também pelo que ela representa na disseminação do conhecimento, na formação das novas gerações, na contribuição para a eficácia das políticas públicas, na geração de empregos, de renda e de tecnologias e no combate à exclusão social.

O exame mais acurado da trajetória e do papel dessa renomada instituição requer que remontemos aos seus primórdios, ao ano de 1958, quando ela foi criada, originalmente como Universidade do Rio Grande do Norte, a partir da aglutinação de várias faculdades e escolas de ensino superior então existentes na capital potiguar, como a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Instalada em 25 de março de 1959, seria logo federalizada, em 18 de dezembro do ano seguinte.

Até então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Natal era uma bela e acolhedora cidade – continua bela e acolhedora –, que carecia, porém, de políticas e de instituições que fomentassem a cultura, o saber científico e a tecnologia. Aliás, o Rio Grande do Norte, em que pesem suas tradições culturais e políticas, ressentia-se de uma política ou de uma instituição que incentivasse as artes, que propiciasse a incorporação e o desenvolvimento de tecnologias, que viesse a agregar as ações isoladas e fragmentadas de produção do saber.

Essa política e essa instituição se concretizaram na criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sonhada e planejada por muitos potiguares ilustres, entre os quais destaco o folclorista Luís da Câmara Cascudo. Ela frutificou pela obstinação e descortino do Senador Dinarte Mariz, que, por tantos anos, honrou com sua presença e sua dignidade esta Casa legislativa, e do professor e médico Onofre Lopes, ainda hoje reverenciado, com toda justiça, por toda a comunidade acadêmica potiguar.

O ano de 1968, quando ocorreu a reforma universitária, seria também um marco na história da UFRN, com o fim das faculdades e implementação de uma nova estrutura, ainda vigente, contemplando os departamentos de acordo com a natureza dos cursos e das disciplinas.

Mais adiante, na década de 70, a construção do *Campus* Central, com moderno complexo arquitetônico, ensejaria uma nova etapa na trajetória do estabelecimento.

Na recepção aos novos alunos da UFRN, o Reitor José Ivonildo do Rêgo não escondeu o seu entusiasmo com as perspectivas da instituição. Lembrou que, há pouco mais de uma década, em 1995, a universidade tinha cerca de onze mil alunos e que hoje são mais de trinta mil.

Esses números são eloqüentes também se retrocedermos a um passado mais recente: no período de 2003 a 2006, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte expandiu suas ações no ensino, na pesquisa e também na atividade de extensão.

O número de vagas registrou um crescimento de 66%, Senador Efraim, com a oferta de 2.400 vagas nos cursos de educação à distância e de 3.817 nos cursos presenciais. Nesse mesmo período, houve um incremento de 8,3% nos cursos de mestrado e de 66,7% nos de doutorado.

A pujança da Universidade Federal do Rio Grande do Norte se revela também com a oferta de dezoito programas de residências médicas e a significativa produção de 96 teses de doutorado e 433 dissertações de mestrado registradas só no ano passado.

Reconduzido ao cargo no ano passado, para o quadriênio 2007/2011, o Reitor José Ivonildo do Rêgo destaca também, a justificar o seu otimismo, a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, que começa a vigorar este ano e que permitirá elevar a 45 mil o número de alunos da instituição.

Não se trata, porém, de aumentar simplesmente o número de vagas, mas também de expandir a estrutura física, de contratar docentes e de aprimorar o ensino naquela unidade.

Por sua vez, a Vice-Reitora Ângela Maria Paiva Cruz destaca o auspicioso fato de que 93% de toda a pesquisa realizada no Rio Grande do Norte tem como origem a Universidade Federal.

É conveniente lembrar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, demonstrando plena sintonia com a comunidade potiguar, tem concentrado suas pesquisas em áreas estratégicas para o Estado, como a carcinicultura, por meio do projeto do genoma do camarão, e ainda nas áreas de gás e de petróleo, contribuindo de modo decisivo para o desenvolvimento dessas atividades.

Não é de admirar que, além da comunidade acadêmica, todo o povo potiguar se orgulhe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por ocasião do seu cinquentenário; não é de surpreender que alunos, professores e servidores da instituição estejam desde já comemorando essa efeméride, cujo programa, iniciado com as boas-vindas aos

calouros, se estenderá até o mês de dezembro, quando se encerrará a Programação do Museu Câmara Cascudo para o Ano Ibero-Americano dos Museus. Até lá, entre outras atividades, a comunidade acadêmica poderá participar de eventos como congressos e seminários diversos, coletivas com artistas contemporâneos, conferências, **workshops** e espetáculos artísticos.

Sr. Presidente, os cinquenta anos de criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mais do que uma ocasião a ser festejada, representam um motivo de orgulho para todos nós e uma razão para acreditarmos no potencial das nossas universidades.

Na verdade, a história e a trajetória dessa instituição nos fazem crer mais convictamente no futuro do nosso povo e da nossa Nação.

Ao congratular-me com o povo potiguar, formulo meus votos aos alunos, ao corpo docente, aos servidores administrativos e à direção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para que a instituição homenageada continue buscando o aprimoramento no ensino, a disseminação do conhecimento, a formação de profissionais íntegros e competentes, a consolidação da nossa cidadania.

Aqui estamos não apenas para parabenizar e reverenciar todos – do mais simples funcionário aos doutores – que, com sua dedicação, seu trabalho, sua luta, construíram a nossa universidade, mas também para reafirmar o nosso compromisso de apoio às lutas da nossa universidade.

Não poderia ser diferente. Nessa luta, coloco o meu coração, porque tenho gratas recordações. A minha profissão, tudo o que recebi dessa universidade espero poder retribuir nesta Casa, no Congresso Nacional, para apoiar e fazer valer, cada vez mais, a força da nossa universidade potiguar, porque, somente pelo caminho da educação, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, somente pelo caminho da educação, repito, conseguiremos as transformações sociais tão necessárias a este País.

Parabéns ao Rio Grande do Norte por essa universidade, que tem a marca da excelência!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Rosalba.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma por dez minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Roseana, Senador Efraim Morais, é uma honra usar a tribuna com a presença de V. Ex<sup>a</sup> à Mesa, na direção dos trabalhos. Eu estava com saudade de V. Ex<sup>a</sup>, correndo para cima e para baixo, a fim de fazer

uma boa liderança para o Governo. Estamos solidários ao seu trabalho e à sua pessoa. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a sua presença.

Senadora Rosalba Ciarlini, é interessante que estou, desde quinta-feira passada, na esperança de poder usar a tribuna para falar sobre educação. Eu não quis pedir-lhe um aparte, porque acho que a sua fala trouxe o que tem de alma e coração nas virtudes que V. Ex<sup>a</sup> apresenta nesta Casa, principalmente homenageando a sua universidade, a sua faculdade. Então, quero dar os parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, usando o meu tempo por um minuto, porque não poderia deixar de fazê-lo.

Realmente, é difícil para mim essa área, esquadrinhada com proficiência por nobres colegas, entre os quais V. Ex<sup>a</sup> e o Ex<sup>o</sup> Senador Cristovam Buarque, que conseguiu, com o seu esforço, colocar o tema na pauta do Governo. Refiro-me à área da educação. V. Ex<sup>a</sup> sabe a luta que ele teve como candidato a Presidente. A única bandeira de todo o seu trabalho foi a educação. Acredito que, hoje, o Governo e todos os interessados no progresso do País se dedicam a discutir o que falta para realmente nós alcançarmos uma qualidade melhor no contexto universal, que é propriamente a educação.

Então, estou motivado por dois fatos ocorridos nos últimos dias, que demonstraram a preocupação pública e particular com a qualidade do ensino praticado em nosso País.

O primeiro fato configura um salto de qualidade numa iniciativa da Fiesp em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Isto é: o telecurso remodelado, para continuar pondo a educação ao alcance de milhares de brasileiros desprovidos de meios para frequentar aulas.

Na companhia dos ilustres pares Tasso Jereissati e Marconi Perillo, presenciei o lançamento do Novo Telecurso, segunda-feira última, dia 25, no Teatro Popular do Sesi, em São Paulo, onde se ombreavam políticos de diferentes facções, como os Governadores José Serra, do PSDB de São Paulo, e Jaques Wagner, do PT da Bahia, ao lado de Binho Marques, do Acre, de Carlos Eduardo de Souza Braga, do Amazonas, de Marcelo de Carvalho Miranda, do Tocantins, de Wilma Faria, do Rio Grande do Norte, e de José Roberto Arruda, do nosso Distrito Federal. Juntaram-se aos Presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, para prestigiar a luta por um ensino melhor no Brasil.

Houve também assinatura de convênio pelo Diretor Presidente da Fundação Padre Anchieta, conhecido jornalista Paulo Markun, para que a TV Cultura de São Paulo transmita as aulas. E, patenteando o reconhecimento de que a educação no País vai mal, aqueles

líderes políticos estaduais assumiram o compromisso coletivo de obstar o problema, principalmente em relação à defasagem escolar.

Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do Ministério da Educação, apontam índices de defasagem entre idade escolar e série efetivamente cursada, atingindo 26% do Ensino Fundamental e 46% do Médio. Tal distorção alcança 70% dos corpos discentes em alguns Estados. Como tentativa de resolver o problema, o Novo Telecurso resulta de renovação e ampliação do Telecurso 2000, que já beneficiou mais de cinco milhões de alunos em 27 mil telessalas criadas pelo País afora.

O Presidente da Fiesp ressaltou ser a educação responsabilidade de toda a sociedade e reproduziu a opinião consensual de que “não dá para um País se desenvolver sem ela”. Sua fala foi assim complementada pelo Presidente da Fundação Roberto Marinho: “Temos uma grande responsabilidade sobre a qualidade de ensino em nosso País e o problema de defasagem é particularmente preocupante. Temos em uma mesma sala de aula alunos de 14 anos convivendo com os de 11. Essa convivência não é produtiva. Um estudante de 14 anos, por exemplo, tem outros interesses além de problemas de auto-estima por estar atrasado nos estudos” – palavras do Presidente da Fundação Roberto Marinho.

O ex-Governador do Acre Jorge Viana, irmão do nosso querido Senador, forneceu um exemplo concreto à platéia ao lembrar: “Quando assumi o Governo em 1999, o Acre era considerado o pior Estado do País em educação. Mas, com iniciativas como a do Telecurso, conseguimos passar da 27<sup>a</sup> colocação para a 11<sup>a</sup> no ranking”.

Diante disso, o Governador Jaques Wagner reconheceu que a Bahia está entre os dois piores Estados no mesmo ranking e afirmou: “Vamos nos espelhar no exemplo do Acre e melhorar nossa posição”.

Por sua vez, o Governador Carlos Eduardo de Souza Braga ressaltou ser um grande desafio levar a educação a toda a população do Amazonas, um Estado duas vezes e meia maior que a França, repleto de áreas de difícil acesso. Responsabilizou as deficiências educacionais pela degradação da Floresta Amazônica.

O Novo Telecurso significa dar andamento ao projeto numa trilha de sucesso. As telessalas transformaram o aprendizado em lugares tão distantes e diferentes quanto a floresta no Acre e a periferia do Recife.

Por exemplo, reportagem do Jornal Nacional, TV Globo, mostrou como as dificuldades impostas pela defasagem idade/série afastaram Jaqueline de Trin-

dade, de 21 anos, da escola tradicional por dois anos. Voltou a estudar, atraída pelo jeito dinâmico e divertido de aprender proporcionado pelo Telecurso. Concluírá o ensino médio em um ano e três meses. É acrobata que quer seguir fazendo arte, mas com diploma nas mãos. E afirma: “Eu queria ter um diploma de professora de circo mesmo. Uma educadora da arte nota dez”. São as palavras da aluna.

No Recife, Ewerton Cardoso, de 20 anos, retomou os estudos e qualificou-se para o emprego que tanto almejava. Obteve carteira assinada pela primeira vez e a certeza de que nunca é tarde para correr atrás do sonho. Acentua: “Se Deus quiser, vou crescer e fazer uma faculdade para engenharia eletroeletrônica”.

Há 27 mil telessalas espalhadas pelo território nacional. E, graças a elas, cerca de 5 milhões de brasileiros já puderam reprogramar o próprio futuro. Agora, o telecurso caminha **pari passu** com as transformações que vêm ocorrendo no mundo. Cenários, livros, aulas foram atualizados e cinco novas disciplinas incluídas no currículo do Ensino Médio: filosofia, artes plásticas, música, teatro e sociologia. Os cursos profissionalizantes de gestão de pessoas, projetos de manutenção e administração da manutenção também foram criados.

Outra novidade é a inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, mediante DVDs com legendas e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao todo, foram produzidas 72 novas aulas e mais de mil passaram por modificações e atualizações. O material didático, totalmente reformulado, terá 43 novos livros. Conteúdo específico está à disposição dos professores em livros para cada uma das disciplinas.

O Novo Telecurso já possui *site* no endereço [www.novotelecurso.org.br](http://www.novotelecurso.org.br) para troca de informações entre os participantes. Exibe na Internet fotos, filmes e *making off* das gravações e curiosidades gerais do programa. Há ainda um cadastro dos interessados em obter informações sobre o curso. É nesse *site* que encontramos mais depoimentos de professores e alunos sobre os resultados do projeto. Por exemplo, Ângelo Assis dos Santos, de Cariacica, assegura:

Esse projeto mudou a minha vida em muitas coisas, tanto em relação à minha família, quanto aos colegas de trabalho. Também foi bom para o conhecimento, aprendizagem do projeto que é muito bom. Estou muito feliz de estar estudando depois de 30 anos fora da sala de aula e pretendo continuar a estudar para ter mais conhecimento e um futuro melhor.

Maria Dias dos Reis, aluna da Comunidade EMA, em Quilombos, Goiás, revela:

Para mim foi a melhor que aconteceu na minha vida, porque sempre sonhei em poder continuar meus estudos. Logo, aprendi muitas coisas. Foi uma luz que brilhou no meu caminho. Hoje posso falar que conheço a história do Brasil.

Luzimar Moreira Paz...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ROMEUTUMA** (PTB – SP) – Sr. Presidente, a hora em que V. Ex<sup>a</sup> achar que devo encerrar, pedirei para dar como lido o restante do discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo suficiente para concluir.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Obrigado.

...aluno da Comunidade de Diadema, na mesma região goiana, assegura:

Estava estudando em Terezina de Goiás, porém tive que parar de estudar para trabalhar. Em 2005, comecei a estudar por meio do Telecurso 2000. Aprendi a escrever e a ler melhor. Hoje estou dando aula no município de Cavalcante. [Verifiquem, ele foi aluno do Telecentro e passou a ser professor.] A metodologia da telessala – apresentação de trabalhos e participação em grupos – está ajudando no meu desempenho.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, através do que acabo de expor, temos noção do imenso potencial oferecido pelo telecurso no campo de atividade destinado a delinear o nosso futuro como grande Nação. Configura o esforço conjunto das iniciativas públicas e particulares para dirimir dificuldades e deficiências próprias de qualquer país continental como o Brasil.

Ainda nesta semana, o Ministério da Educação divulgou ampla pesquisa que denota preocupação em melhorar o ensino oficial com objetivos semelhantes. Parece ter encontrado receitas de sucesso em redes municipais de 37 cidades brasileiras, mediante um estudo elaborado em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), sob o título “Redes de Aprendizagem – Boas Práticas de Municípios que garantem o direito de aprender.”

Chamo a atenção: nós temos mais de cinco mil Municípios, Senador Mão Santa, e 37 conseguiram provar que têm uma boa qualidade de ensino. V. Ex<sup>a</sup> verifica a defasagem em vários municípios (milhares de municípios) que não conseguiram alcançar o que os 37 apresentaram nessa pesquisa da Unicef.

Entre as características comuns às redes com bom desempenho, o estudo indicou a valorização da leitura e o acompanhamento rigoroso do aluno. Por exemplo: em Alto Alegre do Pindaré, no interior do Maranhão, com 32 mil habitantes, um representante

escolar visita a casa do aluno que falta dois dias consecutivos, para saber o motivo da ausência. A valorização da leitura foi citada por 29 das 37 redes como fator de sucesso. Segundo o Ministro Fernando Haddad, procedimentos como esses influenciaram de fato no aprendizado dos alunos, já que o contexto socioeconômico foi isolado da análise.

O estudo procurou identificar escolas que encontraram soluções para problemas comuns às outras. Como segunda etapa, possibilitará a divulgação das experiências bem sucedidas como exemplos a serem seguidos, entre eles o de Formosa, em Goiás, que apresenta formação sólida de professores e constitui um foco na aprendizagem.

A metodologia da pesquisa determinou, entre os critérios de escolha, a nota quatro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que varia de 1 a 10. Utilizou igualmente o desempenho acima do esperado em relação a redes com condições socioeconômicas semelhantes. Apenas 103 dos 2.346 sistemas municipais passaram por esses dois filtros. Desses, 37 foram escolhidos de acordo com a representatividade “regional e populacional” e visitados por pesquisadores no final de 2007. Os técnicos ouviram pais, alunos, professores, funcionários e dirigentes municipais.

Embora se destaquem nos contextos socioeconômicos regionais, essas redes não alcançam os padrões encontrados nos países desenvolvidos, que possuem IDEB igual ou maior que seis. Todavia, todas estão acima da média nacional, atualmente de 3,8.

Nas 37 cidades pesquisadas, os técnicos identificaram fatores como planejamento didático e pedagógico, olhar individual sobre o aluno, acesso à educação infantil (0 a 5 anos), valorização da leitura, gestão participativa e ao mesmo tempo exigente, com avaliações dos profissionais, integração entre as escolas da rede municipal e valorização do professor.

Quanto à importância dada à formação dos docentes, há realidades distintas. Enquanto em Sud Mennucci, Estado de São Paulo, 92% deles têm nível superior e em Sete Barras – a 251 quilômetros da capital paulista – o índice chega a 100%, em Presidente Dutra, Bahia, apresentavam apenas ensino médio completo.

Avaliação dos alunos, recuperação, material didático organizado e formação dos professores são as ações apontadas pelos educadores de Sete Barras como a explicação para os bons resultados apontados pelo MEC nessa cidade paulista de 15 mil habitantes. Os alunos fazem provas mensais e passam por avaliação semestral da prefeitura.

Os exames buscam diagnosticar as dificuldades dos estudantes para que, em seguida, sejam formadas turmas com vistas ao reforço escolar.

Sr. Presidente, tenho mais alguma coisa, mas não queria atrapalhar. Se V. Ex<sup>a</sup> permitir que faça a publicação por completo, são mais explicações de outros Municípios que desenvolveram um aprendizado mais rigoroso, mais vigoroso, com o entusiasmo dos alunos. Talvez a cidade de V. Ex<sup>a</sup> já tenha alcance do telecurso e os prefeitos, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, poderão assinar e ter, sem dúvida alguma, uma melhora de aproveitamento do ensino, principalmente do primeiro e segundo grau.

Agradeço V. Ex<sup>a</sup> pela simpatia da tolerância.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA**

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desculpem-me por entrar numa área esquadrinhada com proficiência por nobres colegas entre os quais costumo ver principalmente o excelentíssimo Senador Cristovam Buarque, que conseguiu com seu esforço colocar o tema na pauta de governo. Refiro-me à área da educação. Sinto-me motivado a tanto por dois fatos dos últimos dias, que demonstraram a preocupação pública e particular com a qualidade do ensino praticado em nosso País.

O primeiro fato configura um salto de qualidade numa iniciativa da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Isto é: o telecurso remodelado para continuar pondo a educação ao alcance de milhares de brasileiros, doutra forma desprovidos de meios para frequentar aulas.

Na companhia dos ilustres Pares Tasso Jereissati e Marconi Perillo, presenciei o lançamento do Novo Telecurso, segunda-feira última, dia 25, no Teatro Popular do Sesi-SP, onde se ombreavam políticos de diferentes facções, como os governadores José Serra do PSDB de São Paulo e Jaques Wagner do PT da Bahia, ao lado de Binho Marques (Acre), Carlos Eduardo de Souza Braga (Amazonas), Marcelo de Carvalho Miranda (Tocantins), Wilma Faria (Rio Grande do Norte) e José Roberto Arruda (Distrito Federal). Juntaram-se aos presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, para prestigiar a luta por um ensino melhor no Brasil.

Houve também assinatura de convênio pelo diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, jornalista Paulo Markun, para que a TV Cultura de São Paulo transmita as aulas. E, patenteando o reconhecimento de que a educação no País vai mal, aqueles líderes políticos estaduais assumiram o compromisso coletivo de obstar o problema, principalmente em relação à defasagem escolar.

Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do Ministério da Educação, apontam índices de defasagem entre idade escolar e série efetivamente cursada atingindo 26% no Ensino Fundamental e 46% no Médio. Tal distorção alcança 70% dos corpos discentes em alguns Estados. Como tentativa de resolver o problema, o Novo Telecurso resulta de renovação e ampliação do Telecurso 2000, que já beneficiou mais de 5 milhões de alunos em 27 mil telessalas criadas pelo País afora.

O Presidente da Fiesp ressaltou ser a educação responsabilidade de toda a sociedade e reproduziu a opinião consensual de que “não dá para um país se desenvolver sem ela”. Sua fala foi assim complementada pelo Presidente da Fundação Roberto Marinho: “Temos uma grande responsabilidade sobre a qualidade de ensino em nosso País e o problema de defasagem é particularmente preocupante. Temos em uma mesma sala de aula alunos de 14 anos convivendo com os de 11. Essa convivência não é produtiva. Um estudante de 14 anos, por exemplo, tem outros interesses, além de problema de auto-estima por estar atrasado nos estudos”.

O ex-governador do Acre, Jorge Viana, forneceu um exemplo concreto à platéia ao lembrar: “Quando assumi o governo em 1999, o Acre era considerado o pior estado do País em educação. Mas, com iniciativas como a do Telecurso, conseguimos passar da 27.<sup>a</sup> colocação para a 11.<sup>a</sup> no ranking”. Diante disso, o governador Jaques Wagner reconheceu que a Bahia está entre os dois piores Estados no “ranking” e afirmou: “Vamos nos espelhar no exemplo do Acre e melhorar nossa posição”.

Por sua vez, o governador Carlos Eduardo de Souza Braga ressaltou ser um grande desafio levar educação a toda a população do Amazonas, um Estado duas vezes e meia maior que a França, repleto de áreas de difícil acesso. Responsabilizou as deficiências educacionais pela degradação da floresta amazônica.

O Novo Telecurso significa dar andamento ao projeto numa trilha de sucesso. As telessalas transformaram o aprendizado em lugares tão distantes e diferentes quanto a floresta no Acre e a periferia do Recife. Por exemplo, reportagem do Jornal Nacional – TV Globo mostrou como as dificuldades impostas pela defasagem idade-série afastaram Jaqueline Trindade, de 21 anos, da escola tradicional por dois anos. Voltou a estudar, atraída pelo jeito dinâmico e divertido de aprender proporcionado pelo Telecurso. Concluírá o Ensino Médio em um ano e três meses. É acrobata e quer seguir fazendo arte, mas com um diploma nas

mãos. E afirma: “Eu queria ter um diploma de professora de circo mesmo. Uma educadora da arte nota dez”.

No Recife, Ewerton Cardoso, de 20 anos, retomou os estudos e qualificou-se para o emprego que tanto almejava. Obteve carteira assinada pela primeira vez e a certeza de que nunca é tarde pra correr atrás do sonho. Acentua: “Se Deus quiser eu vou crescer, fazer uma faculdade para engenharia eletroeletrônica”.

Há 27 mil telessalas espalhadas pelo território nacional e, graças a elas, 5 milhões de brasileiros já puderam reprogramar o próprio futuro. Agora, o telecurso caminha “pari passu” com as transformações que vêm ocorrendo no mundo. Cenários, livros, aulas foram atualizados e cinco novas disciplinas incluídas no currículo do Ensino Médio: filosofia, artes plásticas, música, teatro e sociologia. Os cursos profissionalizantes de gestão de pessoas, projetos de manutenção e administração da manutenção também foram criados.

Outra novidade é a inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, mediante DVDs com legendas e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao todo, foram produzidas 72 novas aulas e mais de mil passaram por modificações e atualizações. O material didático, totalmente reformulado, terá 43 novos livros. Conteúdo específico está à disposição dos professores em livros para cada uma das disciplinas.

O Novo Telecurso já possui site no endereço [www.novotelecurso.org.br](http://www.novotelecurso.org.br) para troca de informações entre os participantes. Exibe na Internet fotos, filmes e “making off” das gravações e curiosidades gerais do programa. Há ainda um cadastro dos interessados em obter informações sobre o curso. É nesse site que encontramos mais depoimentos de professores e alunos sobre os resultados do projeto. Por exemplo, Ângelo Assis dos Santos, de Cariacica, assegura:

“Esse projeto mudou a minha vida em muitas coisas, tanto em relação à minha família, quanto aos colegas de trabalho. Também foi bom para o conhecimento, aprendizagem do projeto que é muito bom. Estou muito feliz de estar estudando depois de 30 anos fora da sala de aula e pretendo continuar a estudar para ter mais conhecimento e um futuro melhor.”

Maria Dias dos Reis, aluna da Comunidade EMA, em Quilombos, Goiás, revela:

“Para mim foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, porque sempre sonhei em poder continuar meus estudos. Logo aprendi muitas coisas. Foi uma luz que brilhou no meu caminho. Hoje posso falar que conheço a História do Brasil.”

Luzimar Moreira Paz, aluno da Comunidade Diodema, na mesma região goiana, assegura:

“Eu estava estudando em Terezina de Goiás, porém tive que parar de estudar para trabalhar. Em 2005, comecei a estudar por meio do Telecurso 2000. Aprendi escrever e a ler melhor. Hoje, estou dando aula no município de Cavalcante. A metodologia da tessala – apresentação de trabalhos e participação em grupos – está ajudando no meu desempenho.”

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, através do que acabo de expor temos noção do imenso potencial oferecido pelo telecurso no campo de atividade destinado a delinear o nosso futuro como grande Nação. Configura o esforço conjunto das iniciativas pública e particular para dirimir dificuldades e deficiências próprias de qualquer país continental como o Brasil.

Ainda nesta semana, o Ministério da Educação divulgou ampla pesquisa que denota preocupação em melhorar o ensino oficial com objetivos semelhantes. Parece ter encontrado receitas de sucesso em redes municipais de 37 cidades brasileiras, mediante um estudo elaborado em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), sob o título “Redes de aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”. Este é o segundo fato que motiva o meu pronunciamento.

Entre as características comuns às redes com bom desempenho, o estudo indicou a valorização da leitura e o acompanhamento rigoroso do aluno. Por exemplo, em Alto Alegre do Pindaré, no interior do Maranhão com 32 mil habitantes, um representante escolar visita a casa do aluno que falta dois dias consecutivos para saber o motivo da ausência. A valorização da leitura foi citada por 29 das 37 redes como fator de sucesso. Segundo o ministro Fernando Haddad, procedimentos como esses influenciaram de fato no aprendizado dos alunos, já que o contexto socioeconômico foi isolado da análise.

O estudo procurou identificar escolas que encontraram soluções para problemas comuns a outras. Como segunda etapa, possibilitará a divulgação das experiências bem-sucedidas como exemplos a ser seguidos, entre eles o de Formosa, em Goiás, que apresenta formação sólida de professores e constitui um foco na aprendizagem.

A metodologia da pesquisa determinou, entre os critérios de escolha, a nota quatro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que varia de um a dez. Utilizou igualmente o desempenho acima do esperado em relação a redes com condições socioeconômicas semelhantes. Apenas 103 dos 2.346

sistemas municipais passaram por esses dois filtros. Desses, 37 foram escolhidos de acordo com a representatividade “regional e populacional” e visitados por pesquisadores no final de 2007. Os técnicos ouviram pais, alunos, professores, funcionários e dirigentes municipais.

Embora se destaquem nos contextos socioeconômicos regionais, essas redes não alcançam os padrões encontrados nos países desenvolvidos, que possuem Ideb igual ou maior que seis. Todavia, todas estão acima da média nacional, atualmente de 3,8.

Nas 37 cidades pesquisadas, os técnicos identificaram fatores como planejamento didático e pedagógico, olhar individual sobre o aluno, acesso à educação infantil (0 a 5 anos), valorização da leitura, gestão participativa e ao mesmo tempo exigente, com avaliações dos profissionais, integração entre as escolas da rede municipal e valorização do professor.

Quanto à importância dada à formação dos docentes, há realidades distintas. Enquanto em Sud Menucci, Estado de São Paulo, 92% deles têm nível superior e em Sete Barras – a 251 km da capital paulista – o índice chega a 100%, em Presidente Dutra, Bahia, apresentavam apenas ensino médio completo.

Avaliação dos alunos, recuperação, material didático organizado e formação dos professores são as ações apontadas pelos educadores de Sete Barras como a explicação para os bons resultados apontados pelo MEC nessa cidade paulista de 15 mil habitantes. Os alunos fazem provas mensais e passam por avaliação semestral da prefeitura. Os exames buscam diagnosticar as dificuldades dos estudantes para que, em seguida, sejam formadas turmas com vistas a reforço escolar.

Para organizar o conteúdo a ser ensinado, a prefeitura de Sete Barras optou por um sistema polêmico, isto é, o de apostilas feitas por um grupo privado, o Objetivo. Parte dos educadores do País afirma que o sistema massifica o ensino e prejudica uma formação mais humanista dos alunos. Mas, a Secretária da Educação local, Edna Kabata, declarou à Folha de S. Paulo que, “antes, cada professor definia o que ia ensinar. Agora, tudo está organizado”. Ela ressaltou que os 78 docentes da rede possuem nível superior.

A Escola Municipal Durval de Castro, ainda sem laboratório de informática, teve notas na quarta série superiores aos da oitava do sistema estadual de São Paulo, em português, na Prova Brasil 2005, realizada pelo governo federal. A diretora do estabelecimento, professora Ena Maria de Moraes, diz que “aqui não tem invenção. É giz e lousa, mas tudo está organizado”.

Aluno da quarta série, Vinicius Fujimoto, de 10 anos, afirma não haver problemas para acompanhar as

aulas desde que se dedique às tarefas, pois é grande a quantidade de lições de casa.

A prefeitura paga bônus de acordo com a assiduidade dos docentes, que percebem salário de aproximadamente R\$ 1.000 mensais, além das gratificações. Em 2007, quem não teve nenhuma falta chegou a ganhar quatro salários extras.

Em Sud Menucci, cidade também selecionada pelo MEC, uma torre de 40 metros confere aos moradores acesso gratuito à Internet Banda Larga via rádio. Localizado a 614 km da cidade de São Paulo, o município possui 7.714 habitantes. No dia em que os repórteres lá estiveram, 22 alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Professor Victor Pandilha navegavam na internet orientados por uma professora.

Em 2001, 14,1% dos habitantes de Sud Menucci eram analfabetos. Hoje, só chegam a 7,25%, a maioria com mais de 50 anos. A prefeitura buscou convênios com faculdades da região para incentivar a presença dos jovens em cursos técnicos e universitários. Para freqüentar as aulas, o aluno recebe auxílio de 50% da mensalidade, divididos entre o município e a entidade, além de transporte.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, encontro motivos de sobra para me entusiasmar com o que presenciei ou li nesta semana. São acontecimentos que renovam minha fé num futuro grandioso para o Brasil, alicerçado na garantia do direito à educação para todos os brasileiros. Além do mais, o lançamento do Novo Telecurso e a superação de óbices pelo ensino municipal, graças à visão e competência de educadores e administradores locais, demonstram que, como diria Geraldo Vandré, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

O Senador Romeu Tuma será atendido na forma do Regimento.

Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, eu gostaria de falar em nome da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> teve apenas uma antecipação do que este Presidente faria: anunciar o nome de V. Ex<sup>a</sup> para falar pela Liderança de apoio do Governo .

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, por cessão de tempo da Líder do Bloco. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente,

Sr. Presidente, não se justifica, em hipótese alguma, a explosão da dengue em um País como o nosso. E todos nós sabemos como essa situação dramática está se refletindo no exterior, prejudicando a boa imagem que duramente temos conquistado lá fora.

O Brasil acaba de ingressar na lista dos países de alto Índice de Desenvolvimento Social (IDH) e hoje, inegavelmente, é uma as dez potências industriais do mundo. Portanto, não precisávamos estar vivendo essa situação dramática, caótica, por que passa o Rio de Janeiro neste momento e que conta com a minha solidariedade e a de todos os Senadores e Senadoras. Só seremos um país efetivamente desenvolvido quando tais situações não mais se repetirem.

Essa crise no Rio de Janeiro é coisa de país subdesenvolvido, de Estado subdesenvolvido. Temos de reconhecer.

Neste momento, passa a ser crucial a união de esforços e a articulação de iniciativas, para que a situação não transborde e não continue escapando ao controle público. E é igualmente essencial que tomemos consciência de que o Brasil não precisa passar por calamidades como esta.

Foram anunciadas e são bem-vindas iniciativas nas três esferas do Poder Público, ou seja, ações emergenciais no sentido de combate aos males da dengue, e o próprio Ministério da Saúde criou um gabinete de crise para estratégias conjuntas com o Município do Rio de Janeiro, os demais Municípios e o Governo do Estado. A contratação de agentes de saúde está sendo aumentada e também o número de leitos, exclusivamente para atendimentos à dengue. Até o Exército está sendo mobilizado.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o Rio de Janeiro vive uma epidemia de dengue, e a estrutura sanitária não estava devidamente preparada para isso. O número de casos supera todos os recordes, ao ponto de, neste momento, já termos o maior surto de dengue dos últimos seis anos. O número de mortes supera em cinco vezes aquele ocorrido na última grande epidemia. A velocidade de expansão da doença supera a das epidemias anteriores. Para complicar o quadro, temos o retorno de uma variedade de vírus ausente na região desde os anos noventa.

O mais aterrador nisso tudo, Sr. Presidente, é que a taxa de letalidade, ou seja, de pessoas que morrem, é muito alta. O Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), o infectologista Marcos Boulos, argumenta que nunca viu taxa de letalidade tão alta, exceto nas Filipinas, na década de 50.

A taxa de mortalidade, portanto, é chocante, e a maioria dos casos está concentrada na capital fluminense, no Rio de Janeiro – cidade belíssima pelos seus atrativos naturais; pela natureza tão peculiar que deu ao Rio de Janeiro uma das imagens mais lindas da humanidade. Já ocorreram, como se sabe, mais de 100 mortes por suspeita de dengue até agora, mas 54 delas forma confirmadas por exames.

No entanto, acho importante chamar a atenção para um problema estrutural. E peço que me acompanhem no raciocínio. Na metade do século passado, época em que o mosquito, principal vetor da febre amarela, foi erradicado, em que se desdobraram as ações de Oswaldo Cruz, sabemos que, para uma população carioca que não chegava a um milhão de habitantes, o número de agentes sanitários era muitas vezes superior ao atual. Olhe, na época de Oswaldo Cruz tínhamos agentes sanitários em quantidade maior que a de hoje.

O mosquito voltou, agora como vetor não mais da febre amarela mas da dengue, e, no entanto, o número de agentes sanitários não chega a 5% daquele que havia quando a febre amarela foi superada no Rio de Janeiro.

Em outras palavras, Sr. Presidente, o dado é o seguinte: se hoje a Prefeitura do Rio de Janeiro – de César Maia – dispõe de apenas 2,2 mil agentes sanitários para combate ao mosquito, na década de 50, quando o mosquito foi vencido, tínhamos quase 5 mil agentes sanitários – isso mesmo, 5 mil agentes sanitários. Levando em conta o tamanho atual da população carioca, se quiséssemos manter aquela proporção adequada, hoje seriam necessários – sabe quantos agentes? – 43 mil agentes apenas na capital do Rio de Janeiro. A prefeitura dispõe de menos do que 5% desse total. Ou seja, o mosquito está levando uma vantagem incontestável! O mosquito está vencendo o poder público municipal e os demais poderes é bem verdade, mas com mais ênfase no poder municipal nessa guerra. Por outro lado, as verbas de prevenção foram reduzidas nas três esferas de Governo.

Reconheço o empenho atual das autoridades em tentar correr atrás desse prejuízo, ampliando leitos e o número de agentes, mas precisamos ir a fundo. Precisamos, Senadora Ideli Salvatti, aprovar a PEC nº 29, que é imprescindível...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Em quantos minutos V. Ex<sup>a</sup> conclui o seu pronunciamento?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Resta apenas uma página, Sr. Presidente. Mas eu abandono o meu discurso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem mais três minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Abandono o meu discurso para conceder um aparte ao Senador Augusto Botelho, que me pediu em primeiro lugar; à Senadora Ideli Salvatti, em segundo, e concluirei o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> terá sempre a tolerância e o respeito desta Mesa.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente, pela sua cordialidade.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup> que foi o relator da Emenda nº 29, que garante os recursos da saúde, confundiu-me quando cheguei a esta Casa, pois eu pensava que V. Ex<sup>a</sup> fosse médico – lembro-me bem disso –, porque sempre lutava pela saúde. Mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> está manifestando o seu interesse em defesa da saúde do brasileiro. A nossa epidemia de dengue lá no Rio de Janeiro, em relação à mortalidade dos casos de dengue hemorrágica, está 20 vezes mais do que a admitida pela Organização Mundial de Saúde. Admite-se que, em cem casos de dengue hemorrágica, morra uma pessoa. Admite-se, porque não é para morrer também, não. No caso de dengue, se você cuidar precocemente do paciente, com hidratação e atenção, ele não morre. Então, realmente, houve uma falha do sistema de saúde do Rio de Janeiro – eles vão se penitenciar por isso –, porque não tomaram a atitude correta imediatamente. Ficaria chato para o Ministro intervir no Estado. Mas ele, mais de seis meses antes de estourar essa epidemia, o Ministro Carlos Temporão, fez uma carta de advertência, no Estado do Rio de Janeiro, alertando as autoridades que poderia acontecer uma epidemia dessa monta. Porque existe isso, Senador, nos manuais de combate à dengue, de controle à dengue. Isso não é invenção, esse comitê que eles fizeram lá, com a participação da sociedade civil organizada, do Exército, da Secretaria de Saúde Estadual e Municipal, das entidades e organizações sociais. Isso está nos manuais de combate à dengue. Custaram a tomar iniciativa. O Temporão não poderia meter a mão lá e decidir fazer isso, pois a lei não permite que se faça. Ele desrespeitaria a Federação. Mas foi falta de atenção simplesmente, de assistência à saúde elementar, porque, em qualquer postinho de saúde, com qualquer cadeira com uma coisinha para dar soro, você melhora as condições de uma

dengue hemorrágica, inicialmente. Depois que complica, a coisa fica pesada. Então, V. Ex<sup>a</sup> traz o assunto aqui à tribuna para reclamar e reivindicar. Nós temos que ficar alertas para que não aconteça mais isso no Brasil, uma epidemia dessas, em que a mortalidade da doença, que é admitida em 1%, está a 20%. Muito obrigado, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras abalizadas de um médico, responsável, conhecedor profundo da saúde do nosso País.

**A Sra. Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Ouço o aparte da Senadora Ideli Salvatti.

**A Sra. Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Valadares, quero ser bem sucinta. Primeiro, houve uma intervenção, sim, no Rio de Janeiro, quando estava aquele caos – lembra? –, à época em que ainda era o Ministro Humberto Costa. O Governo Federal fez uma intervenção. Os democratas recorreram ao Supremo para retomar o controle dos hospitais; retomaram.

Hoje estamos numa situação difícil. O editorial do JB diz que o Prefeito sumiu.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Onde está você, César Maia?

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Onde está você, César Maia? Veja bem: o Prefeito continua negando que haja epidemia e se recusa a abrir os postos de saúde no final de semana. Hospitais das Forças Armadas estão atuando. Inclusive, vai uma equipe de pediatras de Santa Catarina para lá e creio que também de outros Estados para socorrer os doentes, os atingidos pela dengue. O Prefeito do Rio de Janeiro se recusa a abrir os postos de saúde no final de semana e não aparece. Então, é muito importante esse discurso que V. Ex<sup>a</sup> faz. Temos que trabalhar efetivamente pela Emenda 29, mas temos uma emergência no Rio de Janeiro, e a emergência no Rio de Janeiro se trata com ações emergenciais, entre as quais a de abertura dos postos de saúde no final de semana e o retorno do Prefeito.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Autoridade municipal não pode ausentar-se de uma situação tão grave quanto esta que está vivendo o Rio de Janeiro.

Temos uma subcomissão, se não me engano, Senador Augusto Botelho, na Comissão de Assuntos Sociais, que está tratando deste assunto: dengue. Seria conveniente convidarmos o Prefeito César Maia a vir à subcomissão mostrar sua atuação em relação a

esta crise tão avassaladora que está causando a morte de centenas de pessoas, excluindo-as da vida do nosso País por falta de uma atividade mais específica do Governo Municipal.

O Governo Federal está à disposição para ajudar no que for possível o Governo do Município. Tenho certeza absoluta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento e entendo que essa disputa de Governo Federal, Estadual e Municipal está prejudicando o povo carioca.

Então, acho uma grande idéia V. Ex<sup>a</sup> encaminhar requerimento no sentido de convocarmos ao mesmo tempo o Prefeito César Maia, o Ministro Temporão e o Governador do Rio de Janeiro para se justificarem e se explicarem junto ao Congresso Nacional, especialmente o Senado, e à população do Rio de Janeiro.

É lamentável! Esta disputa política não pode continuar! Está morrendo gente por conta de uma disputa que no meu entender é inócua. Nós precisamos é de solução.

Estamos aqui com um Senador representante do Rio de Janeiro que terá a palavra em seguida a V. Ex<sup>a</sup>. E eu entendo que é isto que nós, brasileiros, queremos: o Rio de Janeiro em paz, o Rio de Janeiro com bastante saúde. Para isso eu acho que a idéia de V. Ex<sup>a</sup> é extraordinária, Senador Antonio Carlos Valadares, e a oportunidade seria que pudéssemos aqui colocar Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal para que possamos encontrar a solução.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu estou inteiramente de acordo com a proposta adicional de V. Ex<sup>a</sup>, não só o Prefeito, porque o ouviremos para saber das dificuldades que ele está vivenciando, mas também o Governo Federal pelos seus órgãos específicos, o Ministro da Saúde, e o Governador do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – O Ministro da Saúde poderá vir, assim como o nosso querido Governador, ex-companheiro nosso aqui da Casa, ou o seu Secretário de Saúde, assim, claro e evidente.

**A SRA.. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador, peça a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Efraim, quero apenas corroborar. A idéia do Senador Valadares é extremamente pertinente, o assunto da dengue já estava mais do que merecendo um debate aprofundado pelo Senado da República. Eu gostaria de

reiterar, inclusive, que nós temos uma epidemia no Município do Rio de Janeiro e, do outro lado da Baía da Guanabara, no Município de Niterói, não tivemos nenhuma morte. Ou seja, qual o motivo de, do lado de cá da Baía, nós já tenhamos ultrapassado mais de cinquenta, sessenta, mortes, e, do outro lado da Baía – V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar, mas é administração do PT, eu não posso deixar de registrar – há algo diferente. Alguma coisa aconteceu do outro lado da Baía e não aconteceu do lado de cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Eu não estou preocupado com a administração do PT nem do Democratas, nem do PMDB. Eu, na realidade, estou preocupado com as famílias do Rio de Janeiro, com as mortes que estão ocorrendo no Rio de Janeiro. Não cabe, no meu entender, disputa política, quando se trata de morte de brasileiros que estão sendo prejudicados.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Efraim Morais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador, ouço V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, o Senador Paulo Duque terá a palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim, eu faço uma pergunta à Liderança do PSDB. Nós temos aqui apenas o Senador Mário Couto. Eu entendo que o partido estará em alguns minutos aqui porque há Ordem do Dia e temos matérias a discutir. Mas o jornalista Ricardo Noblat, agora, às 16h52min, escreve no seu *blog* a seguinte informação: “Foi a Oposição que divulgou dossiê do Governo contra Fernando Henrique Cardoso”. E diz o seguinte “Quem divulgou a parte conhecida do dossiê foi o Senador Alvaro Dias (PSDB – PR), que se recusa a dizer de quem a recebeu”.

Matéria como esta, sendo de Ricardo Noblat, que merece todo o respeito jornalístico, é merecedora de um esclarecimento da direção do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Com a palavra o Líder do PSDB para fazer o esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Paulo Duque, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, como orador inscrito.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa.

*O Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Duque, V. Ex<sup>a</sup> poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, em respeito à história política de V. Ex<sup>a</sup>. Esse Senador da República foi Deputado no período Vargas. Ele conhece e viveu a

história do Brasil e do Rio de Janeiro. Atenção especial e tempo ilimitado serão dados a V. Ex<sup>a</sup> justamente agora, quando o Rio de Janeiro é acometido por uma epidemia. No passado, Oswaldo Cruz teve competência para vencer o mosquito, e agora os Governos mostram incompetência para isso. Como médico, quero lhe dizer que, há mais de três anos, eu alertava que tudo isto estava voltando: a dengue, a febre amarela, a malária, a rubéola, a tuberculose. Tudo isso está voltando. V. Ex<sup>a</sup> deve ter conhecido Afrânio Peixoto. Durante aquela epidemia de febre amarela e de peste bubônica, dizia o seguinte, no Rio de Janeiro, naquele tempo, Afrânio Peixoto, o primeiro professor de higiene: “A saúde pública no Rio é feita por suor, chuva e urubus”.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO DUQUE** (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Efraim Morais, a quem já me acostumei a admirar pela sua fidalguia, pela sua maneira lhana de tratar os seus colegas e ilustre Presidente que ora dirige os trabalhos, Senador Francisco de Assis de Moraes, conhecido no Brasil inteiro, muito querido na minha cidade, por aquele povo que já se habituou com o seu estilo diferente de oratória parlamentar. É muito bom tê-lo aqui sempre.

Srs. Senadores, quero dizer logo que estimo demais este Parlamento. Aqui vejo todo dia o Brasil. Aqui vejo todo dia o meu querido País, aqui vejo Minas, Rio Grande, São Paulo, o seu Piauí. Aqui vejo, realmente, a nacionalidade de forma permanente, que começa a trabalhar cedo, vai pelas comissões, sem fadiga, com patriotismo. E somos políticos.

O Senador Papaléo Paes é um médico ilustre. Ele preside a Subcomissão de Saúde subdivisão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais. Nesta semana, ele reuniu, em convocação especial, quatro sábios em matéria de Medicina, quatro conhecedores eméritos, quatro estudiosos eméritos de saúde pública, de epidemia na Subcomissão de Saúde.

Tive a oportunidade de comparecer a essa reunião. Foi bom, porque o assunto foi febre amarela, Oswaldo Cruz, Vital Brasil, além da contaminação generalizada, que não ocorre só na cidade do Rio de Janeiro, mas no Brasil todo – mais aqui menos ali –, na América do Sul toda, em países europeus e em países asiáticos em grande escala. Mas tudo que ocorre no Rio de Janeiro tem uma dimensão muito diferente e muito especial, porque o Rio é o Rio. Se ocorre um fato no Rio...

Tive a ocasião de conversar com o Dr. Fabiano Pimenta Júnior, que compareceu à Subcomissão;

Com Dr. Jurandir Frutuoso; com Dr. Marcos da Silveira Franco, representante do Ministério da Saúde;

e com Dr. Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Todos eles, figuras eminentes da medicina, da pesquisa e da cura, deram uma contribuição excepcional ao Senado. Só aquilo, com o desdobramento dos trabalhos que serão realizados com esses sábios, valeu muito pela colaboração que deram na ocasião e que darão no futuro.

Ocorreu no Rio, e a pergunta que fiz ao representante do Ministério da Saúde foi: Doutor, quantos óbitos houve – falando em letalidade – até o presente momento em virtude desse mosquito no Brasil inteiro? Ele, que representa o Ministério da Saúde, me disse: “Até o presente momento, houve no Brasil inteiro 84 mortes.” Evidentemente, não deveria ter havido óbito nenhum proveniente desse contágio, mas foi o que ele me respondeu.

A maioria, talvez, provavelmente, tenha ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. E por que na cidade do Rio de Janeiro? Por quê? Porque ao lado do Pão de Açúcar, do Corcovado, do Carnaval, há 570 favelas, umas grandes, outras pequenas, onde se concentra a população, ao lado de lagoas, ao lado de lagunas, num ambiente que favorece a proliferação do mosquito. São 570 favelas. Não há, em nenhum lugar do Brasil, essa concentração popular, de trabalhadores, de pessoas que merecem todo o meu respeito, todo o meu apreço. Moram mal. São trabalhadores. E as crianças...

A primeira pergunta o representante do Ministério da Saúde me respondeu: 84 óbitos até anteontem, dia que ele veio à Comissão.

Fiz a segunda pergunta, meu caro Presidente Senador Francisco de Assis. Eis a segunda pergunta que fiz: foi constatado algum caso de dengue nos presídios do Rio de Janeiro, onde se concentram 44 mil internos? Não houve. E por que não houve nenhum caso de dengue entre os presidiários do Estado do Rio de Janeiro?

Essa foi outra pergunta que fiz e ninguém soube responder. Um cochichou com o outro, e nenhuma resposta. São sábios, só fazem isso, só estudam isso, mas não souberam me responder. Fiquei curioso porque essa é uma pergunta curiosa.

Qual é o Professor? Sebastião Viana, uma ilustre figura, professor de Infectologia. Eu gostaria de saber. Com toda franqueza, fiquei curioso porque não houve... E por que esse exagero, esse escândalo? Dizem uns que houve mil casos no Rio, outros que houve dois mil quando no Brasil inteiro houve oitenta e quatro óbitos provenientes do mosquito da dengue quando não deveria ter havido nenhum caso, nenhuma morte.

O que se exige, meu caro Tião Viana, é que sejam bem tratados, pelo menos, no mínimo, os que procuram a rede de hospitais. A grande maioria dos médicos aqui presentes estiveram fazendo cursos no Rio de Janeiro, inclusive o Senador Mão Santa. Especializaram-se no Rio de Janeiro. Formaram-se em escolas de Medicina da cidade do Rio de Janeiro.

Não é de hoje que existe epidemia. Isso é antigo. Está sendo debelado.

Nossos médicos se preocupam. As famílias brasileiras todas se preocupam com o que está ocorrendo.

Mas culpar quem, para colocar na parede e fuzilar? Quem vamos culpar e dizer: esse é o culpado. Alguém é culpado. Alguém tem que pagar. Claro, todos queremos saber isso. E nós, que representamos o Estado do Rio de Janeiro, mais do que qualquer outro, nos preocupamos, choramos, lacrimamos, por causa dessa situação. É lamentável sob todos os aspectos, porque tudo que ocorre no Rio de Janeiro tem uma repercussão mundial – mundial, repito.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PAULO DUQUE** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, sei que meu tempo está esgotado. Sei também que V. Ex<sup>a</sup> tem em geral uma complacência natural com os oradores, mas não sou de abusar, de jeito nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência concede mais cinco minutos a V. Ex<sup>a</sup>, para concluir seu pronunciamento.

**O SR. PAULO DUQUE** (PMDB – RJ) – muito obrigado pela consideração.

Essa iniciativa do Senado de chamar aqui quatro sábios em epidemias, iniciativa que abrange, vamos dizer, os médicos interessados que foram fazer parte dessa reunião, iniciativa do Senador Papaléo Paes e outros médicos distintos da Casa preocupados com o problema, foi o grande passo para o Senado, porque os trabalhos vão se desdobrar, outras reuniões vão se suceder.

E a notícia que tenho é que, a partir de ontem, a coisa está declinando. Depois da congregação, vamos dizer, de forças da sociedade brasileira, de todos os Estados, tão solidários com o Rio de Janeiro, as coisas estão se atenuando, os casos estão diminuindo.

Eu lamento tanto quanto V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, que os postos de saúde no Município estejam fechados, porque os postos de saúde do Estado estão abertos dia e noite, sábado, domingo e feriado. É obrigação nossa, do Governo, fazer isso e cobrar isso também.

Mas pode estar certo de que as outras entidades, Sr. Presidente, estão começando a colaborar. Ainda antes de ontem, a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, entidade do maior respeito, fundada por Anchieta, como tanto bem diz V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, pôs a favor do Governo Federal, ofereceu ao Governo Federal, estadual e municipal, e a todos que estão cuidando desse assunto, mil leitos para atender esta crise que acredito passageira; mil leitos para ajudar no combate à dengue.

E aqui vão meus cumprimentos ao atual Diretor da Santa Casa, Dr. Dahas Zarur, por essa iniciativa séria. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica entraram na luta com muito brilho, com muita competência. E vamos vencer essa batalha. Já vencemos outras.

A Santa Casa entrou na luta. Tem cinco hospitais, mais um hospital infantil, mais duas casas de idosos. Mil leitos oferecidos ao Estado para ajudar a combater a dengue!

Mas, ao me despedir desta tribuna, a qual não tinha acesso há algum tempo, tenho certeza absoluta de que o Rio venceu tantas batalhas. Muitas batalhas! Até que o Rio se fundiu com outros Estados. Já imaginaram V. Ex<sup>as</sup>, que representam os Estados, um Estado se fundir com outro, levar os problemas para o outro Estado, levar soluções, ser capital federal durante tantos anos? Essa é a cidade do Rio de Janeiro, capaz de botar na rua, no dia 31 de dezembro de cada ano, botar na Avenida Atlântica três milhões de pessoas, sem nenhum tipo de acidente ou incidente. Esse é o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente Efraim Moraes, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza. Sei que V. Ex<sup>a</sup> também é solidário com o Rio, como o Senador Mão Santa, que é atualmente o político mais popular na cidade do Rio de Janeiro, e aqui está, sentado ao lado de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, para responder a indagações do Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pelo art. 14, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar,

quero destacar que reconheço no Senador Tião Viana um Parlamentar inteligente e, sobretudo, de grande respeito a seus Pares. E, por essa razão, da forma elegante como ele se pronunciou, eu pretendo também me pronunciar. Em primeiro lugar, para dizer que tenho certeza absoluta de que o Senador Tião Viana não me imagina travestido de James Bond, driblando a segurança do Palácio do Planalto, invadindo o terceiro andar, forjando senhas e bisbilhotando nos computadores do Governo. Certamente, ele entende que essas virtudes hollywoodianas eu não tenho, não possuo.

Não creio ser relevante, nesta hora, discutir se há fonte primária, secundária, se alguém da Oposição mencionou a imprensa.

Da minha parte, na segunda-feira, logo após a circulação da revista *Veja* no domingo, desta tribuna afirmei que tinha visto o dossiê. Eu vi. Outros viram. O dossiê deixou de ser novidade há algum tempo.

O jornalista Cláudio Humberto havia noticiado existir relatório referente a gastos do governo passado.

A **Folha de S. Paulo** divulgou, por volta do dia 17 ou 20 de fevereiro – ou depois disso, mas fazendo referência a essas datas –, que a Ministra Dilma, em São Paulo, afirmava taxativamente: “Não vamos apagar quietos. Estamos fazendo levantamento sobre gastos do governo passado”. A partir desse momento, constatamos que, por ordem da Ministra Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, se elaborava um relatório com gastos efetuados no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Por que me questionar agora se sou eu fonte ou se não sou fonte? Creio que não é este o questionamento que se deve fazer neste momento.

Nós é que devemos questionar o Governo. Quando digo nós, digo o povo brasileiro.

É lícito usar a máquina pública para elaborar dossiê contra adversários políticos? Com que objetivo, Senador Arthur Virgílio? Para confundir a opinião pública e insinuar que todos estão no mesmo balaio da indecência? Para intimidar opositores a fim de que percam o entusiasmo quanto à investigação a que devem proceder? O que cabe agora ao Governo não é instituir uma comissão de sindicância para oferecer à opinião pública uma solução que o proteja, é apresentar o responsável maior.

Estamos acostumados a ver que no atual Governo, quando há um escândalo, a primeira tentativa é proclamar que existe o crime, mas não existe o criminoso. Quando os fatos destroem essa alternativa, a segunda é buscar entre coadjuvantes um bode expiatório. Certamente com promessas de premiação futura,

como se anuncia agora que Delúbio Soares poderá ser Deputado Federal nas eleições de 2010.

A impressão que fica para mim é a de que há hierarquia penal no Governo Lula. Não se trata de maioria penal, trata-se de hierarquia penal. Os coadjuvantes podem ser penalizados; os cardeais, jamais. São intocáveis. O baixo clero pode ser penalizado, a elite é intocável no Governo.

Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Tião Viana – e ele foi elegante: apenas pediu esclarecimentos, não me questionou. E eu agradeço pela postura de elegância do Senador Tião Viana –, não admito que o Governo venha me questionar sobre o vazamento dessas informações. Aliás, pelo Palácio do Planalto eu só passo ao largo e na velocidade possível. Há muitos anos não tenho a satisfação de ingressar, de subir a rampa do Palácio do Planalto. Portanto, seria impossível que eu pudesse estar urdindo, no terceiro andar, nas barbas do Presidente Lula, um dossiê contra o governo passado. Que busquem o responsável, mas que não busquem um servidor mais humilde, para jogar sobre seus ombros a responsabilidade por mais esse crime praticado.

A responsável pelo menos se pronunciou, há algum tempo, quando afirmou estar providenciando levantamento sobre gastos do governo passado.

Não creio que compete ao Presidente Lula, que fez declarações na tarde de hoje, repassar responsabilidade à Oposição.

Há, sim, um dossiê. Esse dossiê se tornou de conhecimento público. Quem o vazou está no Palácio do Planalto. Se o objetivo foi intimidar a Oposição, não sei; se foi confundir a opinião pública, pode ser; se foi fogo amigo, não me cabe definir; se há, entre as correntes internas do Partido dos Trabalhadores, um confronto em função das eleições de 2010, não me cabe esclarecer.

O Presidente Lula, surpreendentemente, antecipou o processo eleitoral. Seria normal que a Oposição o fizesse. De forma inusitada, o Presidente Lula antecipa o processo eleitoral e, quem sabe, com isso proporciona essa conflagração interna no seu Governo e nos quadros do seu Partido.

Não responsabilizem a Oposição.

À Oposição cabe denunciar, à Oposição cabe divulgar as mazelas do Governo, à Oposição compete exigir daqueles que governam esclarecimentos sobre eventuais delitos praticados nos seus quadros. E é isso que estamos cobrando do Governo.

Eu me referi a uma nota do jornalista Cláudio Humberto, no **Jornal de Brasília**, divulgada no dia 9 de fevereiro. Portanto, que se armou no Palácio do Planalto uma estratégia para divulgar dados do go-

verno passado, de forma sub-reptícia, como ocorreu, ou não; há algum tempo se sabe através da divulgação da imprensa e, sobretudo, através das conversas nos corredores do Congresso Nacional. E, sobretudo, quando o Líder Romero Jucá e outras Lideranças do Governo articulavam a instalação dessa CPI, ouvia-se muito que um documento estava sendo preparado no Palácio do Planalto.

Para nós não é novidade. Não me cabe, e sei que não foi essa a cobrança do Senador Tião Viana, revelar quem foi o responsável pela divulgação dessa matéria. O que me cabe, Senador Efraim Morais, é, como qualquer cidadão brasileiro, cobrar do Governo esclarecimentos e providências, acima de tudo, em relação a esse fato.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> me permite trinta segundos?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não, Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Tião, lamentavelmente...

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Só para não usar o art. 14. Serão trinta segundos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu gostaria de ceder o aparte ao Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Vou abrir uma exceção a V. Ex<sup>a</sup>, que teria direito pelo art. 14, já considerando que o art. 14 foi encerrado nesta sessão.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Senador Alvaro, eu sei que V. Ex<sup>a</sup> agiria da mesma maneira diante de uma informação jornalística dessa, partindo de quem partiu. Qualquer Senador nesta Casa que, em respeito ao colega, não pedisse esclarecimento não agiria na responsabilidade do mandato que lhe é outorgado pela sociedade. É só isso. Em nada estou insinuando ou fazendo julgamento, V. Ex<sup>a</sup> é sabedor disso.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Respeito V. Ex<sup>a</sup> e sei ser do seu dever, ou pelo menos do seu direito, fazer esse questionamento... Eu não diria “fazer questionamento”, mas pedir esses esclarecimentos.

Concluo, Sr. Presidente.

É evidente. O Governo já disse que não quer a presença da Polícia Federal nessa investigação. Obviamente porque uma comissão de sindicância lhe oferece maior conforto em relação a sua conclusão.

O que se deseja é uma conclusão que não coloque mal o Presidente da República, a Ministra Dilma ou qualquer um dos cardeais deste Governo. O que se admite é a penalização de um dos coadjuvantes, jamais de qualquer integrante da elite do Governo.

As versões foram as mais variadas e estapafúrdias, contraditórias. Já no primeiro momento, o Ministro Tarso Genro afirmava não se tratar de dossiê, e sim de “relatório de provimento de fundos”. Ou seja, uma discussão semântica: se é dossiê ou se é relatório.

Depois afirmaram que houve uma recomendação do Tribunal de Contas da União, ou um pedido do Tribunal de Contas da União. O Tribunal desmentiu. Outras versões surgiram, até que, finalmente, o Ministro Múcio, reiteradamente, afirma que há o dossiê. E o próprio Presidente Lula, hoje, não descarta a hipótese, não desmente a afirmação de que se trata de um dossiê. Apenas afirmam que alguém de má-fé elaborou esse dossiê. Não me cabe apontar quem elaborou o dossiê. Não me cabe, também, indicar quem do Palácio do Planalto o fez chegar até ao Congresso Nacional, ou até aos órgãos de imprensa do País. Cabe-me, isto sim, cobrar do Governo providência em relação a mais esse escândalo.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Sr. Senadores, eu queria fazer antes de conceder a palavra, pela ordem...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PSDB.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência pede um pouco de paciência às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores, porque, antes de conceder a palavra pela ordem, quer fazer o registro da presença em nosso plenário do Senador Miguel Saguier, Presidente do Senado Paraguai, que é acompanhado de uma delegação: o Deputado Blas Liano, o Deputado Rafael Filizzola, além do Sr. Fernando Lugo, candidato a Presidente do Paraguai nas próximas eleições. Era o registro que eu tinha a fazer.

Concedo ao Senador Romero Jucá a palavra, pela ordem; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio; e depois, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, por favor.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu não quero entrar em debate com o Senador Alvaro Dias. Mas o Senador Alvaro Dias tentou fazer um contorcionismo político para tentar explicar algo que, na verdade, começa a

se delinear como um fato completamente diferente do que foi inicialmente tratado.

O que ouvimos aqui, em outras palavras, foi que o Governo tem um banco de dados, o Governo reafirmou que tinha um banco de dados. Então, o Governo fez um banco de dados sobre as contas do atual Governo e sobre as contas do governo passado e esse banco de dados foi espionado. Temos aqui um fato de espionagem. Alguém espionou e repassou informações sigilosas para serem divulgadas contra o Governo, e o Governo cobra explicações e fará averiguações para descobrir quem praticou esse ato criminoso. Divulgar essas informações foi um ato criminoso.

E, se o Senador Alvaro Dias não quer que se punam inocentes, se amanhã a investigação chegar a alguém que ele ache que é peixe pequeno, ele deveria declinar do nome da pessoa que fez a espionagem e vazou a matéria.

Efetivamente, o que temos aqui é: o Governo tem dados, o Governo não inventou esses dados, o Governo não divulgou esses dados, o Governo ia encaminhar, como encaminhou, para a CPI os dados que não são sigilosos e aguardava a discussão da questão do sigilo na CPMI. E alguém de dentro do Palácio ou de dentro do Governo – não se sabe –, um funcionário, um servidor, pegou esses dados e os repassou, segundo a imprensa, para o Senador Alvaro Dias, a fim de que ele os repassasse à imprensa para publicação.

Nós não vamos cobrar do Senador Alvaro Dias o nome da fonte. Agora, se ele achar amanhã que a investigação do Governo não chegou à pessoa certa, creio que, por questão de consciência, deve dizer ou não para se fazer justiça.

É um fato grave. Assim como vazou essa matéria específica e se fez espionagem nela, pode-se fazer em qualquer outra. Então, esse clima não constrói. A disputa política não tem que ser feita dessa forma. A disputa política deve ser feita de forma diferente. Nós, portanto, repudiamos qualquer afirmativa de que o Governo fez dossiê e insistimos que o Governo foi vítima de uma espionagem, de uma divulgação de um mau caráter, mal feita que desfez o interesse do Governo e efetivamente colocou sob suspeição pessoas que não merecem este tipo de suspeição. São pessoas honradas, trabalhadoras, a começar pela Ministra Dilma e a Secretária Executiva Erenice.

Então, era o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder.

Dispõe V. Ex<sup>a</sup> de cinco minutos, nobre Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos nos louvando em matéria do jornalista Ricardo Noblat, que diz algumas coisas tipo:

“O Governo foi obrigado a reconhecer que os dados do dossiê fazem parte, sim, de um banco de dados da Casa Civil. E se apressou em anunciar que nada existe ali capaz de deixar mal o casal FHC.

Esse será mais um nebuloso episódio do Governo Lula destinado a dar em nada.

Ao Governo não interessa apurá-lo – afinal, ele sabe quem mandou montar o dossiê e quem o montou. Funcionário algum da Casa Civil ousa dar qualquer passo sem antes consultar a Ministra Dilma Rousseff. Ela é o ministro mais centralizador do Governo Lula.

A oposição não tem como apurar o episódio. Pediu que a Polícia Federal apurasse, mas o Ministro Tarso Genro, da Justiça, se apressou em garantir que ela não o fará.”

Então, ele diz que “a CPI nasceu morta.”

Sr. Presidente, vamos aqui a alguns fatos. Em primeiro lugar, se esse dossiê bate nas minhas mãos, eu teria feito, antes de mais nada, uma consulta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida alguma. Agora, eu não deixaria de torná-lo público. Ainda há pouco, eu dizia ao Senador Tião Viana que eu dei um prazo a determinado cidadão para tornar público algo que eu estou checando. E ele não se iluda, não. Eu vou dar o nome dele, o sobrenome dele, o nome da empresa, exatamente na linha de quem for podre que se quebre literalmente.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, na linha do que V. Ex<sup>a</sup> está afirmando, só quero ler aqui um artigo da Constituição:

“Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.”

Portanto, se a hipótese verdadeira é a de que um Parlamentar municiou a imprensa sobre o vazamento desse dossiê, fez isso sustentado por um dispositivo constitucional.

Não há razão para questionar qualquer Parlamentar sobre se eventualmente ele possa ter encaminhado à imprensa um dossiê que recebera de fontes, é claro, que só podem ser do próprio Governo; aliás, nas barbas do Presidente da República, porque exatamente no terceiro andar do Palácio do Planalto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> o tempo necessário para concluir. Chamo a atenção da Casa, Senador José Agripino e Senador Tião Viana, para alguns fatos.

Eu ainda há pouco dizia a V. Ex<sup>a</sup> – e não temos segredos – que eu tinha certeza absoluta de que a confecção do dossiê – e era dossiê, sim – se dera sob a guarda da Ministra Dilma, e que eu tinha sérias dúvidas sobre se teria sido ela a divulgar o dossiê. É verdade o que lhe digo agora – acabei de lhe dizer isso, ainda há pouco.

Mas vamos a alguns fatos. “Para Paulo Bernardo, irregularidades devem aparecer apenas em contas tipo B”, ou seja, ele estava sabendo do que estava dizendo.

Na CPI, o Ministro Hage – deixou, e isso a imprensa registrou à farta – deixou veladas ameaças, como “isso aí não é nada, tem coisa pior”, insinuando que seriam coisas do Governo passado. Aqui está: “CGU investiga uso de cartão muito pior que compra de tapioca, diz Ministro”. Visivelmente um quadro de coação.

Há algumas matérias muito relevantes aqui. Há uma do Jornal **O Estado de S. Paulo**...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> tempo para concluir.

A matéria é de responsabilidade das jornalistas Vera Rosa e Christiane Samarco, intitulada: “Dossiê da Casa Civil contra FHC foi decisão de Governo”. Aí, história toda uma trama, toda uma reunião, todo um *e-mail* do Secretário de Comunicação da Presidência da República, para organizar isso. Dizem as duas jornalistas que a operação começou em fevereiro, muito antes da CPI.

Então, não vamos, Sr. Presidente, tapar o sol com a peneira. Não vamos! Há um dossiê, sim! Dossiê é diferente de banco de dados. A diferença entre o banco de dados e o dossiê é que o banco de dados é genérico, ele serve para tudo, ele serve para todos, ele é um IBGE em miniatura. Agora, o dossiê é a pincagem de dados que podem servir para chantagem e para diversos fins, inclusive para fins escusos parecidos com chantagem.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que, para mim, é muito relevante saber como se fez o vazamento desse dossiê. E o PSDB, numa das suas providências, documento assinado pelo Senador Sérgio Guerra, pede que o PSDB tenha direito a participar da Comissão de Investigação como observador, para ver como está andando a Comissão de Investigação, já que o partido prejudicado foi ele, PSDB.

Em segundo lugar, nós fomos ao Ministério Público, nós fomos ao Senado Federal pedir a convocação da Ministra Dilma Rousseff. E ela pode vir aqui e dizer isso. Ela pode vir aqui e formular acusação a quem ela queira, se ela achar que deve. Não deve escafeder-se da responsabilidade! Não deve esconder-se sob capa qualquer! Deve comparecer aqui, fazer aquilo que se espera de uma pessoa pública, e não se proteger em maioria eventual de CPI qualquer.

Nós fizemos requerimento para participar da Comissão de Inquérito. Fiz um requerimento no Palácio do Planalto, pedindo que o Presidente abrisse suas próprias contas, no dia em que pedi que abrissem as minhas, e o Deputado Jungmann e o Deputado Paulo Renato pediram que abrissem as deles.

Fizemos, Sr. Presidente, requerimento. Anunciamos que recorreremos ao Plenário do Senado Federal em relação a todas as matérias que sejam negadas pela CPI contra a abertura de sigilos, porque abertura de sigilos, convocação de pessoas ilimitadamente, isso é que vai dizer a verdade. Não é a coluna do senhor fulano, não é a declaração do senhor beltrano. É nós investigarmos a fundo e não mantermos aquela coisa monolítica, em que se pede a investigação mais dura e, sistematicamente, uma maioria artificial diz não, não e não a tudo que signifique aprofundar a investigação.

Muito bem, Sr. Presidente, estamos com o requerimento de convocação para a Ministra Dilma Rousseff vir ao plenário do Senado, à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa. Possibilidade de aprovação? Não sei. Se a maioria se portar como se portou a maioria até hoje na CPI, não passará nada. Por outro lado, aqueles que estão hoje se escudando, Sr. Presidente, na maioria da CPI vão ter de expor as suas próprias faces aqui no voto aberto, porque exigiremos votação nominal para tudo isso.

Muito bem, Sr. Presidente. Encaminhei requerimentos a todos os Ministérios pedindo que mandem os seus gastos. Não é preciso caminhão de documento, não; bastam os disquetes. Já falei que fomos ao Procurador-Geral da República. Quando o Presidente da República disser ou não disser o que gastou, espero, aí sim, ter a força que case com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para pedir ao Supremo que obrigue à abertura de suas compras.

Muito bem. A esta hora, o Presidente Garibaldi Alves está reunido com a Presidenta da CPI e com o Presidente do Tribunal de Contas da União pedindo que os documentos que estão de posse do nosso grande assessor, notável assessor, que é o TCU, não fiquem longe dos olhos do assessorado, o que seria uma in-

versão de valores – o assessorado é o Congresso Nacional e os assessorados são os Congressistas.

Mais: estamos deixando bem claro que não abriremos mão de judicializar esse processo por inteiro. Iremos à Justiça por qualquer razão que tenhamos para ir à Justiça. Mais: estamos estudando se vamos ou não vamos ao Ministro da Justiça para requerer a investigação de tudo isso pela Polícia Federal. Por que talvez não seja bom ir? Eu sou a favor de ir. O Ministro disse que não vale a pena, que não é caso da Polícia Federal. A Polícia Federal disse que não é caso de ela fazer isso, e eu a tenho visto tão ativa em outros episódios.

Vamos ser bem claros também, Sr. Presidente; estamos indo, na próxima semana, à Procuradoria-Geral da República para pedir o enquadramento da Ministra Dilma Rousseff em crime de responsabilidade, porque, quando respondeu ou fingiu fazer a resposta ao meu requerimento de informações de 2005, ela disse que estava fazendo uma coletânea de dados, mas não deu os números que o Senador Arthur Virgílio havia requerido a ela. Então, ela desrespeitou, mais do que o Senador, o Senado da República. Ela não respondeu e tinha os dados. Se os sonegou ao Senador requerente, em resposta a requerimento aprovado pelo Congresso Nacional, ela incorreu em crime de responsabilidade. Eu pedirei e o meu Partido pedirá o enquadramento dela nessa categoria.

Portanto, Sr. Presidente, devo dizer, com muita clareza, que não temos dúvida de que a verdade aparecerá de maneira muito tranqüila. Ouvi aqui a ginástica para tentar inverter os papéis que fez o Senador Romero Jucá, habilidoso, experimentado, Líder há não sei quantos governos. Eu vi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Arthur Virgílio, para concluir.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concluirei, Sr. Presidente. É que o assunto é tão relevante que gostaria que não ficássemos tão presos ao relógio.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex<sup>a</sup> já teve mais cinco minutos além do tempo regimental.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> mais um pouco de paciência, Sr. Presidente, para concluir. Estou, de fato, arrematando.

Não se torce a verdade assim, não. Há um dossiê, admitido pelo Ministro Múcio. O que se discute agora é como vazou e como não vazou. O Ministro Múcio diz “há o dossiê.” Ele diz que tem certeza de que há o dossiê e, ao mesmo tempo, que tem certeza de que o dossiê não foi feito pelo Governo, que o Governo fez um banco de dados. Chegaram os jornais a dizer, de

maneira ridícula, que um “tucano” teria, então, invadido o Palácio do Planalto e feito algo que, sinceramente, vai mais para os filmes de Spielberg e fica muito longe da realidade.

Portanto, precisamos saber se, na sessão de amanhã – e quero saudar aqui a presença ilustre e sempre estimável do Deputado Luiz Sérgio, que é o Relator da CPMI que trata da questão dos cartões corporativos, quero saudar a sua presença, honrosa para nós –, quero dizer, com muita nitidez, que amanhã nós gostaríamos de ver definido se a CPI quer ou não quer convocar as pessoas todas, se quer ou não quer transferir os sigilos, se ela vai simplesmente dizer não a todos os pedidos mais delicados – e aí estaria varrendo as coisas duvidosas todas para baixo do tapete – ou se nós vamos, de fato, dar a satisfação que a sociedade está a esperar. Uma coisa bem simples, bem simples mesmo.

Interessa, sim, saber quem vazou, e vazou o documento é um crime. E outro crime foi a confecção de um dossiê. É diferente de banco de dados. E eu gostaria muito de saber se as pessoas mais elevadas da República, que já tiveram antecedentes daquele dossiê criminoso de Hamilton Lacerda, Lorenzetti e outros que tais, se essas pessoas estão de novo recorrendo a uma prática que, a meu ver, ameaça e ameaça de rijo a democracia deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB)

– Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli, como Líder, e, em seguida ao Senador José Agripino, esta Presidência vai iniciar a Ordem do Dia.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não havendo entendimento das Lideranças, evidentemente não teremos Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 3 de abril:

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão,*

*seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

4

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

5

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador

Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

### 10

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

### 11

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

### 12

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

### 13

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

### 14

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1 – CDR à Emenda nº 9 – CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

*regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3–AS (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

*dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**28**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**29**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

**30**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CAS (Substitutivo), que oferece.

**31**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**32**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

**33**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

**34**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023*.

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS, que apresenta.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1–CMA, e subemenda que apre-

sentia; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CDH (Substitutivo), que oferece.

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta; 2º

pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

42

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização

e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua graduação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

**REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

52

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

53

**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007—Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

54

**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

55

**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

56

**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

57

**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

58

**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

59

**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

60

**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito

Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

61

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

62

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

63

**REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.

64

**REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

65

**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

66

**REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Volto a palavra ao plenário, concedendo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli, em seguida ao Senador Agripino e, depois, ao Senador Wellington.

Depois V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra pela ordem, Senador Sérgio Guerra.

Peço à assessoria que faça a ordem de inscrição.

Senadora Ideli, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos, com a devida tolerância desta Mesa.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há duas matérias no dia de hoje que ensejam o debate que estamos realizando neste momento.

A primeira é do jornal **O Globo**, de autoria dos jornalistas Adriana Vasconcelos e Gerson Camarotti, com o seguinte título “Dossiê chegou ao Congresso antes de CPI”. Lá pelas tantas, na matéria está dito o seguinte: “...mas nessas conversas reservadas, o Senador Alvaro Dias sempre evitou falar sobre a origem do dossiê. Disse que recebeu o relatório nos corredores do Congresso ‘no período em que o Governo e Oposição estabeleceram o embate pela criação da CPI.’” A outra matéria é do Blog do Noblat que diz “quem divulgou a parte conhecida do dossiê foi o Senador Alvaro Dias. Ele se recusa a dizer de quem a recebeu”.

Portanto, esse documento, esses papéis em que há dados de despesas sigilosas, protegidas por sigilo, do cargo, da função de Presidente da República no período em que governou este País o Sr. Fernando Henrique Cardoso, isso circulava aqui. Não adianta o PSDB querer apresentar requerimento para acompanhar a comissão de sindicância, dizendo que precisa acompanhar, porque está na mão do PSDB, está na mão do Senador Alvaro Dias dizer quem é que lhe mostrou o documento, quem é que lhe deu o documento, quem é que lhe forneceu esses dados, que, conforme ele mesmo declarou em reportagem, já estavam circulando aqui na época do debate da CPI, portanto em fevereiro. Em fevereiro!

Portanto, se queremos, efetivamente, trazer essa situação e passar isso a limpo, está nas mãos... Até porque o artigo constitucional que o Senador Alvaro Dias leu, dando o direito de se recusar a esclarecer de onde veio, é uma prerrogativa que ele tem e usa se quiser. Ele não é obrigado. Ele não é obrigado a preservar a fonte. Portanto, é uma exigência, sim, e não pode ser diferente. Se queremos que esse assunto seja definitiva e cabalmente esclarecido, está agora nas mãos e no poder do Sr. Alvaro Dias dizer quem andava circulando, quem tinha os documentos, documentos que chegaram às suas mãos.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Permita-me um aparte, Senadora?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Alvaro.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Primeiramente, quero dizer que não confiro à Senadora Ideli Salvatti o direito de me questionar. Eu creio que tenho o dever de exercitar na sua plenitude o mandato parlamentar. E V. Ex<sup>a</sup> afirmou bem: circulava já pelos corredores do Congresso Nacional em fevereiro. Já repeti aqui, no dia 9 de fevereiro: houve uma divulgação na coluna de Cláudio Humberto. Se eu soubesse, Senadora Ideli, quem vazou a informação do Palácio do Planalto, eu diria, eu denunciaria. Ocorre que eu não sei. Sei quem é o responsável maior, isso eu sei. Responsável maior é quem comanda a chefia da Casa Civil, a D. Dilma Rousseff, que declarou, em São Paulo, já em fevereiro também, que estava providenciando um levantamento sobre gastos do governo passado. Eu não disse que foi ela a responsável pelo vazamento. Eu disse que ela é responsável por administrar o setor, porque nós estamos acostumados já, no atual Governo, a ver os cardeais, aqueles que integram a elite governamental repassando responsabilidades. Nunca assumem, nunca viram, não sabem absolutamente nada e repassam responsabilidades. Creio que é o momento para mudar esse comportamento. Não creio que fique bem

para o Governo buscar responsáveis menores, quando há responsáveis maiores, que devem assumir por inteiro a responsabilidade das funções que exercem. Fica muito confortável ser Ministro de Estado e não ter responsabilidade alguma. O responsável é sempre o servidor, o subalterno, o coadjuvante. Se eu soubesse, Senadora Ideli, quem foi eu diria que do Palácio do Planalto vazaram essas informações. Não sei quem vazou as informações, mas, repito, sei quem é o responsável por aqueles que eventualmente possam estar incluídos entre os suspeitos de terem vazado essas informações.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pediria um pouco de paciência, até porque concedi o aparte ao Senador Alvaro Dias, mas nenhum papel voa. Até pode voar um pouquinho se houver uma janela aberta. Agora, se teve papel circulando aqui, como está declarado, alguém portava esses papéis, alguém tinha esses tais documentos na mão, e o Senador Alvaro Dias foi lá na tribuna e reconheceu que viu. Não só viu, como está aqui nas declarações à imprensa, como teve acesso – e digo mais –, que tomou...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – A Senadora não viu? A Senadora não viu?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu não vi. Aliás, seria importantíssimo perguntar quem mais viu? Quem mais viu?

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Integrou aí a seleção dos que não vêm nada, não vêm nada.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu não vi. Quem mais viu? É uma boa pergunta. Quem mais viu? Qual outro Senador ou Senadora viu esses documentos? É interessante porque reconhece de público que viu e tomou providências, porque há requerimentos de autoria do Senador Alvaro Dias que foram apresentados antes inclusive das reportagens dos tais vazamentos, na CPI, com data anterior.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Exatamente. No cumprimento do meu dever.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Portanto, Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> vai me desculpar, mas não só V. Ex<sup>a</sup> viu, tomou conhecimento, como atuou.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – E confessei que vi e tomei conhecimento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – E atuou fruto daquilo que viu.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Não se trata de ser dedo-duro ou de não ser dedo-duro. Trata-se de saber ou não saber quem vazou.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria que preservasse a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Alvaro Dias, pediria a V. Ex<sup>a</sup> um pouco de...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Eu agradeço à Senadora Ideli, que me concedeu o aparte.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Até porque, Senador Romeu Tuma, o banco de dados era de conhecimento oficial da Liderança do PSDB em 2005. Atendendo a um requerimento de pedido de informação, a Casa Civil informou ao Senador Arthur Virgílio que um banco de dados estava sendo organizado, para se ter todas as informações necessárias. Portanto, o banco de dados era de total conhecimento da Oposição.

Mas, se há algo que circulou aqui dentro, que serviu de base para atuação e para requerimentos, como nós podemos saber de onde veio o vazamento? A melhor maneira de saber de onde veio o vazamento é saber quem é que carregava os documentos. Por isso, não adianta acompanhar a Comissão de Sindicância. Se quiser esclarecer, tem de dar nome a quem estava aqui dentro do Congresso, do Senado, com os documentos. Isso é o que é importante neste momento, se a gente quiser... E não adianta...

*(Interrupção do som)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora, eu pedira que V. Ex<sup>a</sup>...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu já vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Por favor...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu só quero o mesmo tempo do Arthur Virgílio... Só isso!

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Então, já passou...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não, não passou. V. Ex<sup>a</sup> nem concedeu aparte, e eu concedi quase metade de meu tempo ao Senador Alvaro Dias.

Portanto, é muito importante se a gente quiser esclarecer mesmo, para valer! Porque é muito cômodo... A Ministra Dilma Rousseff tem responsabilidade, sim! Ela estava cumprindo a sua responsabilidade quando organizou o banco de dados; quando informou, inclusive, acionada pela Oposição, que esse banco de dados estava acontecendo. Agora, se há um documento... Pois não há vento suficiente que traga da Casa Civil ao Senado. Alguém trouxe! E o Senador Alvaro Dias sabe quem trouxe! E, se há mais algum Senador sabe quem trouxe, tem a obrigação de dar os nomes, mesmo que a Constituição lhe faculte não dar se quiser. Agora, não venha, nessa situação, dizer: "Eu não tenho nada a ver com o vazamento, eu não sei como é que vazou,

eu não sei”, porque inclusive tomou providências, fez requerimento com base nas informações.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senadora Ideli, nomeie-me para a comissão de sindicância que eu ajudo a achar. Nomeie-me para a comissão de sindicância.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – V. Ex<sup>a</sup> sabe quem trouxe, portanto, dê nomes.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Eu aceito a incumbência de participar da comissão de sindicância.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É isto que é importante neste momento: reconhecer que havia alguém aqui circulando com os documentos. Dê o nome de quem é. Isso vai ajudar muito mais a elucidar do que qualquer outra providência que possa vir a ser adotada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Espere um minutinho.

Senador Agripino. Depois, falará pelo art. 14.

Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, o Presidente Efraim, quando saiu, disse que não iria passar a Presidência para o Mão Santa porque era caso de polícia a discussão. Então, eu queria que tivessem paciência e que cada um, na sua vez, pudesse usar da palavra. Senador José Agripino; depois, Senador Wellington.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu fui citado pela Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mas já foi usado o art. 14.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim, mas, Sr. Presidente, nós vamos encerrar a Ordem do Dia, e eu vou falar como Líder por 20 minutos depois. Ou seja, não vou deixar de falar na sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tudo bem. Mais um minuto?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não é um minuto, Sr. Presidente. Vamos ser sinceros. Não é um minuto. É um assunto sério.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Agripino deve falar sobre o mesmo assunto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> trocaria comigo, Senador Agripino?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Vou falar sobre o assunto, mas, se o Senador Arthur Virgílio julgar imprescindível, eu...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É imprescindível.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – É claro que concordo que S. Ex<sup>a</sup> use da palavra neste momento, me garantindo, em seguida, a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mas eu pediria encarecidamente, Senador Arthur Virgílio, que fosse breve, para V. Ex<sup>a</sup>, depois, falar pelo tempo regimental. Apenas nós queremos acalmar um pouco o ambiente. Cinco minutos para V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida, está bastante. Prefiro, Sr. Presidente, com muita atenção da Senadora Ideli, nem usar o tempo da Liderança após.

A Senadora falou com muita certeza, colocando todo o peso desse delito no tal vazamento, certeza, Senadora, que eu não tive quando V. Ex<sup>a</sup> foi acusada de coisas muito graves aqui e contou até com a minha defesa e com o meu voto de confiança em V. Ex<sup>a</sup>. Num momento difícil de sua vida, não deixei de faltar a V. Ex<sup>a</sup> com a solidariedade do colega que queria provas. Foi o momento em que V. Ex<sup>a</sup> não estava aparentando, digamos, toda essa exuberância, que, na economia, Alan Greenspan chamava de exuberância irracional e que, no seu caso, deve ser uma exuberância bastante racional.

Não foi imprudente a minha atitude quando illustre colega nosso estava sendo envolvido no episódio do dossiê – aí sim, dossiê petista, sim –, o dossiê do tal de Lorenzetti, o dossiê do Hamilton Lacerda, que trabalhava aqui dentro. Fui prudente, inclusive enfrentei companheiros meus de Partido que queriam que eu trouxesse à baila o nome de um colega nosso. Não trago, não trago, porque eu não trabalho sem provas. Não trago porque não trabalho sem ter absoluta convicção.

Mas V. Ex<sup>a</sup> trabalhou com uma convicção santa de que havia uma enorme culpa no Senador Alvaro Dias, a culpa que eu não reconheci em V. Ex<sup>a</sup> naquele momento. Não reconheci.

Agora vamos para a questão essencial. Trabalhando desse jeito parece até que não houve mesmo o dossiê e parece até que temos um brutal complô das oposições contra a Ministra Dilma Rousseff, que se pega em todos os santos para não vir ao Senado prestar informações e que detrata e faz mal ao Congresso quando ela diz: tenho mais o que fazer do que ir ao Congresso discutir com quem quer que seja. Quando sabemos que a soberania é vir ao Congresso,

a soberania do Congresso está inclusive em ser ele obedecido por ministros que não podem tratá-lo com menoscabo. Vamos ser bem claros.

O Senador Dias diz: Não vazei e não sei quem vazou. Ela diz: Eu sei que foi ele que vazou, com uma certeza que acho que deveria levar a Senadora a uma meditação.

Agora, eu vou, por minha vez, trabalhar com uma certa certeza: não tenho dúvida de que tem dossiê, não tenho dúvida sobre se há diferença entre banco de dados e dossiê, não tenho dúvida de que dossiê é aquele em que o nome de Dona Ruth Cardoso é pinçado. E me parece surreal. Eu começaria a duvidar da sanidade do Senador Alvaro Dias se ele pegasse um dossiê que denigre, até por gastos pitorescos, Dona Ruth Cardoso e o Governo do qual fui Líder e Ministro e, em vez de comunicar isso ao seu Líder, ao Presidente do Partido, ele fosse para a imprensa dizer algo que eu não diria se fosse do Presidente Lula. Eu não diria. Se chegasse o dossiê aqui, eu trabalharia como trabalhou o Senador Tião Viana, quando certa vez apareceu uma denúncia que era vã contra o então Ministro da Saúde José Serra, e o Senador Tião Viana deixou de fazer o escândalo. Ele poderia ter sido primeira página em tudo que é jornal, e ele foi ao Ministro Serra e disse: Ministro, está aqui o dossiê. O Ministro Serra disse: Senador, não é verdadeiro isso, por isso, isso e isso. Agradeceu publicamente ao Senador Tião, e o Senador Tião, então, marcou um ponto enorme que faz com que ele tenha todo esse trânsito, toda essa respeitabilidade entre nós.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Estou falando numa condição em que não posso lhe permitir. Estou falando por uma concessão do Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Desculpe-me.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas, em seguida, V. Ex<sup>a</sup> certamente falará.

Eu gostaria de menos certezas, porque o que sabemos é que está em curso uma manobra para se dar a impressão de que não se teve dossiê, não teve dossiê qualquer. Então, o importante agora é saber se o Senador Alvaro Dias conversou com alguém a respeito do dossiê e não se existe uma tática que está ficando recorrente, que aconteceu no episódio Vedoin, no episódio sanguessuga. É recorrente a tática de se usar do dossiê como manobra para se intimidar, para se chantagearem as oposições, numa manobra democrática. Ainda há pouco, eu disse ao Senador Tião Viana, um dos grandes amigos que tenho nesta Casa: Senador, é preciso nós olharmos se não está havendo

um certo vezo autoritário no seu Partido. Essa prática de dossiês, essa prática da intimidação, essa prática que é recorrente, ou o PT se livra dela ou o PT vai ter um estigma pelo resto do tempo.

Portanto, eu gostaria muito de pedir cautela à Senadora Ideli. Não dá para ser uma pessoa numa circunstância e ser outra em outra circunstância; tem que ser a mesma o tempo inteiro.

Eu, aqui, não tenho por que colocar em dúvida a palavra do Senador Alvaro Dias, até porque não coloquei em dúvida a palavra do Senador Mercadante, eu não coloquei em dúvida a palavra da Senadora Ideli Salvatti. Eu mantenho o meu equilíbrio, agora, com muita convicção de que isso aí é fruto, sim, de uma reação à tentativa da CPI; de que se montou um banco de dados, sim, e, a partir desse banco de dados, sim, se fez, Sr. Presidente, a “pinçagem” que virou o dossiê.

Em relação, Senadora Ideli, a isso – que é outra inverdade – de que teria havido alguma resposta que me provaria que teriam um banco de dados, e não um dossiê, essa inverdade tem que ser desmontada mais uma vez. E eu repetirei isso à farta, à exaustão.

Peço um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Eu recebi uma resposta evasiva da Ministra. A Ministra disse: Estamos coletando dados para lhe dar as informações. Não tinha nada a ver com a Presidência da República; tinha a ver com os gastos dela, do antecessor dela, José Dirceu, e do Chefe da Casa Civil do Governo Fernando Henrique. Eu fiz três requerimentos à Casa Civil. Não tive resposta positiva em nenhum.

Muito bem. A Ministra, que tinha os dados, não repassou os dados para o Senador requerente, ou seja, a meu ver – isso aí não fofoca, isso aí não é disse-me-disse, isso não é *gossip* de coluna social –, ela incorreu em crime de responsabilidade, porque deixou de dar para o Senador requerente os dados que ela alega no documento, Senador Mário Couto, que tinha em mãos. Então, ela incorreu em crime de responsabilidade. Isso é objetivo.

Portanto, eu recomendo muita cautela ao se fazerem essas afirmações. Eu vou continuar com muita cautela toda vez que tiver que lidar com a honra, com a palavra empenhada por algum colega meu, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador José Agripino, pela liderança.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs.

Senadores, quero pedir desculpas e dizer ao Senador Alvaro Dias, ao Senador Arthur Virgílio, à Senadora Ideli e ao Senador Tião Viana que nós estamos participando de uma discussão surrealista. Perdoem-me, mas estamos participando de uma discussão surrealista. Aqui se falou em papel que voa, como se o que interessasse fosse o voo do papel e não o que está escrito no papel.

Sr. Presidente, fizemos uma reunião por iniciativa nossa na residência da Senadora Marisa Serrano, nós, Democratas, tucanos, PSOL, PPS, e pedimos uma reunião com S. Ex<sup>a</sup> para, preocupados que estamos com os rumos das investigações, saber o que ela pretende fazer para chegarmos a conclusões, como a sociedade deseja, no tocante ao uso indevido de dinheiro público com o cartão corporativo. Isso é o que interessa.

Presidente Romeu Tuma, na segunda-feira, naquela tribuna – está nos Anais, tem nota taquigráfica, posso dizer com autoridade de quem disse segunda-feira –, eu disse claramente, apreciando a questão do dossiê, do banco de dados: “Não interessa quem vazou; interessa quem fez. Não é quem vazou, mas quem fez o dossiê.” E aí entra a questão fundamental. Do Palácio do Planalto, pela opinião do Ministro Tarso Genro; da Ministra Dilma Rouseff, que é a Chefe da Casa Civil, chefe da Sr<sup>a</sup> Erenice Guerra; do Ministro José Múcio, está reconhecido hoje que o dossiê ou um banco de dados existe. E eles dizem que o banco de dados foi feito a pedido do Tribunal de Contas da União, mediante acórdão que tem o nº 230/2006. E o Tribunal de Contas da União disse que não pediu banco de dados algum, que não pediu informação alguma à Casa Civil. Desmentiu, portanto, o Palácio do Planalto. Então, quem tem de explicar são eles. Todo mundo sabia.

É verdade que já circulavam por aqui informações de que o remédio contra as acusações que viriam contra o Governo já estava sendo preparado, já tinham pedido a Ministério A, B, C e D informações sobre o uso de cartões corporativos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Todo mundo sabia disso. E esse dossiê foi preparado como atitude preventiva para defesa e para jogar no mesmo saco as acusações de que eles, do Governo Lula, são objeto. Foi neste Governo que a Matilde foi demitida e é neste Governo que estão comprometidos diversos Ministros de Estado pelo mau uso de cartão corporativo.

Ah, o Senador Alvaro Dias tomou conhecimento e vazou!

Eu não quero discutir se tomou conhecimento ou se vazou. Pouco me importa, pouco me interessa. O que interessa é que o banco de dados ou dossiê foi feito; foi feito com o caráter preventivo de tentar igualar todo mundo em cima de acusações que são feitas sobre o atual Governo.

A melhor forma de se resolver o problema, como aqui foi dito... Quer esclarecer? Olham para o Senador Alvaro Dias e perguntam: “Quer esclarecer? Diga quem foi que lhe entregou o dossiê!” Negativo!

Quer esclarecer os fatos? Faça como Fernando Henrique Cardoso fez: mandou uma carta, lida aqui por Arthur Virgílio, autorizando a quebra do sigilo bancário dos cartões corporativos dele e da D. Ruth, sua esposa. Faça isso. Ou venha aqui a Ministra Dilma ou o Presidente da República! Acabe com esse negócio de sigilo por segredo de Estado e abra as contas. Aí está tudo resolvido!

Agora, nós estamos aqui tratando de uma questão surrealista. É uma cortina de fumaça numa atitude diversionista para tirar do foco aquilo que interessa, que é dar à sociedade uma explicação de como é que o dinheiro público está sendo usado para consertar mesa de bilhar, compra em *free-shop* e *outras cositas* mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Wellington Salgado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, depois, me inscreva.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito há cerca de vinte minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Depois do Senador Wellington Salgado, se S. Ex<sup>a</sup> concordar.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Pode ser o Senador Wellington. Eu falarei depois, sem problemas.

**O SR. WELLINGTON SALGADO** (PMDB – MG) – Não, se é o Presidente do PSDB, por favor, a palavra é dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Wellington, o Senador está pedindo um minuto. V. Ex<sup>a</sup> é quem decide. A vez é sua.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> concorda?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A vez é sua.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Muito obrigado, Senador Wellington.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Vamos seguir a ordem de inscrição, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, a minha primeira sugestão é de que V. Ex<sup>a</sup> contrate um criminalista. O Governo vai tentar desviar todo o foco da bandalheira que promoveu com o cartão corporativo e vai querer um bode expiatório.

Senador Sérgio Guerra, ninguém se lembra mais de quem elaborou nem de quando foi elaborado o famoso dossiê, entregue de maneira criminosa na CPI do Mensalão, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, acusando vários Parlamentares. Ninguém se lembra disso.

O rapaz teve inclusive que ser afastado, porque foi flagrado saindo da casa do então Ministro José Dirceu com a lista na mão. Ninguém se lembra mais do que se fez em termos de dossiê contra aquele caseiro. Houve até pedido, aqui no Senado, para que as câmeras de segurança filmassem a entrada e a saída do gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senador Alvaro Dias, o que estamos vendo aqui é uma tentativa desesperada de inversão de um fato que é grave: querer jogar a culpa em um Senador da República que comete apenas um pecado: não querer entregar a fonte, que é um direito que lhe assiste. Nenhum homem público de responsabilidade que tivesse em suas mãos essa informação de crime contra o patrimônio público silenciaria. Divulgaria. O crime seria se o Senador Alvaro Dias tivesse, na calada da noite, invadido as dependências do Palácio do Planalto.

O que o Palácio precisa é ter humildade e confessar que saiu lá de dentro. Essa tentativa de diminuir a crise interna que se abate lá dentro por conta da sucessão presidencial, após um lançamento desastroso feito na CPI, foi que gerou tudo isso. Essa questão começou com fogo amigo.

As denúncias contra a D. Dilma tem razão a imprensa quando diz que partem do Palácio e das suas cercanias. Nada mais claro do que isso. E agora ficam nessa diversificação de fatos, fugindo do objetivo, fugindo do concreto; em vez de se querer pegar o criminoso, quer se pegar um Senador da República. E tenha cuidado, Senador Alvaro Dias, pois, com a mudança de método de muita gente, podem querer torturá-lo, podem querer levá-lo a tortura.

Essa gente mudou muito! A prepotência tomou conta desse Governo. Não se respeita mais nada aqui. Não se respeita sequer a privacidade de um Senador. Inaugurou-se aqui essa molecagem quando se quis acusar um Senador da República por questões locais de evasão de divisas. E aí se instalou a CPI do Banestado. O começo foi esse, Senador.

É preciso que essas coisas sejam levadas a sério e não com molecagem. É preciso que se respeite um Senador da República. A desmoralização que o Governo está impondo aos Poderes deste País é inaceitável. Já se fez isso com o Ministro do Supremo; se faz isso todo o dia com o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; se faz isso constantemente com esta Casa.

É preciso dar um basta! É preciso que isso seja apurado, Senador Romeu Tuma, para que se punam os culpados. É preciso que seja punido o comedor de tapioca; é preciso que seja punido quem comprou no *shopping center*, quem comprou...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – ...nos aeroportos, e não jogar a culpa em um Senador que apenas cumpriu o seu dever de denunciar e usa da prerrogativa de omitir a fonte porque sabe que essa fonte, coitada, ao prestar um serviço ao País, mostrando a molecagem que reina permanentemente nos porões desse Governo, poderá pagar um preço maior.

Tragam os responsáveis pelo dossiê do Paulo Pimenta, tragam os responsáveis pelos dossiês desse Governo, e aí, sim, comecem a acusar um Senador da República.

Mais respeito com esta Casa!

Essa tentativa de desmoralização é inaceitável! Nós não podemos concordar com ela, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu gostaria que a gente não confundisse banco de dados com dossiê.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador João Pedro. E para se inscrever?

Eu vou ler os nomes dos inscritos pela ordem, para a gente não ter mais confusão: Wellington, primeiro; segundo, Sérgio Guerra; terceiro, Casagrande; quarto, Mão Santa; quinto, Sibá; em seguida, V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Pedro.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Sr. Presidente, eu acho que fui... por uma questão de ordem. Eu era o terceiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – São João e São Pedro têm que ajudar a melhorar o ambiente.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Sr. Presidente, peço uma questão de ordem. Eu era o terceiro nessa lista; terceiro, depois do Sérgio Guerra.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da *TV Senado*, o que me deixa muito preocupado é que ato ilícito não justifica fonte. Ato ilícito é crime...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Um minutinho só.

Peço desculpas ao Senador Adelmir Santana, pois o rapaz não anotou o nome dele em seguida ao nome do Senador Sérgio Guerra. Desculpe-me.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu não estou aqui para exigir – nem nunca o farei – que algum Senador tome uma atitude ou que pressione. Eu não vou fazer isso, ainda mais com o Senador Alvaro Dias, um grande líder, por quem tenho um grande respeito.

Agora, sai uma declaração dessa na imprensa e um parágrafo diz o seguinte:

“Em conversa informal com jornalistas, Dias sugere que recebeu o dossiê de um parlamentar que apóia o governo, mas que discorda do uso de informações para chantagear a oposição”.

Eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: eu apóio o Governo e sou contra o uso de informações para chantagear a Oposição. Então, no momento em que sai isso aqui, eu sou um dos suspeitos. Eu sou um dos suspeitos nesta Casa de ter vazado informação, sem eu nunca ter visto dossiê, sem ninguém nunca ter me mandado nada. Sou da CPI das ONGs e teria de ter o direito de ver, de alguma maneira oficial, se assim o pudesse. Agora, no momento em que sai uma declaração dessa, fica difícil para todos nós, Senadores da base de apoio ao Governo. Então, precisamos saber o nome dessa pessoa, porque eu estou na lista. Eu faço parte dessa lista. Não é que o Senador Alvaro será torturado.

Eu quero dizer o seguinte: ficamos mal nessa situação. Muito mal. Eu sou da CPI das ONGs. Vou lá e voto o que tem de votar, apóio ou desapóio o Governo.

Já disse aqui que não voto nada contra a esposa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, na minha concepção, ela é uma pessoa de bem...

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Fique tranquilo; V. Ex<sup>a</sup> não tem acesso ao Palácio não; é só os do Palácio.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Essa é uma posição minha! Contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que vier vamos votar; contra a esposa dele, de maneira alguma. Eu já disse isso e falo aqui. Da mesma maneira que é colocado aqui que alguém do PT, de dentro do Palácio, montou um dossiê e entregou na mão da Oposição para poder prejudicar a Ministra Dilma Rousseff. É isso que está acontecendo aqui. Quer dizer, não sei mais no que vou acreditar, porque a Oposição chega aqui e diz que isso é verdade.

Se alguém, de dentro do Palácio, deu a informação para a Oposição, ela não é do PT nem da Base

de apoio do Governo. Ela é da Oposição; não é da Base de apoio ao Governo. Ela é da Oposição. Então temos que saber quem é esse cidadão que vazou essa informação.

O Senador Romeu Tuma orientou-me sobre o que é dossiê, o que é montagem, o que é informação. Eu já tenho, depois de conversar com S. Ex<sup>a</sup>, na minha cabeça o que é que está acontecendo.

Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, em caso de investigação ou de polícia, vou direto a V. Ex<sup>a</sup>, conversamos e V. Ex<sup>a</sup> me orienta, porque é um homem que tem uma história nessa área; talvez, a maior do País. Agora, tentar me convencer que quem pegou um dossiê que não existe, entregou para a Oposição para poder prejudicar a Ministra Dilma é da Base de Governo?! Aí não dá, Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Demóstenes Torres** (DEM – GO) – Permite-me, Senador Wellington Salgado?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Tem uma ordem; o Presidente é quem controla.

Aí não dá para querer que acreditemos nisso.

**O SR. PRESIDENTE**(Romeu Tuma. PTB – SP) – Estou pedindo para não ter apartes.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quero só o nome. Não quero que o Senador Alvaro Dias dê essa informação, porque ele não vai dar. Ele é um Parlamentar que tem o direito de não dar. Agora, temos de investigar para saber quem foi que deu essa informação, porque foi uma informação ilícita, obtida da mesma maneira que outras. Foi ilícita, tirada lá de dentro, não sei com que objetivo. Não acredito que tenha sido a Base de apoio ao Governo para prejudicar a Ministra Dilma.

E digo mais: a Ministra Dilma não tem medo de vir aqui, não. Tem muita gente que está dizendo: “A Ministra Dilma tem medo”. Isso aqui é tudo um grande jogo de fumaça. Quem conhece a história da Ministra Dilma sabe que ela não tem medo de vir aqui, não. Quero dizer o seguinte: isso tudo é um jogo de cena, um grande teatro para poder passar quem tem alguma coisa a esconder. Ela não tem medo, não. Se algum dia se aprovar na CPI a sua vinda, ela virá. E se ela, em algum momento, achar que tem de vir, ela virá. Agora, achar que a Ministra Dilma tem medo de vir, o que é isso? Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Pelo amor de Deus! Quero saber quem foi que vazou essa informação.

Senador Sérgio Guerra, se souber, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> dissesse, porque V. Ex<sup>a</sup> é o Presidente do maior partido de oposição, um homem bem informado, assim como o Senador Heráclito, que também é um homem bem informado. Aliás, são muito bem informados os

dois e escondem esse segredo. Eu queria que V. Ex<sup>as</sup> passassem essa informação para mim. Sabem ou não? Não sabem! Senador, os dois homens mais bem informados da Oposição não têm essa informação. Então, vamos ter de investigar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, estou entrando em obstrução.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio Guerra, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, mas, antes, quero dizer o seguinte: a suspeita sobre o vazamento interessa ao Gabinete Civil da Presidência.

A eles é que interessa investigar com a comissão de investigação, porque, aqui, o que é importante é o mal que causou esse vazamento. Mas é claro que o Palácio tem de investigar quem fez, porque causou um mal grande a todo mundo. Talvez o objetivo principal seja a comissão de investigação procurar saber quem vazou.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> poderia me dizer quantos estão inscritos pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou ler outra vez. O Senador Wellington Salgado de Oliveira já falou. Agora, vai falar o Senador Sérgio Guerra; em seguida, os Senadores Adelmir Santana, Renato Casagrande, Mão Santa, Sibá Machado e João Pedro.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Inclua-me também se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não sei se o Senador Demóstenes Torres pediu a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Tenho uma informação de última hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Se for sobre o dossiê, pode falar já. É sobre o dossiê?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Não. Quero que os outros falem. Depois, chego lá. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

Se V. Ex<sup>a</sup> quiser trocar com o Senador Adelmir Santana, fique à vontade.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Osmar Dias, com a lucidez que o caracteriza,

há poucos minutos passou aqui e disse: “Senador, assumo a sua responsabilidade de Presidente de Partido, isso não pode ser uma discussão de bêbado com delegado de polícia”. Estou contaminado pelas idéias do Senador Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio Guerra, ele não se referiu a mim, não?

**O Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – Não. É que eu disse que, do jeito que estamos aqui na sessão, não vamos chegar à conclusão nenhuma, é igual a conversa de bêbado com delegado. Foi isso o que eu disse a ele.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, depois de ter ouvido aqui algumas instruções, com a maior competência investigativa de alguns companheiros, todos especializados nessa matéria, eu queria fazer algumas ponderações no limite das minhas modestas, modestíssimas capacidades de investigar esses assuntos. Eu sou péssimo nessa questão de CPI, de investigação, e, aliás, tenho um certo prazer por não ter essa especialidade.

Mas estou lendo aqui o Blog do Noblat, e a parte mais importante não é esta aqui que fala do Senador Alvaro Dias, que foi, é e será dos Senadores mais bem informados deste Senado. Não foi agora, não foi neste momento, não foi antes, já faz muito tempo que o Senador tem imensa capacidade de se informar e de trabalhar, de forma brilhante, nos assuntos de que ele cuida, com isenção e respeito reconhecidos por todos. Então, não vamos tentar transformar o Senador Alvaro Dias no que ele não é, nem ficar comentando para onde o vento vai, de onde o vento veio ou qual é o conteúdo do vento. Seguramente, eu não sou capaz de saber.

Ouvi aqui um discurso emocionado da minha amiga Ideli Salvatti, como há tempos não ouvia. Ela estava tão discreta, agora apresentou aquela sua velha energia.

Mas estou lendo aqui o que escreveu Ricardo Noblat: “Este será mais um nebuloso episódio do Governo Lula destinado a dar em nada” – frase do blog de Ricardo Noblat que motivou esta discussão toda.

“Ao Governo não interessa apurá-lo; afinal, ele sabe quem mandou montar o dossiê e quem o montou. Funcionário algum da Casa Civil ousa dar qualquer passo sem antes consultar a Ministra Dilma Rousseff. Ela é o Ministro mais centralizador do Governo Lula”.

Ainda bem, porque, se não fosse, o Governo seria uma confusão total. É parcial, mas seria total.

“A Oposição não tem como apurar o episódio.”

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Sérgio, permita-me prorrogar por uma hora a sessão porque há uma fila enorme de oradores inscritos.

V. Ex.<sup>a</sup> pode continuar e eu desconto o tempo.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Vamos ver o Blog do Noblat que originou essa discussão:

“A Oposição não tem como apurar o episódio”.

Eu suspeito. Tenho dito a meus amigos.

“Pedi que a Polícia Federal apurasse, mas o Ministro Tarso Genro, da Justiça, se expressou em garantir que ela não o fará”.

A Polícia Federal nesta não entra. Entra em muitas coisas, mas nesta questão, pela sua irreverência, por envolver não apenas pessoas relevantes como Presidente da República, dinheiro público, a Polícia Federal não vai entrar nesta.

“Quanto à CPI dos cartões corporativos, ela nasceu morta” – opinião do Noblat – “e não ressuscitará. O Governo dispõe na CPI de folgada maioria de votos para barrar qualquer proposta da Oposição que lhe pareça incômoda e não tem a menor vergonha de acioná-la”.

Eu assino absolutamente de maneira tranqüila as palavras do jornalista Noblat.

Vejo mais algumas notas me foram aqui repassadas: do Ministro Jorge Hage, que ficou no lugar do Ministro Waldir Pires, que era uma pessoa, pelo menos do meu ponto de vista, do maior respeito. “Estamos levantando os gastos com a conta B desde 1998. Aí iremos muito além da tapioca” – uma frase preciosa do Ministro dizendo que já estava investigando isso tudo muito antes de CPI.

Há ainda uma palavra do meu amigo ex-Deputado Paulo Bernardo: “Operação começou em fevereiro, muito antes da CPI”.

Quero falar o seguinte. Primeiro, não há nenhuma contradição nessa aparente questão levantada aqui de que não havia dossiê. Havia, como devia haver, em muitas circunstâncias, banco de dados. Se alguém tem centenas e centenas e milhares de informações, que essas centenas e milhares de informações se transformem em um banco de dados. Isso é bom para eficiência gerencial, é bom para o Governo, é bom para todos.

Se o Governo tinha um banco dados sobre essas despesas, é absolutamente regular, normal e não surpreende que assim tenha sido informado o ex-Ministro

e nosso Líder atual já de algum tempo, Senador Arthur Virgílio. A resposta foi esta: já existe um banco de dados, está lá. Tudo bem. Não estou falando de banco de dados. Estou falando de informações extraídas desse banco de dados.

Nunca dei grande relevância a quem vazou essa história, porque não concordo com a confidencialidade dessas informações. Quem alegou confidencialidade, quem alegou sigilo foi o Governo, não fomos nós. Qual foi nossa atitude na Oposição? Que tudo apareça, que tudo seja visto, inclusive tudo que envolva a família de um ex-Presidente da República que não foi denunciado. É surrealismo puro, como disse aqui o Senador José Agripino, com a lucidez que é a sua marca. Nem o Presidente Fernando Henrique, nem a senhora dele foram acusados. Quando os dados do famoso dossiê sobre eles surgiram, viu-se que são ridículos. Agora distribui-se essa informação – já ouvi de muita gente, com certeza não foi o Senador Alvaro Dias que as deu, com absoluta certeza – de que Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso, estes estão complicados.

Não tem ninguém complicado com coisa nenhuma.

A única coisa que tem que ser feita nesse assunto, que está transformado numa turbulência precária, elementar, que não resiste a uma ventania – essa, sim, a ventania da luz e da democracia -, a única coisa relevante é que os dados que têm a ver com o Governo Fernando Henrique Cardoso, embora não investigados, podem aparecer quantas vezes forem para aparecer. Não queremos sigilo nenhum sobre eles. Nunca falamos nisso, nem o Presidente, nem a mulher dele, nem nenhum tucano que tivesse verdadeiramente responsabilidade pelo que diz.

Contudo, os dados que dizem respeito ao Governo do Presidente Lula, que são o objeto dessa CPI, não aparecem de jeito nenhum. Por que eles não aparecem? Tudo isso é devaneio, é conversa para enganar os outros. Fundamental é que esses dados apareçam e sejam vistos.

Não estou dizendo que eles são comprometedores, que estão vinculando alguém importante. Eu não conheço boatos, nem reconheço boatos. Não sei se a senhora do Presidente tem alguma coisa a ver com isso. Acredito que não, que o Presidente também não tem, nem o filho dele, nada disso. Mas por que esses dados não aparecem, meu Deus?

Vamos parar com essa confusão retórica: palavra pra lá, palavra para cá, versões pra aqui, versões pra ali. De repente, o Senador Alvaro Dias é o culpado. Isso é surrealismo puro!

O que o Senador Alvaro Dias está fazendo aqui? Está investigando. Isso é obrigação dele. Está cumprindo o papel dele. Se houvesse, tranqüilamente, responsabilidade do Governo para deixar esses dados serem de conhecimento público, esse Senado não estaria atolado nessa situação ridícula há mais de 30 dias.

A marca desse processo aqui é o ridículo, completo ridículo. Não tem começo, meio e fim nada do que se diz aqui, por uma razão simples: porque os dados não aparecem.

Vamos esquecer o Senador Alvaro Dias, vamos esquecer o Presidente Fernando Henrique, vamos esquecer a família do Presidente Lula, o Presidente Lula. O que for segurança nacional fica lá. Ninguém vai mexer nisso. Nós somos brasileiros, nós queremos preservar a figura do Presidente da República. O que não for segurança nacional, que todos conheçam, para acabar com essa marola que prejudica o País, que nos deixa, aqui no Congresso, no ponto mínimo e que deixa o Presidente da República no ponto máximo. Ele está fora disso, ele não tem nada a ver com isso; ele apenas diz: “Por favor, me deixem trabalhar”. Na campanha, diziam: “Deixem o homem trabalhar”.

O Presidente já disse: “Vá trabalhar, Congresso! Deixe eu trabalhar também”. Não estamos trabalhando porque o Governo, esse Governo do Presidente Lula, que merece respeito, mas merece crítica também, e crítica forte, não é capaz de mostrar os dados que estão com ele, que nós não conhecemos. E o Governo conhece todos estes dados: os do Presidente Fernando Henrique, os da senhora dele, da família dele, dos ministros do Presidente Fernando Henrique. Eles é que têm os dados, nós não temos nada. É surrealismo. Por que chegou um papelzinho aqui, outro ali, que não diz nada? Não tem a menor importância do ponto de vista investigativo.

Que história é essa? Por que tanta excitação? Vamos colocar os dados aqui na mesa. Vamos examiná-los com tranqüilidade, com respeito. Não vamos publicá-los antes de conhecê-los de fato, para não fazermos acusações levianas.

Mas por que não fazer isso? Por que não chega alguém com a responsabilidade de Líder do Governo – e há Líderes do Governo respeitáveis – e diz o seguinte: “Os dados estarão lá amanhã”?

Não precisa vir aqui a Ministra Dilma, nem a minha parente lá – aliás, nunca ouvi falar nela, essa Sr<sup>a</sup> Guerra. Não precisa aparecer ninguém, mas que apareçam os dados. Não precisa nem de CPI. Precisa que os dados apareçam.

Por que esses dados não aparecem? Por que ninguém responde a essa pergunta tão simples? Por

que não aparecem esses dados como apareceram os do Presidente Fernando Henrique? Onde eles estão? Por que ninguém os vê?

Banco de dados pra lá, arquivo pra lá, dossiê pra lá. Não quero saber de nada disso. Quero saber dos dados. E eles estão agora organizados – eu imagino – de forma eletrônica. Alguém disse que iam mandar três caminhões de papel. O que vamos fazer com três caminhões de papel? Isso é ridículo! Isso tudo é um profundo ridículo, que compromete a imagem desta Instituição, e que precisa ser esclarecido pela Oposição, pelo Governo, pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, quanto tempo V. Ex<sup>a</sup> precisa ainda?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Mas quem tem de esclarecer isso é a Ministra que cuida disso.

Não tenho nenhuma suspeita contra a Ministra, nem duvido do caráter dela, nem do trabalho dela. Mas quem tem mais que explicar isso é a Ministra que dirige o setor que cuida disso, que é a Ministra Dilma. E todos precisamos de que esses dados apareçam. O resto é conversa pra boi dormir, é pra enganar, pra dispersar, pra tirar o foco do assunto.

O foco do assunto é o exame desses documentos. Eu não consigo ter cabeça para pensar senão desse jeito, com isenção e tranqüilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana e em seguida o Senador Renato Casagrande.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria me posicionar exatamente na linha colocada pelo meu Líder, Agripino Maia, e também pelo Presidente do PSDB, Senador Guerra.

Não tenho vocação para essa história de investigação, mas realmente é um assunto que... Esses dados precisam ser de conhecimento de todos nós. Causa estranheza que alguns dos dados, inclusive já na mão do organismo auxiliar desta Casa, Tribunal de Contas da União, não possam ser do conhecimento de todos nós.

Mas eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para falar de algo mais ameno, para fazer uma homenagem, pois estão neste recinto os atletas pertencentes ao time Universo, de Brasília, que é campeão brasileiro de basquete e é responsável pela representação do Brasil no XX Campeonato Sul-Americano de Basquete.

O time do Universo, da nossa cidade, é patrocinado pela universidade e pelo BRB, tem tido um desempenho com recorde de público nesta cidade

e com recorde de vitórias, e merece da nossa Casa os aplausos por estar aqui nesta noite. Parabéns ao Universo!

Quis pedir a palavra, Sr. Presidente, para fazer o registro da importância desse time para Brasília, que tão bem tem representado o Brasil em competições internacionais, e Brasília, em competições nacionais.

Parabéns ao Universo, e os nossos cumprimentos a todos!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup> para me associar a essa homenagem que o Senador Adelmir presta ao time do Universo. Quero também prestar uma homenagem ao Tony Harris, atleta americano que compunha a equipe do Universo e veio a falecer de maneira triste nas cercanias de Brasília.

Senador Wellington Salgado, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> prestasse atenção, porque estou exatamente homenageando o trabalho de sua mãe, a Professora Marlene Salgado, que se dedica, com muito afinho, aos seus empreendimentos na área de educação, inclusive se dedicando ao esporte e ao lazer. Queria que V. Ex<sup>a</sup> levasse para sua mamãe os parabéns deste Senador e do Senado, e transmitisse a todos os que fazem a Universo nossos cumprimentos por essa grande conquista em Brasília.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Mesa cumprimenta os senhores atletas pela vitória, na esperança de que repitam o mesmo feito este ano.

Boa sorte!

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Casagrande com a palavra.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Para se inscrever?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Não, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Ele está falando pela ordem.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder da Bancada do PSB, mas quero fazer um registro com relação a esse episódio.

Eu na verdade não tenho participado do debate sobre esse episódio dos cartões corporativos. Não sou

um efetivo da CPI e não entrei no detalhamento desse assunto. Acho que esse assunto, como qualquer outro que promove um embate sem consistência entre Oposição e Governo, acaba desgastando a imagem do Senado. E esse debate tem promovido e tem patrocinado, mais uma vez, esse desgaste.

Quando começou a surgir esse assunto, eu, que sou de um partido da base do Governo, fiquei pensando: será que alguém do Governo teve a capacidade de fazer um dossiê e divulgá-lo? Será que houve essa falta de habilidade num comportamento desses?

A CPI dos cartões corporativos – eu que estou olhando de longe –, estava vendo que de fato ela estava perdendo energia e, depois da matéria com relação a esse dossiê, a essas informações, a CPI ganhou energia, e fiquei me questionando, como muitos se questionaram, se, de fato, alguém poderia ter feito isso, na ilusão de tentar ajudar o Governo. Então, isso poderia, de fato, ter sido construído e seria um erro político de quem voluntariamente tivesse feito um tipo de ação como essa. E começou-se, naturalmente, o questionamento, na hora em que a Oposição começa a questionar quem montou o dossiê ou se houve, de fato, a montagem do dossiê.

O Governo, por intermédio da Ministra Dilma, responde com argumento que tem procedência: que não houve montagem de dossiê e, sim, uma organização de informação para atender às demandas da Controladoria, do TCU, do Congresso Nacional, de pedido de informação via Mesa Diretora. Se é verdade ou é mentira, o argumento do Governo tem consistência na hora em que responde que a montagem de informações, que a organização de informações, era para atender às demandas que já estavam ali e as demandas que iriam surgir.

Aí começa a surgir outro questionamento ao Governo: quem vazou? Se os dados são sigilosos, quem vazou esses dados? Porque, se é sigiloso esse dado, se são sigilosas essas informações, vazar a informação é um crime. Alguém tem de ter a responsabilidade. Mesmo que não tenha a culpa, tem a responsabilidade.

Então, novamente, como esses dados são da responsabilidade da Casa Civil, veio o questionamento de que, como é a Ministra Dilma a responsável por todo o trabalho da Casa Civil, mesmo que ela não tenha culpa, ela teria responsabilidade no vazamento dessas informações.

Debate-se a possibilidade, ou não, de montagem de um dossiê, e o Governo contra-argumenta dizendo que não era montagem de dossiê, e sim uma organização de dados. Debate-se, efetivamente, se alguém do Governo teria tido a prática de vazar essa

informação, e o Governo responde que não, que estaria investigando para saber quem, de fato, teria feito esse vazamento.

A suspeita sobre o Governo, Sr. Presidente, veio de uma matéria numa revista. Agora, hoje, há uma matéria em outro meio de comunicação que levanta a suspeita sobre um parlamentar da Oposição. Então, há suspeita agora também sobre o parlamentar da Oposição. O parlamentar da Oposição tem todo o direito de preservar sua fonte. Está certo isso. Agora, se o dado é sigiloso e há vazamento do dado, pode ser que haja responsabilidade civil sobre este caso.

Então, nós estamos num debate em que a suspeição que recai sobre a Ministra Dilma, sobre a qual, de fato, o Governo precisa se explicar, recai também sobre um parlamentar, que também tem de se explicar, porque eu não tive acesso a nenhum dossiê e há gente, aqui no Senado, que teve acesso a dossiê. Isso acaba criando, naturalmente, uma suspeição sobre esse parlamentar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Casagrande, permita-me um segundo? Temos a informação e a contra-informação. A informação é algo que se dê conhecimento de fato que pode ou não ter ocorrido. Normalmente, ela tem que ser confrontada com outras origens. A contra-informação, que é a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, é a proteção à informação.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – A Presidência pode discutir, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não, estou dando uma informação. Não estou discutindo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peça desculpa a V. Ex<sup>a</sup> e retire o que falei, em respeito ao Senador Demóstenes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. O Senador Casagrande, sempre lúcido...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – O próximo orador é o Senador Mão Santa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Apenas um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Casagrande sempre lúcido, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Agora, quero lembrar – e V. Ex<sup>a</sup> não faz parte dessa ala – que é a mesma base do Governo que fez aquele dossiê dos aloprados, cujo dinheiro foi bater no Hotel Ibis. A grande diferença é que, naquela época,

a Polícia Federal agiu imediatamente e, agora, o Ministro da Justiça proibiu que a Polícia Federal agisse. Talvez, se a Polícia Federal tivesse procedido, Senador Casagrande, a uma investigação republicana, os fatos tivessem sido esclarecidos. O problema é esse.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Só que agora, Senador Heráclito e Senador Romeu Tuma, a suspeição do vazamento já não recai mais sobre o Governo. A suspeição do vazamento recai sobre um parlamentar desta Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Do vazamento e não da feitura do dossiê.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – São dois fatos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vamos pedir à Polícia Federal para apurar.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – São dois fatos, Senador: a elaboração de um dossiê, ou organizar um documento...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, cabe à Corregedoria apurar porque foi dentro do plenário.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, são dois fatos: a elaboração desse documento, que pode ser denominado como dossiê, ou organizar informações, e o vazamento. Se alguém fez um dossiê é crime. Se alguém vazou uma informação sigilosa é crime.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Se a Polícia Federal tivesse apurado, talvez não tivesse havido nem o vazamento. O vazamento foram pessoas indignadas que viram o Governo não permitir que a Polícia Federal apurasse, que viram o Governo dar cobertura ao que foi feito dentro do Palácio e, então, resolveram vazar para que o Brasil tomasse conhecimento...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Intervenção fora do microfone)

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, mas não se justifica a Polícia Federal não poder agir.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Mas por que ela não poderia agir?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não. Ela foi proibida pelo Ministro da Justiça. Está aí, claramente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria que não houvesse debate paralelo.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> já foi diretor da Polícia Federal. A Polícia Federal sempre agiu quando ela considera que o fato é importante para a ação da Polícia Federal. Ela é uma polícia independente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – É uma notícia de crime – o Senador Demóstenes deve confirmar – e a Polícia de tem a obrigação. Não é preciso ordem de ninguém. Então, ela tem de analisar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Foi proibida pelo Ministro da Justiça. As declarações estão aí.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Senador, então o Ministro cometeu crime de responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Mão Santa, em seguida os Senadores Sibá Machado, João Pedro, Demóstenes, Mário Couto e Flexa Ribeiro. Está aumentando a lista. Desculpe, não colocaram o nome de V. Ex<sup>a</sup>, Depois do Senador Mão Santa é V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Mão Santa, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, por cinco minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Presidente Romeu Tuma, Deus não iria desproteger o Senado: botou V. Ex<sup>a</sup> na Presidência neste instante.

Atentai bem. Olha, ô Tião, para onde levamos a nossa formação profissional. Somos médicos, buscamos a etiologia. Só há uma causa de doença. Está todo mundo confuso aí, mas só há uma. Isso é o que nos interessa. Ô Flexa, não importune o nosso Presidente. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma, como V. Ex<sup>a</sup> é do crime, procura o responsável, o causador. E atentai bem, Tião. Só há uma culpada nisso tudinho: é a Ministra Dilma. Não há dois, não. Esse negócio de ela ser mãe de PAC é outra história. Se nós formos buscar lá na história de Hitler – nazista, socialista, partido do trabalhador lá –, eles dizem que o Goebbels orientava o partido dele e até uma galinha carcerejadora podia ficar gritando: as obras, as obras, as obras... antes de fazer e depois. Esse negócio de apelido é outro. Ela pode ser muito bem a deste Governo. A história se repete.

É o seguinte: nós temos que ser o pai da Pátria. Atentai bem. V. Ex<sup>a</sup> tem que trazer uma experiência. Senador Romeu Tuma, eu fui Prefeitinho, a Ministra é Ministra, não foi... Eu tenho essa experiência e quero contar. É por isso que nós estamos aqui. Foi longo e sinuoso.

Ô Demóstenes! Demóstenes, atenção! De repente, eu estava na Alemanha, numa viagem de uma multinacional. Quando cheguei, havia um Vereador muito competente da minha cidade, médico como eu, Dr. Arióstenes, e era aquela confusão. O Prefeito foi, tirou a diária dele e da mulher. Aí, eu fui à Câmara esclarecer como foi. Isso faz parte da democracia. Eu, Prefeito – tinha Vereador –, fui e esclareci. Esse convite

foi de uma multinacional, da Merck. Deram tudo. Nunca antes tinha um Prefeito de Parnaíba feito uma viagem internacional a convite. E olhei lá. Só eram previstas diárias para o Brasil. As maiores eram São Paulo e Rio. Tiramos dez dias eu e minha esposa, que era secretária do Município. Chegando, levei os Vereadores, aquele negócio, e disse: “Eu acho que eu deveria estar aqui sendo convidado se eu tivesse levado a mulher dos outros”. Essa diária não dava nem o dólar, que, naquele tempo, era altíssimo. E estou aqui.

Isso. E orientei a vida toda a todos os secretários, quando tinha: “Compareçam”. Quando governei o Estado do Piauí, dava a mesma orientação.

Quero dizer aqui, a bem da verdade, da luta – daí estar aqui como um pai da Pátria. Outro dia condenei um Ministro da Defesa, porque, ao tomar posse, disse: “Não se queixe. Não se explique. Não se desculpe. Aja ou saia. O que vale é o resultado”. Não eram dele essas palavras. Essas palavras foram pronunciadas pelo Ministro Benjamin Disraeli, Primeiro Ministro da Rainha Vitoria. “Aja ou saia.”

Mas quero dar aqui um testemunho: outro dia houve um imbróglio desses, Tião Viana. Atentai bem; um imbróglio desses. Heráclito Fortes, diligenciar a dor como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do imbróglio Colômbia, Equador, Venezuela e Farcs. Acusações mútuas. Acusações de que as Farcs mandaram dinheiro para candidatos do Brasil, ditas pelo Deputado Fraga.

Então, S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Defesa, com visão política, democrática, ele mesmo, ele mesmo, se apresentou aqui, veio na mesma hora, e acabou. Então, eu entendo, entendo que a Ministra, diante essa confusão toda, deveria ter vindo aqui e tudo tinha se esclarecido. Nós estamos em um momento democrático do presidencialismo. Nós não tínhamos força nenhuma para derrubar a Ministra, que hoje tem força até de primeira-ministra. Mas ela deveria fazer como o seu companheiro, que outro dia eu condenei, mas que mostrou a grandeza. E quis Deus...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E quis Deus... Agora eu sei que vai dar imbróglio, mas eu citei foi o Livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler que eles tinham... Tem no livro.

Ô Senadora Ideli Salvatti, eu trouxe outro livro. Não é ela não. Ela tem que ler... Eu admiti o Luiz Inácio não ler, mas Senadora não. O Livro *Mein Kampf*? Professora que não sabe, eu não admito não. Tem que fazer aquele concurso.

Não está no livro que, no esquema socialista, comunista, partido do trabalhador, tinha a espécie. Tinha uma função lá para divulgar. É na história da Alemanha nazista, quando Hitler teve 96% de preferência. Não vem aqui... Eu não temo negócio de coisa, não. A ignorância é audaciosa, mas ninguém vem abrir, não. Eu abri foi o livro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – MS) – Eu li foi o livro todinho: *Mein Kampf*. E o Partido do Hitler usava esse artifício. Aqueles que ficavam a mando de Goebbles, só falando das obras, das obras – antes de nascer – das obras, das obras, todo o tempo. Então, essa é uma situação histórica. E nós não temos medo de nada aqui, não. Nós temos medo de ter medo; medo de nos agacharmos diante da corrupção que está aí. Então, eu quero dizer o seguinte, essa é a verdade: nesse imbróglio todo, por uma falta de decisão – como ele – aqui quis Deus, veio o Ministro da Educação, Paulo Renato. Eu perguntei quantas vezes ele tinha vindo aqui. Paulo Renato saiu agora e disse “Quase vinte vezes”. Quase vinte vezes, Paulo Renato atendeu os chamamentos e esclareceu. Então, o erro... E um erro, uma desgraça nunca vem só, a Mãe do PAC atinge a Mãe da Decência, a Mãe da Dignidade, a Mãe da Virtude, que é a Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso.

Feliz do país que não precisa buscar na história de outros países, de outros tempos. O exemplo está aí. Governei o Estado quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República. Nunca votei nele. Eu votei no PMDB, em Quêrcia; depois votei em Ciro Gomes, meu vizinho. Mas quero dizer que o que estão fazendo com essa senhora, isso não existe! Então, a Ministra Dilma tem de vir aqui para salvaguardar a honra, a grandeza da mulher brasileira, representada nas virtudes da Mãe da Decência, que é Ruth Cardoso.

E um mal, como diz Padre Antônio Vieira, nunca vem só: mete agora um Senador nosso...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Alvaro Dias, símbolo da decência, da pureza, da dignidade.

Agora, a ignorância é audaciosa. Nós não tememos ignorância, não!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – O próximo é o Senador Flávio Arns, mas como é uma questão de ordem para V. Ex<sup>a</sup>...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É uma questão de ordem.

Sr. Presidente, solicito à Mesa, se possível de imediato, a transcrição das notas taquigráficas, porque eu ouvi – posso ter me enganado, mas eu ouvi – que a Ministra Dilma não é a mãe do PAC, mas que a Ministra Dilma é uma “galinha cacarejadora”. Então, eu quero que se confirme se isso foi dito ou não, porque eu posso ter me enganado. Agora, como mulher, eu não vou admitir que, no debate político, trate-se qualquer mulher, por mais adversária, inimiga que seja, com esses termos aqui no plenário do Senado.

Então, requeiro, de imediato, a transcrição da fita de áudio, para saber se foi dito isto que eu ouvi: que a Ministra Dilma não é a mãe do PAC, que é uma “galinha cacarejadora”.

É só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora, não é uma questão de ordem. É um requerimento, que será atendido na forma regimental. Eu já pedi à Secretaria que providencie imediatamente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu peço que V. Ex<sup>a</sup>...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Aliás, Sr. Presidente, não é nem a primeira vez. Já vieram me informar que saiu em nota de jornais hoje essa mesma frase. Portanto, não seria nem a primeira vez. Já seria a segunda.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero que veja e reveja o meu pronunciamento. E eu trago o livro e entrego para V. Ex<sup>a</sup>: o livro “*Mein Kampf*”, “*Minha luta*”, ele contando *que isso... o Goebbles... Eu li aqui. Foi o livro. Não foi esse parágrafo, não. Eu li outros: o “vermelho”, “companheiro”. Agora, eu tenho que saber a história para estar aqui e representar com grandeza esta Casa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PDT – SP) – Senador, as notas taquigráficas serão apresentadas.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Nós não estamos falando de nazista, se é o seu padrão. Nós estamos falando aqui de respeito mínimo entre homens e mulheres! Quer fazer o debate político, faça-o com classe e com dignidade e não utilizando baixaria!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu não aceito aqui pitiatismo não! Tem bem ali a assistência médica. Não tem nada de nazista! Eu sou do Piauí. Agora tem o serviço médico para tratar pitiatismo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – O Senador usa *Mein Kampf* como subsídio para o seu discurso.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PDT – SP) – Eu gostaria que acalmasse o ambiente. Senão, vou suspender a sessão. Não vejo razão para esses debates paralelos tão enervados.

A Senadora fez um requerimento, que será atendido, e eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PDT – SP) – Eu estou atendendo a relação...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é isonomia. O Estado do Piauí foi agredido e ofendido. Não se faz ofensa com ofensa. Eu não aceito, como piauiense, essa discriminação a meu Estado, Sr. Presidente. É um absurdo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não sei por que está entrando o Piauí, porque eu apenas me referi a uma declaração que eu ouvi e que me recuso a aceitar que tenho sido dito no Plenário, por isso pedi as notas. Não trouxe nada de Piauí aqui. Se querem trazer, é problema de outros, não meu.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não vou pedir as fitas, não pedir...

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Interrupção do som.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PDT – SP) – Isso está denegrindo a imagem do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Desliguei o microfone, porque está sendo denegrida a imagem do Senado.

Eu pediria calma para cada um requerer o que quiser sem agressão. Vamos agir com calma, senão vou encerrar a sessão. Não vejo razão para continuar esse estado de nervos que surgiu repentinamente.

V. Ex<sup>a</sup> já requereu também a fita e será atendido, na forma da lei.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – A minha palavra foi cassada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não foi cassada. V. Ex<sup>a</sup> está atravessando o outro!

Respeito V. Ex<sup>a</sup>, mas era a vez do Senador Flávio Arns, pela ordem. Nós já aferimos a lista de inscrição.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Se V. Ex<sup>a</sup> estabelecer, posso dialogar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Termine, por favor, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo que os nervos estão à flor da pele, mas não é porque os nervos estão à flor da pele que o meu Estado do Piauí pode ser agredido pela Líder do PT aqui. Sei

que existe uma discriminação contra o meu Estado, sim, mas com palavras e agressão, não. Não aceito isso, Sr. Presidente.

Não vou pedir à Taquigrafia nem nada, porque não sou policial. Não é o meu estilo. Agora, não aceito e repilo qualquer ofensa ao Estado do Piauí, porque a briga envolvendo Mão Santa e a Senadora não dá o direito de generalizar e agredir o meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Patrícia.

**O MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Romeu, quero dizer que mantenho o que está escrito no livro e vou trazê-lo para V. Ex<sup>a</sup>. Falei como se fala em Dona Ruth, como falou em Senador, mas as afirmações são do livro *Mein Kampf*, que entregarei a V. Ex<sup>a</sup>. Ontem, eu o li. Não tem nada contra isso. Isso foi um debate. Agora, o livro foi lido ontem.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tem a palavra a Senadora Patrícia, como mulher.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de pedir um pouco de calma e de paciência. Nós conhecemos o Senador Mão Santa e sabemos que ele sempre se baseia nos livros para fazer suas colocações no Senado. Mas peço, fazendo um apelo ao Senador Mão Santa, pois talvez alguns não tenham lido esse livro ou não compreendam o que isso quer dizer, que V. Ex<sup>a</sup>, numa atitude de grandeza, que sempre teve com esta Casa e com as mulheres, permita que essa expressão seja retirada, portanto, do seu pronunciamento.

Peço como mulher, porque sei do respeito que V. Ex<sup>a</sup> tem pelas mulheres. Sei que, quando V. Ex<sup>a</sup> quis tratar do assunto, talvez não tenha sido a sua intenção ofender a Ministra Dilma Rousseff. Tenho outra compreensão sobre o mérito. Penso que a Ministra deveria vir aqui apresentar-se e esclarecer os fatos até para que possamos voltar à normalidade dos trabalhos da Casa. Peço, como mulher e representante das mulheres do meu Estado, ao qual sei que V. Ex<sup>a</sup> quer tanto bem, que V. Ex<sup>a</sup> solicite retirar apenas essa expressão para que não seja mal compreendida e, amanhã, os jornais não a registrem.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – O Presidente da Casa tem prerrogativa de retirar.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE) – Senador Heráclito Fortes, vou terminar de falar e concluir meu raciocínio. Senador Mão Santa, só quero evitar que, amanhã, por exemplo, os jornais e a imprensa em geral publiquem o assunto de uma forma que sei que não foi a intenção de V. Ex<sup>a</sup>. Sei que basta um pedido de V. Ex<sup>a</sup> para retirar apenas essa expressão.

Faça o seu discurso com veemência. Todos nós admiramos aqui a sua veemência em defesa do Brasil

e do Piauí. Mas eu pediria mais uma vez, fazendo um apelo, que apenas V. Ex<sup>a</sup> tirasse isso, para que...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Tuma, se me permite...

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE) – ...as mulheres possam continuar sendo admiradoras do seu trabalho aqui no Senado.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – As mulheres são e eu simbolizo... Não há quem mais respeite todas. Agora, por que essa toda poderosa... Eu apenas li um trecho de um livro que a história conhece, *Mein Kampf*. Eu li um trecho que diz e foi aberto aí. E a minha intenção coincidiu com a de V. Ex<sup>a</sup>: acabar isso. E V. Ex<sup>a</sup> teve a sensibilidade de mulher, que ela deve ouvir, para ela vir acabar com esse bate-boca. Agora, temer ameaça aí, não temo não, está entendendo? Não temo não. Agora, o livro será oferecido, está aí, que eu li ontem. Agora, a intenção V. Ex<sup>a</sup> interpretou. A intenção é para acabar isso. Eu disse que já estavam envolvendo outra mulher, que eu acho que é a mãe da decência, da dignidade e da ética: D. Ruth Cardoso.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Presidente Tuma! Para uma questão de ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu tenho a impressão... Eu pediria aos Srs. Senadores que se respeitem entre si. Nós temos uma ordem cronológica de inscrição.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem a prerrogativa de retirar o que considerar ofensivo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, uma questão de ordem tem precedência.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria ao Senador... Em respeito aos que se inscreveram, o Senador Arthur Virgílio está pedindo para poder pôr uma água fria...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Eu tenho uma questão de ordem, que tem precedência, arts. 403 e 19 do Regimento Interno. Uma questão de ordem tem precedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu vou ler um requerimento...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Mas é uma questão de ordem, Senador Tuma!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas dizer que é uma prerrogativa da Presidência retirar palavras insultuosas a quem quer que seja. V. Ex<sup>a</sup> pode pacificar o ambiente, num primeiro passo, imediatamente, que é uma prerrogativa sua.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas ao Senador Mão Santa, mas peço para retirar das notas taquigráficas a expressão mal-usada que gerou esta confusão. Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, mas peço para retirar a expressão.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, na esteira do que formulou o Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – A questão de ordem já foi respondida. Vou ler só um requerimento e, em seguida, dou a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

Ofício GLC nº 37/08

Brasília, 2 de abril de 2008

**Assunto:** Indicação de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 1, de 2008–CN, indico o senhor Deputado Gastão Vieira – PMDB/MA para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Senadora **Roseana Sarney**, Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 91/2008

Brasília, 2 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de tornar sem efeito os seguintes ofícios: OF. GLPMDB nº 37/2008 e OF. GLPMDB nº 50/2008 (anexos).

Esclareço que encaminharei, oportunamente novas indicações para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – O ofício lido vai à publicação.

Senador Arthur Virgílio, eu tenho...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, de maneira bastante rápida. O Senador Flávio Arns me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sim, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo que a palavra da Senadora Patrícia foi extremamente sensata.

Tenho certeza de que algo que sempre marcou a presença do Senador Mão Santa, nas suas freqüentes idas à tribuna da Casa, foi o respeito à mulher. Este é um fato. Vou deixar bem claro: acho que realmente o Senador deve pedir, ele próprio, o Senador Mão Santa, mais do que a Presidência usar da sua prerrogativa.

Conheço a grandeza do Senador Mão Santa, conheço a sua generosidade, conheço a sua valentia, conheço a sua grandeza. A Ministra Dilma Roussef deve merecer de todos nós o respeito que devemos à mulher, que devemos ao ser humano, que devemos ao adversário e que devemos ao aliado.

Sem respeito não se é bom aliado, sem respeito não se é adversário leal, sem respeito nós estabeleceremos um clima absolutamente selvagem na relação política desta Casa e isso não pode acontecer. Devo dizer que as medidas todas que estamos propondo visam a esclarecer fatos que são notícia fundamental da imprensa brasileira hoje.

Considero-me, Senador Mão Santa, um dos seus melhores amigos nesta Casa, um dos seus mais próximos amigos. Entendo que não foi o Senador Mão Santa, Sr. Presidente, quem criou essa frase. Ele leu a frase infeliz de alguém mais. Essa frase é infeliz. Essa frase não faz justiça à mãe de família que é a Ministra.

Peço, como amigo, ao Senador Mão Santa que, em um gesto de grandeza – e é grande quem como ele salvou tantas vidas com sua capacidade de fazer cirurgias efetivamente miraculosas –, mostre sua grandeza. Ele não precisaria nem mostrá-la, não fosse este episódio. Peça a retirada dos Anais da Casa dessa expressão que não nos conduz à coisa alguma, não nos ajuda a esclarecer, não faz a Ministra vir aqui, não faz a Ministra deixar de vir. Não nos ajuda a esclarecer. É uma demonstração, Senador Mão Santa, da grandeza de V. Ex<sup>a</sup> de tomar a iniciativa de pedir...

*O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, é o seguinte, ô Tião Viana, vamos aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Objetivo, Senador Mão Santa!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Antoine de Saint-Exupéry diz que a linguagem é fonte de desentendimento. O pronunciamento foi ali, claro, histórico, importante para o momento. Não tecia comentários. Foi profundo. Não tecia comentário a este, tinha vários setores. Fiz uma análise sobre o porquê do vermelho que era usado lá. Fiz a análise do termo: não é senhores e senhoras, é companheiro. Foi lá, está no livro. Foi

feita a análise. Até Jefferson Péres, que é um intelectual também – e depois fui ver –, disse que o nome do partido tinha “trabalhadores”: “Socialista”, “Nacionalista” e “dos Trabalhadores”. O Jefferson, depois eu fui lhe mostrar... E que o esquema político, atentai bem, era useiro e vezeiro, tinha umas – lá no livro tem e trarei o livro. Li no livro que eles apelidavam homem e mulher, quem estivesse, de galinhas cacarejadoras, que eles tinham essa missão. A história se repete. Diante da obra, depois da obra ficar cacarejando... Só isso, com problema do país... E mulher... Não há quem ame mais mulher do que eu. A Nossa Senhora, a minha mãe... Eu fiz uma análise histórica...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Hoje eu fiz uma análise do País em que nós vivemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, prorrogo a sessão por mais...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu li isto, eu li do livro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prorrogo a sessão por mais...

Senador Mão Santa, prorrogo a sessão por mais um minuto apenas.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – *(Fala fora do microfone.)* ...as minhas palavras foram dirigidas a todos que estão agindo dessa maneira, homem, mulher, não tem sexo, não. Aqui também disse: todos que estão embalados nesse cacarejamento foram atingidos...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Vou encerrar a presente sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Mário Couto, Marconi Perillo, Alvaro Dias, a Sr<sup>a</sup> Senadora Marisa Serrano, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, a Sr<sup>a</sup> Senadora Patrícia Saboya e o Sr. Senador Flávio Arns enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs Senadores, peço um minuto da atenção de V. Ex<sup>as</sup> para registrar que recebi, em meu gabinete, folder encaminhado pela Associação Brasileira dos Contribuintes – ABRAPI, no qual são destacadas as principais bandeiras e metas daquela Associação.

A ABRAPI foi fundada em julho de 2000 e tem como missão defender os legítimos interesses de toda a classe produtiva brasileira, representada pelos pagadores de tributos, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas.

Entre as principais bandeiras da Associação estão a simplificação do sistema tributário nacional, a redução da carga tributária, a desoneração da folha de salários, a conscientização da população sobre o quanto se paga de impostos e a melhoria dos serviços públicos.

Enfim, Sr. Presidente, faço esse registro por considerá-lo oportuno neste momento em que iremos discutir a proposta de reforma tributária recentemente encaminhada pelo governo à Câmara dos Deputados.

Estamos no momento certo para uma reforma, com recordes na arrecadação tributária (mesmo com o fim da CPMF, a cobrança de impostos e contribuições federais atingiu R\$62,6 bilhões em janeiro); no entanto, a proposta do governo em momento algum trata da redução ou simplificação da carga tributária, passando ao largo do corte de impostos.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, questões ligadas ao saneamento ambiental e à responsabilidade dos governantes serão temas que o meu Estado escolheu para comemorar o *Dia Mundial da Água*.

Em primeiro lugar, nenhum lugar é mais adequado do que Manaus para debates dessa natureza. Ali, amanhã, com o apoio da ONU e do Governo, três painéis serão desenvolvidos, com a participação de técnicos que trabalham no setor ligado ao meio ambiente. Pela manhã, em mesa-redonda, serão debatidos aspectos do saneamento ambiental no Brasil e o papel dos governantes nessa área.

Chamou-me a atenção a palestra que, nessa oportunidade será proferida pela técnica Nadia Ferreira, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas. Ela apresentará aos presentes projeto em curso na capital do meu Estado, acerca do aproveitamento e armazenamento de água da chuva. O programa tem a denominação de "Prochuva" e merece aplausos pelas suas características, se não inusitadas, ao menos altamente significativas. De fato, falar em aproveitamento da chuva na região que detém as maiores reservas de água do mundo demonstra que o meu Estado se coloca em posição de vanguarda. É assim que se faz, pensando na racionalização e no aproveitamento dos recursos naturais.

Era meu intento comparecer ao encontro, mas, lamentavelmente, as minhas obrigações de líder partidário não permitem que me ausente de Brasília neste final de semana.

Por isso, transmito aos organizadores e participantes desse encontro de Manaus os melhores votos de êxito nos debates.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como terceiro assunto, gostaria de dizer que tive a grata alegria, este mês, de participar em Manaus do II Fórum-Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária.

Foi uma iniciativa da Legião da Boa Vontade, com o apoio do Prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, e versou sobre *Desenvolvimento Sustentável*.

Mais do que simples fórum ou feira, o encontro destinou-se, sobretudo, a uma troca de opiniões acerca de experiências bem sucedidas da administração pública e particular.

Os resultados serão encaminhados, em relatório da LBV, ao Conselho Econômico e Social, organismo da Organização das Nações Unidas-ONU, para apresentação na Reunião do Alto Segmento, da mesma entidade, em julho próximo, em Nova York.

Fui convidado pelo meu trabalho como Prefeito de Manaus, época em que ali promovi a construção do Parque do Mindu, que, por sinal, serviu de palco para o Fórum de Inovações a que me refiro.

O Parque do Mindu é ainda hoje exemplo expressivo de obra pública, de amplo uso popular, enterrado no centro urbano de Manaus sem, no entanto, agredir a floresta. Ao contrário, concorre para a sua preservação, meta absoluta da atualidade brasileira e mundial.

Ao fazer esse registro, transmito ao Prefeito Serafim Corrêa agradecimentos sinceros pela acolhida com que me distinguiu na oportunidade do Fórum.

Desejo também, como quarto assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedir a palavra neste momento para solicitar que seja inserida nos Anais do Senado Federal a matéria intitulada "No governo não tem caos aéreo", publicada na revista IstoÉ em sua edição de 9 de março do corrente.

A referida matéria mostra como os ministros do governo do presidente Lula "usam e abusam" de viagens a bordo de aeronaves do Grupo de Transporte Especial da Força Aérea Brasileira.

Segundo a matéria, relatórios em poder da revista mostram que, "no mesmo período em que a população enfrentava o caos aéreo e testava a paciência em intermináveis filas nos aeroportos brasileiros, ministros de Estado se valeram da mordomia não apenas a serviço ou em missões especiais, mas para ir e voltar de casa durante os fins de semana".

Sr. Presidente, para concluir, requeiro mais uma vez que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Principais conquistas da ABRAPI

- É fruto do Movimento Empresarial Catarinense, mobilização que teve início em 1998 para reivindicar uma legislação tributária mais justa, visando os seguintes objetivos:

Aumentar o nível de atividade econômica das empresas.

Recuperar a saúde financeira e reduzir a taxa de inadimplência dos contribuintes.

Ampliar o nível de investimentos para melhorar a competitividade da economia catarinense e geração de mais empregos.

• REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, liderado pelos empresários catarinenses Hans Prayon e Daniel Camilotti.

• Ofício da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que atendeu pleito da ABRAPI, orientando as suas Unidades Regionais para suspender as execuções fiscais relativas às empresas optantes do REFIS.

• MOVIMENTO NACIONAL CONTRA A PRORROGAÇÃO DA CMPE.

• Ação conjunta com outras Entidades Empresariais e mobilização de Parlamentares para a não prorrogação da CPMF.

• Campanha do Imposto Justo, com o objetivo de conscientizar a população da incidência de impostos em cada produto.

## Quem SOMOS

Fundada em 18 de

julho de 2000, a ABRAPI

• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONTRIBUINTES - é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como missão defender os legítimos interesses de toda a classe produtiva brasileira, representada pelos pagadores de tributos, sejam estes pessoas físicas ou jurídicas.

Os princípios fundamentais que regem suas ações estão, portanto, voltados para resultados e focados em todo e qualquer cidadão que produz ou consome produtos e serviços neste país.

Com sede em Blumenau, Santa Catarina, a ABRAPI tem seu estatuto inspirado na "Bund der Steuerzahler", União Alemã dos Pagadores de Impostos, já consagrada em 29 países e com aproximadamente 430 mil empresas e entidades associadas.

## Principais bandeiras da ABRAPI

Entre várias ações planejadas pela ABRAPI, destacam-se:

1- SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Redução do número de taxas, impostos e contribuições.

2- REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTARIA

Tomar os produtos nacionais mais competitivos perante a globalização da economia, adequando a tributação à capacidade contributiva das empresas e dos cidadãos, em nível Municipal, Estadual e Federal.

3- DESONERAÇÃO DA FOLHA DE SALÁRIOS

Redução do custo para incentivar mais as contratações.

4- CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O QUANTO SE PAGA DE IMPOSTOS

Realização de campanhas junto à comunidade estudantil e na mídia, demonstrando o que é valor do produto e o que é imposto.

5- MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Cobrar dos governos Municipais, Estaduais e Federal, que os serviços públicos sejam de qualidade, como retorno do imposto arrecadado

# NO GOVERNO NÃO TEM CAOS AÉREO

**EXCLUSIVO**

**Documentos mostram que ministros usam jatos da FAB para ir e voltar de suas casas e ainda dão carona para parentes e assessores**

Por **SÉRGIO PARDELIAS**

**VÔOS DA ALEGRIA**  
Hélio Costa, Dilma, Tarso, Orlando Silva, Marta e Patrus estão entre os que voltam para casa nos jatos da Força Aérea Brasileira

**A** companhia aérea preferida por parte dos ministros do governo Lula tem três letras, melhorou recentemente a frota e seus pilotos são muito bem treinados. Mas esses ministros não viajam nem de TAM nem de Gol. Usam e abusam das viagens a bordo de aeronaves do Grupo de Transporte Especial (GTE) da Força Aérea Brasileira (FAB). É isso o que revelam documentos confidenciais obtidos por ISTOÉ sobre a movimentação de autoridades do primeiro escalão nos anos de 2006 e 2007. Os relatórios mostram que, no mesmo período em que a população enfrentava o caos aéreo e testava a paciência em intermináveis filas nos aeroportos brasileiros, ministros de Estado se valeram da mordomia não apenas a serviço ou em missões especiais, mas para ir e voltar de casa durante os fins de semana. Na linguagem empregada nos papéis da Aeronáutica, são os chamados “deslocamentos para residência permanente”, que deviam se constituir numa exceção, não numa regra, como se constata no levantamento.

Os planos de vôos dos seis tipos de avião da FAB disponíveis para as autoridades – Learjet, Learjet Vip, Brasília, Legacy, Embraer 145 e Xingu – também contemplaram viagens em feriados e datas comemorativas, dias em que não costuma haver

**BRASIL**

| DIA | MES | ANO  | ORGAP  | ROTA      | ANV   | QH       | PASSAGEIROS  | MOTIVO    |
|-----|-----|------|--------|-----------|-------|----------|--|-----------|
| 01  | 01  | 2007 | MCO(T) | SBBR/SBBQ | C-97  | 1000 HBV |  |           |
| 01  | 01  | 2007 | MCO    | SBBQ/SBBR | C-97  | 1315 HBV | Ministro Hélio Costa   |           |
| DIA | MES | ANO  | ORGAP  | ROTA      | ANV   | QH       | PASSAGEIROS  | MOTIVO    |
| 01  | 01  | 2007 | MES(T) | SBBR/SBSP | VU-55 | 0650 HBV |  |           |
| 01  | 01  | 2007 | MES    | SBSP/SBBR | VU-55 | 0925 HBV | Ministro Orlando Silva Júnior<br>Ministro Márcio Thomaz Bastos<br>Sr. Marcos Proença<br>Sr. Wanderley Nunes<br>Sr. Gustavo Petta | A serviço |

## **DRIBLE NA LEGISLAÇÃO Os relatórios de voo mostram que o chamado "deslocamento para residência permanente" virou prática comum, e que foi considerada atividade profissional acompanhar a posse de Lula em 1º de janeiro de 2007**

expediente em Brasília. Isso ocorreu durante as celebrações do Natal, Ano-Novo e Carnaval. Há ainda registros de verdadeiros vôos charters, com assessores, parentes, amigos e parlamentares do mesmo Estado do ministro pegando carona na sexta-feira para voltar para casa, retornando a Brasília no início da semana.

Um dos exemplos do uso indiscriminado dos aviões da FAB pelo primeiro escalão do governo, cujos trajetos, ao custo médio de R\$ 25 mil, dependendo do modelo do jato, são pagos com o dinheiro do contribuinte, foi a ida dos ministros para a posse presidencial em 1º de janeiro de 2007 em Brasília. O escrutínio das umas já apontava, em outubro de 2006, a renovação por mais quatro anos do mandato de Lula. Todos os ministros e candidatos a integrantes da futura equipe de governo já tinham conhecimento da data da posse pelo menos com dois meses de antecedência. Mesmo assim, ministros como Tarso

Genro, então das Relações Institucionais, Dilma Rousseff, da Casa Civil, Paulo Bernardo, do Planejamento, Orlando Silva, do Esporte, Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Hélio Costa, das Comunicações, preferiram se deslocar para Brasília desfrutando do conforto e da comodidade dos jatos da FAB a reservar com antecedência seus respectivos assentos nos aviões de carreira.

Os ministros Thomaz Bastos e Orlando Silva foram de São Paulo a Brasília no mesmo avião, um Learjet VIP que também acomodou numa de suas aconchegantes poltronas o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta. A aeronave saiu da base aérea paulista às 9h25. A bordo de outro jatinho, Tarso Genro embarcou de Porto Alegre para Brasília às 8h50. Hélio Costa saiu de Barbacena, sua terra natal. Enquanto Dilma e Paulo Bernardo partiram de Salvador, onde passaram o Réveillon, com destino à capital federal a bordo do Legacy da FAB.

**Em todos os casos, o motivo alegado para o uso dos jatinhos da FAB foi o de que os ministros estavam "a serviço".**

Gilberto Gil, ministro da Cultura, deu a mesma justificativa quando se valcu da mordomia dos jatos Learjet, Brasília e Embraer 145 para voar sem preocupação com filas e atrasos pelo circuito Rio de Janeiro e Salvador entre os dias 15 e 19 de fevereiro do ano passado. Ou seja, Gil recorreu aos serviços da FAB em pleno Carnaval, festa da qual é notório protagonista ao subir em seu trio elétrico – o chamado Expresso 2222 – e inflamar a multidão pelas ruas de Salvador. Ele fez o trecho Brasília-Salvador em 15 de fevereiro e, três dias depois, seguiu para o Rio, levando de carona o então ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o governador da Bahia, Jaques Wagner, e suas respectivas mulheres, Sheila dos Mares Guia e Fátima Mendonça. Procurado por ISTOÉ, ele disse que faz uso desse transporte apenas em viagens oficiais,

### **TODOS A BORDO DOS AVIÕES DA FAB DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006, AS AERONAVES DISPONÍVEIS PARA OS MINISTROS PERCORRERAM 1.351 TRECHOS (IDAS E VOLTAS)**

**> Patrús Ananias**

É o recordista em viagens para casa. Dos 13 meses analisados, ele utilizou o avião da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar a BH. Média de 3,2 por mês

## CONFIDENCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

| DIA | MES | ANO  | ORGAP  | ROTA      | ANV   | QH       | PASSAGEIROS  | MOTIVO  |
|-----|-----|------|--------|-----------|-------|----------|--|---|
| 05  | 01  | 2007 | MDS    | SBBR/SBBH | VU-35 | 1450 HBV | Ministro Patrus Ananias<br>Sr. Roridan Duarte      | Deslocamento<br>para residência<br>permanente |
| 05  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBH/SBBR | VU-35 | 1655 HBV |  |   |
| 08  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBR/SBBH | C-97  | 1750 HBV |  |   |
| 12  | 01  | 2007 | MDS    | SBBR/SBBH | VU-35 | 1520 HBV | Ministro Patrus Ananias<br>Sra. Vera Maria Ananias | Deslocamento<br>para residência<br>permanente |
| 12  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBH/SBBR | VU-35 | 1715 HBV |  |   |
| 15  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBR/SBBH | C-97  | 0720 HBV |  |   |

em geral, em três tipos de situação: 1) quando viaja para locais de difícil acesso; 2) quando é convocado para reuniões pela Presidência ou Casa Civil; 3) quando sua agenda exige deslocamentos mais ágeis e emergenciais que não se ajustem aos vôos das companhias aéreas.

Transportar no mesmo avião autoridades, assessores, parentes e até amigos é comum entre os usuários das aeronaves da Força Aérea Brasileira. É a união do útil ao agradável. Em suas viagens para Porto Alegre, no fim de semana, a bordo dos jatos da Aeronáutica, a ministra Dilma já transportou o deputado gaúcho e dileto amigo, hoje líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). Gil, por exemplo, levou para o Rio, no dia 2 de janeiro de 2007, o compositor Jorge Mautner, que também trabalha no programa Pontos de Cultura do governo federal. No dia 8 de março de 2007, o então ministro Walfrido fez uma viagem pluripartidária a Minas Gerais, ao dar carona para os conterrâncos,

o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o peemedebista Hélio Costa. O ministro da Educação, Fernando Haddad, por sua vez, preferiu transportar a família – a esposa, Ana Estela, e a filha, Carolina – num Learjet VIP para São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2006. O maior caronaço, no entanto, ocorreu no dia 5 de abril de 2007. Um dos mais antigos aviões da frota da Força Aérea Brasileira, o “Brasília”, partiu da capital da República com destino a Belo Horizonte levando os ministros Walfrido, Nelson Jobim, da Defesa, os governadores do Piauí, Wellington Dias, e de Sergipe, Marcelo Deda, e esposas, e os três filhos de Wellington. A julgar pelo plano de vôo, os passageiros passaram o fim de semana na capital mineira. O avião retornou para Brasília num domingo, dia 8 de abril, com as mesmas autoridades e seus parentes.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não esteve nesse vôo rumo à terra do

pão de queijo, mas é o recordista em viagens para casa ou “deslocamento para residência permanente” em 2006 e 2007. Durante os 13 meses analisados pelos relatórios oficiais, Patrus utilizou os aviões da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar para Belo Horizonte, o que corresponde a uma média de mais de três fins de semana por mês. **Na maioria das vezes, voou acompanhado da mulher, Vera Ananias, como no dia 12 de janeiro de 2007, quando partiu de Brasília para Belo Horizonte às 15h20 a bordo de um Learjet VIP.** O ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, por pouco não igualou a marca. Utilizou os aviões da FAB para ir e voltar para Belo Horizonte em 40 fins de semana dos 52 analisados. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, no apogeu da crise, cunhou a infeliz frase do “relaxa e goza”, também chegou perto do índice do colega de Ministério. Registrou uma média de exatos três fins de semana por mês. Em três meses, chegou a ir e voltar para

#### ➤ Patrus Ananias

O ministro do Esporte voou nos jatos da FAB 29 vezes em um ano. Nesse período, em seis fins de semana usou o avião para ir ou voltar da sua casa em São Paulo

#### ➤ Marta Suplicy

A ministra do Turismo chegou a ir e voltar para São Paulo em nove fins de semana num período de três meses. Média de 3 fins de semana por mês

#### ➤ Tarso Genro

Nos 13 meses analisados, o ministro da Justiça usou os jatos da FAB em 17 fins de semana em viagens de ida e volta a Porto Alegre. A média foi de 1,3 vôo por mês

#### ➤ Hélio Costa

O ministro usou os jatinhos da FAB 14 vezes. Seis delas para ir ou voltar a Belo Horizonte. Em 1º de janeiro de 2007, usou o avião para ir à posse de Lula

|    |    |      |        |           |       |        |   |   |
|----|----|------|--------|-----------|-------|--------|---|---|
| 16 | 03 | 2007 | MJU    | SBBR/SBPA | VU-35 | 1805 P | Ministro Tarso Fernando Herz Genro<br>Sra. Sandra<br>Sra. Vera Spolidoro<br>Sr. Ronaldo Teixeira<br>Sr. Luiz Fernando | Deslocamento<br>para residência<br>permanente |
| 16 | 03 | 2007 | MJU(T) | SBPA/SBBR | VU-35 | 2145 P |   |   |

|    |    |      |        |           |       |        |   |   |
|----|----|------|--------|-----------|-------|--------|---|---|
| 23 | 03 | 2007 | MJU    | SBBR/SBPA | VC-99 | 1630 P | Ministro Tarso Fernando Herz Genro<br>Sra. Vera Spolidoro<br>Sr. Ronaldo Teixeira | Deslocamento<br>para residência<br>permanente |
| 23 | 03 | 2007 | MJU(T) | SBPA/SBBR | VC-99 | 2045 P |   |   |
| 25 | 03 | 2007 | MJU(C) | SBBR/SBPA | VC-99 | 1225 P |   |   |

**CONFIDENCIAL**  
Casa Civil da Presidência da República

|    |    |      |     |           |       |        |   |  |
|----|----|------|-----|-----------|-------|--------|---|--|
| 29 | 03 | 2007 | MCC | SBBR/SBPA | VC-99 | 1845 P | Ministra Dilma Rouseff<br>Sr. Guilherme<br>Sr. Henrique Fontana<br>Sr. Anderson Dornelles | Deslocamento<br>para<br>residência<br>permanente |
| 20 | 04 | 2007 | MCC | SBBR/SBPA | C-99  | 1825 P | Ministra Dilma Rouseff  | Deslocamento<br>para<br>residência<br>permanente |

São Paulo nove vezes, sempre na sexta-feira, com retorno no domingo ou na segunda. Uma das idas de Marta para São Paulo ocorreu no dia 4 de maio de 2007, uma sexta-feira, às 13h40. A assessoria da ministra diz que ela cumpre suas agendas voando em aeronaves da FAB e em aviões comerciais, dependendo do compromisso a ser cumprido e da disponibilidade de aeronaves. E que Marta está amparada pelo decreto que disciplinou a utilização dos jatos em 2002. Já Tarso Genro foi mais econô-

mico: utilizou o avião da FAB em 17 fins de semana para ir e voltar para Porto Alegre em um ano, o equivalente a uma média de 1,3 vôo por mês.

**A ministra Dilma, nos 13 meses pesquisados, escolheu os jatos oficiais, em detrimento dos aviões comerciais, em 37 ocasiões.** Na maioria das vezes, voou a serviço. Mas, em quatro fins de semana, lançou mão da mordomia para ir e voltar para Porto Alegre. Segundo sua assessoria, um dos vôos de Dilma para sua cidade natal a bordo da aeronave da FAB, o

do dia 25 de maio de 2007, foi necessário por "incompatibilidade de agenda", uma vez que a ministra, nesse dia, teve de despachar até as 20h no Palácio do Planalto. Outra viagem – a do dia 28 de julho de 2006 – teve como finalidade, segundo a assessoria da Casa Civil, o cumprimento de uma agenda na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

No total, as viagens de ministros com os jatos da FAB cresceram entre 2006 e 2007. De janeiro a dezembro de 2006, as aeronaves disponíveis para

## A FARRA DA ANAC MAIS DE 20 MIL PASSAGENS DE GRAÇA

**A**o longo de 2007, enquanto milhões de passageiros do transporte aéreo enfrentaram filas e atrasos nos aeroportos, não se via um único dirigente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nos aeroportos. Onde estavam eles? Com frequência espantosa, viajavam de graça, com passagens cedidas pelas empresas que deveriam

fiscalizar. Entre 20 de março de 2006 e 15 de agosto, no pior período do apagão aéreo, o pessoal da Anac utilizou 19.071 "requisições de transporte aéreo não remunerado", segundo levantamento da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A antiga diretoria da Anac fez a festa com passagens gratuitas para fins particulares. de preferência nos fins de semana.

O então diretor-presidente da Anac, Milton Zuanazzi, realizou 64 viagens, 17 delas em fins de semana, sendo 15 para sua cidade de origem, Porto Alegre. Nenhuma das 64 viagens foi para cumprir fiscalização do setor aéreo. Zuanazzi apresentou 51 memorandos de requisição de transporte à comissão para justificar suas andanças, mas em 21 não há código da missão. Ele feriu portaria

## CONFIDENCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

| DIA | MES | ANO  | ORGAP  | ROTA      | ANV   | QH       | PASSAGEIROS  | MOTIVO  |
|-----|-----|------|--------|-----------|-------|----------|--|---|
| 05  | 01  | 2007 | MDS    | SBBR/SBBH | VU-35 | 1450 HBV | Ministro Patrus Ananias<br>Sr. Roridan Duarte      | Deslocamento<br>para residência<br>permanente |
| 05  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBH/SBBR | VU-35 | 1655 HBV |  |   |
| 08  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBR/SBBH | C-97  | 1750 HBV |  |   |
| 12  | 01  | 2007 | MDS    | SBBR/SBBH | VU-35 | 1520 HBV | Ministro Patrus Ananias<br>Sra. Vera Maria Ananias | Deslocamento<br>para residência<br>permanente |
| 12  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBH/SBBR | VU-35 | 1715 HBV |  |   |
| 15  | 01  | 2007 | MDS(T) | SBBR/SBBH | C-97  | 0720 HBV |  |   |

em geral, em três tipos de situação: 1) quando viaja para locais de difícil acesso; 2) quando é convocado para reuniões pela Presidência ou Casa Civil; 3) quando sua agenda exige deslocamentos mais ágeis e emergenciais que não se ajustem aos vôos das companhias aéreas.

Transportar no mesmo avião autoridades, assessores, parentes e até amigos é comum entre os usuários das aeronaves da Força Aérea Brasileira. É a união do útil ao agradável. Em suas viagens para Porto Alegre, no fim de semana, a bordo dos jatos da Aeronáutica, a ministra Dilma já transportou o deputado gaúcho e dileto amigo, hoje líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). Gil, por exemplo, levou para o Rio, no dia 2 de janeiro de 2007, o compositor Jorge Mautner, que também trabalha no programa Pontos de Cultura do governo federal. No dia 8 de março de 2007, o então ministro Walfrido fez uma viagem pluripartidária a Minas Gerais, ao dar carona para os conterrâneos,

o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o peemedebista Hélio Costa. O ministro da Educação, Fernando Haddad, por sua vez, preferiu transportar a família – a esposa, Ana Estela, e a filha, Carolina – num Learjet VIP para São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2006. O maior caronaço, no entanto, ocorreu no dia 5 de abril de 2007. Um dos mais antigos aviões da frota da Força Aérea Brasileira, o “Brasília”, partiu da capital da República com destino a Belo Horizonte levando os ministros Walfrido, Nelson Jobim, da Defesa, os governadores do Piauí, Wellington Dias, e de Sergipe, Marcelo Deda, e esposas, e os três filhos de Wellington. A julgar pelo plano de vôo, os passageiros passaram o fim de semana na capital mineira. O avião retornou para Brasília num domingo, dia 8 de abril, com as mesmas autoridades e seus parentes.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não esteve nesse vôo rumo à terra do

pão de queijo, mas é o recordista em viagens para casa ou “deslocamento para residência permanente” em 2006 e 2007. Durante os 13 meses analisados pelos relatórios oficiais, Patrus utilizou os aviões da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar para Belo Horizonte, o que corresponde a uma média de mais de três fins de semana por mês. **Na maioria das vezes, voou acompanhado da mulher, Vera Ananias, como no dia 12 de janeiro de 2007, quando partiu de Brasília para Belo Horizonte às 15h20 a bordo de um Learjet VIP.** O ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, por pouco não igualou a marca. Utilizou os aviões da FAB para ir e voltar para Belo Horizonte em 40 fins de semana dos 52 analisados. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, no apogeu da crise, cunhou a infeliz frase do “relaxa e goza”, também chegou perto do índice do colega de Ministério. Registrou uma média de exatos três fins de semana por mês. Em três meses, chegou a ir e voltar para

#### > Patrus Ananias

O ministro do Esporte voou nos jatos da FAB 29 vezes em um ano. Nesse período, em seis fins de semana usou o avião para ir ou voltar da sua casa em São Paulo

#### > Marta Suplicy

A ministra do Turismo chegou a ir e voltar para São Paulo em nove fins de semana num período de três meses. Média de 3 fins de semana por mês

#### > Tarso Genro

Nos 13 meses analisados, o ministro da Justiça usou os jatos da FAB em 17 fins de semana em viagens de ida e volta a Porto Alegre. A média foi de 1,3 vôo por mês

#### > Hélio Costa

O ministro usou os jatinhos da FAB 14 vezes. Seis delas para ir ou voltar a Belo Horizonte. Em 1º de janeiro de 2007, usou o avião para ir à posse de Lula

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula ‘estorrece’, afirma presidente do TSE”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 03 de março de 2008.

A matéria destaca que após troca de farpas com o presidente Lula na semana passada, Marco Aurélio de Mello, presidente do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, disse que o petista “estorrece” ao falar de improviso e sugeriu que o novo programa social do governo, o Territórios da Cidadania, fere a lei eleitoral.

Senhor Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Denúncia diz ser

‘indubitável’ ação de Palocci”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 29 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que a denúncia do Ministério Público Federal no caso do caseiro Francenildo dos Santos Costa diz ser “incontroversa” e “indubitável” a constatação de que houve uma quebra ilegal de seu sigilo bancário por parte do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, do ex-presidente da CEF Jorge Mattoso e do ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Lula ‘estorrece’, afirma presidente do TSE

Apesar de considerar a troca de ataques com o petista um ‘episódio superado’, Marco Aurélio sugere que governo descumpra a lei

**Ministro, que julgará no STF se ‘Territórios da Cidadania é ‘eleitoreiro’, diz que lei veta criação e ampliação de programas em ano eleitoral**

**EDUARDO SCOLESE**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após a troca de farpas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, Marco Aurélio Mello, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), disse ontem que o petista “estorrece” ao falar de improviso e sugeriu que o novo programa social do governo, o Territórios da Cidadania, fere a lei eleitoral.

“Sou uma pessoa que precociza a liberdade de expressão e homenageia a espontaneidade. Só que a espontaneidade deve se fazer em um ambiente sadio, em um ambiente de equilíbrio, em alto nível, sem agressões e menos agressões pessoais”, disse, acrescentando em seguida: “Conhecemos o estilo do presidente. Às vezes, quando deixa o script e parte para o improviso, ele não nos surpreende, ele nos estorrece, como nos estorreceu agora por último”.

Em mais uma resposta a Lula, que recomendou a Marco

Aurélio que renunciasse ao cargo de ministro do Supremo e se candidatasse a um cargo público caso quisesse “falar bobagens”, o presidente do TSE afirmou que “as bobagens não são uma primazia dos políticos”.

Na última quinta-feira, em fala de improviso em Aracaju (SE), Lula afirmou que “seria tão bom se o Poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas deles, o Legislativo apenas nas coisas deles e o Executivo apenas nas coisas deles”. No dia seguinte, disse que “não existe crise de Poderes no país” e que tem o direito “de dar palpites e julgar os palpites dos outros”.

A declaração de Lula sobre o Judiciário foi uma resposta ao presidente do TSE, que, dias antes, havia dito que o novo programa de combate à pobreza rural poderia ser contestado judicialmente. Ontem, Marco Aurélio disse que o episódio está superado. “Creio que os fatos ficaram esclarecidos e houve uma exacerbação, essa exacerbação foi escancarada e se buscou uma correção de rumos.”

## Programa social

Centro da polêmica e lançado por Lula na semana passada, o Territórios da Cidadania vai atender 7,8 milhões de pessoas que vivem na zona rural de 958 municípios de todos os Estados. A marca “Territórios da Cidadania” é nova e irá agrupar ações já existentes. Não há recursos novos ao programa.

Ontem, Marco Aurélio sugeriu que o programa poderá ser contestado por descumprir a Lei 9.504: “Se a lei não permite sequer o elastecimento [de programas], ela também não permite a criação, que é algo de vergadura maior, não é?”.

A lei proíbe, em ano eleitoral, “a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior”.

“O que se obstaculiza é o aumento desse programa e a criação de novos programas”, disse. Para Marco Aurélio, “as regras do certames eleitorais” têm de ser cumpridas. “Absolutamente ninguém, num Estado democrático de direito, pode tudo, nem mesmo o presidente.”

# Marco Aurélio condena uso ilegal de fundo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, disse ontem que a verba do fundo partidário, usada pelos partidos políticos, "tem destinação clara e não é para comprar bebida".

Foi uma referência à reportagem de ontem do jornal "O Globo", segundo a qual o PT utilizou R\$ 39,3 mil do fundo para bancar parte do jantar de comemoração dos 26 anos do partido, no início de 2006.

Centenas de garrafas de vinho e de champanhe foram compradas pelo partido para a ocasião, a que compareceram autoridades e dirigentes do partido num clube de Brasília.

"Essa verba tem a destinação claramente prevista pela legislação. Não é para comprar bebidas, certamente", disse Marco Aurélio. Segundo ele, a prestação de contas do PT referente ao ano de 2006 está sendo analisada pela secretaria de controle interno do TSE.

Não há previsão de quando

sairá o veredicto do tribunal sobre a legalidade das contas e, caso haja rejeição, o PT poderá perder parte de seu fundo partidário.

Isso seria um problema para um partido que tem uma dívida acumulada de quase R\$ 40 milhões, ainda resquício do esquema de financiamento ilegal que ficou conhecido como vale-rioduto, montado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares.

"Vamos esperar o final do processo de análise das contas. Mas o tribunal certamente fará a lei ser cumprida", declarou o presidente do TSE.

O fundo partidário é uma verba distribuída anualmente pela Justiça Eleitoral aos partidos. A lei 9.096/95, que o regulamenta, prevê apenas quatro possíveis usos: manutenção de sedes partidárias, propaganda doutrinária e política, alistamento e campanhas eleitorais. O PT lançou os gastos da festa como propaganda.

O tesoureiro do partido, Paulo Ferreira, disse que os gastos com o jantar estão previstos na legislação. "É evidente que pode usar o fundo para isso. Tudo

que se faz em um partido político é propaganda deste partido. Um jantar em que houve um ato político é propaganda."

A oposição reagiu com cautela à reportagem. "Primeiro precisa ver se a lei permite gasto com festa partidária. Vamos também aguardar a explicação do PT para decidirmos se é o caso de acionar o TSE por meio de uma representação", disse o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN).

Já o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que, se o gasto tiver sido feito em uma festa particular, haverá uma clara irregularidade. "Se foi uma festa política, no entanto, aí penso que estaria coberto pela legislação."

# Denúncia diz ser 'indubitável' ação de Palocci

Em peça enviada a STF, procurador-geral lista telefonemas trocados entre ministro e subordinados antes de caseiro ter sigilo quebrado

Existem seis telefonemas da Fazenda para 'Época' no dia em que extrato de caseiro foi divulgado, mas Palocci nega ter ordenado violação

ANDRÉA MICHAEL  
RANIER BRAGON  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A denúncia do Ministério Público Federal no caso do caseiro Francenildo dos Santos Costa diz ser "incontroversa" e "indubitável" a constatação de que houve uma quebra ilegal de seu sigilo bancário por parte do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso e do ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto.

Para sustentar a denúncia (acusação formal que, se acatada pela Justiça, se transforma em processo), o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, lista vários telefonemas trocados e encontros mantidos entre os três nas horas que antecederam a publicação, no site da revista "Época", da notícia de que Francenildo tinha movimentação financeira incompatível com a renda.

Antonio Fernando lista seis telefonemas da Fazenda para a revista "Época" no dia 17 de março de 2006, data da publicação da reportagem, nos horários de 10h03, 12h33, 12h40, 15h38, 16h43 e 17h40. A notícia foi divulgada no site pouco antes das 19h. Além disso, relata 12 ligações entre Palocci e seu assessor de imprensa, um dia antes, e mais nove no dia 17.

Segundo a denúncia, a quebra ilegal do sigilo se deu às

20h58 do dia 16. Nesse mesmo dia, por volta das 23h, os documentos teriam sido entregues por Mattoso a Palocci.

Francenildo foi o pivô do escândalo que derrubaria Palocci depois que, em entrevista ao jornal "Estado de S. Paulo", disse ter testemunhado reuniões do ministro em uma casa de Brasília com ex-assessores de Ribeirão Preto e lobistas.

Segundo o Ministério Público, a quebra do sigilo foi estratégia de Palocci para provar que o caseiro estaria sendo pago para fazer as acusações contra ele.

O procurador-geral une as trocas de telefonemas para dizer que a quebra do sigilo do caseiro foi ordenada por Palocci e cumprida por Mattoso.

O advogado de Palocci, José Roberto Batochio, nega que o ex-ministro tenha ordenado a quebra. Diz que ele soube da movimentação "atípica" na conta do caseiro horas depois de o extrato ter sido impresso e ordenou a Mattoso que adotasse as medidas "previstas na lei".

A Folha não conseguiu falar ontem com os advogados de Marcelo Netto e de Jorge Mattoso e não encontrou ninguém na revista "Época" que pudesse falar sobre o episódio.

## Rachid vasculhou dados de caseiro, diz Procuradoria

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, afirma na denúncia do caso Francenildo que a Receita Federal também fez uma pesquisa na situação fiscal do caseiro, um dia antes de o site da revista "Época" noticiar que ele tinha movimentação financeira incompatível com sua renda.

Segundo a denúncia, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, assinou ofício na noite de 16 de março de 2006 (a notícia no site da "Época" saiu no dia 17) ordenando a um subordinado que fizesse pesquisa sobre o CPF de Francenildo Costa.

O Ministério Público diz

que a pesquisa foi realizada e entregue a Rachid que, sempre de acordo com a denúncia, confirmou a realização do pedido ao subordinado.

O caso corre sob sigredo de Justiça. Antonio Fernando disse ontem, por meio de sua assessoria, que não incluiu Rachid na denúncia por quebra de sigilo funcional porque "não encontrou elementos para tanto".

Em 17 de março, um dia após a pesquisa na Receita que é relatada pelo Ministério Público, o site da "Época" informou que o caseiro — responsável por revelações que comprometeriam Palocci — tinha uma movimentação de R\$ 25 mil na Caixa.

A Folha procurou a assessoria da Receita na noite de ontem e, por pedido da assessoria, enviou o questionamento por escrito, às 19h05. Até o fechamento desta edição, não havia resposta.

## [+] CASO PALOCCI: STF MANTÉM RELATORIA DE INQUÉRITO COM JOAQUIM BARBOSA

O STF decidiu manter Joaquim Barbosa como o relator de um inquérito criminal que apura o envolvimento de Antonio Palocci (PT) com a máfia do lixo na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Inicialmente o escolhido foi o ministro Cezar Peluso, mas a investigação foi transferida para Barbosa porque ele já havia decidido um habeas corpus relacionado ao caso.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Finatec usou empresa que doou para o PT”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 28 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que contratada pelo governo Marta Suplicy (PT) para aperfeiçoar o modelo das subprefeituras de São Paulo, a Finatec subcontratou, de 2003 a 2004, uma empresa que pertence a um petista e figura entre os doadores da campanha do PT.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Finatec usou empresa que doou para o PT

**Empresa que pertence a um petista contribuiu com R\$ 25 mil para campanhas de Marta e Donato em 2004**

CATIA SEABRA  
RUBENS VALENTE  
DA REPORTAGEM LOCAL

Contratada pelo governo Marta Suplicy (PT) para aperfeiçoar o modelo das subprefeituras de São Paulo, a Finatec subcontratou, de 2003 a 2004, uma empresa que pertence a um petista e figura entre os doadores da campanha do PT.

Além de Marta, o vereador Antônio Donato —responsável pela contratação da Finatec em 2003, quando ocupava a Secretaria de subprefeituras— aparece como beneficiário de contribuição da Pro-sistemas Consultoria na eleição de 2004.

A Pro-sistemas doou R\$ 4.000 para a campanha de Donato em 27 de julho de 2004 e R\$ 21 mil para a de Marta no dia 2 de agosto. A Pro-sistemas é do petista Luiz Antônio Melhado, que já foi secretário em Santos (Administração) e Jacareí (Administração e Segurança) e candidato a vereador. Hoje presta serviços à Prefeitura de Fortaleza, de Luizianne Lins.

Em 15 de abril de 2003, a Secretária de Subprefeituras contratou a Finatec por R\$ 12,2 milhões para elaborar modelo de gestão das administrações regionais. Nas prestações de contas da Finatec, fundação ligada à Universidade de Brasília, a Pro-sistemas foi subcontratada ao menos nos meses de agosto e setembro de 2004 (299 horas

por mês). Como o contrato previa pagamento de R\$ 225 a hora, a Pro-Sistemas teria recebido R\$ 134,5 mil no bimestre.

Mas, em e-mails enviados à **Folha**, Melhado disse ter prestado serviços à Finatec nos 20 meses de contrato —de abril de 2003 a dezembro de 2004. O valor pago por hora seria da “ordem de R\$ 200”. Segundo ele, foram contratados quatro consultores, e o total de horas variava de 140 a cerca de 290 por mês. Por esses números, a prestação de serviços à Finatec rendeu no mínimo R\$ 600 mil e no máximo R\$ 1,3 milhão. Alegando estar fora de São Sebastião, onde está o escritório, Melhado disse que não saberia dizer o valor global do contrato.

As prestações da Finatec não têm o total pago à Pro-sistemas porque em só 2 das 21 medições apresentadas foram lançados os nomes dos consultores. Essa falta de detalhamento levou a prefeitura a determinar a revisão do contrato porque não era possível atestar sua execução.

Em 2006 a corregedoria do município sugeriu reter R\$ 2,8

milhões ainda devidos à Finatec. Para o prefeito Gilberto Kassab (DEM), o contrato está “sob suspeição”. Alegando que Kassab também contratou a Finatec em 2007, o PT diz que essa estratégia visa não pagar os contratos herdados de Marta.

O nome da Finatec veio à tona em meio ao caso dos cartões corporativos, depois que investigação apontou gasto de R\$ 470 mil na reforma do imóvel funcional do reitor da UnB.



## Consultor alega que ele ganhou uma licitação

DA REPORTAGEM LOCAL

Em e-mail enviado à **Folha**, o consultor Luiz Antônio Melhado disse que sua “empresa foi selecionada pela Finatec em 2002, após processo licitatório”.

“Prestei serviços de consultoria em gestão (assim como dezenas de outros consultores e empresas) para a

Finatec no projeto de implementação das subprefeituras de São Paulo de abril de 2003 a dezembro de 2004”, escreveu Melhado, afirmando que não recebeu todo o pagamento pelos serviços.

O presidente municipal do PT, José Américo, disse que não vê problema no fato de uma prestadora de serviço terceirizada ter doado recursos para campanha da então prefeita, Marta Suplicy.

“A doação é totalmente legal. Está registrada no TRE e representa uma quantia muito pequena das doações recebidas pela prefeita, em torno de 0,1%. Não vejo incompatibilidade”, afirmou.

Américo disse ainda que não vê problemas no fato de a Finatec ter subcontratado a empresa de um petista.

“Na nossa opinião, não teve nenhuma vinculação. Se o contrato estiver correto e o serviço foi prestado, não vejo problema”. Secretário de Subprefeituras quando a Finatec foi contratada, o vereador petista Antônio Donato também frisou a legalidade da doação da Pro-sistemas à sua campanha: “A doação foi legal”, declarou.

Melhado contou ter participado de um jantar de adesão à campanha de Donato.

Procurada, a assessoria da ex-prefeita e hoje ministra Marta Suplicy sugeriu que o partido fosse procurado.

## [+] CPI DAS ONGS: LORENZETTI, REITOR DA UNB E PRESIDENTE DA FINATEC VÃO DEPOR

O ex-dirigente da Unitrabalho Jorge Lorenzetti, envolvido na compra de dossiê contra o PSDB, em 2006, será interrogado sobre repasse de R\$ 18,5 milhões do governo para a entidade que ele dirigiu. Enquanto Timonthy Mulholland, da UnB e Antonio Henriques, da Finatec, tratarão das denúncias de irregularidades em negócios entre as instituições.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Mistério sem Fim”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 23 de janeiro de 2008.

A matéria destaca que seis anos depois, a morte do prefeito Celso Daniel não está explicada. Segundo a matéria, os irmãos do prefeito vivem exilados na Europa e de lá pressionam o governo brasileiro. Segundo a reportagem na França, eles conseguiram o **status**

de exilados políticos por que comprovaram que correm risco de morte caso permanecessem no Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# MISTÉRIO sem fim

**Seis anos depois, morte do prefeito Celso Daniel não está explicada. Seus irmãos vivem exiliados na Europa e de lá pressionam o governo brasileiro**

**ALAN RODRIGUES**

**N**o jazigo 39 do Cemitério da Vila Assunção, num bairro de classe média da cidade paulista de Santo André, repousa o corpo embalsamado de Celso Daniel, o prefeito petista brutalmente assassinado com 11 tiros, em 19 de janeiro de 2002. No túmulo, fora o retrato de um Celso sorrindo, apenas um tímido epitáfio pede aos deuses que aquela alma descanse em paz. Passados seis anos da morte do político, o mistério sobre a autoria e as razões do crime permanece. **Ameaçados de morte, por não concordarem com a tese oficial da morte** – de que o prefeito fora vítima de um crime comum –, dois dos quatro irmãos de Celso Daniel e suas famílias se refugiaram na Alemanha, Itália e França, em 2006. Na França, conseguiram o status de exilados, pois comprovaram que corriam risco de morte caso permanecessem no Brasil. Um fato bastante justificável. **Nos últimos seis anos, oito pessoas envolvidas com as investigações foram assassinadas em**

circunstâncias ainda não esclarecidas de forma convincente. Apesar do apoio obtido na Europa, os irmãos de Celso Daniel não pretendem sepultar a história. Mesmo do Exterior, pretendem pressionar as autoridades judiciais brasileiras para que a história não seja esquecida. Segundo a família, não existe disposição política no Brasil para pôr um ponto final nesse crime porque a morte de Celso Daniel seria um fantasma que assombra o governo Lula.

“Foi um furacão na nossa vida”, desabafa Marilena Nakano, cunhada do prefeito morto. Mulher de Bruno, o irmão

mais novo da família Daniel, Marilena, o marido e os três filhos foram “obrigados” a trocar a vida confortável de classe média em Santo André pela solidão de uma família francesa, que quem dividem a casa, na periferia de Paris. Desempregado, o casal, que trabalhava como professores uni-

versitários no Brasil, vive hoje de bicos na capital francesa. “Nós temos muita clareza das perseguições que sofremos, por isso não podemos voltar sem segurança”, disse, irritada, à ISTOÉ, Marilena. Do quarto andar do Palácio do Planalto, o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, reage: “O exílio foi uma opção pessoal. Eles têm segurança no Brasil.” **Não foi assim que avaliou o Estado francês ao conceder o pedido de exílio.**

O drama da família aprofundou-se em 2005, quando os irmãos de Celso Daniel descobriram um plano de uma quadrilha para assassiná-los. De posse de um dossiê sobre o caso e alegando ameaças contra suas vidas, Bruno, um ano depois, recorreu ao Estado francês com o pedido de asilo político. Deu certo. Eles se tornaram os únicos brasileiros reconhecidos pelo **Ofício Francês de Proteção aos Refugiados e Apátridas (OFPRA)** como exilados políticos. Já João Francisco, o irmão mais velho, resolveu raspar suas economias que apurou em anos no trabalho como oftalmologista e se escondeu na Itália. Como refugiados, eles vivem nas sombras. **“É lastimável que brasileiros, em pleno regime democrático, tenham que viver no Exterior por não terem se-**

**gurança em seu próprio País”**, diz Roberto Wilder Filho, promotor que trabalha na investigação e que também discorda da versão oficial. Depois de ouvir 57 testemunhas, ele e outro promotor aguardam uma decisão do Supremo Tribunal Federal – que julgará se o Ministério Público paulista pode ou não realizar investigações – para finalizar o caso. Nos 60 volumes e mais de 12 mil páginas produzidos no processo, não há fatos que levem os promotores a aceitar a tese do crime comum. Para eles, o assassinato de Celso Daniel está relacionado com um esquema de arrecadação de propina na prefeitura para repassar dinheiro para o PT. ■

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Tardia conversão”, de autoria do Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de março do corrente.

O líder do PSDB, em seu artigo, faz um contrapondo a artigo de autoria do Senador Aloizio Mercadante, publicado pela **Folha** no dia 16 de março, destacando como o PT combateu, durante o governo Fernando Henrique, tudo aquilo que punha ordem na economia, nas finanças e na administração do país, como o Plano Real, as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Fundef.

Segundo o artigo, “Antonio Palocci, na Fazenda, e Henrique Meirelles, na presidência do Banco Cen-

tral, foram o sinal de lucidez do governo que se iniciava em 2003. Eles se incumbiram de segurar o leme, enfrentando setores petistas que queriam ver o barco em outra direção”. Hoje, o Senador Mercadante e boa parte do PT saúda a política econômica do governo Lula, aquela mesma que tanto combateram desde os tempos do governo Fernando Henrique.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Muito Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARISA SERRANO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Tardia conversão

ARTHUR VIRGÍLIO

**AÚDO** A conversão do senador Aloizio Mercadante à política econômica que tanto combateu desde os tempos do governo Fernando Henrique e continuou combatendo ao longo de todo o primeiro mandato do presidente Lula.

Mercadante e o PT condenaram o Plano Real —portanto, foram contra a estabilização da moeda e o estancamento da avassaladora inflação que corroia os salários dos trabalhadores. Contra as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Fundef, enfim, tudo aquilo que punha ordem na economia, nas finanças e na administração do país.

O senador e boa parte do seu partido mantiveram-se nessa posição mesmo depois que Lula acordou para a realidade e rompeu com os compromissos de toda uma vida. Antonio Palocci, na Fazenda, e Henrique Meirelles, na presidência do Banco Central, foram o sinal de lucidez do governo que se iniciava em 2003. Eles se incumbiram de segurar o leme, enfrentando setores petistas que queriam ver o barco em outra direção.

O país é testemunha dos embates travados no Senado, curiosamente com sinais trocados: a política de Palocci e Meirelles era combatida por Mercadante e defendida por mim e pelo PSDB. Eles tinham até um certo “Plano B” para a economia.

Agora vem Mercadante, de bandeira branca, saudando o êxito da política que condenara, lamentavelmente brandindo inverdades e distorcendo fatos (“Diziam”, “Tendências/Debates”, 16/3).

Afinal, as dificuldades enfrentadas por Fernando Henrique em seu último ano tinham nome: Lula. Dada a posição “histórica” dele e do seu partido, não eram infundados os receios manifestados por tanta gente. Foi isso que fez a cotação do dólar disparar, os investimentos escassearem e a inflação ameaçar sair dos trilhos.

Quando Lula colocou Palocci na Fazenda e Meirelles no Banco Cen-

**Saúdo a conversão do senador Mercadante à política econômica que tanto combateu desde os tempos do governo FHC**

tral; garantindo que não haveria retrocesso nas conquistas de governos anteriores, o panorama econômico do país se acalmou e as águas revoltas voltaram ao leito normal.

A estabilidade econômica e o controle da inflação não se deveram, assim, a uma ação positiva, mas de negação do governo Lula: ele não fez o que se temia. Manteve as linhas básicas da política econômica que herdara do seu antecessor.

O governo Lula recebeu um país organizado, com as dívidas dos Estados sob o controle da União; a dívida externa equacionada; uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitava gastos de Estados e municípios; uma máquina estatal mais leve e ágil — graças à privatização de estatais que entravavam o desenvolvimento nacional. E se beneficiou da conjuntura econômica internacional, que, unida aos demais fatores, lhe tem propiciado colher certos frutos.

Nem tudo, porém, são flores. E sobre isso o senador silencia.

O governo Lula merece críticas por não ter avançado na modernização do Estado brasileiro. Até andou para trás. Não fez as tão necessárias reformas tributárias e políticas; pôs de joelhos as agências reguladoras e as politizou; inflou e aparelhou o governo, com 38 ministros e 20 mil cargos comissionados; e tirou o foco dos programas sociais da gestão anterior.

Naquela, o Vale-Gás, o Auxílio Maternidade e o Bolsa Escola tinham por fim amparar as populações mais pobres, porém lhes apontando o caminho (a educação e o trabalho) para uma vida digna. Ora, o Bolsa Família registra altos índices de evasão escolar entre os filhos dos seus beneficiários. E não precisamos nem falar de segurança pública e saúde.

Na política externa, Lula ficou marcando passo, cortejando até ditadores africanos em busca de apoio, sem êxito, para uma cadeira permanente num Conselho de Segurança esvaziado de uma ONU que está virando Liga das Nações. Fracassou em suas indicações para a presidência da OMC e uma diretoria do BID. Não compareceu à reunião da OEA sobre a crise Venezuela-Ecuador-Colômbia, no mesmo passo em que seu governo não cumpriu o dever de declarar terroristas os traficantes das Farc.

Pior foi não ter sabido aproveitar o cenário econômico mundial tão favorável. No continente americano, o crescimento brasileiro, entre 2003/2005, só não perdeu para o Haiti. Nem é preciso fazer comparação com Índia, China e Rússia.

Não se ponha nada disso à conta da oposição, que nunca deixou de aprovar nada do real interesse do país.

Enfim, Mercadante rendeu-se. Com quase seis anos de atraso!

ARTHUR VIRGÍLIO, 62, é senador pelo PSDB-AM e líder do partido no Senado.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “A farra do Cartão de Crédito”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 06 de fevereiro 2008.

A reportagem destaca que os cartões de crédito oficiais são usados até para abastecer a despesa dos palácios.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# A FARRA DO CARTÃO DE CRÉDITO

Os cartões de crédito oficiais são usados até para abastecer a despesa dos palácios

Fábio Portela

**MATILDE RIBEIRO,**  
Igualdade Racial

29 de outubro  
460 reais no free shop  
No ano todo  
126 000 reais com aluguel  
de carros

TOTAL DE GASTOS EM 2007

171 500 reais

**ALTEMIR GREGOLIN,**  
Pesca

21 de fevereiro (Quarta-Feira de Cinzas)

120 reais na churrascaria  
Porcão, no Rio

25 de julho

70 reais na choperia  
Pingüim, em Ribeirão Preto

TOTAL DE GASTOS EM 2007

22 600 reais

**ORLANDO SILVA,**  
Esportes

9 de maio  
8 reais na Tapiocaria Maria  
Bonita, em Brasília

22 de outubro  
217 reais no Le Vin Bistrot, em  
São Paulo

TOTAL DE GASTOS EM 2007

20 100 reais

**GUILHERME CASSEL,**  
Desenvolvimento Agrário

21 de maio  
276 reais na casa  
Carnes e Mercadoria

Bufalo, em São Paulo

TOTAL DE GASTOS EM 2007

3 132 reais

## Eles assinam. Nós pagamos

Alguns ministros usaram cartões de crédito pagos pelo governo para custear despesas pessoais. Em suas faturas, constam contas de restaurantes caros, churrascarias, bares, lanchinhos e até compras no free shop

**H**á sete anos, o governo começou a distribuir cartões de crédito corporativos a seus funcionários de mais alto escalão. Eles deveriam ser usados por ministros e seus assessores principalmente em viagens para pagar despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo. Também serviriam para que as repartições públicas tivessem mais flexibilidade para fazer compras que não precisavam de licitação. A intenção era a melhor possível, mas o resultado foi desastroso. Os cartões corporativos foram convertidos na mais nova mamata da República. Há duas semanas, soube-se que alguns ministros usavam os cartões para pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop. Depois que a farra veio à tona, o Palácio do Planalto adotou um discurso moralizador e mandou investigar os ministros perdulários. Agora, descobre-se que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva paga as contas de casa com

esse instrumento. Três funcionários do Planalto fazem compras para o presidente com os cartões pagos pelo governo. Dois são comedidos. Juntos, gastaram 90 000 reais no ano passado. O terceiro, José Henrique de Souza, tem menos controle. Sozinho, torrou 115 000 reais em 2007 em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros.

José Henrique de Souza aparece no organograma do governo como assessor especial de atendimento ao gabinete pessoal do presidente da República. Apesar do título pomposo, não dá expediente no Planalto. Seria mais próprio dizer que ele é o despenseiro oficial da República. Sua tarefa é abastecer as cozinhas e as adegas do Alvorada e da Granja do Torto, as residências oficiais de Lula. No ano passado, ele gastou 55 400 reais nos supermercados Pão de Açúcar. Pagou outros 23 800 reais à casa de carnes Reisman, um açougue brasileiro conhecido por vender os melhores cortes de carne para churrasco da capital federal. Entre as especialidades do Reisman estão as carnes argentinas, do gado tipo Red Angus, mais macio e tenro que o nacional. Lá, o quilo da picanha argentina custa cerca de 48 reais. O Reisman também se orgulha de ter à disposição de seus clientes um dos

pratos prediletos do presidente: carne de coelho. Custa 26 reais o quilo. Muitos brasileiros consideram que o Mercado La Palma vende os vegetais mais frescos da cidade — e também aqueles que são mais caros e difíceis de encontrar. Lá, Souza deixou 14 800 reais. Em padarias, foram 1 200 reais. O despenseiro ainda forneceu as adegas presidenciais. Gastou 2 400 reais na Wine Company. Souza cuida bem da mesa do chefe, mas, se for essa a única ou mesmo a principal fonte de abastecimento da cozinha presidencial, não se pode afirmar que os gastos sejam exagerados. O que é estranho é o modo de pagamento, à vista, com cartão. O mais adequado é que os fornecedores da Presidência sejam escolhidos por licitação pelo critério da qualidade e do menor preço.

Situação bem mais delicada é a da ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. Ela fez uma fatura tão grande com o cartão corporativo que o Planalto cogita demiti-la. Matilde está no governo desde 2003, mas passou incólume pelas páginas dos jornais. Só apareceu porque

gastou 171 500 reais no cartão corporativo. Mandou o cartão em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país. O caso mais inexplicável foi uma compra de 460 reais em um free shop. Ao ter sua estripulia descoberta por VEJA, Matilde disse ter cometido um equívoco e afirmou que já tinha devolvido o valor à União. Mas, até hoje, ninguém viu o recibo. Apesar desse ser o excesso mais evidente, Matilde incorreu em outras estranhezas e pode até perder o cargo. Na fatura de seu cartão, constam 126 000 reais em aluguel de carros. Desse total, 116 000 foram pagos a uma única empresa: a Localiza. A ministra justificou a despesa alegando que usava sempre um carro com motorista em suas viagens e que gostava do serviço da Localiza. Auditores do governo entendem que, se queria ter sempre um veículo alugado à disposição, deveria ter feito uma licitação. Ao dar preferência à Localiza, Matilde feriu

a Lei das Licitações. Ela deixou a impressão de que fracionou os pagamentos justamente para se livrar da obrigatoriedade de fazer a licitação.

Como Matilde, outros ministros caíram na folia. Segundo colocado na lista dos que mais esbanjaram no cartão oficial, Altemir Gregolin, da Pesca, se esbaldou durante o Carnaval de 2007. Passou o feriado no Rio de Janeiro, pagou três diárias em hotéis, comeu na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades, e deu uma esticada no Hera Bar. Flagrado, Gregolin saiu-se com uma explicação mais comprida do que um samba-enredo. Diz que precisou ir até o Rio para se encontrar com o ministro da Pesca da Noruega, Szen Ulriksen. Seu colega europeu estava na cidade para acompanhar o desfile da Imperatriz Leopoldinense, que tinha como tema o bacalhau. Como ninguém nunca viu esse peixe nas águas territoriais brasileiras, é de supor que Gregolin foi ao Rio simplesmente por cortesia. Ele vai precisar melhorar o rebolado para justificar os 22 000 reais do Erário que torrou em 2007.

Medalha de bronze entre os perdulários, o ministro dos Esportes, Orlando Silva, também pode ser investigado por cobrir despesas indevidas com o dinheiro público. Arcou com almoços e jantares de seus convidados durante o ano todo. De uma só tacada, deixou mais de 460 reais no Bela Sintra, elegante restaurante português de São Paulo. Pela sua fatura, descobre-se que ele não restringe suas despesas a ambientes requintados. No dia 9 de maio, em Brasília, onde mora, o ministro decidiu fazer uma boquinha e utilizou o cartão corporativo na Tapiocaria Maria Bonita. Valor da conta: 8 reais. Essa confusão já se tornou um clássico do governo do PT. Os políticos nunca sabem onde termina o homem público e onde começa o cidadão particular. Pagar 8 reais por uma tapioca com dinheiro público não chega a ser uma mordomia, mas o fato revela claramente a disseminação do hábito de certas autoridades de

## O cartão do Alvorada

José Henrique de Souza é assessor especial do presidente Lula. Ele usa o cartão de crédito oficial para abastecer as despensas do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto. Só a conta anual do açougue já mostra como Souza se preocupa com o bem-estar do presidente (gastos em 2007)

- ✓ **55 400 reais**  
em lojas do Pão de Açúcar
- ✓ **23 800 reais**  
no açougue Reisman.
- ✓ **14 800 reais**  
no Mercadinho La Palma
- ✓ **2 400 reais**  
na loja de bebidas  
Wine Company
- ✓ **2 100 reais**  
na peixaria Golfinho
- ✓ **900 reais**  
na padaria Cirandinha
- ✓ **300 reais**  
na padaria Pão Italiano
- ✓ **55 reais**  
na videolocadora Atos
- ✓ **15 245 reais**  
outras despesas

**115 000 reais**

usar os recursos do estado como se fossem os seus próprios.

Um sinal de que a situação pode ter fugido do controle é o número de cartões corporativos existente. O Palácio do Planalto levou duas semanas para fazer esse cálculo, a pedido de VEJA. Chegou à conclusão de que há 11 510 cartões nos bolsos de autoridades. É muito? É pouco? Difícil saber,

mas o fato é que esse número mais que triplicou desde 2004. A evolução das despesas deu-se no mesmo ritmo. Antes, os cartões só eram utilizados por ministros, secretários e pelos responsáveis pelas finanças das repartições públicas. Hoje, seu uso está disseminado entre todas as categorias — de policiais federais a antropólogos da Funai. O campeão do crédito fácil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O instituto entregou 1 746 cartões a seus servidores. Só em sua unidade paulista, 260 servidores desfrutaram esse benefício. Surge aqui outra indagação. Qual é o critério para a distribuição de cartões? Nenhum. Não existe critério que estabeleça quais funcionários podem ter nas mãos um desses cartões. Pela legislação atual, os portadores de cartões são escolhidos segundo a “necessidade de cada repartição”. Isso significa que, na prática, cada secretaria, ministério ou fundação decide quem serão os felizardos agraciados com um pedacinho do Tesouro para gastar.

Como se viu acima, o número de cartões triplicou e o critério para sua distribuição é vago. Então é de esperar que haja um teto, um limite para os gastos. É quase inacreditável, mas o governo também não sabe responder a essa questão. Quando a farra dos cartões começou a vir a público, o governo divulgou que os cartões tinham limite mensal de 8 000 reais. Quem tratou de desmentir essa versão foi a própria perdulária Matilde, que, no ano passado, torrou, em média, 14 300 reais por mês. A verdade é única e espantosa: não há limites. Cada repartição, além de definir quem terá direito aos cartões, também fixa o limite que cada um poderá gastar. O governo nunca se preocupou em impor algum tipo de controle. Os esforços foram feitos no sentido oposto, o de aumentar a liberalidade. Nos últimos meses, o Planalto e o Ministério do Planejamento estimularam a emissão de novos cartões. A alegação é a de

**NÚMERO DE  
SERVIDORES COM  
CARTÕES CORPORATIVOS**

**3 167      11 510**

## A fatura da mordomia

Os cartões de crédito corporativos foram implantados para que servidores de alto escalão pagassem passagens aéreas e pequenas despesas. Com o tempo, converteram-se em uma mamata para custear mordomias

Os cartões deveriam ser usados por ministros, funcionários de alto escalão e por quem ordena despesas nos órgãos públicos. Mas foram distribuídos sem critério. Hoje, **11 510 servidores** utilizam os cartões

Seu limite de gastos é fictício. O governo alega que é de **8 000 reais**. Mas esse teto pode ser ultrapassado por decisão de cada repartição

que o uso de cartões de crédito aumenta a transparência dos gastos, pois a fatura é de fácil consulta e pode ser publicada na internet. Na teoria é lindo. Na prática não funciona bem assim. No ano passado, foram pagos 78 milhões de reais em despesas feitas com cartões funcionais. Só é possível verificar, no entanto, o destino de 25% delas. Foi só nessa fatia de gastos verificáveis que se identificaram as farras cometidas por Matilde, Gregolin, Orlando Silva e os outros. A maior parte — 58 milhões de reais — foi sacada em dinheiro vivo em caixas eletrônicos. Quem controla os outros três quartos, os 75% dos gastos que são feitos sem que deles se tenha de prestar contas ao público? Aparentemente, ninguém.

**Dilma Rousseff: ela chegou atrasada para impedir a folia paga com dinheiro público**

Depois que a farra com os cartões corporativos foi descoberta, o Tribunal de Contas da União decidiu fazer um mutirão para analisar todas as faturas dos cartões oficiais. O tribunal pretende processar quem não apresentar nota fiscal ou recibo de cada uma das despesas efetuadas com o cartão. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, também decidiu agir. Determinou à Controladoria-Geral da União que inicie imediatamente uma auditoria sobre a ganância de Matilde e seu colega Gregolin. A ministra está colocando cadado em um cofre que já foi arrombado, mas, se o controle funcionar daqui para a frente, será um avanço. ■

*Com reportagem de Naiara Magalhães*

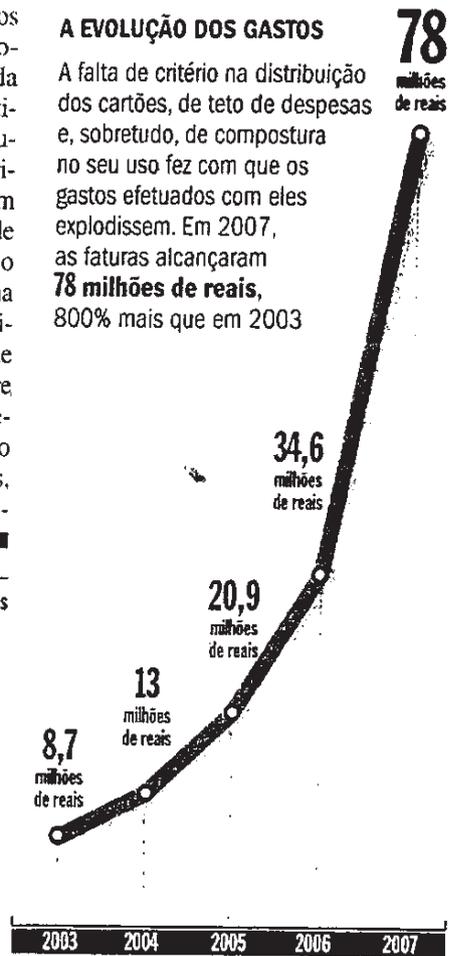
O governo diz que os cartões deram mais transparência às contas públicas, porque as despesas passaram a ser discriminadas nas faturas. É falso: 75% do valor das contas dos cartões refere-se a saques em dinheiro vivo em caixas eletrônicos

**AS FATURAS DOS CARTÕES**



**A EVOLUÇÃO DOS GASTOS**

A falta de critério na distribuição dos cartões, de teto de despesas e, sobretudo, de compostura no seu uso fez com que os gastos efetuados com eles explodissem. Em 2007, as faturas alcançaram **78 milhões de reais**, 800% mais que em 2003



**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Há o direito de esperar”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 01 de março do corrente.

A matéria destaca que principal alvo das críticas do presidente Lula, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, respondeu às declarações de que o Judiciário não deveria se meter em assuntos do governo. “Na nossa área jurídica há um fenômeno denominado o direito de esperar (...) eu só estranhei a acidez do presidente. Estava

num ambiente propenso e talvez tenha esquecido que não está em campanha”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# ‘Há o direito de esperar’

## Marco Aurélio diz que estranhou ‘acidez do presidente’

**Felipe Recondo**

BRASÍLIA

Principal alvo das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, respondeu ontem às declarações de que o Judiciário não deveria se meter em assuntos do governo. “Na nossa área jurídica há um fenômeno que é denominado o direito de esperar. Aqueles que se mostrem inconformados por isso ou por aquilo têm o

direito de reclamar. Eu só estranhei a acidez do presidente”, afirmou Marco Aurélio.

“Como ele estava no palanque, eu relevo. Ele estava num ambiente propenso a isso e talvez tenha esquecido que não está em campanha”, continuou. Sobre as insinuações de Lula de que o magistrado gostaria de ingressar na política, o ministro respondeu: “Sou um homem realizado como julgador, exercendo minha missão com independência.”

**FORA DA POLÍTICA - “Sou um homem realizado como julgador”**



### Marco Aurélio Mello Presidente do TSE

“Aqueles que se mostrem inconformados por isso ou por aquilo têm o direito de reclamar”

“Como Lula estava no palanque, eu relevo. Estava num ambiente propenso e talvez tenha esquecido que não está em campanha”

O presidente do TSE retrucou. “Nosso compromisso, e principalmente do TSE, é a atuação a partir do direito posto. Que se modifique então o direito. É o preço que se paga por se viver em uma democracia”, afirmou. “A lei é claríssima. O que se quer é a simples continuidade do programa social, e não a outorga de benesses para alcançar um determinado fim.” ●

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da “Carta aberta à população” publicada no jornal **O Liberal** em sua edição de 12 de fevereiro de 2008.

A carta destaca a indignação do ex-governador Simão Jatene em relação ao claro descompasso entre promessas, discursos e realizações do atual governo do Pará. Em um típico clima de campanha fora de época, a um festival de manifestações que tentam confundir, desqualificando tudo o que foi feito na gestão anterior, e alardeando estar entregando à população obras e serviços que já lhe pertenciam.

Segundo a carta, nesse cenário, a desinformação e a manipulação da informação, se tornam armas fundamentais, fazendo da opinião pública presa daqueles que podem impor, ainda que temporariamente, suas versões sobre os fatos, mesmo quando essas, muitas vezes, são escandalosamente conflitantes com a realidade.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida carta passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Carta aberta à população**

**Tamanho do Texto**

A cada dia, os desafios da sociedade moderna vêm impondo a todo cidadão, independentemente de credo, classe ou cor, uma maior responsabilidade coletiva, sem a qual se torna insustentável viver em grupo. Essa exigência, por razões óbvias, é ainda maior para os homens públicos, especialmente os políticos, para os quais coerência e comprometimento com a realidade e com os fatos devem ser, cada vez mais, princípios fundamentais.

A atitude de achar que no exercício político é aceitável dizer qualquer coisa, banalizar a acusação irresponsável e promessa irrealizável que, para alguns, chega a ser sinônimo de sagacidade e até competência, tem contribuído para aumentar as suspeitas sobre os homens públicos em geral e o descrédito nas instituições, desqualificando a atividade política com o capaz de promover transformações necessárias.

Agravando o quadro, essa comprometida até justificável desconfiança vem sendo estrategicamente manipulada e potencializada até mesmo por alguns políticos que, com história pouco ou nada reconhecível, têm maior chance nas disputas eleitorais quanto mais sucesso obtiverem patrocinando a ideia de que 'todo político é igual'. O que remete as escolhas eleitorais para o dramático e pantanoso critério do 'menos pior', ou até mesmo do 'rouba mas faz'.

Nesse cenário, a desinformação e, ou, controle e manipulação da informação se tornam armas fundamentais, fazendo da 'opinião pública' presa daqueles que podem impor, ainda que temporariamente, suas versões sobre os fatos, mesmo quando essas, muitas vezes, são escandalosamente conflitantes com a realidade.

Entretanto e o proselitismo, inclusive na conhecida estratégia de transferir responsabilidades para esconder fragilidades, surgem com o elementos decisivos para o reforço da perversa 'lógica' de que o que importa é a versão e não o fato. Sem limites, a ideia de que 'os fins justificam os meios', além de discutível, abre caminho para o império da violência nas suas mais diversas formas, fazendo com que ela se afirme com o princípio aceitável de comprometimento social. Instala-se a sociedade do 'vale tudo', do 'cada um por si', num cenário onde todos se acham apenas com direitos e sem deveres.

Reagir a isso é, pois, a razão maior dessa carta.

Por todo o ano de 2007, assistimos paciente e silenciosamente a memórias do governo, inclusive a Governadora, com maior ou menor grau de violência e sensacionalismo, reproduzir o velho bordão da 'herança maldita', para se esquivar e justificar toda e qualquer crítica a erros e omissões com eternas pedras no governo atual.

Até pela condição de ex-governador, com o tal, conhecedor da tão honrosa quanto árdua tarefa que é governar o Estado, mesmo correndo o risco de ser avaliado pela máxima, nem sempre correta, do 'quem cala consente', preferiu o silêncio, creditando o seu portamento do novo corpo dirigente à sua necessidade de responder, de alguma forma, às enormes e nem sempre sustentáveis

expectativas criadas em campanha.

Tal dedução nos parecia a mais razoável, inclusive pela forma absolutamente democrática e transparente com o qual foi realizada a transição, que é bom lembrar, conforme noticiado à época, sugeri, até para evitar manipulação política, que a mesma fosse acompanhada por órgãos externos ao poder executivo, inclusive pelo Ministério Público, o que não foi feito pelo governo eleito.

Todavia, passado um ano, além de manobra para desviar o foco de fatos desgastantes e a dificuldade de se justificarem face a um desempenho claramente insatisfatório e cheio de trapalhadas, a recorrência aos mesmos pretextos parece ser uma deliberação e orquestrada campanha difamatória e de desconstrução de agentes, o que torna impossível calar, sem se curvar à esperteza. Uma mesma repetição à exaustão pode até, para alguns, parecer verdade, mas continuará sendo, sempre, mentira.

Assim, sem qualquer interesse em polemizar e contribuir com a desatenção da Governadora para com tarefas inerentes ao cargo, mas por princípios e valores que acredito necessário preservar, e em reconhecimento ao respeito e carinho que sempre recebido pelo povo do Pará, vamos aos fatos.

Após um ano de governo, além do claro descompasso entre promessas, discursos e as realizações, estamos assistindo, num típico clima de campanha fora de época, a um festival de manifestações que tentam confundir, desqualificando tudo o que foi feito na gestão anterior, e alardeando estar entregando à população obras e serviços que já lhe pertenciam.

Num claro esforço de torturar a realidade para que ela confesse não ser real, temos visto ser reafirmado que 'agora sim, os hospitais regionais saíram do papel', com o que as populações de Santarém, Redenção, Altamira, Marabá e até da Região Metropolitana de Belém, em especial a de Ananindeua, que acompanharam o surgimento e conclusão de cada uma dessas obras, tivessem sido acometidas de delírio, e que tais obras não tivessem passado de miragem, surto de esquizofrenia coletiva.

Com o, a não servindo para os fatos, apagar o discurso proferido pela prefeita de Santarém, do partido da própria Governadora, quando da visita às instalações do Hospital Regional do Baixo Amazonas, diante da qualidade das obras e, particularmente, dos equipamentos de última geração instalados e a muito requeridos pela região? Fato presenciado por dezenas de lideranças e centenas de pessoas.

Ao negar isso, o atual governo, por motivação que só pode ser política, não engendra apenas uma nova inauguração, ou evita o desconforto de ter que admitir com o falso seu discurso de campanha, dizendo que os hospitais não estavam sendo construídos. Mais que isso, retira da população o direito de contar com um serviço que já poderá estar disponível. E aí reside a gravidade maior de tal comportamento.

A verdade que parece incomodar é que a 'Agenda Mínima', por nós apresentada no início do governo, trazia com o compromisso a construção de 5 hospitais de média e alta complexidade, e os mesmos foram construídos e equipados. Apesar do atual governo, em confronto com os fatos, tentar negar.

Além desses, e é bom que se diga, estavam ainda em construção o Hospital do

Marajó, em Breves, com 75% das obras físicas já realizadas, e um hospital geral em Taiandá, com 90% concluído, sem falar do Hospital Oncológico Infantil, em Belém, este, sim, apenas iniciado.

É importante ainda é esclarecer que, por conta de contrato assinado com o BNDES, ficaram garantidos em torno de 40 milhões de reais para conclusão desses últimos, o que certamente poderia ter ocorrido já em 2007, se o governo estivesse menos preocupado em tentar apagar o passado do que em realizar investimentos que atendam à população, fazendo, na prática, da saúde, uma prioridade.

E aqui não é possível deixar de fazer referência ao constante discurso de que o Estado foi encontrado com praticamente desequilibrado, um verdadeiro caos, com mais de 250 milhões de dívidas e apenas pouco mais de 1 milhão de reais em caixa, recorrentemente utilizado pela Governadora e alguns de seus secretários, todas as vezes que procuram justificar o desempenho da sua administração.

Tais afirmações, que tentam passar para a opinião pública a imagem de babúrdia, 'cofre vazio' e 'tela amassada', conquanto possam ter algum efeito publicitário, não encontram qualquer correspondência com os fatos.

Antes de tudo, é bom lembrar que nas justificativas de vários decretos, com o nº 029 de 28 de fevereiro de 2007, ou 030 datado de 1 de março de 2007, entre outros, todos publicados no Diário Oficial do Estado, Sua Excelência Governadora assina o seguinte texto: 'O Estado do Pará tem conseguido cumprir as metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional', o que por si só é absolutamente incompatível com o discurso do caos. Desse modo, sem pretender ser indelicado, e até com certa perplexidade, cabe perguntar: onde está a verdade? Nos discursos para os meios de comunicação ou nos documentos oficiais assinados e publicados?

Por outro lado, com a administração em completo desequilíbrio não desencadeia forte programa de contenção de gastos, especialmente correntes, permitindo que em 2007 as viagens só para o exterior tenham sido de quase uma centena, e os gastos com publicidade fossem 20% superiores aos de 2006?

O fato que os paraenses precisam saber é que mesmo tendo sido fortemente discriminado pelo Governo Federal, que no período 2003/2006 deixou de transferir para o Estado aproximadamente 1,3 bilhão de reais, procuram os honrar com promissos assumidos com a população e registrados na Agenda Mínima.

Só com exemplos, enquanto em 2002 as transferências constitucionais para o governo do Pará já somavam, a preços constantes, 3,003 bilhões de reais, em 2003 foram de apenas 2,292 bilhões de reais, ou seja, mais de 700 milhões de reais a menos. Em 2004, 2,546 bilhões de reais, em 2005, 2,828 bilhões de reais e, só quatro anos depois, isto é, em 2006, voltaram para o nível de 2002, alcançando 3,075 bilhões de reais. Os números estão disponíveis para quem quiser constatar. E aqui, mais do que autopromoção, aproveito para agradecer à equipe de governo e, especialmente, aos servidores públicos que nos ajudaram a enfrentar essas dificuldades.

Assim, sem quebrar princípios inerentes à administração pública e às questões de Estado, na 'conta única', bem como nas várias outras contas vinculadas do Governo, no Banco do Estado do Pará, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, ficaram depositados mais de 250 milhões de reais. Tais recursos, quando somados

aos recursos de 2006 que só ingressaram nos cofres públicos em 2007, conforme também é admitido em decretos assinados pela própria Governadora, dentre os quais os anteriormente citados, garantiram o equilíbrio das contas públicas, mesmo tendo sido realizados investimentos importantes, com o 'Hangar', fartamente criticado em campanha e hoje assumido com o obra exemplar e ícone do Estado.

Por outro lado, sem pretender abusar da paciência dos que nos lêem, registre-se ainda que o nosso governo, após várias negociações, contraiu operações de crédito no valor de, aproximadamente, 790 milhões de reais. Destes, foram utilizados apenas pouco mais de 250 milhões, ficando então disponíveis para o governo atuais de 500 milhões de reais, para construção de pontes, pavimentação de estradas, saúde e saneamento, além de apoio aos municípios. Recursos cuja não visibilidade ou utilização ano passado não tem explicação razoável, a não ser uma deliberada estratégia de ganhar tempo para tentar desvincular sua origem do nosso governo.

Finalmente, mais uma vez agradecendo a atenção dos leitores, e me desculpendo por ter que vir a público tratar destas questões que podem parecer de menor importância, quero reafirmar minha inabalável crença de que o Pará é maior que qualquer partido ou liderança política, desejando que o Estado continue crescendo e enfrentando seus maiores desafios que são a redução da pobreza e das desigualdades. Nos meus 60 anos de vida, dos quais mais de 35 com o servidor público, continuo a crer que certas manobras políticas, fundadas na esperteza, podem até gerar alguns votos de desavisados, mas jamais conquistam o respeito. Sem menosprezar o voto, há muito fiz minha opção. Prefiro continuar tendo o respeito.

■

Sinão Jatene

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apatamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

O IBGE divulgou, no dia 12 deste mês de março, o crescimento da economia brasileira em 2007. Nosso Produto Interno Bruto aumentou em 5,4%, o que representa a maior expansão desde 2004. Há, contudo, uma diferença importante em relação àquele ano: o aumento então verificado, de 5,7% se deu em relação há um ano, o de 2003, em que o PIB cresceu pouco, não mais que 1,1%.

O que verificamos agora, Senhor Presidente, é uma série de quatro anos consecutivos em que o PIB aumenta de modo expressivo, em taxas superiores a 3%. Podemos constatar, Senhoras e Senhores Senadores, um crescimento contínuo e sustentado da economia, que se espelha em outros índices bastante animadores.

Consideremos, por relevante exemplo, a taxa de investimentos. O investimento na produção, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF), teve um aumento de 13,4%. Esse aumento anual é o maior desde que

essa taxa começou a ser calculada, em 1996. E esse expressivo crescimento, traduzindo um maior aporte do capital ao processo produtivo, é decisivo para que a economia continue a crescer.

O Brasil do ano de 2007, Senhor Presidente, foi capaz de fazer crescer o número de postos de trabalho (com maior participação do emprego formal), de aumentar a massa salarial e expandir o crédito.

Esses fatores conjugados levaram a um robusto crescimento da demanda, que se reflete no aumento de 6,5% por cento no consumo das famílias, consumo este que vem crescendo significativamente pelo quarto ano consecutivo.

O crescimento da demanda, associado ao aumento de produtividade na indústria e ao já referido aumento dos investimentos, demonstram o aumento da capacidade produtiva da economia, que corresponde ao PIB potencial.

Todos esses resultados positivos, alguns até surpreendentes, significam que tudo vai bem na economia brasileira? O Presidente Lula recomendou, não sem boas razões, que os resultados fossem comemorados com “euforia comedida”.

Podemos observar, em outros países emergentes, inclusive alguns latino-americanos, maiores taxas de crescimento do PIB.

Também a taxa de investimento brasileira, mesmo crescendo significativamente e alcançando o recorde de 17,6% do PIB, permanece bem abaixo da de diversos países em desenvolvimento.

Se isso é verdade, Senhor Presidente, não podemos deixar de enfatizar que a condução da economia, nos dois governos do Presidente Lula, tem priorizado não a busca de resultados rápidos e impressionantes, mas a consistência e a continuidade do processo de crescimento. A seqüência de resultados favoráveis, sobretudo nos quatro últimos anos, vem mostrando que o caminho trilhado é seguro e é o mais correto.

A distribuição da renda no Brasil, como há pouco declarou o Presidente do IBGE, Eduardo Nunes, à Comissão de Assuntos Econômicos, ainda é muito baixa, ficando próxima de países com precário desenvolvimento econômico. Enquanto estamos consolidando a posição de 10ª maior economia do mundo, ficamos em 62º lugar quando se trata de distribuição de renda.

Se isso é certo, há outras estatísticas que demonstram, de modo claro e incontestável, a tendência positiva dos indicadores sociais no Governo Lula. Para restringir-me à série histórica de um relevante indicador, o da taxa de pobreza no Brasil, verificamos que em quatro anos (de 2003 a 2006), ele caiu 35%, bem mais que nos dez anos anteriores (de 1992 a 2002),

quando o decréscimo foi de 24%. Graças a essa queda, temos, pela primeira vez no País, uma taxa de pobreza que alcança menos de 20% da população.

Constatamos também, como já referido, que aumentou a renda da população, aumentou o poder aquisitivo e o consumo. Esses fatores é que estão puxando o crescimento da economia, e concedendo-lhe um conteúdo social que tem sido raro, se não único, em nossa História. Podemos dizer, junto com o Ministro Guido Mantega, que estamos vivendo um novo ciclo de desenvolvimentismo social.

Por fim, Senhor Presidente, podemos nos perguntar se a economia brasileira continuará crescendo com as incertezas, e mesmo com as nítidas tendências negativas, do cenário internacional.

No que toca a essa questão, devemos ressaltar, mais uma vez, a consistência de nossa política econômica, envolvendo o crescimento seguro e a solidez dos resultados.

Em um momento em que a demanda de outros países por nossas mercadorias tende a diminuir, é muito importante que o mercado interno se mostre pujante, como atualmente ocorre. Por outro lado, o aumento de nossas importações tem refletido, de modo muito expressivo, o crescimento do investimento em bens de capital, bens que serão empregados para aumentar, ainda mais, a produtividade da indústria.

A consistência do crescimento econômico resulta no que se tem chamado de blindagem da economia brasileira. Essa blindagem não deve ser entendida como uma completa invulnerabilidade aos eventos econômicos

externos, uma vez que estamos, de fato, em uma economia globalizada. O que a economia brasileira mostra, atualmente, é uma solidez que a faz bem menos sujeita às oscilações externas.

Temos, portanto, Senhor Presidente, um crescimento econômico expressivo e continuado, associado ao crescimento do mercado interno e a indicadores sociais positivos e promissores. A tendência de crescimento tem grandes chances de se manter em patamares elevados, mesmo com perspectivas não de todo animadoras no cenário externo.

Há, portanto, Senhor Presidente, reais motivos para comemorarmos o desempenho da economia brasileira, sem que isso implique em comprometer, por excesso de otimismo, a orientação lúcida e o pragmatismo social-desenvolvimentista que a têm conduzido.

Muito obrigado!

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, prestes a completar 50 anos, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza acaba de receber

prêmio da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, em Brasília, como um reconhecimento a mais por todos os serviços que vem prestando a Fortaleza, ao Ceará, ao Nordeste e ao Brasil. Na época de sua criação, Fortaleza tinha um décimo da população atual, que se aproxima dos 3 milhões de habitantes, o que a coloca como a quarta capital do país. A CDL soube acompanhar essa evolução.

Constatando a necessidade de proteção ao crédito, de forma pioneira, os lojistas da capital cearense se reuniram para criar o SPC em 1953. Foi o ponto de partida para o surgimento, em 1955, da Associação dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza. A partir desse importante núcleo se criaria o Clube de Diretores Lojistas, que teve como primeiro presidente Rubens Lima Barros, ao lado de uma plêiade empresarial com figuras como Gervásio Pegado, que mereceu justa homenagem da Confederação. Também foi homenageada, como grande destaque empreendedor, essa figura ímpar de empresária que é Yolanda Queiroz, a quem o Ceará tanto deve. Estava ainda entre os laureados o jornal O Povo, orgulho de nosso Estado e de nossa região. A eles, o meu carinho e a minha admiração.

Entidade de classe sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, o Clube destacou-se por sua responsabilidade social. Liderou sempre ações de importância estratégica para a manutenção dos negócios dos empresários do setor. Não se contentou, porém, em prestar serviços a seus associados, que já somam 3.500, mas desenvolveu, e continua desenvolvendo, ações destinadas aos menos favorecidos. Em 1995, por meio de um movimento encampado pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, passou a ser chamada de Câmara de Dirigentes Lojistas.

Sempre adotou postura inovadora. É o caso do Banco CDL de Talentos, que opera há mais de 10 anos na consultoria em Recursos Humanos, realizando atividades de recrutamento, seleção de pessoal, avaliação psicológica e intermediação de estágios. Conta com um banco de dados informatizado com mais de 35 mil currículos de profissionais de diversas áreas. É a solução mais rápida e segura para quem procura profissionais qualificados, proporcionando excelentes oportunidades não só para associados da CDL, como para outras empresas e, em especial, para quem procura inserção no mercado de trabalho.

Entre suas iniciativas gostaria de destacar a criação da Faculdade de Tecnologia CDL Fortaleza, há pouco aprovada pela MEC, que constitui moderna instituição de ensino superior na área de gestão comercial. É mais uma realização da Câmara no segmento edu-

cacional, onde já conta, por exemplo, com o programa de pós-graduação Universidade do Varejo, em parceria com a Universidade Federal do Ceará.

No mesmo rumo, criou a Loja Conceito, uma empresa-laboratório destinada à realização de aulas práticas, principalmente, para os alunos da Faculdade CDL, examinando a aplicação de ferramentas de planejamento e controle de atividades de marketing e de gestão operacional.

Diante da expansão de Fortaleza, a Câmara adotou a CDL MÓVEL, um projeto de descentralização das atividades da entidade. Levou assim aos empresários do comércio nos bairros os benefícios e soluções que não poderiam ficar restritos às áreas mais tradicionais de nossa cidade. Esse esforço permitiu também um aumento significativo no quadro de associados da entidade.

A criação do Instituto CDL de Cultura e Responsabilidade permitiu a intensificação de projetos nas áreas social e cultural. Um programa muito importante é a Quarta da Cultura no Centro, que valoriza e incentiva os músicos, principalmente do Ceará, que se dedicam à arte da música instrumental. O programa lhes dá a oportunidade de apresentar seu trabalho ao público cearense, ocasião em que tem aberto espaço privilegiado para as artes plásticas, trazendo em cada evento uma exposição de artistas cearenses.

A participação da Câmara no Natal de Fortaleza é uma tradição de quase 40 anos. Consta de projetos que envolvem a decoração natalina de uma série de pontos da nossa cidade e de uma programação de eventos artístico-culturais. A eles se somam campanhas de solidariedades, campanhas de vendas e concursos de decoração. Em 2007, teve como grande diferencial a preservação ecológica e estímulo à reciclagem de lixo. Distribuíram-se 100 mil mudas de árvores frutíferas, à população, por meio da troca de garrafas *pets*, que constituem, como sabemos, um enorme perigo para o meio ambiente.

A Escola vai ao Cinema, projeto piloto desenvolvido na querida cidade de Sobral, tem como objetivo ampliar os horizontes, aumentar a emoção, trazer a arte para o processo de ensino e aproximar o público estudantil da narrativa audiovisual, pelo contato com grandes obras do cinema nacional. O projeto se direciona para estudantes da escola pública do município de Sobral e adjacências, além da comunidade universitária, totalizando um público potencial de 40 mil espectadores. Só no ano passado atingiu 4 mil alunos.

Destaco ainda o Projeto Talento Jovem, que contribui para a criação de um modelo educação profissional e para a inserção no mercado de trabalho de jovens das escolas públicas que cursam o último ano

do ensino médio, com idade entre 18 e 22 anos. Produz resultados desde sua criação, em 2006.

Como se pode facilmente constatar há grandes realizações que tornam a Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza merecedora das homenagens que agora recebe e às quais me associo, de coração. Dejo aqui não apenas louvar o grande trabalho realizado pela Câmara e por seus dirigentes, ao longo da história, como estender esse reconhecimento a todos os comerciantes honrados de nossa Fortaleza e de todo o Ceará.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, os veículos de comunicação do país noticiaram com grande destaque o resultado da pesquisa “Redes de aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”, elaborada por uma parceria entre o Ministério da Educação, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). **O levantamento teve como principal objetivo identificar boas práticas de redes municipais de ensino e resultou em uma lista, na qual são citados 37 municípios por todo o Brasil com iniciativas para solucionar problemas que são comuns à maioria de nossas escolas. Dentre eles, cinco são municípios paranaenses: Marilena, Jesuítas, Pinhais, Realeza e São Jorge do Oeste, cada qual se destacando em vários dos pontos considerados boas práticas na pesquisa.**

**Realeza, que fica no Sudoeste do Paraná, destacou-se em pontos como consciência e prática de rede, planejamento solidário, valorização de professores e da leitura. Uma de suas iniciativas citadas na pesquisa é o “Arrastão do Aprendizado” promovido nas escolas do município. Vejamos o que diz o estudo sobre Realeza:** “Lá, a sólida e estreita relação entre os gestores municipais de ensino e as escolas fica evidente em algumas ações da secretaria. Uma delas é o chamado ‘arrastão’. Uma vez por mês, a dirigente municipal de Educação e sua equipe vão às escolas, olham os cadernos dos alunos, fazem observações sobre a evolução deles e carimbam os dizeres: ‘Olá! Voltei para ver seu progresso’”.

Pinhais, por sua vez, é citado no relatório como exemplo no quesito avaliação em função do monitoramento integrado das práticas e das condições de aprendizagem realizado no município que pertence à Região Metropolitana de Curitiba. Implantado em 2001, o sistema avalia os alunos, o corpo docente e a infra-estrutura das escolas do município. O supervisor de cada unidade escolar pode acompanhar as aulas,

discutir metas e traçar estratégias. Também pela ferramenta, é possível avaliar a infra-estrutura das escolas e serviços como alimentação, por exemplo.

Além de se destacar no item avaliação, o município de Marilena, no Noroeste do Estado, também foi citado pelo compromisso com a formação de seu corpo docente. “Do total de 44 docentes efetivos e seis contratados de Marilena, 39 fizeram algum curso de pós-graduação e apenas três não têm formação superior completa”, diz o estudo que também destacou o acompanhamento individualizado da aprendizagem dos estudantes do município.

São Jorge do Oeste, no Sudoeste, também se destacou neste item. Lá, “os alunos que apresentam dificuldades são encaminhados para avaliação oftalmológica, psicológica e psicopedagógica. Os especialistas não identificam os problemas da criança, apenas. Eles também orientam o professor sobre a melhor maneira de superar as dificuldades do aluno e dão apoio às estratégias de aprendizagem e recuperação”.

Por fim, cito o exemplo do município de Jesuítas, na Região Oeste, que se destacou pelo planejamento solidário, em que professores de diversas áreas compartilham experiências e “assumem uma postura de cooperação e sentem-se motivados e úteis quando suas idéias são aproveitadas por outros educadores”.

Como vemos, são iniciativas que estão ao alcance de todos os municípios. Basta haver o entusiasmo e o comprometimento com um ensino de qualidade, focado no aprendizado dos alunos, na construção de uma escola acolhedora, com professores e funcionários valorizados.

Muitas vezes pensamos que a educação pública de qualidade pode ser uma utopia, um objetivo longe de ser alcançado no Brasil. No entanto, estas iniciativas nos mostram o contrário. As escolas públicas de qualidade estão em Realeza, em Pinhais, em Marilena, em São Jorge do Oeste, em Jesuítas e em muitos outros municípios brasileiros que colocam a educação como prioridade por meio de boas práticas como as apontadas pelo estudo.

Fico muito feliz em poder destacar nesta tribuna cinco municípios de meu Estado que estão neste caminho. No caminho da formação de cidadãos melhores, pois a educação é a saída para um Brasil mais desenvolvido e igualitário.

Parabéns aos professores, gestores da educação, funcionários das escolas, alunos e para as comunidades destes municípios. Vocês estão fazendo a diferença e ajudando a construir um Brasil melhor para todos nós!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:  
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)  
Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

(*Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007*)  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor: Senador Osmar Dias  
(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)  
Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(*Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007*)  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos*

*benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:  
(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)  
Prazo final (prorrogado): 22.5.2008

4

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 50, DE 2006**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 86, DE 2007**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

16

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comprometimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003,

na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

33

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

34

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.*

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

37

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços*

*a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

39

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os*

*dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

43

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua graduação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

**REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-

Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

53

**REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

54

**REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que*

*já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

55

**REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

56

**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

57

**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

58

**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Comple-*

mentares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria. (Valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde)

59

**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

60

**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

61

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

62

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

63

**REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003. (Modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social – Fator Previdenciário)

64

**REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado. (Atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social)

65

**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

66

**REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)



**CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 422**, adotada em 25 de março de 2008 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que “ Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública” :

| <b>CONGRESSISTAS</b>                 | <b>EMENDA NºS</b> |
|--------------------------------------|-------------------|
| Deputado Antônio Carlos Mendes Thame | 005               |
| Deputado Colbert Martins             | 007               |
| Deputado Chico Alencar               | 001, 002          |
| Deputado Efraim Filho                | 004               |
| Deputada Marina Maggesi              | 008, 009          |
| Deputado Eduardo Valverde            | 003, 006          |

SSACM

**TOTAL DE EMENDAS: 009**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 422, DE 25 DE MARÇO DE 2008.  
(Do Sr. Deputado Chico Alencar)**

Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

O Art. 1º da Medida Provisória nº 422, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Revoga-se o §2º, inciso II e o §2º-B, ambos do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

**MPV-422**

**00001**

**Justificação**

A MP 422 dispensa de licitação a venda de terras públicas da Amazônia Legal de até 1.500 hectares. Muda a estratégia de ação do “agronegócio” na apropriação privada das terras públicas da Amazônia ampliando a permissão de apropriação ilegal das terras públicas griladas daquela região.

A grilagem das terras públicas da Amazônia sempre veio alimentada pelas políticas públicas dos diferentes governos nos últimos cinquenta anos. Primeiro foi a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas. Depois, os incentivos fiscais da SUDAM, da ditadura militar, formulados pelo então ministro Delfim Neto. E por último, FHC e Lula, e a aliança com a bancada ruralista no Congresso. De todo modo, em apenas duas vezes na história do Brasil, antes das investidas do governo Lula, a grande posse foi legalizada: na Lei de Terra de 1850 e na ditadura militar entre 1964/1984.

O uso inconstitucional e ilegal da terra na Amazônia foi sendo sofisticado ao longo dos anos e governos. Concomitante à invasão, a legalização de terras públicas se concretiza sem maiores critérios ou exigências e passou a ser uma prática governamental sempre despreocupada com questões como a preservação do meio ambiente, a coibição do trabalho escravo, a realização da reforma agrária e a função social da propriedade rural.

Agora, não é mais necessário envelhecer os documentos com a ajuda dos grilos. O máximo de terra pública que se podia adquirir, entre 1946 e 1967, era de 10.000 hectares. Depois esta área foi reduzida entre 1967 e 1988, para 3.000 hectares e, após a CF/88, para 2.500 hectares. A denúncia deste expediente gerou inúmeras Comissões Parlamentares de Inquéritos, cuja única consequência foi a introdução nos Atos das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, pelo art. 51, onde se prevê a revisão por Comissão Mista do Congresso Nacional de *"todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987"*. Entretanto, até hoje o Congresso nada fez para providenciar esta revisão.

A partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária e da CF/88, o destino das terras públicas, devolutas ou não (segundo o STF, devolutas são todas as terras públicas não discriminadas), passou a ser regido pelo artigo 188 da Constituição, que determina: *"A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária."* Mesmo assim, há nos protocolos do INCRA das diferentes superintendências da Amazônia Legal, pedidos para "comprar" todas as terras públicas arrecadadas e discriminadas.

Como a CF/88 manda compatibilizar a destinação das terras públicas com o plano nacional de reforma agrária, uma nova estratégia passou a ser montada para continuar favorecendo os grileiros do agronegócio, agora envolvendo alguns funcionários do INCRA, particularmente os que responsáveis pelo Cadastro. O próprio INCRA, por intermédio de alguns servidores, é quem passou a "oferecer" e "reservar" as terras públicas para os grileiros e indicar o caminho "legal" para obtê-las. Cuida-se, em alguns casos, de verdadeira "grilagem legalizada".

Foi a denúncia destes fatos que levou a Polícia Federal a deflagrar a *Operação Faroeste* no Pará e mandar para a prisão altos funcionários do INCRA. Também, o Ministério Público move ação para cancelar os *"assentamentos da reforma agrária laranja"* da regional de Santarém. O motivo é sempre o mesmo: a tentativa de "oficializar" a grilagem das terras públicas.

O INCRA, desde os governos militares, arrecadou e/ou discriminou, um total de 105.803.350 hectares. Deste total, o INCRA, até o ano de 2003, durante a elaboração do II PNRA do governo Lula, tinha destinado um total de 37.979.540 hectares. E possuía ainda sem destinação 67.823.810 hectares.

Ressalta-se que estas terras já são privadas, por desídia do próprio governo, e muitas são acusadas de crimes como o trabalho escravo, ambientais e outros. As terras públicas do INCRA na Amazônia deveriam ser reservadas para a reforma agrária, à demarcação de terras indígenas e ou quilombolas, e a criação de unidades de conservação ambiental.

É crível que o INCRA, inclusive, já tenha "vendido" quase todo este patrimônio público. Esta é talvez a razão de o governo Lula tenha proposto "soluções jurídicas" para legalizar o ilícitos cometidos. É por isso também que no final do ano de 2005, por intermédio da famosa "MP do bem" (que originou a Lei nº 11.196 de 21/11/2005) se permitiu a regularização das terras na Amazônia Legal até 500 hectares, quando o artigo 191 da Constituição, diferentemente, autoriza a posse apenas até 50 hectares. Aliás, não custa lembrar que a Constituição de 1967, em pleno regime militar, autorizava área de posse de apenas 100 hectares.

A Instrução Normativa nº 32 do INCRA, de 17/05/2006, fixou as benesses de um procedimento legal para que os crimes de uma parte da grilagem das terras públicas pudessem começar a ser legalizados.

Contudo, o governo Lula foi mais longe, agravando o afrontamento as disposições da CF/88: em 11 de junho de 2007 o INCRA baixou a Instrução Normativa nº 41 estabelecendo os "*critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 hectares limitadas a 15 (quinze) módulos fiscais mediante concorrência pública*".

O maior módulo fiscal na Amazônia é de 100 hectares e, portanto, a área máxima será de 1.500 hectares. Como as verdadeiras posses das famílias camponesas, ribeirinhas ou não, na Amazônia não ocupam mais de 100 hectares, vê-se que a medida não beneficiará as populações que mais necessitam de intervenção estatal.

Há ainda, por fim, uma outra parte desta engenhosa operação para legalização da grilagem de terras do INCRA na Amazônia Legal: o aproveitamento do aumento do desmatamento naquela região para fazer o recadastramento dos imóveis, permitindo assim que os grileiros que ainda não tinham cadastrados as terras públicas que grilaram, possam agora fazê-lo, e assim se habilitarem para "comprar" as terras griladas sem licitação.

Do exposto, é a emenda presente para exigir que a aquisição de terras na Amazônia Legal sejam precedidas de procedimento licitatório, assim preservando os interesses públicos na ocupação daquela região.

Sala da Sessões, 01 de abril de 2008.

  
Deputado **Chico Alencar**  
PSOL-RJ

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 422, DE 25 DE MARÇO DE 2008.**  
**(Do Sr. Deputado Chico Alencar)**

**MPV-422**

**00002**

Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

A Medida Provisória nº 422, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - fica limitada a áreas de até 100 hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite; e” (NR)

Art. 2º O § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“IV – a propriedade que não cumprir a função social, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993 e do Capítulo III, do Título VIII da Constituição Federal, será desapropriada conforme dispõe a legislação vigente.”

MP 422 dispensa de licitação a venda de terras públicas na Amazônia Legal de até 1.500 hectares. Muda a estratégia de ação do agronegócio na apropriação privada das terras públicas da Amazônia ampliando a permissão de apropriação ilegal das terras públicas griladas daquela região.

A grilagem das terras públicas da Amazônia sempre veio alimentada pelas políticas públicas dos diferentes governos nos últimos cinquenta anos. Primeiro foi a "Marcha para o Oeste" de Getúlio Vargas. Depois, os incentivos fiscais da SUDAM, da ditadura militar, formulados pelo então ministro Delfim Neto. E por último, FHC e Lula, e a aliança com a bancada ruralista no Congresso. De todo modo, em apenas duas vezes na história do Brasil, antes das investidas do governo Lula, a grande posse foi legalizada: na Lei de Terra de 1850 e na ditadura militar entre 1964/1984.

O uso inconstitucional e ilegal da terra na Amazônia foi sendo sofisticado ao longo dos anos e governos. Concomitante à invasão, a legalização de terras públicas se concretiza sem maiores critérios ou exigências e passou a ser uma prática governamental sempre despreocupada com questões como a preservação do meio ambiente, a coibição do trabalho escravo, a realização da reforma agrária e a função social da propriedade rural.

Agora, não é mais necessário envelhecer os documentos com a ajuda dos grilos. O máximo de terra pública que se podia adquirir, entre 1946 e 1967, era de 10.000 hectares.

Depois esta área foi reduzida entre 1967 e 1988, para 3.000 hectares e, após a CF/88, para 2.500 hectares. A denúncia deste expediente gerou inúmeras Comissões Parlamentares de Inquéritos, cuja única consequência foi a introdução nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, pelo art. 51, onde se prevê a revisão por Comissão Mista do Congresso Nacional de "*todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987*". Entretanto, até hoje o Congresso nada fez para providenciar esta revisão.

A partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária e da CF/88, o destino das terras públicas, devolutas ou não (segundo o STF, devolutas são todas as terras públicas não discriminadas), passou a ser regido pelo artigo 188 da Constituição, que determina: "*A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.*" Mesmo assim, há nos protocolos do INCRA das diferentes superintendências da Amazônia Legal, pedidos para "comprar" todas as terras públicas arrecadadas e discriminadas.

Como a CF/88 manda compatibilizar a destinação das terras públicas com o plano nacional de reforma agrária, uma nova estratégia passou a ser montada para continuar favorecendo os grileiros do agronegócio, agora envolvendo alguns funcionários do INCRA, particularmente os que responsáveis pelo Cadastro. O próprio INCRA, por intermédio de alguns servidores, é quem passou a "oferecer" e "reservar" as terras públicas para os grileiros e indicar o caminho "legal" para obtê-las. Cuida-se, em alguns casos, de verdadeira "grilagem legalizada".

Foi a denúncia destes fatos que levou a Polícia Federal a deflagrar a *Operação Faroeste* no Pará e mandar para a prisão altos funcionários do INCRA. Também, o Ministério Público move ação para cancelar os "*assentamentos da reforma agrária laranja*" da regional de Santarém. O motivo é sempre o mesmo: a tentativa de "oficializar" a grilagem das terras públicas.

O INCRA, desde os governos militares, arrecadou e/ou discriminou, um total de 105.803.350 hectares. Deste total, o INCRA, até o ano de 2003, durante a elaboração do II PNRA do governo Lula, tinha destinado um total de 37.979.540 hectares. E possuía ainda sem destinação 67.823.810 hectares.

Ressalta-se que estas terras já são privadas, por desídia do próprio governo, e muitas são acusadas de crimes como o trabalho escravo, ambientais e outros. As terras públicas do INCRA na Amazônia deveriam ser reservadas para a reforma agrária, à demarcação de terras indígenas e ou quilombolas, e a criação de unidades de conservação ambiental.

É crível que o INCRA, inclusive, já tenha "vendido" quase todo este patrimônio público. Esta é talvez a razão de o governo Lula tenha proposto "soluções jurídicas" para legalizar o ilícitos cometidos. É por isso também que no final do ano de 2005, por intermédio da famosa "MP do bem" (que originou a Lei nº 11.196 de 21/11/2005) se permitiu a regularização das terras na Amazônia Legal até 500 hectares, quando o artigo

191 da Constituição, diferentemente, autoriza a posse apenas até 50 hectares. Aliás, não custa lembrar que a Constituição de 1967, em pleno regime militar, autorizava área de posse de apenas 100 hectares.

A Instrução Normativa nº 32 do INCRA, de 17/05/2006, fixou as benesses de um procedimento legal para que os crimes de uma parte da grilagem das terras públicas pudessem começar a ser legalizados.

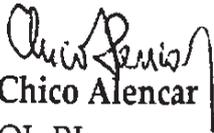
Contudo, o governo Lula foi mais longe, agravando o afrontamento as disposições da CF/88: em 11 de junho de 2007 o INCRA baixou a Instrução Normativa nº 41 estabelecendo os "*critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 hectares limitadas a 15 (quinze) módulos fiscais mediante concorrência pública*".

O maior módulo fiscal na Amazônia é de 100 hectares e, portanto, a área máxima será de 1.500 hectares. Como as verdadeiras posses das famílias camponesas, ribeirinhas ou não, na Amazônia não ocupam mais de 100 hectares, vê-se que a medida não beneficiará as populações que mais necessitam de intervenção estatal.

Há ainda, por fim, uma outra parte desta engenhosa operação para legalização da grilagem de terras do INCRA na Amazônia Legal: o aproveitamento do aumento do desmatamento naquela região para fazer o recadastramento dos imóveis, permitindo assim que os grileiros que ainda não tinham cadastrados as terras públicas que grilaram, possam agora fazê-lo, e assim se habilitarem para "comprar" as terras griladas sem licitação.

Do exposto, é a emenda presente para exigir que a aquisição de terras na Amazônia Legal maiores de cem hectares sejam precedidas de procedimento licitatório e para realçar a incidência dos dispositivos da Lei de Reforma Agrária, assim preservando os interesses públicos na ocupação daquela região com a desapropriação de áreas que não observam a função social da propriedade rural.

Sala da Sessões, 01 de abril de 2008.

  
Deputado Chico Alencar  
PSOL-RJ



CONGRESSO NACIONAL

**MPV-422**

**00003**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                    |  |
|--------------------|--|
| Data<br>01/04/2008 | Proposição<br><b>Medida Provisória nº 422/2008</b> |
|--------------------|--|

|  |                  |
|--|------------------|
| autor<br><b>Eduardo Valverde PT-RO</b> | N° do prontuário |
|--|------------------|

|                                       |   |  |                                    |  |
|---------------------------------------|---|--|------------------------------------|--|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva | 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa | 4 <input type="checkbox"/> Aditiva | 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|---|--|------------------------------------|--|

|        |        |           |        |        |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1.....

II- Fica limitada a área de ate quinze módulos fiscais, desde que preservada a reserva legal, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite.

**JUSTIFICATIVA**

Como bem apresentado na exposição de motivo, o objeto da MP serve ao propósito de regularizar as posses legítimas, reconhecendo a relação jurídica preexistente, pacificando potenciais de conflito. Por outro lado, ao conhecer o CPF e RG daqueles que tem posse, se garante a responsabilização pelo descumprimento da legislação ambiental. Contudo, já que o Estado Brasileiro se propõe a regularizar as posses de boa fé, é coerente a exigência do cumprimento da legislação ambiental por parte daqueles possuidores, exigindo-lhe a preservação da reserva legal.

PARLAMENTAR

MPV-422

00004

EMENDA Nº

Medida Provisória 422/2008

CLASSIFICAÇÃO

( ) Supressiva ( ) Substitutiva ( x ) Aditiva  
 ( ) Aglutinativa ( ) Modificativa

## PLENÁRIO

| AUTOR                 | PARTIDO | UF | PÁGINA  |
|-----------------------|---------|----|---------|
| DEPUTADO EFRAIM FILHO | DEM     | PB | ___/___ |

Acrescenta o art. 2º da Medida Provisória 422/2008, renumerando os demais, com a seguinte redação:

Art 2º - As modalidades de licitação a que se referem os incisos I e III do art. 22 da lei nº 8.666, de 1993, serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I – para obras e serviços de engenharia:

- a) convite: até R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais);
- b) tomada de preços: até R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais);
- c) concorrência: acima de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais);

II – para compras e serviços não referidos no inciso I:

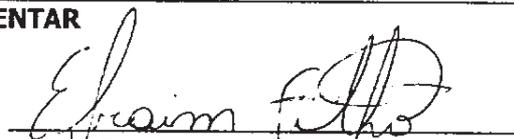
- a) convite: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- b) tomada de preços: até R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais);
- c) concorrência: acima de R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais);




9D7097B010

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda propõe um reajuste de cinquenta por cento nos limites estabelecidos pela lei nº 8.666/93, para obras e serviços de engenharia, bem como para compras e serviços. Desde a última revisão destes limites, feito pela lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, superou em muito a casa dos 50% o que tem criado grande distorção e defasagem nos procedimentos relativos às licitações públicas, impondo-se por isso, atualização desses parâmetros na busca do equilíbrio. Observe-se que o art. 120 da lei nº 9.648/98, prevê a possibilidade de correção anual dos valores, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado.

**PARLAMENTAR****01/04/2008**  
DATA  
DEP. FEDERAL EFRAIM FILHO  
DEM/PB



CONGRESSO NACIONAL

MPV-422

00005

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                    |  |
|--------------------|--|
| data<br>31/03/2008 | proposição<br>Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008 |
|--------------------|--|

|   |                         |
|---|-------------------------|
| autor<br>Deputado Antonio Carlos Mendes Thame | nº do prontuário<br>332 |
|---|-------------------------|

|                                       |   |   |   |  |
|---------------------------------------|---|---|---|--|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2 <input type="checkbox"/> substitutiva | 3 <input type="checkbox"/> modificativa | 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|---|---|---|--|

| Página               | Art. | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|----------------------|------|-----------|--------|--------|
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO |      |           |        |        |

Acrescente-se onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art. – Acrescente-se o art. 2º-A, à Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com a seguinte redação:

Art. 2º-A. A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de serviços de arquitetura e engenharia.”

## JUSTIFICAÇÃO

A vedação da contratação de serviço de arquitetura e engenharia na modalidade de pregão eletrônico tem como principal objetivo impedir que pessoas ou empresas não qualificadas possam participar de licitações realizadas pela Administração Pública.

As atividades regulamentadas pela Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e somente aquelas empresas ou profissionais que tem atribuições específicas podem ser contratadas, pois em qualquer licitação pública é exigida a apresentação de Acervo Técnico comprovando experiência anterior e nomeação de um responsável técnico com registro emitido pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Trata-se também de trabalhos técnicos para entrega futura, com prazos definidos e que só se iniciam depois da contratação. Diversos fatores subjetivos devem ser levados em consideração, tais como: inteligência, formação técnica e experiência.

Ao contrário de bens disponíveis no mercado que podem ser produzidos em larga escala, passam por um longo processo de elaboração e execução e que, por isso, não podem ser confundidos por “serviços comuns”, haja vista a alta especialização exigida. Mesmo que haja repetições nos projetos ou construções, cada contrato é um serviço único que tem características próprias de localização, topografia, natureza do solo, recursos de infra-estrutura existentes, interação com o meio ambiente.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV-422

00006

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                    |  |
|--------------------|--|
| Data<br>01/04/2008 | Proposição<br>Medida Provisória nº. 422/2008 |
|--------------------|--|

|                                 |                   |
|---------------------------------|-------------------|
| Autor<br>Eduardo Valverde PT-RO | Nº. do prontuário |
|---------------------------------|-------------------|

|                                       |  |  |  |   |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> Modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

|        |        |           |        |        |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1.....

II - Fica limitada a área de ate quinze módulos fiscais, vedada à dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite.

**Parágrafo Único:** Caso a reserva legal dos módulos ou em bloco não estejam dentro dos limites estabelecidos pelo lei ambiental, o documento de transferência de domínio ou da posse deverá constar de clausula resolutive estabelecendo a obrigação do proprietário, concessionário ou o possuidor de recuperá-la no prazo máximo de 20 anos, sob pena de nulidade da transação jurídica.

## JUSTIFICATIVA

Como bem apresentado na exposição de motivo, o objeto da MP serve ao propósito de regularizar as posses legítimas, reconhecendo a relação jurídica preexistente, pacificando potenciais de conflito. Por outro lado, ao conhecer o CPF e RG daqueles que tem posse, se garante a responsabilização pelo descumprimento da legislação ambiental. Contudo, já que o Estado Brasileiro se propõe a regularizar as posses de boa fé, é coerente a exigência do cumprimento da legislação ambiental por parte daqueles possuidores, exigindo-lhe a preservação da reserva legal.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV-422

00007

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|  |   |           |                          |        |
|--|---|-----------|--------------------------|--------|
| Data<br>27/03/2008   | Proposição<br>Medida Provisória n.º 422 |           |                          |        |
| Autor<br>Dep. COLBERT MARTINS  |   |           | N.º do prontuário<br>184 |        |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. X Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |   |           |                          |        |
| Página<br>1/1  | Artigo                                  | Parágrafo | Inciso                   | Alínea |

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se dispositivo à Medida Provisória n.º 422, com a seguinte redação:

Art. A Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF – Papel Imune) a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizarem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, no que se refere aos meses de fevereiro a março de 2002, poderá ser apresentada até 31 de dezembro de 2008, sem as penalidades previstas no art. 57 da Medida Provisória n.º 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

## JUSTIFICATIVA

A Lei n.º 9.779 de 19 de janeiro de 1999 em seu artigo 16 atribuiu competência à Secretaria da Receita Federal para dispor sobre as obrigações acessórias relativas aos tributos por ela administrados, estabelecendo forma, prazo e condições para o seu cumprimento e o respectivo responsável. Posteriormente, a Medida Provisória n.º 2.158-35 de 24 de agosto de 2001 dispõe em seu artigo 57 que o descumprimento das obrigações acessórias de que trata o artigo 16 da Lei n.º 9.779/99 acarretará a aplicação das seguintes penalidades:

1 – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário, relativamente às pessoas jurídicas que deixarem de fornecer, nos prazos estabelecidos, as informações ou esclarecimentos solicitados;  
2 – cinco por cento, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor das transações comerciais ou das operações financeiras, próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação aos quais seja responsável tributário, no caso de informação omitida, inexata ou incompleta, sendo que na hipótese de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES, os valores e o percentual serão reduzidos em setenta por cento.

Sob esses fundamentos a Secretaria da Receita Federal-SRF baixou a instrução n.º 71/2001 de 24 de agosto de 2001, dispondo, em seus artigos 10, 11 e 12, sobre a criação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune e, também, sobre a obrigatoriedade de sua apresentação trimestral, sob pena de se sujeitar às sanções previstas no art. 57 da MP n.º 2.158/2001. Em 8 de fevereiro de 2002, a SRF, baixou outra Instrução Normativa – IN, a de n.º 134, inserindo parágrafo único ao art. 11 da IN 71/2001 da SRF, estabelecendo que a referida DIF – Papel Imune, relativa ao período de fevereiro a março de 2002, poderá, excepcionalmente, ser apresentada até 31 de julho de 2002.

Ressalte-se que tais Instruções Normativas não teve a devida divulgação, de forma a propiciar as providências, em tempo hábil, por parte das centenas de empresas envolvidas.

Dai porque, apresentamos a presente emenda com o escopo de dar às empresas interessadas mais uma oportunidade para regularizar a sua situação sem sofrer as pesadas sanções previstas no art. 57 da MP 2.158/2001, pelo menos até dezembro de 2008.

Ademais, convém destacar que o Decreto-Lei n.º 37 de 18 de novembro de 1966, em seu artigo 107, inciso VIII, alínea “d” (incluído pela Lei n.º 10.833/2003) prevê que a multa decorrente de erro ou omissão de informação em declaração relativa ao controle de papel imune é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), não se aplicando, portanto, o disposto no art. 57 da MP 2.158/2001.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV-422

00008

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|   |                           |
|---|---------------------------|
| data<br>27/03/2008  | Proposição<br>MP 422/2008 |
| Autores <i>DEPUTADA MARINA MAGGESSI</i>   |                           |
| n° do prontuário<br>478   |                           |
| <input type="checkbox"/> 1. ( ) Supressiva <input type="checkbox"/> 2. ( ) substitutiva <input type="checkbox"/> 3. ( ) modificativa <input type="checkbox"/> 4. ( ) aditiva <input checked="" type="checkbox"/> 5. (X) Substitutivo global |                           |
| <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; text-align: center;">           TEXTO / JUSTIFICATIVA         </div>   |                           |

## EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL

Art. 1º Dê-se ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º.....:

II – fica limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite, condicionada, cumulativamente, à observância das seguintes condições:

a) Para a Administração Pública:

1. Obedecer aos impedimentos de ocupação e de produção agrícola impostos pela Lei Ambiental, observadas as limitações do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da Amazônia Legal ou do Estado integrante da referida Região, quando houver;
2. A alienação ficar restrita à pessoa física de nacionalidade brasileira.

b) Para o ocupante:

1. Comprovar a morada permanente e cultura efetiva da área, por período não inferior a 15 (quinze) anos mediante documentação contemporânea à época do fato, inadmitida a prova testemunhal;
2. Não possuir parente em até 3º grau que esteja inscrito no cadastro para habilitação à compra de imóvel na forma deste inciso.

II-A – O título de propriedade ou de direito real de uso, transferidos pela Administração Pública na forma do § 2º deste artigo são inalienáveis por vinte anos, gravame a ser averbado na matrícula do imóvel na forma do art. 172 da Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975, e sua inobservância pelo adquirente implicará o direito de

retrovenda pela Administração Pública, na forma do art.505 e seguintes do Código Civil.

.....”  
Art. 2º A alienação de bens imóveis da Administração Pública com dispensa de licitação, na forma de que trata o inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterado pelo art.1º desta Lei, somente recairá sobre os imóveis que na data da publicação desta Lei tenham sido ocupados na Amazônia Legal, há mais de quinze anos.

### JUSTIFICATIVA

1. A ampliação do tamanho das áreas passíveis de alienação pela Administração Pública com dispensa de licitação, de que trata a MP, é apenas uma das ações do governo que deve ser analisada em conjunto com o recadastramento das áreas rurais e dos seus respectivos posseiros que o Inbra iniciou no início de março de 2008, na Amazônia Legal.
2. A Administração Pública, efetuado o recadastramento, poderá iniciar a alienação das áreas de sua propriedade aos posseiros com dispensa de licitação, tudo ao amparo da lei.
3. Essa estratégia, ao que tudo indica, diz respeito à resposta que o atual Governo pretende dar às duras críticas que vem sofrendo notadamente da comunidade internacional em face do aumento de desmatamento da Amazônia, como foi divulgado no mês de fevereiro de 2008.
4. Cabe questionar se a estratégia adotada será eficiente e eficaz, considerando que a Amazônia Legal abrange área muito maior do que a Floresta Tropical Úmida que vem sendo objeto de desmatamento.
5. Em vista do exposto, muitos posseiros de áreas da Administração Pública localizadas em ecossistemas de cerrados, por exemplo, que se encontram abrangidas na Amazônia Legal e se coadunam com o tamanho convencional para a caracterização de média propriedade (de 4 até 15 módulos fiscais), que nada tem a ver com a questão do desmatamento da Floresta Tropical se beneficiarão da medida sem uma razão plausível que justifique a alienação dessas áreas pela Administração Pública e menos ainda a alienação com dispensa de licitação.
6. Além do que, a dimensão das áreas admitidas para tais alienações corresponde a até um mil e quinhentos hectares. Essa dimensão não é desprezível considerando o limite imposto pelo art. 188 da CF, que dispõe: "art.188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional."
7. A ocupação por posseiros de áreas rurais na Amazônia Legal que se encontram em vias de serem alienadas por dispensa de licitação pela Administração Pública abrangerá situações muito diferentes. Nesse sentido, é preciso considerar as orientações fixadas pelo Grupo de Trabalho criado em março de 1990 por meio do Decreto nº 99.193/90, com o objetivo de propor medidas necessárias à



- execução do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE e que conferiu prioridade à Amazônia Legal, indicando a realização do diagnóstico ambiental desta região, o zoneamento de áreas prioritárias e estudos de casos em áreas críticas e de relevante significado ecológico, social e econômico. Os estudos realizados a partir de 1990, posteriormente, foram ampliados e aperfeiçoados.
8. Diante do exposto, sustenta-se que a alienação dessas áreas pela Administração Pública deve guardar harmonia com a legislação ambiental e para tanto é indispensável a observação estrita das diretrizes gerais emanadas do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE da Amazônia Legal ou dos Estados que a integram para subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do desenvolvimento e do uso do território em bases sustentáveis.
  9. Nesse sentido, é imprescindível o aperfeiçoamento do projeto de conversão para inibir fraudes à Lei, cabendo ponderar, inicialmente, as questões de fundo ligadas à Administração Pública que deve proceder à alienação das referidas áreas desde que as mesmas encontrem-se em *locus* onde seja possível a destinação rural observadas, portanto, as limitações impostas pela Lei Ambiental e em estrito alinhamento com o planejamento constante no Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE da Região da Amazônia Legal ou pelo menos dos Estados que integram a referida Região. Mas é sabido que o ZEE ainda está longe de ser executado em sua plenitude nessa Região de 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondente a 61% do território nacional que engloba 9 Estados da Federação. Assim, para viabilizar a imediata aplicação da nova Lei é que se propõe nesta Emenda Substitutiva Global a observância pela própria Administração Pública do inteiro teor da legislação ambiental. A medida visa obstar a alienação de áreas da União ao posseiro que ocupe terras em parques, reservas, áreas de preservação ambiental e outras de maior vulnerabilidade que, caso contrário, poderão sofrer grande impacto em face da ameaça de desertificação como os cientistas alertam há mais de vinte anos.
  10. Cabe também impor limitação à Administração Pública no que tange à alienação de terras a estrangeiros cuja ocupação paulatina em toda a Região Amazônica vem sendo objeto de denúncias constantes sem qualquer controle e monitoramento. A nova Lei não deve servir de instrumento para atrair ou incentivar a ocupação por estrangeiros sob pena de grave ameaça à soberania nacional.
  11. No que tange aos ocupantes das áreas passíveis de alienação, cabe a imposição de limites que visam coibir o comportamento oportunista. Assim, é imprescindível afastar os ocupantes recém-chegados à Região da Amazônia Legal para que não se locupletem das facilidades criadas pela Lei sem a correspondente labuta que cria o vínculo com a terra e faz germinar o sentimento de morada. Nesse sentido, considera-se justificável impor o período mínimo de ocupação efetiva da área igual ou superior a 15 anos para conquistar o direito à sua aquisição. Esse prazo não foi proposto sem parâmetros. Ao contrário, trata-se de analogia com o artigo 1238 do Código Civil que estabelece idêntico período de tempo para justificar o usucapião de terras privadas, por meio da posse mansa e pacífica.
  12. Outro limite aos ocupantes deve se impor com o objetivo de afastar os aventureiros que visam o lucro por meio da especulação. Assim, justifica-se a vedação de alienação com dispensa de licitação a ocupantes que possuam parentes em até 3º grau inscritos no cadastro para habilitação à compra de imóvel na mesma Região da Amazônia Legal, na forma prevista na Lei.
  13. Com idêntica orientação, e para reforçar o objetivo social que se depreende da Exposição de Motivos constante da Mensagem com que o Excelentíssimo Chefe do Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a MP nº 422/2008, cabe restringir a alienação do título de propriedade ou do direito real de uso pelo adquirente da área ocupada e a ele transferida pela Administração Pública,

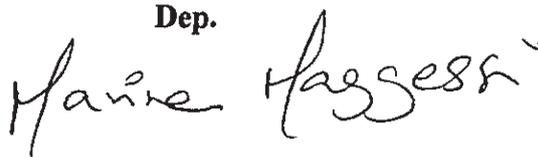


mediante a imposição do gravame de sua inalienabilidade por vinte anos, a ser obrigatoriamente averbado na matrícula do imóvel. Trata-se de medida indispensável para garantir uma política de regularização de ocupação, sem cair na armadilha de uma possível futura especulação. E a sua inobservância acarretará o direito de retrovenda pela Administração Pública.

14. Por fim, acreditando que a MP nº 422/2008 seja um dos passos para a regularização da ocupação de terras na Região da Amazônia Legal é que se propõe um novo artigo (3º) restringindo a aplicação da nova Lei apenas aos casos de ocupação antiga, isto é, já existente na data de sua publicação. Esta medida evita que a nova Lei venha a incentivar uma corrida de novos posseiros.

Assim, conclamamos os nobres pares a aprovarem a presente Emenda Substitutiva Global apresentada com o objetivo de aperfeiçoar a MP nº 422/2008, harmonizando a regularização dessas áreas na perspectiva do desenvolvimento sustentável da Região da Amazônia Legal.

Dep.





CONGRESSO NACIONAL

**MPV-422****00009****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data  
27/03/2008

Proposição  
MP 422/2008

Autores *DEPUTADA MARINA  
MAGGESSI*

nº do prontuário  
478

1. ( ) Supressiva 2. ( ) substitutiva 3. ( ) modificativa 4. ( ) aditiva 5. (X) Substitutivo global

**TEXTO / JUSTIFICATIVA****EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL**

Art. 1º Dê-se ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º.....:

II – fica limitada a áreas de até quinze módulos fiscais, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite, condicionada, cumulativamente, à observância das seguintes condições:

a) Para a Administração Pública:

1. Obedecer aos impedimentos de ocupação e de produção agrícola impostos pela Lei Ambiental, observadas as limitações do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da Amazônia Legal ou do Estado integrante da referida Região, quando houver;
2. A alienação ficar restrita à pessoa física de nacionalidade brasileira.

b) Para o ocupante:

1. Comprovar a morada permanente e cultura efetiva da área, por período não inferior a 15 (quinze) anos mediante documentação contemporânea à época do fato, inadmitida a prova testemunhal;
2. Não possuir parente em até 3º grau que esteja inscrito no cadastro para habilitação à compra de imóvel na forma deste inciso.

II-A – O título de propriedade ou de direito real de uso, transferidos pela Administração Pública na forma do § 2º deste artigo são inalienáveis por vinte anos, gravame a ser averbado na matrícula do imóvel na forma do art.172 da Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975, e sua inobservância pelo adquirente implicará o direito de

retrovenda pela Administração Pública, na forma do art.505 e seguintes do Código Civil.

.....”  
Art. 2º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, fica acrescida do art. 61-A com a seguinte redação:

Art. 61-A - Utilizar de interposto adquirente para o uso, gozo e disposição de imóvel alienado pela Administração Pública na forma do § 2º do art.17 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, em violação ao dispositivo constante no inciso II-A do § 2º-B do art.17 da mesma Lei.

Pena: Reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos e multa.

Parágrafo único. A pena será aumentada de dois terços à metade se o crime for praticado por representante de pessoa jurídica em nome desta.

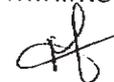
Art. 3º A alienação de bens imóveis da Administração Pública com dispensa de licitação, na forma de que trata o inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterado pelo art.1º desta Lei, somente recairá sobre os imóveis que na data da publicação desta Lei tenham sido ocupados na Amazônia Legal, há mais de quinze anos.

#### JUSTIFICATIVA

1. A ampliação do tamanho das áreas passíveis de alienação pela Administração Pública com dispensa de licitação, de que trata a MP, é apenas uma das ações do governo que deve ser analisada em conjunto com o recadastramento das áreas rurais e dos seus respectivos posseiros que o Incra iniciou no início de março de 2008, na Amazônia Legal.
2. A Administração Pública, efetuado o recadastramento, poderá iniciar a alienação das áreas de sua propriedade aos posseiros com dispensa de licitação, tudo ao amparo da lei.
3. Essa estratégia, ao que tudo indica, diz respeito à resposta que o atual Governo pretende dar às duras críticas que vem sofrendo notadamente da comunidade internacional em face do aumento de desmatamento da Amazônia, como foi divulgado no mês de fevereiro de 2008.
4. Cabe questionar se a estratégia adotada será eficiente e eficaz, considerando que a Amazônia Legal abrange área muito maior do que a Floresta Tropical Úmida que vem sendo objeto de desmatamento.
5. Em vista do exposto, muitos posseiros de áreas da Administração Pública localizadas em ecossistemas de cerrados, por exemplo, que se encontram abrangidas na Amazônia Legal e se coadunam com o tamanho convencionado para a caracterização de média propriedade (de 4 até 15 módulos fiscais), que nada tem a ver com a questão do desmatamento da Floresta Tropical se beneficiarão da medida sem uma razão plausível que justifique a alienação



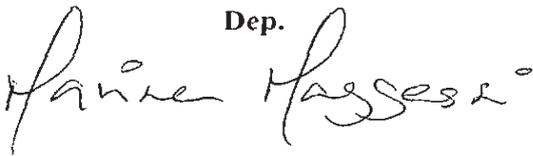
- dessas áreas pela Administração Pública e menos ainda a alienação com dispensa de licitação.
6. Além do que, a dimensão das áreas admitidas para tais alienações correspondente a até um mil e quinhentos hectares não é desprezível considerando o limite imposto pelo art. 188 da CF, que dispõe: "art.188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional."
  7. A ocupação por posseiros de áreas rurais na Amazônia Legal que se encontram em vias de serem alienadas por dispensa de licitação pela Administração Pública abrangerá situações muito diferentes. Nesse sentido, é preciso considerar as orientações fixadas pelo Grupo de Trabalho criado em março de 1990 por meio do Decreto nº 99.193/90, com o objetivo de propor medidas necessárias à execução do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE e que conferiu prioridade à Amazônia Legal, indicando a realização do diagnóstico ambiental desta região, o zoneamento de áreas prioritárias e estudos de casos em áreas críticas e de relevante significado ecológico, social e econômico. Os estudos realizados a partir de 1990, posteriormente, foram ampliados e aperfeiçoados.
  8. Diante do exposto, sustenta-se que para haver alguma harmonia com a legislação ambiental a alienação, pela Administração Pública, dessas áreas, deva observar as diretrizes gerais emanadas do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE da Amazônia Legal ou dos Estados que a integram para subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do desenvolvimento e do uso do território em bases sustentáveis.
  9. Nesse sentido, é imprescindível o aperfeiçoamento do projeto de conversão para inibir fraudes à Lei, cabendo ponderar, inicialmente, as questões de fundo ligadas à Administração Pública que deve proceder à alienação das referidas áreas desde que as mesmas encontrem-se em *locus* onde seja possível a destinação rural observadas, portanto, as limitações impostas pela Lei Ambiental e em estrito alinhamento com o planejamento constante no Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE da Região da Amazônia Legal ou pelo menos dos Estados que integram a referida Região. Mas é sabido que o ZEE ainda está longe de ser executado em sua plenitude nessa Região de 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondente a 61% do território nacional que engloba 9 Estados da Federação. Assim, para viabilizar a imediata aplicação da nova Lei é que se propõe nesta Emenda Substitutiva Global a observância pela própria Administração Pública do inteiro teor da legislação ambiental. A medida visa obstar a alienação de áreas da União ao posseiro que ocupe terras em parques, reservas, áreas de preservação ambiental e outras de maior vulnerabilidade que, caso contrário, poderão sofrer grande impacto com a ameaça de desertificação como os cientistas alertam há mais de vinte anos.
  10. Cabe também impor limitação à Administração Pública no que tange à alienação de terras a estrangeiros cuja ocupação paulatina em toda a Região Amazônica vem sendo objeto de denúncias constantes sem qualquer controle e monitoramento. A nova Lei não deve servir de instrumento para atrair ou incentivar a ocupação por estrangeiros sob pena de grave ameaça à soberania nacional.
  11. No que tange aos ocupantes das áreas passíveis de alienação, cabe a imposição de limites que visam coibir o comportamento oportunista. Assim, é imprescindível afastar os ocupantes recém-chegados à Região da Amazônia Legal para que não se locupletem das facilidades criadas pela Lei sem a correspondente labuta que cria o vínculo com a terra e faz germinar o sentimento de moradia. Nesse sentido, considera-se justificável impor o período mínimo de



ocupação efetiva da área igual ou superior a 15 anos para conquistar o direito à sua aquisição. Esse prazo não foi proposto sem parâmetros. Ao contrário, trata-se de analogia com o artigo 1238 do Código Civil que estabelece idêntico período de tempo para justificar o usucapião de terras privadas, por meio da posse mansa e pacífica.

12. Outro limite aos ocupantes deve se impor com o objetivo de afastar os aventureiros que visam o lucro por meio da especulação. Assim, justifica-se a vedação de alienação com dispensa de licitação a ocupantes que possuam parentes em até 3º grau inscritos no cadastro para habilitação à compra de imóvel na mesma Região da Amazônia Legal, na forma prevista na Lei.
13. Com idêntica orientação, e para reforçar o objetivo social que se depreende da Exposição de Motivos constante da Mensagem com que o Excelentíssimo Chefe do Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a MP nº 422/2008, cabe restringir a alienação do título de propriedade ou do direito real de uso pelo adquirente da área ocupada e a ele transferida pela Administração Pública, mediante a imposição do gravame de sua inalienabilidade por vinte anos, a ser obrigatoriamente averbado na matrícula do imóvel. Trata-se de medida indispensável para garantir uma política de regularização de ocupação, sem cair na armadilha de uma possível futura especulação. E a sua inobservância acarretará o direito de retrovenda pela Administração Pública.
14. Por outro lado, não é desconhecida a ganância de alguns grupos econômicos e tampouco o viés de algumas associações civis sem fins econômicos que atuam na Região da Amazônia Legal. Esses agentes podem, por meio desta Lei, compelir os adquirentes hipossuficientes a emprestarem seus nomes para simular o uso regular da terra. Então, considerando as limitações impostas pela Carta Magna no sentido de responsabilizar penalmente pessoa jurídica estritamente na esfera da ordem econômica (art.173, § 5º) e nos casos de crime ambiental (art.225, § 3º), coube remeter à Lei de Crimes Ambientais para inibir a conduta da utilização de um "laranja"; procedimento este que desvirtuaria completamente o alvo da política de regularização das atuais ocupações que a nova Lei pretende atingir.
15. Por fim, acreditando que a MP nº 422/2008 seja um dos passos para a regularização da ocupação de terras na Região da Amazônia Legal é que se propõe um novo artigo (3º) restringindo a aplicação da nova Lei apenas aos casos de ocupação antiga, isto é, já existente na data de sua publicação. Esta medida evita que a nova Lei venha a incentivar uma corrida de novos posseiros.

Assim, conclamamos os nobres pares a aprovarem a presente Emenda Substitutiva Global apresentada com o objetivo de aperfeiçoar a MP nº 422/2008, harmonizando a regularização dessas áreas na perspectiva do desenvolvimento sustentável da Região da Amazônia Legal.

Dep.  


## SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dois do mês de abril de dois mil e oito, quarta-feira, às quinze horas, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 422, adotada em vinte e cinco de março de 2008 e publicada no dia vinte e seis do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública", com a presença do Deputado Dr. Ubiali, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2008.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS****TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia dois do mês de Abril de dois mil e oito, quarta-feira, às dezesseis horas, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar sobre o Veto Parcial nº 22, de 2007, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007 (MP nº 359/2007, na origem), que **“Altera as Leis nos 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1o de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nos 11.302, de 10 de maio de 2006, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 11.080, de 30 de dezembro de 2004; e dá outras providências”**, sem a presença de membros, ***a reunião não foi realizada.***

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 02 de Abril de 2008.



**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS****TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia dois do mês de março de dois mil e oito, quarta-feira, às quinze horas, na sala número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 16, de 2007**, aposto ao PLC 84/00 (PL 1542/91, na origem), que “Dispõe sobre a propiciação de consultas às empregadas e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 02 de Abril de 2008.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

## **Agenda do Presidente do Senado Federal Senador Garibaldi Alves Filho**

**02/04/2008****Quarta**

- 10:15** **Visita do Presidente da Eslovênia, Dr. Danilo Turk**  
Salão Nobre do Senado Federal/
- 11:00** **Visita do ex-Senador Maguito Vilela, Diretor do Banco do Brasil**  
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 12:00** **Visita da Dra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da**  
Caixa Econômica Federal e o ex-Deputado Moreira Franco  
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 13:00** **Almoço oferecido pelo Presidente da República em homenagem ao**  
Presidente da Eslovênia, Dr. Danilo Turk.  
Palácio do Itamaraty, Sala de Brasília
- 16:00** **Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado Federal**  
Plenário do Senado Federal
- 17:00** **Visita do Ministro do TCU, Walton Alencar Rodrigues**  
Gabinete da Presidência do Senado Federal

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**S/PARTIDO** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goias

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
- vago\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Sibá Machado\* (S)  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final:** 12/05/2008

| TITULARES  | SUPLENTES                                 |
|--|---|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>                   |   |
| Heráclito Fortes (DEM-PI)  | 1. Demóstenes Torres (DEM-GO)             |
| Raimundo Colombo (DEM-SC)  |   |
| Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(12)</sup>  | 2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,8)</sup> |
| Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>   |   |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(10)</sup></b> |   |
| Fátima Cleide (PT-RO)  | 1. Eduardo Suplicy (PT-SP)                |
| Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>  | 2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)          |
| Sibá Machado (PT-AC) <sup>(3)</sup>  |   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |   |
| Valdir Raupp (PMDB-RO)   | 1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)           |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)   | 2. Romero Jucá (PMDB-RR)                  |
| Valter Pereira (PMDB-MS)   |   |
| <b>PDT</b>   |   |
| Jefferson Peres (AM)   |   |
| <b>PDT/PSOL <sup>(11)</sup></b>  |   |
|  | 1. Osmar Dias (PDT-PR)                    |

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3311-3514  
**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

| TITULARES  | SUPLENTES                            |
|--|--------------------------------------|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                                      |
| Demóstenes Torres (DEM-GO)   | 1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2) |
| Eduardo Azeredo (PSDB-MG)  | 2. VAGO (1)                          |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                                      |
| Marcelo Crivella (PRB-RJ)  | 1. Paulo Paim (PT-RS)                |
| Magno Malta (PR-ES)  |                                      |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                      |
| Almeida Lima (PMDB-SE)   | 1. VAGO                              |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)                                  |                                      |
| <b>PTB</b>   |                                      |
| Romeu Tuma (SP)  | 1. Sérgio Zambiasi (RS)              |

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**COMPOSIÇÃO  
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO  
FEDERAL**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares

**Leitura:** 05/03/2008  
**Prazo final:** 03/06/2008

---

**TITULARES**

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

---

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS  
PELO INPE**

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Leitura:** 25/03/2008  
**Prazo final:** 22/12/2008

---

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO  
DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Leitura:** 25/03/2008

---

**TITULARES**

---

VAGO

---

**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

| TITULARES  | SUPLENTE                                 |
|--|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b> |  |
| Eduardo Suplicy (PT)   | 1. Flávio Ams (PT)                       |
| Francisco Dornelles (PP)   | 2. Paulo Paim (PT)                       |
| Delcídio Amaral (PT)   | 3. Ideli Salvatti (PT)                   |
| Aloizio Mercadante (PT)  | 4. Sibá Machado (PT)                     |
| Renato Casagrande (PSB)  | 5. Marcelo Crivella (PRB)                |
| Expedito Júnior (PR)   | 6. Inácio Arruda (PC DO B)               |
| Serys Slhessarenko (PT)  | 7. Patrícia Saboya (PDT) (2)             |
|  | 8. Antonio Carlos Valadares (PSB)        |
|  | 9. César Borges (PR)                     |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |  |
| Romero Jucá (PMDB)   | 1. Valter Pereira (PMDB)                 |
| Valdir Raupp (PMDB)  | 2. Roseana Sarney (PMDB)                 |
| Pedro Simon (PMDB)   | 3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) |
| Mão Santa (PMDB)   | 4. Leomar Quintanilha (PMDB)             |
| Gilvam Borges (PMDB)   | 5. VAGO (5)                              |
| Neuto De Conto (PMDB)  | 6. Paulo Duque (PMDB)                    |
| Gerson Camata (PMDB)   | 7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)             |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |  |
| Adelmir Santana (DEM)  | 1. Gilberto Goellner (DEM)               |
| Heráclito Fortes (DEM)   | 2. Antonio Carlos Júnior (DEM)           |
| Eliseu Resende (DEM)   | 3. Demóstenes Torres (DEM)               |
| Jayme Campos (DEM)   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)                |
| Kátia Abreu (DEM)  | 5. Marco Maciel (DEM)                    |
| Raimundo Colombo (DEM)   | 6. Romeu Tuma (PTB) (3)                  |
| VAGO (1)   | 7. Arthur Virgílio (PSDB)                |
| Flexa Ribeiro (PSDB)   | 8. Eduardo Azeredo (PSDB)                |
| Sérgio Guerra (PSDB)   | 9. Marconi Perillo (PSDB)                |
| Tasso Jereissati (PSDB)  | 10. João Tenório (PSDB)                  |
| <b>PTB (6)</b>   |  |
| João Vicente Claudino  |  |
| Gim Argello  |  |
| <b>PDT</b>   |  |
| Osmar Dias   | 1. Jefferson Peres                       |

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

| TITULARES   | SUPLENTES                                 |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |   |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 1. Delcídio Amaral (PT)                   |
| Sibá Machado (PT)   | 2. Serys Shhessarenko (PT)                |
| Expedito Júnior (PR)  | 3. João Vicente Claudino (PTB)            |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |   |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Mão Santa (PMDB)                       |
| VAGO <sup>(4)</sup>   | 2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 1. VAGO <sup>(5)</sup>                    |
| Raimundo Colombo (DEM)  |   |
| Sérgio Guerra (PSDB)  | 2. Flexa Ribeiro (PSDB)                   |
|   | 3. Eduardo Azeredo (PSDB)                 |
| <b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>   |   |
| VAGO <sup>(6)</sup>   | 1. VAGO                                   |

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3 SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

| TITULARES   | SUPLENTES                             |
|---|---------------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |                                       |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Renato Casagrande (PSB)            |
| Francisco Dornelles (PP)  | 2. Ideli Salvatti (PT)                |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                                       |
| Mão Santa (PMDB)  | 1. VAGO                               |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 2. VAGO                               |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                       |
| Raimundo Colombo (DEM)  | 1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup> |
| Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>   | 2. VAGO <sup>(2,4)</sup>              |
| Tasso Jereissati (PSDB)   | 3. Flexa Ribeiro (PSDB)               |

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

| TITULARES   | SUPLENTES                   |
|---|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                             |
| Delcídio Amaral (PT)  | 1. Francisco Dornelles (PP) |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 2. Renato Casagrande (PSB)  |
| <b>Majoria ( PMDB )</b>   |                             |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Romero Jucá (PMDB)       |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 2. Valter Pereira (PMDB)    |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                             |
| Kátia Abreu (DEM)   | 1. José Agripino (DEM)      |
| Eliseu Resende (DEM)  | 2. Romeu Tuma (PTB)         |
| Sérgio Guerra (PSDB)  | 3. Tasso Jereissati (PSDB)  |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes  
**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

| TITULARES   | SUPLENTES                          |
|---|------------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |                                    |
| Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>  | 1. Fátima Cleide (PT)              |
| Flávio Arns (PT)  | 2. Serys Shessarenko (PT)          |
| Augusto Botelho (PT)  | 3. Expedito Júnior (PR)            |
| Paulo Paim (PT)   | 4. VAGO <sup>(5)</sup>             |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB)  |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 6. Ideli Salvatti (PT)             |
| José Nery (PSOL)  | 7. Magno Malta (PR)                |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                                    |
| Romero Jucá (PMDB)  | 1. Leomar Quintanilha (PMDB)       |
| VAGO <sup>(7)</sup>   | 2. Valter Pereira (PMDB)           |
| VAGO <sup>(4)</sup>   | 3. Pedro Simon (PMDB)              |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 4. Neuto De Conto (PMDB)           |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 5. VAGO                            |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                    |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 1. Adelmir Santana (DEM)           |
| Jayme Campos (DEM)  | 2. Heráclito Fortes (DEM)          |
| Kátia Abreu (DEM)   | 3. Raimundo Colombo (DEM)          |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup> |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 5. VAGO <sup>(8)</sup>             |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 6. Sérgio Guerra (PSDB)            |
| Papaléo Paes (PSDB)   | 7. Marisa Serrano (PSDB)           |
| <b>PTB <sup>(6)</sup></b>   |                                    |
| Gim Argello   | 1. VAGO                            |
| <b>PDT</b>  |                                    |
| João Durval   | 1. Cristovam Buarque               |

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3311-3515  
**Fax:** 3311-3652  
**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

| TITULARES   | SUPLENTES              |
|---|------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                        |
| Paulo Paim (PT)   | 1. Flávio Arns (PT)    |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 2. VAGO                |
| <b>Maioria (PMDB) e PDT</b>   |                        |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1. VAGO                |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                        |
| Jayme Campos (DEM)  | 1. Kátia Abreu (DEM)   |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 2. VAGO <sup>(3)</sup> |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

| TITULARES   | SUPLENTES                |
|---|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                          |
| Flávio Arns (PT)  | 1. Fátima Cleide (PT)    |
| Paulo Paim (PT)   | 2. VAGO                  |
| <b>Maioria (PMDB) e PDT</b>   |                          |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1. VAGO                  |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                          |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  |                          |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 1. Papaléo Paes (PSDB)   |
|   | 2. Marisa Serrano (PSDB) |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA  
DA SAÚDE**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                        |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |   |
| Augusto Botelho (PT)  | 1. VAGO                                 |
| Flávio Arns (PT)  | 2. VAGO                                 |
| <b>Maioria (PMDB) e PDT</b>   |   |
| João Durval (PDT)   | 1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 1. Kátia Abreu (DEM)                    |
| Papaléo Paes (PSDB)   | 2. Cícero Lucena (Sem Partido)          |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

| TITULARES   | SUPLENTES                                    |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |  |
| Serys Silhessarenko (PT)  | 1. João Ribeiro (PR)                         |
| Sibá Machado (PT)   | 2. Inácio Arruda (PC DO B)                   |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 3. César Borges (PR)                         |
| Aloizio Mercadante (PT)   | 4. Marcelo Crivella (PRB)                    |
| Ideli Salvatti (PT)   | 5. Magno Malta (PR)                          |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 6. José Nery (PSOL)                          |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB)   | 1. Roseana Sarney (PMDB)                     |
| Pedro Simon (PMDB)  | 2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)     |
| Romero Jucá (PMDB)  | 3. Leomar Quintanilha (PMDB)                 |
| Almeida Lima (PMDB)   | 4. Valdir Raupp (PMDB)                       |
| Valter Pereira (PMDB)   | 5. José Maranhão (PMDB)                      |
| Gilvam Borges (PMDB)  | 6. Neuto De Conto (PMDB)                     |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Adelmir Santana (DEM)   | 1. Eliseu Resende (DEM)                      |
| Marco Maciel (DEM)  | 2. Jayme Campos (DEM)                        |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 3. José Agripino (DEM)                       |
| Kátia Abreu (DEM)   | 4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(2)</sup>         |
| Antonio Carlos Júnior (DEM)   | 5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup> |
| Arthur Virgílio (PSDB)  | 6. Flexa Ribeiro (PSDB)                      |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 7. João Tenório (PSDB)                       |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 8. Marconi Perillo (PSDB)                    |
| Tasso Jereissati (PSDB)   | 9. Mário Couto (PSDB)                        |
| <b>PTB <sup>(4)</sup></b>   |  |
| Epitácio Cafeteira  | 1. Mozarildo Cavalcanti                      |
| <b>PDT</b>  |  |
| Jefferson Peres   | 1. Osmar Dias                                |

**Notas:**

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

| TITULARES   | SUPLENTES                               |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |   |
| Flávio Arns (PT)  | 1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup> |
| Augusto Botelho (PT)  | 2. João Pedro (PT)                      |
| Fátima Cleide (PT)  | 3. Aloizio Mercadante (PT)              |
| Paulo Paim (PT)   | 4. Antonio Carlos Valadares (PSB)       |
| Ideli Salvatti (PT)   | 5. Francisco Dornelles (PP)             |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 6. Marcelo Crivella (PRB)               |
| Renato Casagrande (PSB)   | 7. João Vicente Claudino (PTB)          |
| Sérgio Zambiasi (PTB)   | 8. Magno Malta (PR)                     |
| João Ribeiro (PR)   | 9. Sibá Machado (PT)                    |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |   |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 1. Romero Jucá (PMDB)                   |
| Gilvam Borges (PMDB)  | 2. Leomar Quintanilha (PMDB)            |
| Mão Santa (PMDB)  | 3. Pedro Simon (PMDB)                   |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 4. Valter Pereira (PMDB)                |
| Paulo Duque (PMDB)  | 5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)            |
| VAGO <sup>(5)</sup>   | 6. VAGO                                 |
| Gerson Camata (PMDB)  | 7. Neuto De Conto (PMDB)                |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| VAGO <sup>(4)</sup>   | 1. Adelmir Santana (DEM)                |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 2. Demóstenes Torres (DEM)              |
| Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>   | 3. Gilberto Goellner (DEM)              |
| Marco Maciel (DEM)  | 4. José Agripino (DEM)                  |
| Raimundo Colombo (DEM)  | 5. Kátia Abreu (DEM)                    |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>      |
| Marconi Perillo (PSDB)  | 7. VAGO <sup>(6)</sup>                  |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 8. Eduardo Azeredo (PSDB)               |
| Papaléo Paes (PSDB)   | 9. Sérgio Guerra (PSDB)                 |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 10. Lúcia Vânia (PSDB)                  |
| <b>PDT</b>  |   |
| Cristovam Buarque   | 1. Jefferson Peres                      |

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| TITULARES   | SUPLENTES                         |
|---|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                                   |
| Paulo Paim (PT)   | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Flávio Arns (PT)  | 2. Ideli Salvatti (PT)            |
| Sérgio Zambiasi (PTB)   | 3. Magno Malta (PR)               |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                                   |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. Marcelo Crivella (PRB)         |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 2. Valdir Raupp (PMDB)            |
| Paulo Duque (PMDB)  | 3. Valter Pereira (PMDB)          |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                   |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 1. VAGO <sup>(1)</sup>            |
| Romeu Tuma (PTB)  | 2. Marco Maciel (DEM)             |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 3. Raimundo Colombo (DEM)         |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 4. Eduardo Azeredo (PSDB)         |
| Marconi Perillo (PSDB)  | 5. Flexa Ribeiro (PSDB)           |
| <b>PDT</b>  |                                   |
| Francisco Dornelles (PP)  | 1. Cristovam Buarque              |

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                  |
|---|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                                   |
| Renato Casagrande (PSB)   | 1. Flávio Arns (PT)               |
| Sibá Machado (PT)   | 2. Augusto Botelho (PT)           |
| Fátima Cleide (PT)  | 3. Serys Silhessarenko (PT)       |
| César Borges (PR)   | 4. Inácio Arruda (PC DO B)        |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 5. Expedito Júnior (PR)           |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                                   |
| Leomar Quintanilha (PMDB)   | 1. Romero Jucá (PMDB)             |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 2. Gilvam Borges (PMDB)           |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 3. Almeida Lima (PMDB)            |
| Valter Pereira (PMDB)   | 4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                   |
| Eliseu Resende (DEM)  | 1. Adelmir Santana (DEM)          |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 2. VAGO <sup>(1)</sup>            |
| Gilberto Goellner (DEM)   | 3. VAGO <sup>(4)</sup>            |
| José Agripino (DEM)   | 4. Raimundo Colombo (DEM)         |
| VAGO <sup>(5)</sup>   | 5. Lúcia Vânia (PSDB)             |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 6. Flexa Ribeiro (PSDB)           |
| Marconi Perillo (PSDB)  | 7. Arthur Virgílio (PSDB)         |
| <b>PDT</b>  |                                   |
| Jefferson Peres   | 1. VAGO                           |

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)  
**RELATOR:** VAGO

| TITULARES  | SUPLENTES                |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b> |                          |
| Renato Casagrande (PSB)  | 1. Flávio Arns (PT)      |
| Inácio Arruda (PC DO B)  | 2. Expedito Júnior (PR)  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                          |
| Valter Pereira (PMDB)  | 1. VAGO (2)              |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                          |
|  | 1. Adelmir Santana (DEM) |
| Marconi Perillo (PSDB)   | 2. Marisa Serrano (PSDB) |
| VAGO (3)   |                          |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

| TITULARES  | SUPLENTES                  |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                            |
| João Ribeiro (PR)  | 1. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Serys Shlessarenko (PT)  | 2. Augusto Botelho (PT)    |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                            |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 1. VAGO (3)                |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                            |
| César Borges (PR) (1)  | 1. Adelmir Santana (DEM)   |
| VAGO (4)   | 2. Flexa Ribeiro (PSDB)    |

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| TITULARES  | SUPLENTES                |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                          |
| Sibá Machado (PT)  | 1. Fátima Cleide (PT)    |
| Renato Casagrande (PSB)  | 2. César Borges (PR)     |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                          |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 1. Almeida Lima (PMDB)   |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                          |
| Marisa Serrano (PSDB)  | 1. Flexa Ribeiro (PSDB)  |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 2. Adelmir Santana (DEM) |

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

| TITULARES  | SUPLENTES                 |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                           |
| Renato Casagrande (PSB)  | 1. Expedito Júnior (PR)   |
| Sibá Machado (PT)  | 2. Augusto Botelho (PT)   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                           |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 1. Gilvam Borges (PMDB)   |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                           |
| Flexa Ribeiro (PSDB)   | 1. VAGO (1)               |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 2. Arthur Virgílio (PSDB) |

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**  
**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                  |
|---|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |                                   |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Flávio Ams (PT)                |
| José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>   | 2. Patrícia Saboya (PDT)          |
| <b>Majoria ( PMDB )</b>   |                                   |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                   |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1. VAGO <sup>(4)</sup>            |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 2. VAGO <sup>(5)</sup>            |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

| TITULARES  | SUPLENTES                               |
|--|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |   |
| Ideli Salvatti (PT)  | 1. Fátima Cleide (PT)                   |
| Serys Slhessarenko (PT)  | 2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup> |
| <b>Majoria ( PMDB )</b>  |   |
| Roseana Sarney (PMDB)  | 1. VAGO                                 |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |   |
| VAGO <sup>(2)</sup>  | 1. Romeu Tuma (PTB)                     |
| Lúcia Vânia (PSDB)   | 2. VAGO                                 |

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

| TITULARES   | SUPLENTES                                 |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |   |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Inácio Arruda (PC DO B)                |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 2. Aloizio Mercadante (PT)                |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 3. Augusto Botelho (PT)                   |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB)  | 4. Serys Silhessarenko (PT)               |
| João Ribeiro (PR)   | 5. Fátima Cleide (PT)                     |
|   | 6. Francisco Dornelles (PP)               |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |   |
| Pedro Simon (PMDB)  | 1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)         |
| Mão Santa (PMDB)  | 2. Leomar Quintanilha (PMDB)              |
| Almeida Lima (PMDB)   | 3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)  |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB)   | 4. Gilvam Borges (PMDB)                   |
| Paulo Duque (PMDB)  | 5. VAGO <sup>(4)</sup>                    |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 1. José Nery (PSOL) <sup>(5)</sup>        |
| Marco Maciel (DEM)  | 2. César Borges (PR) <sup>(1)</sup>       |
| Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>   | 3. Kátia Abreu (DEM)                      |
| Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)                 |
| Arthur Virgílio (PSDB)  | 5. Flexa Ribeiro (PSDB)                   |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(7)</sup> |
| João Tenório (PSDB)   | 7. Sérgio Guerra (PSDB)                   |
| <b>PTB <sup>(6)</sup></b>   |   |
| Fernando Collor   |   |
| <b>PDT</b>  |   |
| Cristovam Buarque   | 1. Jefferson Peres                        |

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>             |
|---|------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                              |
| Augusto Botelho (PT)  | 1. João Ribeiro (PR)         |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB)  | 2. Fátima Cleide (PT)        |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                              |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Leomar Quintanilha (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB)  | 2. Gilvam Borges (PMDB)      |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                              |
| Romeu Tuma (PTB)  | 1. Marco Maciel (DEM)        |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 2. Arthur Virgílio (PSDB)    |
| <b>PDT</b>  |                              |
| Jefferson Peres   | 1. Cristovam Buarque         |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

| TITULARES   | SUPLENTES                    |
|---|------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                              |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. Inácio Arruda (PC DO B)   |
| João Ribeiro (PR)   | 2. Augusto Botelho (PT)      |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                              |
| Mão Santa (PMDB)  | 1. Valdir Raupp (PMDB)       |
| VAGO  | 2. Leomar Quintanilha (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                              |
| Romeu Tuma (PTB)  | 1. Rosalba Ciarlini (DEM)    |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 2. Papaléo Paes (PSDB)       |
| <b>PDT</b>  |                              |
| Cristovam Buarque   | 1. Jefferson Peres           |

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

| TITULARES   | SUPLENTES                 |
|---|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                           |
| VAGO <sup>(1)</sup>   | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                           |
| Paulo Duque (PMDB)  | 1. Pedro Simon (PMDB)     |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                           |
| Romeu Tuma (PTB)  | 1. Marco Maciel (DEM)     |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 2. Flexa Ribeiro (PSDB)   |
| <b>PDT</b>  |                           |
| Jefferson Peres   | 1. VAGO                   |

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

| TITULARES  | SUPLENTES                         |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                                   |
| Serys Silhessarenko (PT)   | 1. Flávio Arns (PT)               |
| Delcídio Amaral (PT)   | 2. Fátima Cleide (PT)             |
| Ideli Salvatti (PT)  | 3. Aloizio Mercadante (PT)        |
| Francisco Dornelles (PP)   | 4. João Ribeiro (PR)              |
| Inácio Arruda (PC DO B)  | 5. Augusto Botelho (PT)           |
| Exedito Júnior (PR)  | 6. Renato Casagrande (PSB)        |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                   |
| Romero Jucá (PMDB)   | 1. VAGO (3)                       |
| Valdir Raupp (PMDB)  | 2. José Maranhão (PMDB)           |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 3. Gilvam Borges (PMDB)           |
| VAGO (4)   | 4. Neuto De Conto (PMDB)          |
| Valter Pereira (PMDB)  | 5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 6. Pedro Simon (PMDB)             |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                                   |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 1. Demóstenes Torres (DEM)        |
| Eliseu Resende (DEM)   | 2. Marco Maciel (DEM)             |
| Jayme Campos (DEM)   | 3. Adelmir Santana (DEM)          |
| Heráclito Fortes (DEM)   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)         |
| Raimundo Colombo (DEM)   | 5. Romeu Tuma (PTB) (1)           |
| João Tenório (PSDB)  | 6. VAGO (6)                       |
| Marconi Perillo (PSDB)   | 7. Eduardo Azeredo (PSDB)         |
| Flexa Ribeiro (PSDB)   | 8. Mário Couto (PSDB)             |
| Sérgio Guerra (PSDB)   | 9. Tasso Jereissati (PSDB)        |
| <b>PTB (5)</b>   |                                   |
| Jim Argello  | 1. João Vicente Claudino          |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| João Durval  | 1. VAGO                           |

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                             |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b> |  |
| Fátima Cleide (PT)  | 1. Sibá Machado (PT)                         |
| Patrícia Saboya (PDT) <sup>(4)</sup>  | 2. Expedito Júnior (PR)                      |
| João Pedro (PT)   | 3. Inácio Arruda (PC DO B)                   |
| João Vicente Claudino (PTB)   | 4. Antonio Carlos Valadares (PSB)            |
|   | 5. José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>         |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| José Maranhão (PMDB)  | 1. Leomar Quintanilha (PMDB)                 |
| Gim Argello (PTB) <sup>(3)</sup>  | 2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)     |
| VAGO <sup>(6)</sup>   | 3. Pedro Simon (PMDB)                        |
| Valter Pereira (PMDB)   | 4. Valdir Raupp (PMDB)                       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 1. Gilberto Goellner (DEM)                   |
| Adelmir Santana (DEM)   | 2. Jayme Campos (DEM)                        |
| Marco Maciel (DEM)  | 3. Kátia Abreu (DEM)                         |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(9)</sup> |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 5. Tasso Jereissati (PSDB)                   |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 6. Flexa Ribeiro (PSDB)                      |
| VAGO <sup>(8)</sup>   | 7. João Tenório (PSDB)                       |
| <b>PTB <sup>(7)</sup></b>   |  |
| Mozarildo Cavalcanti  |  |
| <b>PDT</b>  |  |
| Jefferson Peres   | 1. Osmar Dias                                |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                   |
|---|------------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                                    |
| VAGO  | 1. Paulo Paim (PT)                 |
| Delcídio Amaral (PT)  | 2. Sibá Machado (PT)               |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 3. César Borges (PR)               |
| Expedito Júnior (PR)  | 4. Augusto Botelho (PT)            |
| João Pedro (PT)   | 5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup> |
| <b>Majoria ( PMDB )</b>   |                                    |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. Valdir Raupp (PMDB)             |
| Leomar Quintanilha (PMDB)   | 2. Romero Jucá (PMDB)              |
| Pedro Simon (PMDB)  | 3. Valter Pereira (PMDB)           |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 4. Mão Santa (PMDB)                |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                    |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 1. VAGO <sup>(4)</sup>             |
| Jayme Campos (DEM)  | 2. Eliseu Resende (DEM)            |
| Gilberto Goellner (DEM)   | 3. Raimundo Colombo (DEM)          |
| Kátia Abreu (DEM)   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)          |
| VAGO <sup>(5)</sup>   | 5. Marconi Perillo (PSDB)          |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 6. João Tenório (PSDB)             |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 7. Sérgio Guerra (PSDB)            |
| <b>PDT</b>  |                                    |
| Osmar Dias  | 1. João Durval                     |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Marcello Varela**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

| TITULARES   | SUPLENTES                 |
|---|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                           |
| Sibá Machado (PT)   | 1. Paulo Paim (PT)        |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 2. Expedito Júnior (PR)   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                           |
| Valter Pereira (PMDB)   | 1. Valdir Raupp (PMDB)    |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 2. Mão Santa (PMDB)       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                           |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1. Raimundo Colombo (DEM) |
|   | 2. Rosalba Ciarlini (DEM) |
| João Tenório (PSDB)   | 3. VAGO <sup>(3)</sup>    |
| Marisa Serrano (PSDB)   |                           |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>             |
|--|------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                              |
| Marcelo Crivella (PRB)   | 1. Expedito Júnior (PR)      |
| Augusto Botelho (PT)   | 2. Flávio Arns (PT)          |
| Renato Casagrande (PSB)  | 3. João Ribeiro (PR)         |
| Ideli Salvatti (PT)  | 4. Francisco Dornelles (PP)  |
|  | 5. Fátima Cleide (PT)        |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                              |
| Valdir Raupp (PMDB)  | 1. Romero Jucá (PMDB)        |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 2. Gerson Camata (PMDB)      |
| Gilvam Borges (PMDB)   | 3. Mão Santa (PMDB)          |
| Valter Pereira (PMDB)  | 4. Leomar Quintanilha (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                              |
| Demóstenes Torres (DEM)  | 1. Eliseu Resende (DEM)      |
| Romeu Tuma (PTB) (1)   | 2. Heráclito Fortes (DEM)    |
| Virginio de Carvalho (PSC) (5)   | 3. Marco Maciel (DEM)        |
| Antonio Carlos Júnior (DEM)  | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)    |
| João Tenório (PSDB)  | 5. Flexa Ribeiro (PSDB)      |
| Eduardo Azeredo (PSDB)   | 6. Marconi Perillo (PSDB)    |
| VAGO (4)   | 7. Papaléo Paes (PSDB)       |
| <b>PTB (3)</b>   |                              |
| Sérgio Zambiasi  |                              |
| <b>PDT</b>   |                              |
| Cristovam Buarque  | 1. VAGO                      |

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

| TITULARES  | SUPLENTES                 |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b> |                           |
| Flávio Arns (PT)   | 1. Sérgio Zambiasi (PTB)  |
| Renato Casagrande (PSB)  | 2. Expedito Júnior (PR)   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                           |
| Valter Pereira (PMDB)  | 1. Gilvam Borges (PMDB)   |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                           |
| Demóstenes Torres (DEM)  | 1. Heráclito Fortes (DEM) |
| Eduardo Azeredo (PSDB)   | 2. VAGO (2)               |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES  | SUPLENTES                   |
|--|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                             |
| Marcelo Crivella (PRB)   | 1. Francisco Dornelles (PP) |
| Augusto Botelho (PT)   | 2. Fátima Cleide (PT)       |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                             |
| Mão Santa (PMDB)   | 1. VAGO (3)                 |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                             |
| Romeu Tuma (PTB) (1)   | 1. Rosalba Ciarlini (DEM)   |
| VAGO (4)   | 2. Eduardo Azeredo (PSDB)   |

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

| <b>SENADORES</b>                           | <b>CARGO</b>             |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup> | CORREGEDOR               |
| VAGO                                       | 1º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| VAGO                                       | 2º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| VAGO                                       | 3º CORREGEDOR SUBSTITUTO |

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo  
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260  
E-mail:scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

| <b>SENADOR</b> | <b>BLOCO / PARTIDO</b> |
|----------------|------------------------|
| VAGO           |                        |

**Atualização:** 23/11/2007

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo  
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260  
E-mail:scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

|  |  |
|--|--|
| <b>1ª Eleição Geral:</b><br>19/04/1995 | <b>4ª Eleição Geral:</b><br>13/03/2003 |
| <b>2ª Eleição Geral:</b><br>30/06/1999 | <b>5ª Eleição Geral:</b><br>23/11/2005 |
| <b>3ª Eleição Geral:</b><br>27/06/2001 | <b>6ª Eleição Geral:</b><br>06/03/2007 |

| TITULARES   | SUPLENTES                                |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>        |  |
| Augusto Botelho (PT-RR)   | 1. VAGO                                  |
| João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>   | 2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>  |
| Renato Casagrande (PSB-ES)  | 3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup> |
| João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>                             | 4. VAGO                                  |
| Eduardo Suplicy (PT-SP)   | 5. VAGO                                  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)                                  | 1. Valdir Raupp (PMDB-RO)                |
| Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>                                     | 2. Gerson Camata (PMDB-ES)               |
| Gilvam Borges (PMDB-AP)   | 3. Romero Jucá (PMDB-RR)                 |
| Leomar Quintanilha (PMDB-TO)  | 4. José Maranhão (PMDB-PB)               |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                         |  |
| Demóstenes Torres (DEM-GO)  | 1. VAGO <sup>(9)</sup>                   |
| Heráclito Fortes (DEM-PI)   | 2. César Borges (PR-BA)                  |
| Adelmir Santana (DEM-DF)  | 3. VAGO <sup>(10)</sup>                  |
| Marconi Perillo (PSDB-GO)   | 4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)             |
| Marisa Serrano (PSDB-MS)  | 5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)               |
| <b>PDT</b>  |  |
| Jefferson Peres (AM)  | 1. VAGO                                  |
| <b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b> |  |
| Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>  |  |

Atualização: 25/03/2008

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

| <b>MEMBROS</b>           |
|--------------------------|
| <b>PMDB</b>              |
| Roseana Sarney (MA)      |
| <b>DEM</b>               |
| VAGO <sup>(2)</sup>      |
| <b>PSDB</b>              |
| Lúcia Vânia (GO)         |
| <b>PT</b>                |
| Serys Slhessarenko (MT)  |
| <b>PTB</b>               |
| Sérgio Zambiasi (RS)     |
| <b>PR</b>                |
| VAGO                     |
| <b>PDT</b>               |
| Cristovam Buarque (DF)   |
| <b>PSB</b>               |
| Patrícia Saboya (PDT-CE) |
| <b>PC DO B</b>           |
| Inácio Arruda (CE)       |
| <b>PRB</b>               |
| Marcelo Crivella (RJ)    |
| <b>PP</b>                |
| VAGO                     |
| <b>PSOL</b>              |
| VAGO                     |

**Atualização:** 25/03/2008

**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)<sup>2</sup>  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)<sup>2</sup>

### SENADORES

| TITULARES                         | SUPLENTES                    |
|-----------------------------------|------------------------------|
| <b>Maioria (PMDB)</b>             |                              |
| PEDRO SIMON (PMDB/RS)             | 1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)  |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)    |
| <b>DEM</b>                        |                              |
| EFRAIM MORAIS (DEM/PB)            | 1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)  |
| ROMEU TUMA (PTB/SP)               | 2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC) |
| <b>PSDB</b>                       |                              |
| MARISA SERRANO (PSDB/MS)          | 1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) |
| <b>PT</b>                         |                              |
| ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)        | 1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)       |
| <b>PTB</b>                        |                              |
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)          | 1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)  |
| <b>PDT</b>                        |                              |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)        | 1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)  |
| <b>PCdoB</b>                      |                              |
| INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)          | 1.                           |

### DEPUTADOS

| TITULARES                              | SUPLENTES  |
|--|--|
| <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> |  |
| CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)               | 1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)                        |
| DR. ROSINHA (PT/PR)                    | 2. NILSON MOURÃO (PT/AC)                           |
| GEORGE HILTON (PP/MG)                  | 3. RENATO MOLLING (PP/RS)                          |
| MAX ROSENMANN (PMDB/PR)                | 4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)                        |
| <b>PSDB/DEM/PPS</b>                    |  |
| CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)                 | 1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)                        |
| GERALDO RESENDE (PMDB/MS)              | 2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP) |
| GERMANO BONOW (DEM/RS)                 | 3. (Vago) <sup>1</sup>                             |
| <b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>           |  |
| BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)              | 1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)                        |
| <b>PV</b>                              |  |
| JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)             | 1. DR. NECHAR (PV/SP)                              |

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

| <b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>   | <b>SENADO FEDERAL</b>  |
|---|--|
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>HENRIQUE EDUARDO ALVES<br>PMDB-RN   | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>VALDIR RAUPP<br>PMDB-RO  |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>ZENALDO COUTINHO<br>PSDB-PA   | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u></b><br><b><u>MINORIA</u></b><br>DEMÓSTENES TORRES<br>DEM-GO                          |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b><br><b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>MARCONDES GADELHA<br>PSB-PB | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b><br><b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>HERÁCLITO FORTES<br>DEM-PI |

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º  | TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------|-----------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I)                                |           |           |
| Representante das empresas de televisão (inciso II)                           |           |           |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)                    |           |           |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) |           |           |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)            |           |           |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)           |           |           |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)             |           |           |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)    |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  | MESA DO SENADO FEDERAL  |
|---|---|
| <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)  | <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)   |
| <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)   | <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Tião Viana (PT-AC)  |
| <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)   | <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)   |
| <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)   | <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Efraim Morais (DEM-PB)   |
| <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)   | <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Gerson Camata (PMDB-ES)  |
| <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Waldemir Moka   | <b><u>a (PMDB-MS)_____</u></b>  |
| <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)  | <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Magno Malta (PR-ES)  |
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)   | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)  |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)   | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)                                 |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE<br/>CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b><br>Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)       | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE<br/>CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b><br>Senador Marco Maciel (DEM-PE)            |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES<br/>EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES<br/>EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) |

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

|   |                   |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 58,00</b>  |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 488,40</b> |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 546,40</b> |

**ANUAL**

|   |                     |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 116,00</b>   |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 976,80</b>   |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 1.092,80</b> |

**NÚMEROS AVULSOS**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | <b>R\$ 0,50</b> |
| Porte Avulso           | <b>R\$ 3,70</b> |

**ORDEM BANCÁRIA**

|                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| <b>UG – 020055</b> | <b>GESTÃO – 00001</b> |
|--------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 202 PÁGINAS**